



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (PPGHIS)



Av. Fernando Ferrari, nº 514 - Campus de Goiabeiras  
Vitória – ES – CEP: 29.075-910 Tel/Fax: (27) 4009-7657  
E-mail: [ppghis.ufes@hotmail.com](mailto:ppghis.ufes@hotmail.com) <http://www.historia.ufes.br/>

JOSÉ CARLOS ROCHA JUNIOR

## **NO ENCALÇO DOS COMPANHEIROS**

**Militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob Vigilância da Delegacia  
de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)**

Vitória/ES

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS (PPGHIS)



Av. Fernando Ferrari, nº 514 - Campus de Goiabeiras  
Vitória – ES – CEP: 29.075-910 Tel/Fax: (27) 4009-7657  
E-mail: [ppghis.ufes@hotmail.com](mailto:ppghis.ufes@hotmail.com) <http://www.historia.ufes.br/>

JOSÉ CARLOS ROCHA JUNIOR

## **NO ENCALÇO DOS COMPANHEIROS**

### **Militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob Vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

Vitória/ES

2014

JOSÉ CARLOS ROCHA JUNIOR

## **NO ENCALÇO DOS COMPANHEIROS**

### **Militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) sob Vigilância da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Aprovada em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_\_.

#### **COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
Orientador

---

Prof. Dr. Valter Pires Pereira  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

---

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

---

Prof. Dr. Vitor Amorim de Ângelo  
Universidade Vila Velha (UVV)

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

R672n Rocha Junior, José Carlos, 1977-  
No encaço dos companheiros : militantes do Partido do  
Trabalhadores (PT) sob vigilância da Delegacia de Ordem Política e  
Social do Espírito Santo (DOPS/ES) – (1978-1985) / José Carlos Rocha  
Junior. – 2014.  
183 f. : il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Espírito Santo (Estado).  
Delegacia de Ordem Política e Social. 3. Polícia política. 4. Abertura  
política. I. Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

*A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. É a fatalidade; e aquilo com que não se pode contar; é aquilo que confunde os programas, que destrói os planos, mesmo os mais bem construídos.*

Antonio Gramsci

A José Carlos Rocha, pai (*in memoriam*)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família pela confiança. Em especial à minha esposa Luciane pelo companheirismo e apoio, sem os quais os caminhos para a conclusão desta Dissertação seriam tortuosos e insertos.

Ao professor Pedro Ernesto Fagundes, orientador que acreditou na possibilidade deste aluno em cumprir o desafio. E também por me apresentar às fontes documentais para esta pesquisa, o que se tornou uma experiência enriquecedora para a minha vida acadêmica e profissional. Pedro Ernesto foi um orientador acessível e, acima de tudo, prático. Um professor e amigo.

Aos professores Vitor Amorim de Angelo e Valter Pires Pereira pelas críticas construtivas e sinceras. O professor Vitor contribuiu com suas opiniões desde o Seminário de Dissertação e na banca de qualificação. O professor Valter contribuiu com sua longa experiência e sabedoria nesta segunda etapa. Procurei, o máximo que pude, contemplar suas intervenções.

Aos alunos do Mestrado em História, em especial Bruno Sobroza Duarte, Joana D'Arck Caetano, Dinoráh Lopes Rubim, Daniela Duarte e Silvia de Souza, colegas que dividiram comigo ansiedades e alegrias. Juntos, fizemos divertidas as longas viagens à universidade.

Ao Município de Cachoeiro do Itapemirim. Sem a licença concedida, por meio da Secretaria Municipal de Educação, durante os oito meses que antecederam a entrega do trabalho final, provavelmente os resultados não seriam os mesmos.

Aos meus amigos em geral, pela torcida.

## RESUMO

Esta pesquisa possui dois objetivos. O primeiro é recontar e analisar momentos importantes da atuação de militantes do Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo, a partir de 1978, quando muitos de seus fundadores inseriram-se no agitado contexto das grandes greves nacionais e trabalharam pela organização do Partido no âmbito das oposições sindicais, das comunidades eclesiais de base e dos movimentos de bairros. E durante o período de 1980 a 1985, já como petistas formalizados, envolvidos ativamente nas campanhas eleitorais de 1982 e 1985, nas manifestações e greves de 1983 e na campanha das Diretas Já, em 1984. O segundo é analisar o funcionamento da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES). Para alcançá-los, concomitantemente, usou-se, como principal fonte de pesquisa, os documentos produzidos e/ou apreendidos pela mesma e bibliografia específica. As hipóteses defendidas são: a) quanto ao funcionamento da DOPS/ES e a manutenção do regime, sustenta que a apreensão de materiais, a produção, manipulação e difusão de informações entre os órgãos e departamentos que formavam a rede burocrática do aparelho repressivo, eram fundamentais para a manutenção do Estado autoritário; b) quanto à atenção dispensada pela DOPS/ES ao PT e seus militantes, sustentou-se que se deve às seguintes razões: em primeiro lugar pelo perfil das polícias políticas e sua função básica; em segundo lugar pela paranóia anticomunista ainda forte e os desdobramentos que aquele sentimento coletivo produzia, como o temor às palavras de ordem, aos discursos e aos símbolos da chamada esquerda política; em terceiro, o PT atraiu militantes políticos já experientes e inimigos do regime e formou, a partir do mesmo, novos militantes; em quarto, o movimento que deu origem ao PT do Espírito Santo trouxe ao Estado pautas nacionais, como a anistia, a redemocratização, a luta por melhores salários e condições de trabalho, além de haver reproduzido grandes movimentos, como greves e campanhas; em quinto, o PT foi um aglutinador de diversas e diferentes oposições políticas ao regime militar.

**Palavras-chave:** Partido dos Trabalhadores; Espírito Santo; Delegacia de Ordem Política e Social; Polícia política; Abertura política.

## ABSTRACT

This research has two goals. First, it aims to retell and analyze important moments of performance of the Workers' Party (PT) militants in Espírito Santo State from 1978, when many of its founders got into the busy context of great national strikes. At that time they also worked for the organization of the party concerning the labor opposition, base ecclesiastic communities and the neighborhood movements. Between 1980 and 1985, they were already formalized militants actively involved in the election campaigns of 1982 and 1985, in the demonstrations and strikes of 1983 and in the campaign for direct elections (called in Brazil "Diretas Já") in 1984. Second, this study also aims to analyze the functioning of DOPS-ES (Political and Social Order Department of Espírito Santo). In order to reach both goals this research will employ as main source produced and-or apprehended materials and also specific bibliography. The defended hypotheses are: a) concerning the functioning of the DOPS-ES and the maintenance of the regime, it is supported that the apprehension of materials, the production, the handling and the diffusion of information among institutions and departments which formed the bureaucratic net of the repressive machine were essential for the maintenance of the authoritarian government; b) concerning the attention provided by the DOPS-ES for PT and its militants, it was verified that it is due to: first, the profile of the political police and their basic role; second, the still strong anti-communist paranoia and the results of this collective feeling such as fear of watchwords, of speeches and of the left party symbols; third, the Workers' Party attracted experienced militants and enemies of the regime and then, formed new militants, fourth, the movement which had generated PT (Workers' Party) brought to Espírito Santo State national issues such as amnesty, re-democratization, struggle for better salaries and work conditions besides reproducing great movements like strikes and campaigns; fifth, PT was a kind of agglutinant for several and different political oppositions to the military regime.

**Key words:** Workers' Party; Espírito Santo; Political and Social Order Department; Political Police; Political opening.

## LISTA DE TABELAS E IMAGENS

### TABELAS

---

<b>TABELA 01</b> – Composição do primeiro diretório estadual do PT/ES	34
<b>TABELA 02</b> – Resumo das mudanças político-administrativas ocorridas na DOPS/ES	53
<b>TABELA 03</b> - Resumo das mudanças administrativas da Polícia Política Nacional	53
<b>TABELA 04</b> – Evolução populacional no Espírito Santo 1950-1980	83
<b>TABELA 05</b> – Nominata dos candidatos do PT para a campanha eleitoral de 1982	128

### IMAGENS

---

Panfleto: 1º de Maio Unificado de 1980	100
Comício de Lula realizado no Bairro São Pedro, em Vitória, no dia 10/mai./1981	106
Panfleto para registro definitivo do PT	110
Informativo Nossa Voz, do Núcleo do PT de Paúl/Vila Velha	118
Panfletos para a campanha eleitoral de 1982	137
Cartaz da greve nacional de 21 de julho de 1983	143
Manifestação de 25 de outubro de 1983	149
Charge para a campanha pelas Diretas Já!	163

## LISTA DE SIGLAS

AIB – Ação Integralista Brasileira  
Ala-PCdoB – Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil  
ALN – Ação Libertadora Nacional  
NA – Arquivo Nacional  
ANAMPOS - Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical  
ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior  
AP-ML – Ação Popular Marxista-Leninista  
Arena – Aliança Renovadora Nacional  
ASI - Assessoria de Segurança e Informações  
ATICI - Assessoria Técnica para Informações e Contra Informações  
Bird – Banco Mundial  
CCI – Comunidades Complementares de Informação  
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base  
CENIMAR – Centro de Informações de Marinha  
CGT - Central Geral dos Trabalhadores  
CIE – Centro de Informações do Exército  
CISA – Centro de Informações da Aeronáutica  
CJP - Comissão Justiça e Paz  
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho  
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos no Brasil  
CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
CODI - Centro de Operações de Defesa Interna  
Conclat - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CS – Convergência Socialista  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DEOPS - Delegacia Especializada de Ordem Política e Social  
Desps - Delegacia Especial de Segurança Política e Social

Detran – Departamento Estadual de Trânsito  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos  
DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagens  
DOI - Destacamentos de Operações de Informações  
DOPS – Delegacia de Ordem Política e Social  
DPS – Divisão de Polícia Política  
DRT – Delegacia Regional do Trabalho  
DS – Democracia Socialista  
DSI - Divisão de Segurança e Informação  
DSN – Doutrina de Segurança Nacional  
ESG - Escola Superior de Guerra  
EAMES - Escola de Aprendizes Marinheiros  
Emescam - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia  
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho  
FASE - Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IPAV - Instituto de Pastoral da Arquidiocese de Vitória  
JAC - Juventude Agrária Católica  
JEC - Juventude Estudantil Católica  
JOC - Juventude Operária Católica  
JUC - Juventude Universitária Católica  
LOPP – Lei Orgânica dos Partidos Políticos  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado  
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
OPEP - Organização dos Países Produtores de Petróleo  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PF – Polícia Federal

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PO – Pastoral Operária

PP – Partido Popular

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SIE – Superintendência de Investigações Especiais

SII – Serviço de Investigações e Informações

SNI – Sistema Nacional de Informações

SISNI - Sistema Nacional de Informações

SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados

SSP - Secretaria de Segurança Pública

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNE - União Nacional dos Estudantes

UPES – União dos Professores do Espírito Santo

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>O PT E O DOPS: LADOS OPOSTOS</b>	<b>26</b>
<b>1.1</b> PT: O Efeito Indesejado da Reforma Política	31
<b>1.2</b> Polícia Política	40
1.2.1 Polícia Política e Democracia em Tempos de Guerra Fria	44
1.2.2 Rede a Serviço da Repressão	48
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>CRISE DA DITADURA MILITAR, AGITAÇÃO POLÍTICA E AS RAÍZES DO PT</b>	<b>54</b>
<b>2.1</b> O Epicentro	59
<b>2.2</b> Oposições Sindicais no Espírito Santo	65
<b>2.3</b> Cristianismo de Libertação como Inspiração	71
<b>2.4</b> Contexto Econômico do Espírito Santo	79
<b>CAPÍTULO 3:</b>	
<b>PRIMEIROS PASSOS</b>	<b>83</b>
<b>3.1</b> Apoio aos Grevistas e aos Sindicalistas Presos do ABC Paulista	88
<b>3.2</b> O 1º de Maio Unificado de 1980	96
<b>3.3</b> Campanha para o Registro Definitivo do PT	99
<b>3.4</b> Cristão e Petistas: Discurso e Ação	109
<b>3.5</b> O PT e os Movimentos de Bairros	114

## **CAPÍTULO 4:**

<b>NAS RUAS E NAS URNAS</b>	<b>118</b>
<b>4.1</b> Uma Ideia na Cabeça e um Panfleto na Mão: A Campanha de 1982	119
4.1.1 Casuísmos e Arranjo Político	123
4.1.2 Campanha Classista, Desafios e Derrota Eleitoral	128
<b>4.2</b> PT e Comissão Pró-CUT nas Manifestações de 1983	137
4.2.1 A Greve Geral de 21 de Julho	138
4.2.2 Paneladas de 25 de Outubro	143
<b>4.3</b> O Grito Coletivo das Diretas Já	148
4.3.1 Diversos Interesses do Jogo Político	149
4.3.2 Campanha nas Ruas	152
4.3.3 1º de Maio de 1984: A Redemocratização Ainda na Pauta	159
<b>4.4</b> Eleições de 1985	164
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>168</b>
<b>REFERÊNCIAS E FONTES</b>	
Fontes Documentais	171
Resoluções de Encontros do PT	171
Bibliografia	172
Documentários	176
Jornais e Periódicos	177
Meios Eletrônicos	177
<b>ANEXOS</b>	
<b>SEQÜÊNCIA DE UM PROCESSO INVESTIGATIVO DA POLÍCIA POLÍTICA</b>	<b>178</b>
Anexo I	179
Anexo II	180
Anexo III	181
Anexo IV	182
Anexo V	183

## INTRODUÇÃO

*Assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas devem-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação efetiva e de seus reais interesses, o conceito que fazem de si do que são na realidade.*

Karl Marx

Esta pesquisa possui dois objetivos. O primeiro é recontar e analisar momentos importantes da atuação de militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) do Espírito Santo, a partir de 1978, fase que podemos denominar de atuação do Movimento Pró-PT, quando muitos de seus quadros inseriram-se no agitado contexto das grandes greves nacionais e trabalharam pela organização do partido no âmbito das oposições sindicais, comunidades eclesiais de base e movimentos de bairros. E durante o período de 1980 a 1985, já como petistas formalizados, envolvidos ativamente nas campanhas eleitorais de 1982 e 1985, nas manifestações e greves de 1983 e na campanha pelas Diretas Já, em 1984. O segundo é analisar as principais características do *modus operandi* da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES). Para alcançá-los, concomitantemente, foram utilizados, como principal fonte de pesquisa, os documentos produzidos ou apreendidos pela mesma. Foram utilizados também bibliografia específica e reportagens da época

Entre 1964 e 1985, as delegacias de ordem política e social eram seções estaduais da polícia política, subordinadas às secretarias estaduais de segurança pública e operavam em consonância com o Sistema Nacional de Informação (SNI). Juntamente com outros órgãos, essas delegacias faziam parte de uma rede a serviço da repressão, funcionando como uma engrenagem articulada e hierarquizada, mas que, na prática, possuía falhas e imperfeições.

Durante o período estudado, essas delegacias possuíam papel essencial na manutenção do regime militar<sup>1</sup>, investigando pessoas e movimentos contestatórios ao poder estabelecido.

Para cumprir os objetivos elencados, o presente texto estrutura-se a partir de algumas hipóteses. Quanto ao funcionamento da DOPS/ES e a manutenção do regime, sustenta que a apreensão de materiais, a produção, manipulação e compartilhamento de informações entre os órgãos e departamentos que formavam a rede burocrática dos aparelhos repressivos, eram fundamentais para a manutenção do Estado autoritário. Isso explica a intensa comunicação entre esses órgãos e a troca frenética de informações.

Quanto à atenção dispensada pela DOPS/ES ao PT e seus militantes, defende-se as seguintes razões: em primeiro lugar a constatação de uma paranóia anticomunista ainda forte e os desdobramentos que aquele sentimento coletivo produzia, como o temor às palavras de ordem, aos discursos e aos símbolos; em segundo, o PT atraiu militantes políticos já experientes e inimigos do regime, e formou, a partir do mesmo, novos militantes; em terceiro, o movimento que deu origem ao PT do Espírito Santo trouxe ao estado pautas nacionais, como a anistia, a redemocratização, a luta por melhores salários e condições de trabalho, além de haver reproduzido grandes movimentos, como greves e campanhas; em quarto, o PT foi um aglutinador de diversas e diferentes oposições políticas ao regime civil-militar.

Sobre as fontes de pesquisa, é necessário afirmar que desde as orientações para a montagem de um Estado centralizado a um Governo Federal, mais especificamente a partir do governo de Getúlio Vargas, buscou-se implantar e expandir o aparato burocrático. Nesse ambiente, os operadores passaram a especializar-se na produção de relatórios, fichas, dossiês e prontuários, e, quando necessário, encaminhados estes para as diversas seções policiais em todo o território nacional. Esse aparato transformou-se durante a ditadura civil-militar. Foi reestruturado e reordenado para atender a novas demandas<sup>2</sup>.

Não houve, após o desgaste e queda do governo Vargas, uma significativa preocupação com a elucidação dos fatos relacionados à repressão, muito menos com a busca dos documentos produzidos pelas polícias políticas. Tampouco isso ocorreu durante o

---

<sup>1</sup> Adota-se a interpretação de que o golpe de Estado de 1964 não foi apenas militar, mas civil-militar. Setores da sociedade civil e grupos econômicos foram parceiros na deflagração do movimento. O regime político que se desenhou após o golpe, no entanto, foi controlado pelos militares, foi uma ditadura militar. Para um debate mais aprofundado, ver: FICO, Carlos. Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

<sup>2</sup> DA SILVA, Marcília Gama. O DOPS-PE e a Rede de Informações: Olhos e Ouvidos a Serviço da Repressão no Período de 1964-1985. Diálogos, v. 15, n. 2, p. 270 e 271.

chamado período democrático, a partir de 1945. Diferente do que aconteceu durante o período da ditadura militar e, principalmente, a partir de seu desgaste e queda<sup>3</sup>.

A luta pelo acesso a tais documentos sofreu avanços e retrocessos em nível nacional. No âmbito dos estados os caminhos para o acesso aos mesmos dependeram do interesse de cada governo estadual. No Estado do Espírito Santo, com o esvaziamento das funções da sua antiga DOPS/ES, em meados da década de 1980 e sua posterior extinção legal, os arquivos que estavam em poder da Polícia Civil foram transferidos para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo<sup>4</sup>.

Os arquivos começaram a ser organizados no ano de 2008, quando o APES passou a participar do Projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil, uma iniciativa da Casa Civil da Presidência da República, coordenada pelo Arquivo Nacional. O objetivo do projeto é organizar, catalogar, descrever, reproduzir e publicar em uma base de dados via internet, a reprodução digital dos documentos produzidos pela DOPS/ES, durante o período da ditadura civil-militar -1964-1985<sup>5</sup>.

É certo que parte dos documentos produzidos pela polícia política foram destruídos com o passar dos anos, como afirma o ex-delegado da DOPS, Cláudio Antonio Guerra, em entrevista ao programa Observatório da Imprensa. Nessa entrevista, o jornalista Alberto Dines esteve na cidade de Vitória/ES, onde reside atualmente o ex-delegado, para entrevistá-lo. Segundo Guerra, em 1975 o “Cel. Brantes [sic]”, juntamente com o Cel. Paulo Manhães, percorreram todos os DOPS do Brasil para destruir “os arquivos que comprometiam [...]; só ficou o feijão com arroz, que não criminaliza ninguém [sic]”<sup>6</sup>.

Também existe a possibilidade de que parte considerável ainda esteja em posse de particulares. Como bem expôs a vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, Diva Santana, em entrevista concedida na ocasião em que um jornalista teve acesso à informação de possível queima de arquivos secretos na Base Aérea de Salvador, Bahia, em dezembro de 2004.

<sup>3</sup> BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente – Arquivos de regimes repressivos. In.: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs). O historiador e suas fontes. São Paulo: EditoraContexto, 2011, p. 177.

<sup>4</sup> SIMONATO, J. S.; VASCONCELLO, V. V.; GOMES, J. L. Arquivo e História da Ditadura Militar no Espírito Santo: o fazer arquivístico no Fundo DOPS/ES. In.: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985). Coleção Rumos da História. Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011, p. 107.

<sup>5</sup> Acesso ao projeto na página eletrônica: [www.ape.es.gov.br](http://www.ape.es.gov.br). Ver apresentação no mesmo endereço.

<sup>6</sup> Entrevista com Cláudio Antonio Guerra. Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=ZTWbMUzA7Es>. Acesso em: 03 de fev./2013.

Segundo ela, o grupo sempre recebe telefonemas de militares e ex-militares; eles fazem as denúncias, mas “não se identificam e dizem claramente que é por medo de retaliações; mas tem documentos que foram queimados e tem documentos guardados em casas de militares ainda”<sup>7</sup>. Como ocorreu com os documentos que estavam em posse de Golbery do Couto e Silva e Heitor Ferreira, disponibilizados ao jornalista Élio Gaspari. Graças a essas fontes, foi possível ao jornalista produzir uma obra de quatro volumes: “A Ditadura Envergonhada”, “A Ditadura Escancarada”, “A Ditadura Derrotada” e “A Ditadura Encurralada”.

A utilização de tais fontes para esta pesquisa coaduna com o que se convencionou chamar de “efeito bumerangue”. Isso quer dizer os documentos produzidos pelos órgãos de repressão passaram a ser utilizados para finalidades diversas ou opostas às finalidades que geraram sua existência<sup>8</sup>, como para compensar vítimas ou para pesquisas acadêmicas, como o é neste caso.

Os documentos da repressão também são “lugares de memória”<sup>9</sup>. São pontos onde a memória se cristaliza, e, através dos quais é possível acessar certos momentos de nossa história. Esses “lugares” explicam-se pelo fato da memória necessitar de suportes exteriores e de referências tangíveis para desencadear o processo de busca das lembranças.

Os lugares de memória possuem, simultaneamente, um sentido material, simbólico e funcional, que sempre coexistem. Em se tratando de um “lugar” que aparentemente possa ser considerado apenas material, como um documento secreto, por exemplo, eles precisam da imaginação para se investirem de uma áurea simbólica. Um lugar funcional, como um manual de operações militares, é lugar de memória quando se torna fonte de ritualizações. Determinados exemplos de significações simbólicas, como ritos diversos, são, ao mesmo tempo, recortes materiais em uma unidade temporal. Enfim, esses lugares de memória são restos, são locais onde o sentimento de continuidade torna-se residual.

Esses documentos precisam, acima de tudo, ser interpretados e contextualizados para terem sentido com o objetivo da pesquisa. É necessário dar atenção à complexidade que cerca

---

<sup>7</sup> Para acompanhar o caso podem ser consultadas as seguintes reportagens: Forças armadas destruindo documentos. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/12/297621.shtml>. Acesso em: 23 de jun./2012; Novo laudo diz que documentos da ditadura foram queimados em Salvador. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73751.shtml>. Acesso em: 24 de jun./2012; Perícia contestada. Disponível em: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL69131015605,00>. Data do acesso: 23 de jan./2012.

<sup>8</sup> BAUER; GERTZ, 2011, *Op. cit.*, p. 178.

<sup>9</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC-SP, 1993. Projeto História, n. 10, dez./1993, pp. 7-28.

sua produção e os significados de sua existência. O documento não é inócuo, ele “é o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas, durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, também pelo silêncio”<sup>10</sup>. Precisam, enfim, ser desmistificados de seu significado aparente.

Os arquivos utilizados nessa pesquisa estão organizados no APES em dossiês. Em muitos casos, as informações constantes em determinado dossiê se cruza com informações contidas em outros. Mas, grosso modo, pode-se registrar que os dossiês do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo e do Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios do Espírito Santo foram fundamentais para exemplificar a radicalização dos movimentos sindicais do final da década de 1970. O dossiê Lula foi importante para ilustrar como os atores políticos do estado inseriram-se nas lutas nacionais do início da década de 1980. O dossiê Central Única dos Trabalhadores (CUT) pôde ser utilizado para trazer à tona informações sobre manifestações, campanhas e greves. Os documentos do Arquivo Nacional (AN) foram fundamentais para o mapeamento de ações políticas e identificações de grupos, durante a Campanha das Diretas Já. E o dossiê PT traz informações que perpassam, mesmo que minimamente, quase todos os períodos mencionados.

Uma característica com relação a esta pesquisa é que, tanto os temas relacionados à ditadura militar quanto ao PT, possuem uma enorme quantidade e diversidade de trabalhos produzidos. Esse aspecto exige, necessariamente, um esforço no sentido de uma grande filtragem do material a ser utilizado.

Em se tratando do PT, a grande quantidade de textos produzidos não se deve somente à trajetória política construída e as críticas daí advindas, mas desde o início de sua formação, o PT assumiu publicamente sua procura por respostas. Além dos próprios documentos produzidos pelo partido em encontros e congressos, a produção escrita sobre ele reflete essa dinâmica.

O levantamento de toda a produção escrita a respeito do PT não é o nosso objetivo. Mas, em síntese, uma proposta interessante de divisão dos trabalhos produzidos sobre o PT sugere classificá-los em oito eixos temáticos: 1) textos produzidos geralmente nos anos de 1980, abordando os diversos aspectos que envolvem a formação histórica do PT; 2) textos

---

<sup>10</sup> LE GOFF, Jacques. História e Memória. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000, p. 114.

sobre a formação do partido em algumas regiões do país; 3) textos produzidos geralmente durante a década de 1990, que abordam as experiências de governos petistas; 4) textos sobre a experiência parlamentar do PT; 5) textos sobre aspectos de sua política organizativa: formação política, núcleos, etc.; 6) textos sobre a relação entre o PT e os movimentos sociais; 7) textos sobre a experiência eleitoral e comunicacional do PT; 8) textos sobre seu projeto político<sup>11</sup>.

A diversidade de estudos constitui um acervo produzido por historiadores, sociólogos, cientistas políticos e economistas. Nela, pode-se perceber e interpretar as transformações pelas quais passou o partido em diversos aspectos: a) transformações, “resultado de disputas concretas, cujo desfecho decorreu de opções feitas por indivíduos, grupos e classes sociais, em condições muito específicas” no interior mesmo do partido<sup>12</sup>; b) as transformações decorrentes de processos “historicamente determinados pelas circunstâncias e peculiaridades da política pluripartidária brasileira contemporânea, em que se nota a coexistência de novos procedimentos democráticos, embora mitigados por tradições e atitudes ainda não superadas”<sup>13</sup>; c) as mudanças no perfil da classe trabalhadora e no funcionamento do capitalismo mundial, resultantes da ofensiva liberal da década de 1990, que gerou uma certa crença na falta de alternativas, afetando, desta forma, os partidos de esquerda e social-democratas do hemisfério Ocidental e, conseqüentemente, o PT.

Sobre os trabalhos acadêmicos que abordam a formação do PT, principalmente os elaborados durante a década de 1980, pode-se dizer que foram fortemente marcados pela chamada “novidade” que se dizia sobre ser o PT. Em verdade, esse partido apresentou-se e foi apresentado por seus militantes e intelectuais como uma novidade em relação aos partidos tradicionais, independentemente da linha ideológica deles. Essa postura tem origem na negação às experiências dos partidos comunistas e social-democratas europeus do século XX.

Destacando as principais obras desse período, “PT - A Lógica da Diferença”, de Margaret E. Keck, é uma das primeiras análises sistemáticas sobre a formação do partido e inspirou alguns trabalhos posteriores. E “PT – A Formação de um Partido: 1979-1982”, de Rachel Meneguello. Para Keck, o sistema político brasileiro é marcado pelo conservadorismo.

---

<sup>11</sup> POMAR, Valter. *A Metamorfose – análise econômica, programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. São Paulo: USP, 2005. 347 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, p. 20 a 22.

<sup>12</sup> Idem, p. 73.

<sup>13</sup> PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de (Orgs). *O PT na Constitucionalidade Democrática. Coleção Rumos da História*. Vitória: GM Editora, 2011, p. 7.

Esse aspecto explica o modo como se deu o processo de transição do período autoritário para a abertura política: sem ruptura e de maneira negociada entre os grupos políticos em disputa pelo curso e pelo ritmo da abertura. Naquele cenário, ainda assiná-la, co-existiam dois Brasis: “um, em que as interações pessoais entre as elites constituem a própria matéria-prima da política e, outro, em que as organizações cada vez mais representativas dos membros a elas afiliados reivindicam relações mais institucionalizadas”<sup>14</sup>. Segundo a autora, o PT foi o único partido nascido durante a transição que se vinculou ao segundo Brasil, ou seja, pela primeira vez um partido podia reivindicar uma presença sólida na classe operária e propor um programa que traduzisse com clareza essa representatividade. Isso representou o que a autora denominou de “anomalia”. Meneguello, por sua vez, considera três elementos que distinguem o PT dos outros partidos políticos que surgiram a partir da Lei Orgânica dos Partidos (1979): sua origem; sua organização e funcionamento internos e sua proposta política<sup>15</sup>.

Outro estudo sobre as origens sindicais do PT é: “Trabalho e Política: As Origens do Partido dos Trabalhadores”, de Isabel Ribeiro de Oliveira. A autora estuda a relação entre a politização do pensamento dos dirigentes do novo sindicalismo e sua evolução política, quando passam a propor a criação de um partido formado e dirigido por trabalhadores<sup>16</sup>.

Desse período também destaca-se Pra que “PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores”, de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira. Esse trabalho significou um esforço de apresentar o partido ao conjunto da sociedade, a partir de comentários baseados em seus documentos oficiais. Em suma, a obra leva àqueles interessados em conhecer o PT, a visão que ele constrói sobre aquela conjuntura política e sobre si mesmo<sup>17</sup>.

Os trabalhos produzidos a partir da década de 1990, passam a propor problematizações a respeito de vários aspectos relativos à história e trajetória do PT. Um importante trabalho foi elaborado por Valter Pomar em sua tese de Doutorado, apresentada à Universidade de São Paulo (USP), em 2005, “A Metamorfose: Análise econômica, programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores - 1980-2005”. Para esse autor a formação do Partido dos Trabalhadores foi facilitada por uma coincidência entre três variáveis: as táticas do regime

---

<sup>14</sup> KECK, Margareth. A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 13.

<sup>15</sup> MENEGUELO, Raquel. PT – A formação de um partido (1979-1982). São Paulo: Paz & Terra, 1989.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. Trabalho e Política: as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>17</sup> GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Octaviano. Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

para dividir a oposição liberal-burguesa, estimulando o surgimento de novos partidos políticos; a eliminação das organizações clandestinas de esquerda que combateram a ditadura, como aquelas ligadas ao PCB e PCdoB, o que livrou o PT de uma concorrência mais forte; e as tomadas de decisões de uma “nova vanguarda popular” surgida no final dos anos 1970, como em propor uma representação partidária própria, sob seu controle<sup>18</sup>.

“Metamorfose” trata-se do processo por que atravessa o PT, de uma postura mais radical frente ao contexto da década de 1980, a uma postura mais moderada, à posteriori. Para entender essa mudança o autor contextualiza esse processo e busca suas raízes nas próprias características estruturais da sociedade brasileira, na precariedade do debate teórico no interior do partido e na forte influência do nacional-desenvolvimentismo sobre o conjunto da militância petista. O fio condutor que leva ao moderantismo verificado no PT ocorre em decorrência da forte hegemonia burguesa, que afeta as práticas e as ideias da sociedade como um todo e, por conseguinte, da militância petista.

Em “Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três faces ideológicas da identidade petista”, Danilo Martuscelli (2007) analisa o que classificou-as como as três teses que constituem as bases da ideologia petista, que são: a) o argumento de que o partido nasceu rompendo com os modelos de partidos europeus; b) o pluralismo ideológico; c) e o democratismo. Segundo ele, tanto Meneguello (1989) quanto Keck (1991), ao se descuidarem desses aspectos, contribuíram para a cristalização do que ele denominou de “ideologia petista” ou “petismo”. Segundo o autor, esse posicionamento “acrítico” teve efeitos sobre as análises acerca do PT, criando impasses metodológicos, na medida em que concebia como limite da análise científica as representações que o PT fazia de si. Em outras palavras, passou-se a aceitar que a ideia sustentada pelo PT sobre si mesmo, correspondia ao que o mesmo era na realidade.

Ao contrapor-se às três teses bases da ideologia petista, elabora os seguintes argumentos: a) quanto às elaborações programáticas e às práticas do PT, aproximam-se das experiências do movimento operário do século XX e suas representações no Partido Social Democrata Alemão (PSDA) e o Partido Socialista Italiano (PSI); b) quanto ao “pluralismo ideológico”, foi um argumento usado para tentar mascarar a negação ao modelo marxista de concepção política, a indefinição inicial quanto ao modelo de socialismo a ser defendido é um

---

<sup>18</sup> POMAR, *Op. cit.*, p. 34.

reflexo; c) e o “democratismo petista”, tratou-se de uma saída para ausência, consciente ou não, nos debates internos do partido, em assumir um caráter de classe para a democracia<sup>19</sup>.

Mais recentemente, a produção de coletâneas tem ganhado espaço importante. Destacam-se dois trabalhos. O primeiro artigo é “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas”, de Daniel Aarão Reis para a coleção “As Esquerdas no Brasil”<sup>20</sup>. Nele, o autor faz uma síntese da trajetória do partido, de sua formação à reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Sua opinião quanto aos caminhos escolhidos pelo partido é bastante crítica, diferente de seu posicionamento a respeito do desempenho do governo Lula.

O segundo é “O Partido dos trabalhadores e a Conquista do Estado (1980-2005)”, de Paulo Henrique Martinez, publicado na coleção “História do Marxismo no Brasil”. Como o próprio título retrata, o texto propõe pensar a trajetória do PT, desde a fundação até a chegada à Presidência da República de sua principal liderança popular, Luiz Inácio Lula da Silva. O autor propõe pensar a trajetória do PT tendo como suporte a teoria da “conquista do Estado”, do marxista italiano Antônio Gramsci (1891-1937). Para o autor, a semelhança de modelos verifica-se tanto na reorganização das atividades partidárias quanto na criação de novas instituições estatais pelo partido que ascende ao poder político. A reforma e a construção de um novo tipo de Estado seriam, sempre, um processo aberto e em desenvolvimento<sup>21</sup>.

No geral, os trabalhos que abordam o PT no plano nacional levam em conta a realidade paulista, uma espécie de “são-paulo-centrismo”<sup>22</sup>. A história do PT não é a somatória das histórias regionais, essas são únicas e possuem características próprias. A produção acadêmica sobre o PT do Espírito Santo e nos municípios que o compõem tem crescido. Das existentes, Graça Andreatta escreveu “A Revolução da Estrela”<sup>23</sup>. Esse trabalho reuniu pesquisa em documentos produzidos pelo próprio partido e memórias da militância petista (inclusive as da própria autora). É uma declaração de paixão pelo partido no qual a autora milita desde sua formação.

<sup>19</sup> MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo: as três fases ideológicas da identidade petista. Londrina: Lutas & Resistências, n. 3, v. 2, p. 22-35, 2º sem./2007. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista3aedicao/lr3-2-danilo.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2011.

<sup>20</sup> REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetórias, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Revolução e democracia (1964...). As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007, p. 505.

<sup>21</sup> MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). História do Marxismo no Brasil: partidos políticos e organizações após os 1960. Campinas: Editora Unicamp, v. 6, 2007, p. 243.

<sup>22</sup> Expressão usada por POMAR, *Op. cit.*, p. 10.

<sup>23</sup> ANDREATTA, Graça. A Revolução da Estrela. Guarapari: Criativa, 2010.

Também é possível conferir a dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), de Ueber José de Oliveira, *O Desenvolvimento Político-Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas eleições de 1982 a 2002*.<sup>24</sup> Embora o foco do texto não seja a formação do PT no Estado, o autor analisa aquele processo em certas passagens do texto.

Já em municípios do Estado, os trabalhos se concentram em monografias e dissertações, como é o exemplo da pesquisa realizada por Carolina Julia Pinto, que se dedicou a estudar o PT no Município de Viana, no trabalho intitulado “Partido dos Trabalhadores 20 anos: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana”<sup>25</sup>. Sobre a formação do partido no Município de Cachoeiro do Itapemirim, existe a pesquisa de pós-graduação realizada por José Carlos Rocha Junior: “Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim: Um Relato Histórico (1981-2002)”<sup>26</sup>. E sobre a formação do PT do Município de Serra, uma pesquisa de iniciação científica realizada por Marlon Cezar do Nascimento.

Tratando de temas diversos como, por exemplo, os conflitos entre o PT e o governador Vitor Buaiz, é possível conferir a dissertação de Canício Scherrer, “Entre a utopia e a Realidade: tensões e conflitos entre PT e Vitor Buaiz (1995-1998)”. Em Vitória, Leticia Viana faz um estudo das políticas educacionais sob a gestão do PT, em “Parâmetros políticos das prioridades na educação pública municipal, no governo da cidade de Vitória (1989-1992)”. E Cristian Ferrari de Melo realiza em estudo sobre a atuação de vereadores petistas do Município de Vila Velha na área de educação, em “Entre a proposição e a crítica: o Partido dos Trabalhadores e as políticas em educação em Vila Velha (199-1996)”.

Ainda abordando a formação do PT em nível nacional, um dos últimos trabalhos publicados foi *História do PT - 1978-2010*, de Lincoln Secco (2011)<sup>27</sup>. O texto traz

---

<sup>24</sup> OLIVEIRA, Ueber José. *O Desempenho Político-Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Estado do Espírito Santo, nas Eleições de 1982 a 2002*. Vitória: UFES, 2008. 326 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>25</sup> PINTO, Carolina Julia. *Partido dos Trabalhadores 20 anos: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana*. Vitória: UFES, 2001. 152 p. Monografia (Graduação em História) - Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>26</sup> ROCHA JUNIOR, José Carlos. *Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro do Itapemirim: Um Relato Histórico (1981-2002)*. Cachoeiro de Itapemirim: Centro Universitário São Camilo Espírito Santo, 2006. 91 p. Monografia (Pós-Graduação em História Moderna e Contemporânea).

<sup>27</sup> SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

problematizações importantes sobre a formação do PT e sua trajetória, inserindo-as dentro de condições internas e internacionais. O autor busca analisar o partido a partir de sua diversidade, o que permite constatar que, na realidade, existem vários pt's espalhados pelo país, cada qual guardando características específicas resultantes de suas formações e trajetórias.

Sendo assim, esta Dissertação está dividida em quatro capítulos. O primeiro inicia-se, como proposta de contextualização, narrando os últimos momentos de articulação do General Ernesto Geisel para sucessão presidencial de seu candidato João Baptista Figueiredo, adentrando em uma análise das principais características do que se convencional chamar de abertura política. Nesse mesmo capítulo é analisado os momentos da fundação oficial do PT, tanto a nível nacional como também no Estado do Espírito Santo. E termina por realizar uma análise da história da polícia política no Brasil e no estado, a fim dar subsídios para o entendimento do papel daquela instituição durante o período proposto como recorte temporal desta pesquisa.

O segundo capítulo analisa as condições históricas que propiciaram o surgimento do PT, de maneira especial a crise política e econômica e as reações de seguimentos da sociedade que emergiram daquele processo. Também é feita uma análise da conjuntura econômica estadual. Nesse contexto é que grande parte dos personagens abordados começaram a se despontar politicamente em seus ambientes de atuação para, em seguida, unirem-se no apoio a proposta de constituir um partido formado por trabalhadores.

As movimentações e ações para a concretização da proposta de formação do Partido dos Trabalhadores e os desafios para sua legalização estão analisados no capítulo terceiro. E no quarto é analisada a inserção do partido, já formalizado, em campanhas e manifestações que contribuíram para lhe dar musculatura.

A maior parte das ações promovidas pelos militantes do PT, só puderam ser recontadas e analisadas nesta pesquisa graças aos trabalhos investigativos de agentes da polícia política. Eles, os agentes da repressão, embora tivessem testemunhado aqueles momentos, muitos o fizeram de forma anônima, não deixando, sequer, seus nomes. No entanto, também foram, sem dúvida, personagens dessa história.

# CAPÍTULO 1

## O PT E O DOPS. LADOS OPOSTOS

*A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo não pode nascer; neste interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem.*

Antonio Gramsci

O presidente Ernesto Geisel (1974-1979) começara a dar sinais de que suas relações com o Ministro do Exército Sylvio Frota não estavam bem e que desejava demiti-lo. A queda de braço entre ambos estava declarada, até porque Frota achava que o presidente não teria forças para tirá-lo do cargo<sup>28</sup>. O ministro estava em campanha contra Geisel e tentava impedir o mesmo de, possivelmente, indicar o General João Baptista Figueiredo (1979-1985) para a sucessão presidencial.

Nas costas de Frota pesava o desgaste pela repercussão provocada pelas mortes, nas dependências do DOI-CODI do II Exército, em São Paulo, do jornalista Vladimir Herzog e do metalúrgico Manoel Fiel Filho. Além disso, ele representava grupos poderosos dentro das Forças Armadas e avessos ao processo de abertura política iniciado no governo Geisel, mesmo que essa fosse realizada de forma “lenta, gradual e segura”, como teorizou Golbery do Couto e Silva, o chefe da Casa Civil.

Para os defensores da continuidade da “Revolução”, o processo de abertura era inviável. Eles denunciavam a existência de uma conspiração feita por banidos, intelectuais, jornalistas, padres e empresários que, imersos em um suposto sentimento de redemocratização

---

<sup>28</sup> Os episódios dos embates entre Geisel e Frota, que resultou na exoneração deste, estão em: GASPARI, Elio. A Ditadura Encurralada. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, capítulos “Um dos dois vai ter de sair” e “Um saiu”.

do País, estavam mesmo desejosos que este voltasse às características dos idos pré-1964, período em que, segundo os setores conservadores, predominava na sociedade os desmandos administrativos, a corrupção moral, a inversão de valores, a desmoralização da autoridade, o avanço do comunismo e dos corruptos. Uma situação desse tipo levaria, segundo eles, a uma crise militar, só resolvida com um novo endurecimento do regime, como o que ocorreu em 1968, quando foi decretado o Ato Institucional nº 5, o chamado AI-5. Para esse grupo, Frota seria aquele que conseguiria manter a unidade da “Revolução”. Ele identificava-se com as aspirações da tropa. Uma tarefa difícil, mas necessária. Para que o seguimento militar ligado a Geisel pudesse dar continuidade ao relaxamento dos mecanismos de controle político e à ampliação gradativa das liberdades civis, deveria conseguir diminuir a influência das Forças Armadas nos assuntos do Estado. Ao mesmo tempo o Presidente precisava afirmar sua autoridade sobre os vários grupos político-ideológicos que formavam a corporação militar, principalmente sobre aqueles ligados aos órgãos de segurança<sup>29</sup>.

A essa altura já circulavam notas plantadas na imprensa, aqui e ali, sobre a insatisfação do Alto-Comando do Exército. Além de rumores de que o Exército não aceitaria ficar de fora do processo de sucessão. Então, depois de uma reunião entre Geisel e Golbery, a decisão estava tomada: Sylvio Frota sairia.

Na manhã do dia 12 de outubro de 1977, feriado em louvor a Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil, Frota foi chamado ao gabinete. Geisel explicava-lhe que os dois não mais estavam entendendo-se, que seu trabalho no comando do ministério não estava cumprindo o programado e, além disso, não achava correto um Ministro estar em campanha eleitoral. Por isso pediu para que Frota renunciasse. Diante da recusa do ministro, o presidente disse-lhe que deveria, então, de exonerá-lo, pois o cargo de ministro pertence ao Presidente da República. Frota levantou-se e ficou em posição de sentido por alguns segundos, saindo em seguida sem dizer uma palavra.

---

<sup>29</sup> Grosso modo, uma problematização mais adequada sobre as correntes político-ideológicas e sobre as posições assumidas pelos diversos grupos militares existentes no interior do regime, para além da simplificação entre “linha dura e moderados”, sugere uma classificação entre os adeptos a institucionalização do regime e os adeptos à administração da repressão. Porém, no interior dessas variantes, vários subgrupos se movimentavam. Havia, por exemplo, muitos militares que admitiam a tortura e o extermínio; outros eram adeptos ao pensamento segundo o qual deveriam ser eliminados os “óbices” ao “objetivo nacional permanente” de transformação do Brasil em uma potência mundial, mas essa eliminação deveria pautar-se por critérios não violentos; alguns não aderiram a tal projeto, preferindo cuidar de suas carreiras; e etc. Para uma discussão mais aprofundada, ver: FICO, 2004, *Op. cit.*

E, em uma ação derradeira, após essa conversa, Frota convocou comandantes de três exércitos e três generais graduados em quatro estrelas para um encontro. Divulgou também um manifesto em que denunciou a complacência do governo com a infiltração comunista e com a propaganda esquerdista.

Quanto à convocação feita por Frota aos generais, Geisel ficou a par da mesma antes mesmo que acontecesse e, habilidosamente, neutralizou-a. Afinal, habilidade não faltava ao presidente. Não foram raras as ocasiões em que precisou equilibrar as forças em conflito e agir como árbitro. Tanto que, de um lado conseguiu demitir Frota e, de outro, demitiu cinco servidores do Estado do Paraná, de componentes de uma lista de 97 subversivos supostamente infiltrados no aparelho de Estado, elaborada pelo SNI. Como ele próprio chegou a dizer, sua luta fazia-se em duas frentes. No Congresso Nacional, os aliados civis da linha dura silenciaram-se, preferindo não se intrometer nos assuntos do governo. A propalada rebelião estava desfeita e a abertura continuaria como planejada.

O longo processo de abertura política e a posterior transição foram pensados e controlados pelo regime militar, majoritariamente pelo grupo que chegou ao comando político do Estado junto com o general Ernesto Geisel<sup>30</sup>. Essa constatação não diminui a interferência dos políticos, dos partidos e das organizações de oposição; esses seguimentos exerceram, certamente, pressão imprescindível, embora não haja consenso entre os pesquisadores, em relação ao peso desses movimentos no processo<sup>31</sup>.

Em uma das percepções opostas, está a visão de setores militares, como, por exemplo, a do próprio General Geisel. Para ele, a abertura política poderia haver sido mais rápida, não fosse as atitudes das oposições. Elas não entenderam – ou não quiseram entender – o projeto de abertura. Então, a cada reação no sentido de pressionar o governo, estavam dando, na

---

<sup>30</sup> As análises do processo de abertura política brasileira podem ser encontradas, entre inúmeros outros trabalhos, em: CODATO, Adriano Nervo. Uma História Política da Transição Brasileira: da Ditadura Militar à Democracia. *Revista de Sociologia e Política*, nov./2005, n° 25, p. 83-106; KINZO, Maria Dalva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec, 2001, vol. 15, n° 4, p. 3-12; e D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Int. e Org.). A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

<sup>31</sup> Para Codato, 2005, *Op. cit.*, a sociedade civil influenciou a abertura política de maneira decisiva, menos no curso e mais no ritmo. Para outros historiadores, os militares controlaram tanto o ritmo quanto o escopo da abertura, como defendem Kinzo, 2001, *Op. cit.* e FICO, Carlos. Brasil: transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). Violência na história: memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012, pp. 25-37.

realidade, um passo atrás. E conclui afirmando que, mesmo considerando a influência desses setores oposicionistas, a meta foi cumprida, “inclusive no *timing* e na forma”<sup>32</sup>.

Mas a proposta de abertura não significou uma conversão dos militares aos princípios democráticos. Para os articuladores, a abertura foi uma necessidade. A proposta de retirarem-se da política enquanto atores principais foi uma maneira de resolverem sérios problemas internos e preservarem a corporação. A presença das Forças Armadas nos aparelhos de Estado e nas articulações políticas acabou por trazer consigo conflitos políticos e ideológicos, subvertendo a hierarquia e as cadeias de comando.

Pode-se dividir o período em três fases. A primeira, que abrange o período de 1974 a 1982, estava totalmente sob o controle dos militares, aparentando mais uma reforma do regime e menos um caminho em direção à redemocratização. A segunda, que se estende de 1982 a 1985, ainda está sob controle militar, mas os civis começam a ganhar força. A terceira fase, que vai até o ano de 1989, os políticos civis são os principais protagonistas, com a participação de setores organizados da sociedade, mas os militares continuam tendo influência<sup>33</sup>.

A abertura dinamizou uma característica que se apresentava desde os primeiros momentos do golpe civil-militar. Trata-se de um processo em que se revezavam períodos de maior e menor violência, controle e concessões, obedecendo a determinadas conjunturas. As liberalizações, consentidas, conquistadas ou negociadas a partir do governo Geisel, eram implementadas com o objetivo de barrar a ofensiva oposicionista e impedir uma ruptura democrática, ao mesmo tempo em que pretendiam dar o entender aos setores de extrema direita, militar ou civil, de que não estava ocorrendo uma involução da “Revolução”. Dessa forma, o governo evitaria as pressões em direção a um novo endurecimento. Em suma, todas as vezes em que o regime corria o risco de perder o controle, buscavam-se formas de retomá-lo. Mas nem sempre o resultado de uma determinada manobra política corria como planejado. A reforma partidária de 1979 foi um exemplo. O sistema bipartidário tornara-se desinteressante para o regime. A tática de permitir a existência de apenas dois partidos formais, um da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e um de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), acabou por canalizar neste os grupos de oposição, fortalecendo-o. A reforma propunha o fim do bipartidarismo, mas estabelecia

---

<sup>32</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Orgs.). Ernesto Geisel. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 420.

<sup>33</sup> KINZO, 2001, *Op. cit.*, p. 4 e 5.

critérios rígidos para a formalização de novos partidos. A intenção era manter um partido de situação, herdeiro da Arena, o Partido Democrático Social (PDS); um partido centrista, o Partido Popular (PP), entregue a Tancredo Neves e uma representação moderada dos trabalhadores, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), bem diferente daquele existente no período pré-64.

Porém os estrategistas políticos do governo não previram alguns efeitos indesejados. O primeiro deles diz respeito a Leonel Brizola, que, retornando do exílio, lutaria para retomar a bandeira do trabalhismo, desta vez no Partido Democrático Trabalhista (PDT). O segundo é que o PP não conseguiu organizar-se e fundiu-se ao PMDB, já nas vésperas da campanha eleitoral de 1982. E o terceiro foi a estruturação formal do PT<sup>34</sup>, apesar dos rigores impostos pela legislação e a duras penas, como se verá.

Com Figueiredo, o regime vai dando continuidade à abertura política. Foram implementadas algumas medidas liberalizantes, como a anistia – embora restrita -, a revogação parcial de medidas de exceção, a ampliação do calendário eleitoral, dentre outras propostas. Figueiredo, no entanto, diferente de seu antecessor, que conseguiu evitar uma profunda contração econômica, acabou por adotar uma severa política de reajuste econômico, seguindo as condicionantes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), como aconteceu a diversos países afetados pela crise internacional. A crise econômica acompanhou todo o governo Figueiredo e foi permanentemente explorada pelas oposições.

Foi, sem dúvida, uma conjuntura em estado de crise permanente. Crises internas na corporação militar, crises entre o regime e seus aliados, crise econômica e pressão das oposições. Se para os grupos militares hegemônicos no governo, já não cabia mais defender um regime corporativista, por outro lado também não havia condições de aceitar a hegemonia de partidos moderados no controle do poder. Para eles, a questão central era buscar a manutenção de um governo estável, com uma rotina eleitoral equilibrada e onde os grupos políticos pudessem acomodar-se sem romper com a ordem vigente. É nesse contexto que nasce o PT.

---

<sup>34</sup> Os comentários sobre a tática política que envolveu a reforma partidária de 1979 estão em: RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro), p. 19.

### 1.1 PT: O EFEITO INDESEJADO DO REFORMA POLÍTICA

No dia 23 de janeiro de 1980 foi enviado um comunicado urgente, via Telex, diretamente do SNI ao Serviço de Investigações e Informações do Estado do Espírito Santo (SII), órgão ligado à Secretaria Estadual de Segurança Pública<sup>35</sup>. A preocupação do SNI, expressa no texto, dizia respeito ao evento de lançamento oficial do Partido dos Trabalhadores no Estado do Espírito Santo, marcado para acontecer no dia 27 de janeiro daquele ano. Assim dizia o conteúdo: “tendo em vista a importância do assunto, esta ARJ solicita ser informada do resultado das diligências que, por ventura, venham a ser efetuadas [...]”.

Depois de receber o pedido, o então chefe do SII/ES, Carlos Eduardo Marques Magnago, determinou a ida de um agente policial. E assim este o fez, segundo o relatório do mesmo, comparecendo naquele dia à Rua Coutinho Mascarenhas, nº 02, onde fica localizado o Colégio do Carmo, para acompanhar uma reunião que tinha como objetivo o lançamento do PT<sup>36</sup>. A descrição feita pelo agente fornece um panorama geral dos trabalhos realizados naquele encontro. De acordo com o documento da DOPS/ES, a reunião teve início às 16 horas e terminou por volta das 18 horas. Contou com um número aproximado de trezentas pessoas. A Mesa foi composta por Rogério Medeiros, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo; Vitor Buaiz, Presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo; Jacó Bittar, Presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulinha/SP e José Ibraim, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco/SP.

Segundo o agente, foi constituída, nessa ocasião, uma comissão provisória de organização do partido. Uma equipe formada por moradores dos municípios de Vila Velha, Cariacica, Cachoeiro do Itapemirim, Conceição de Castelo, Serra e Vitória, havendo cada município apresentado dois representantes. Houve também as participações, como articuladores, de Vitor Buaiz e Rogério Medeiros. O agente da DOPS/ES notou ainda que, no transcorrer da reunião, foi passado no auditório um abaixo-assinado com a finalidade de pressionar as autoridades para a libertação de dois presos políticos de nomes Rholine Conde Cavalcante e Luciano de Almeida. E, finalmente, foi passada uma bolsa por todo o auditório, tendo-se como finalidade recolher dinheiro para contribuir com a campanha de criação do PT.

---

<sup>35</sup> Telex. SNI/RJ nº 013/115. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 16/Partido dos Trabalhadores, p. 5.

<sup>36</sup> Relatório (sem número). Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 8.

Embora o relatório haja qualificado o encontro do dia 27 de janeiro de 1980 como sendo o dia do lançamento oficial da agremiação partidária e da formação de sua comissão provisória, outras fontes, no entanto, informam que o encontro oficial ocorreu no dia 28 de janeiro, na Ilha de Santa Maria, em Vitória<sup>37</sup>. Neste dia, além de lideranças presentes no dia anterior, o evento contou com Perly Cipriano, que acabara de voltar da prisão, e outras importantes personalidades do cenário político estadual, como Rose de Freitas, os deputados peemedebistas Max Freitas Mauro e Nelson Aguiar, lideranças sindicalistas e de movimentos sociais ligados à militância da Igreja. Também foi escolhido o primeiro Presidente da Comissão Provisória Estadual, Agenor Carneiro da Silva.

É possível perceber, pelo relatório apresentado ao chefe do SII/ES, que o agente esteve atento a vários detalhes ocorridos naquela reunião de formação do partido. Esse aspecto revela a importância de tais relatos para a reconstrução de episódios, fatos e processos históricos. Quanto maior a habilidade do observador/relator, mais abrangentes serão as informações aferidas e os dados a serem analisados.

Em particular, os relatos acima revelam um aspecto peculiar no que se refere às dificuldades enfrentadas pelos militantes que se esforçaram para a formação do PT, qual seja: a falta de dinheiro e estrutura para sua organização. Esse é um indicativo das dificuldades iniciais que os trabalhadores, de forma geral, enfrentavam, para constituir suas organizações de representação política, posto que, via de regra, naquela época não havia para eles outras formas de angariar fundos, senão por meio das cotizações coletivas e realização de campanhas diversas. Como relata Luiz Dalvi, um dos fundadores do PT de Vila Velha, que no início, eram feitas festas, rifas e bingos para arrecadação de fundos para o custeio das campanhas paupérrimas e a maioria do material usado, com exceção de panfletos, broches, adesivos, chapéus e camisetas, eram vendidos e pagos pela própria militância e simpatizantes<sup>38</sup>.

Com base nos relatos feitos pelo agente da DOPS/ES, foi expedido outro informe, datado de 11 de fevereiro de 1980<sup>39</sup>. Esse documento reproduziu quase fielmente o conteúdo expresso no relatório, alterando apenas a disposição de algumas frases e fazendo a supressão de algumas palavras, provavelmente para uma melhor estética textual. O documento recebeu

---

<sup>37</sup> A informação pode ser verificada em: [www.ptes.org.br](http://www.ptes.org.br); ANDREATTA, *Op. cit.*, 2010, p. 14; e OLIVEIRA, 2008. *Op. cit.*, p. 78.

<sup>38</sup> DALVI, Luis. Entrevista. In.: ANDREATTA, 2010, *Op. cit.*, p. 26.

<sup>39</sup> Informe n° 004/80-SII/ES. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 16/Partido dos Trabalhadores, p. 11.

os carimbos de “confidencial” e “sigiloso” e foi difundido para o Segundo Batalhão da PM/ES, para a Assessoria Técnica de Informações e Contra Informações, para o 38º Batalhão de Infantaria, para o Departamento de Polícia Federal do Espírito Santo e para o setor de arquivo. Portanto foi elaborado para retroalimentar a difusão e circulação de informações entre os diversos órgãos de informação e repressão.

Antes desse dia, porém, já havia ocorrido, no final do ano de 1979, alguns encontros com o mesmo objetivo. Um deles, de cunho informal, aconteceu no Colégio Americano e outro no Colégio Maria Ortiz. Este contou com a participação de um representante do Sindicato Nacional dos Petroleiros.

A partir da comissão provisória estadual do PT, houve um esforço de reproduzir a formação de comissões provisórias em vários municípios do estado. Foi estipulada uma meta para a constituição de comissões em quatorze município em um prazo de seis meses. Mesmo sem estrutura e dinheiro, foram montadas comissões provisórias em dezoito municípios, dentre os quais os da região da Grande Vitória, mais São Mateus, Barra de São Francisco, Colatina, Linhares, Cachoeiro do Itapemirim, Ecoporanga, Muniz Freire, Castelo, Guarapari. Dessa maneira o partido foi ganhando capilaridade e inserindo-se nos espaços em que se constituíam oposições dentro do movimento sindical e nos movimentos sociais, destacando-se, principalmente, nas reivindicações pela melhoria do transporte coletivo, do saneamento básico e contra a carestia.

Passado o desafio da criação das comissões provisórias e da mobilização para as filiações, com vistas a atender as exigências legais de formalização de partidos políticos, o primeiro diretório estadual foi, finalmente, montado. A reunião de nomeação dos membros da primeira direção foi acompanhada pelo Observador Eleitoral, Hélio Maldonato Jorge. Ela ocorreu no dia 06 de setembro de 1981, no antigo prédio da Assembléia Legislativa do Espírito Santo e foi presidida por Agenor Carneiro da Silva e secretariada por Glecinei de Oliveira Brito. Nesse mesmo dia aconteceu a eleição para a composição da primeira comissão executiva, que ocorreu na sede do partido, localizada na Rua Nestor Gomes, nº 214/1, centro de Vitória. Foram eleitos: Pedro Correia Reis, presidente e Djalma Vazzoler, vice-presidente<sup>40</sup>. A primeira direção ficou assim composta:

---

<sup>40</sup> Essas informações estão em: ANDREATTA, 2010, *Op. cit.*, p. 30.

**TABELA 01**  
**COMPOSIÇÃO DO PRIMEIRO DIRETÓRIO ESTADUAL DO PT/ES**

CARGOS	MEMBROS
<b>Presidente</b>	Pedro Correia Reis
<b>Membros Efetivos</b>	Pedro Correia Reis; Djalma José Vazzoler; Anoderval Santos Luz; Glecinei de Oliveira Brito; Ângelo Pin; Reinaldo Centoducatte; Rogério Sarlo de Medeiros; Gerson Florêncio Diniz; Perly Cipriano; Clóvis Ruy Coelho e Silva; Carlos Alberto Peixoto Lobo; Rosângela D'Ávila; Salatiel Quiquita de Oliveira; Agenor Carneiro da Silva; José Aguillar Dalvi; Sara Rodrigues Coelho; José Lourenço do Rosário; Luiz Carlos Oliveira; José Bonifácio Pereira; Aldemindo Gonçalves Pereira; Floriano Vieira da Silva; Adíla Luzia Bandeira; Elza Patrício Fagundes; Jacyr Cassani; Lourival Zeferino Pereira; Izabel Peres dos Santos; Gilberto Álvares dos Santos; Brice Bragatto; Elisardo C. Vasques; Osmar Queiroz; Maria Aires Teixeira; Irlanda Maria Marchesini; José Carlos Barbosa; Walter Estevão Pereira; Edson Aquino; Maria da Penha Queiroz; Claurinda Pelissari do Nascimento; José Luiz da Silva Carvalho; Luis Leôncio Lorenzoni; Roberto Antonio Beling Neto; Alfredo Erlar; Paulo Aimbiré de A. Xavier; Helcias de Almeida Castro; Dante Poncini Póla
<b>Membros Suplentes</b>	Caetano Carlos Ronconi; Irene Almeida Bile; Carlos Alberto Feitosa Perim; Maria José Machado; Saulo Tavares Severo; Ademar Pereira; Angelim Colombi; Isaque Marciano; Francisco Carlos Boleli Tatagiba; Cleomar Fernandes dos Santos; Vera Helena de Oliveira; Isis do Nascimento; José Mauer; Ana Maria Doimo César
<b>Delegados à Convenção Nacional</b>	Pedro Correia Reis; Glecinei de Oliveira Brito
<b>Suplentes à Convenção Nacional</b>	Isabel Peres dos Santos; Aldemindo Gonçalves da Fonseca

Fonte: ANDREATTA, Graça. A Revolução da Estrela. Guarapari: Criativa, 2010, p. 134-135.

Pedro Correia Reis era cachoeirense, pedreiro de profissão e um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Cachoeiro do Itapemirim. Iniciou sua militância política no PCB, participando intensamente das greves dos operários do setor de construção civil dessa cidade<sup>41</sup>. Quanto a indicação do nome do mesmo, Rogério Medeiros relata que os militantes pensaram em um trabalhador que possuía uma “história política da maior reputação”, e que, além disso, “Cachoeiro do Itapemirim foi onde a esquerda capixaba esteve mais forte, porque tinha Gilson Carone, Roberto Valadão, Helio Carlos Manhães, que era tido como de esquerda”<sup>42</sup>.

Para algumas pessoas que conheceram Pedro Reis, ficaram na lembrança casos pitorescos, como alguns lembrados por José Paradella Netto, um dos fundadores do PT de Cachoeiro do Itapemirim. Ele conta que durante as greves da construção civil, Pedro Reis tinha a tarefa de levar marmitas para os grevistas. Elas eram escondidas em balaios amarrados em um burro que Pedro Reis utilizava para transportar a alimentação de sua criação de porcos

<sup>41</sup> ROCHA JUNIOR, 2006, *Op. cit.*, p. 36-37.

<sup>42</sup> MEDEIROS, Rogério. Entrevista concedida a Pedro Ernesto Fagundes. Vitória, 2012.

e galinhas. Normalmente, segundo Paradella, antes de sair para as tarefas militantes, Pedro Reis deixava um pedido à família: “se eu for preso vocês dão um jeito de me procurar, eu vou botar a minha camisa vermelha e eu tenho certeza que eles vão me prender”<sup>43</sup>. Algumas memórias a respeito de Pedro Reis revelam seu admirado compromisso militante. José Irineu de Oliveira, militante do PT de Cachoeiro do Itapemirim, por exemplo, lembra que ouviu de Pedro Reis, quando a saúde do mesmo já estava precária, palavras que muito o marcaram. Disse Pedro Reis a José Irineu: “morro feliz porque ajudei a construir o PT, mas morro triste porque eu não vou ver o socialismo”<sup>44</sup>. Outras memórias parecem desconsiderar as contradições humanas, atribuindo a Pedro Reis pesada carga simbólica, como as reveladas por Perly Cipriano. Perly chegou a dizer que Pedro Reis talvez haja sido a pessoa mais pura que já conheceu, “uma espécie de Apolônio de Carvalho capixaba”, como se fosse “um santo comunista ou um comunista santo”. E completa, argumentando que a bondade de Pedro talvez fosse resultado de sua ideologia ou espiritismo (era espírita). Era um homem “que não via maldade nas pessoas, que sonhava com uma humanidade sem mazelas”, completa Perly<sup>45</sup>.

Em todo caso, sem dúvida havia um considerável respeito coletivo por parte da militância petista à figura de Pedro Reis. Andreatta (2010) relembra a ocasião em que Pedro Reis pediu afastamento das atividades do diretório estadual do partido, em agosto de 1983, alegando ele já estar com a idade avançada para cuidar simultaneamente dos assuntos estaduais e do diretório do Município de Cachoeiro do Itapemirim, onde também fora eleito presidente. Segundo ela, foi um momento emocionante em que todos o homenagearam por sua “força, madura e prudente, apesar de ousado e combativo, um paradoxo que só a maturidade, a experiência e a lisura de caráter podem permitir”<sup>46</sup>.

Em nível nacional, pode-se dizer que o PT nasceu 1978<sup>47</sup>, pois foi nessa época que surgiu a proposta da criação de um partido formado por trabalhadores, no calor das grandes greves daquele ano, iniciadas no ABC paulista e irradiadas para várias partes do País. Aconteceu durante um Congresso dos Petroleiros, em Salvador, Bahia, no mês de julho, o primeiro registro do qual se tem notícia do momento em que o assunto foi abordado mais amplamente. A ideia foi se disseminando, passando pelo IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, na cidade de Lins,

<sup>43</sup> ROCHA JUNIOR, 2006, *Op. cit.*, p. 36.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> CIPRIANO, Perly. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/perly/historia\\_pt/pedro\\_reis.htm](http://www.dhnet.org.br/perly/historia_pt/pedro_reis.htm). Acesso em: 13 de dez./2013.

<sup>46</sup> ANDREATTA, 2010, *Op. cit.*, p. 31.

<sup>47</sup> As informações sobre a formação do Partido dos Trabalhadores estão na bibliografia citada na introdução.

em dezembro desse mesmo ano. No encontro foi lançada a Tese de Santo André-Lins, um dos marcos desse processo. O documento assumia a necessidade de tomada do poder político pelos trabalhadores e que o melhor instrumento para alcançar esse objetivo é a construção de um partido formado pelos próprios trabalhadores. Defendia também uma anistia ampla, geral e irrestrita; uma Assembléia Constituinte, democrática, livre e soberana; e a reforma agrária. Tarefas essas que, segundo o texto, não seriam cumpridas pelo MDB, devido a sua composição heterogênea. Também foi eleita uma comissão encarregada de elaborar um manifesto em apoio à construção do Partido dos Trabalhadores<sup>48</sup>. Nesse mesmo encontro compareceram, representando as oposições sindicais do Espírito Santo, Rogério Medeiros, Presidente do Sindicato dos Jornalistas, e Antônio Ângelo Moschen, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina.

Em janeiro de 1979 o projeto foi anunciado em uma reunião intersindical de Porto Alegre. E nas comemorações do 1º de Maio foi lançada a Carta de Princípios, assinada pela Comissão Nacional Provisória do Movimento pelo PT. Um texto cuja abertura afirmara que a idéia da construção de um partido formado por trabalhadores era tão antiga quanto a própria classe trabalhadora<sup>49</sup>. Uma afirmação teoricamente incorreta, mas que revelava o clima de entusiasmo<sup>50</sup>. E, em junho, durante o Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas, a ideia dava ares de plena materialização. Mas o movimento não foi tão linear quanto aparenta. Para se ter uma ideia, apenas dois dias antes da posse do general João Baptista Figueiredo (1979-1985), cento e oitenta mil metalúrgicos paralisaram as máquinas. Algumas lideranças sindicais, entre elas o próprio Lula, entendiam que, naquele momento, formar um partido significaria diminuir o nível de solidariedade às greves do ABC. O encontro pró-PT, realizado em Contagem/MG, no dia 28 de junho, não contou com o apoio de Luiz da Silva.

Em 13 de outubro de 1979, no Restaurante São Judas Tadeu, em São Paulo, foi lançado oficialmente o movimento pró-PT e aprovadas as normas para o funcionamento do movimento. A Comissão Nacional Provisória foi composta por Jacó Bittar, eleito coordenador, além de Arnóbio Silva, Carlos Borges, Édson Khair, Firmo Andrade, Francisco Auto, Godofredo Pinheiro, Henos Amorina, Ignácio Hernandez, José Ibrahim, Luiz Inácio

---

<sup>48</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Tese de Santo André-Lins (1979). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

<sup>49</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Eleições. Carta de Princípios (1979). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

<sup>50</sup> Comentário em: GURGEL, Cláudio. Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989, p. 44.

Lula da Silva, Luiz Dulci, Manoel da Conceição, Olívio Dutra, Sidney Lianza e Wagner Benevides.

A cerimônia oficial de fundação do PT ocorreu no dia 10 de fevereiro (domingo) de 1980, no auditório do Colégio Sion, escola situada em um bairro de alta classe média em São Paulo, lugar “improvável para a fundação de um partido operário”<sup>51</sup>. Mil e duzentas pessoas estavam lá reunidas e aprovaram, por aclamação, o manifesto de lançamento do PT. O auditório do tradicional e elegante Colégio Sion estava abarrotado. Eram 242 delegados de 18 unidades da Federação e um número indefinido de militantes que, embora não credenciados, acabaram sendo admitidos com direito a voz. As fotos mostram gente sentada nos corredores e em pé, ao fundo da sala. Quando o secretário da Mesa, composta em sua maioria de sindicalistas, chamou o crítico de arte Mário Pedrosa para assinar o manifesto de lançamento do PT, a sala veio abaixo<sup>52</sup>. Nesse dia compareceram, representando o Estado do Espírito Santo, Magno Pires e Perly Cipriano.

Os personagens dessa época eram parte de uma nova sociedade civil, resultante do acelerado processo de urbanização e industrialização e suas mazelas. Ou seja, a ditadura produziu uma nova base social. E foram essas bases que sentiram na crise de legitimidade do regime político e na crise econômica o fermento para contestação. Elas viram na constituição de um novo partido, um dos elementos mais dinâmicos para a transformação das relações sociais no país<sup>53</sup>. O universo do trabalho, assalariado predominantemente, foi o principal fator de identidade social, unindo diferentes categorias de trabalhadores e grupos políticos. Cada qual levaria para o interior do partido recém-criado suas concepções e perspectivas<sup>54</sup>. Mas, diferente dos primeiros estudos sobre o PT, que cristalizaram a visão de um partido formado pelo tripé<sup>55</sup>, sindicalistas autênticos, militantes da Igreja progressista e grupos de esquerda, a formação do partido foi mais diversa, principalmente se forem consideradas experiências

<sup>51</sup> Comentários de SECCO, 2011, *Op. cit.*, p. 35.

<sup>52</sup> Comentário de SINGER, André. O PT. Série Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 5.

<sup>53</sup> MARTINEZ, 2007, *Op. cit.*, p. 247.

<sup>54</sup> Sobre os grupos constitutivos do PT, foram utilizados: REIS, 2007, *Op. cit.*, p. 506 e 507; e SECCO, 2011, *Op. cit.*, p. 26 e 27.

<sup>55</sup> SECCO, 2011, *Op. cit.*, realiza interessante problematização no que diz respeito a composição do PT em diversas regiões. Segundo ele, em determinados locais a Igreja não só não colaborou, como se opôs ao partido; em outros o mesmo nasceu dentro da Igreja e a partir de movimentos ligados à ela; houve situação em que o PT iniciou as oposições sindicais e não o contrário; caso em que um político estabelecido optou por ingressar na legenda e fundar o partido em seu município; locais em que os principais articuladores eram pertencentes a grupos trotskistas; outros em que grande parte era do movimento estudantil, reduzindo o partido a um perfil identificado com setores médios; etc.

específicas em âmbito regional. As diversidades regionais e sociais do Brasil criaram vários “PT’s diferentes”.

Uma tentativa interessante de subdividir os grupos formadores do PT propõe classificá-los em seis principais seguimentos, sendo que dois deles comporiam a base mais significativa. O primeiro composto pelos sindicalistas autênticos, que se destacaram na liderança do processo de formação do PT. Eles viam na formação do partido uma ruptura com a tradição de partidos que falavam em nome dos trabalhadores e por estes. O outro é formado pelos militantes da igreja progressista que, graças a sua atuação, o partido pôde se capilarizar pelas mais diversas regiões do País. Estes militantes buscavam uma síntese entre a crítica anticapitalista de origem marxista e o cristianismo.

O terceiro seguimento foi formado por intelectuais de diversas concepções ideológicas e origens sociais. O quarto foi composto de políticos oriundos do MDB. A presença desse grupo, apesar de reduzido, gerou contradições dentro do partido na medida em que alguns políticos ingressaram na legenda já possuidores de estruturas de mandatos eletivos e, ao mesmo tempo em que disponibilizavam essas estruturas e as usavam para disputas internas, despertavam reações dos chamados “grupos de esquerda”.

O quinto e o sexto seguimentos são formados, justamente, por esses chamados “agrupamentos de esquerda”. Dependendo da interpretação eles podem ser classificados em um mesmo seguimento. Havia os de orientação política trotskistas, como a Convergência Socialista (CS) e a Democracia Socialista (DS); e grupos remanescentes da luta armada, como a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PCdoB), Ação Libertadora Nacional (ALN), Ação Popular Marxista-Leninista (AP-ML), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Para esses grupos a fundação do PT representava a atualização de uma antiga utopia revolucionária, anunciada desde o “Manifesto Comunista”, de Karl Marx (1848), de que a emancipação do proletariado aconteceria por obra do próprio. Eram grupos com ideologias e posicionamentos diversos, certamente não unificados.

Com base nas fontes documentais usadas nesta pesquisa, foi possível concluir que, no Espírito Santo, a formação do PT também foi diversificada, não se limitando ao assim chamado “tripé”: sindicalistas autênticos, militantes ligados à Igreja progressista e grupos de esquerda.

Dentre as peculiaridades da formação petista no estado, pode-se destacar a relação entre os militantes do chamado “Cristianismo de Libertação” e a formação das oposições sindicais. Com algumas exceções – como no caso de Rogério Medeiros, cuja adesão ao movimento sindical deveu-se a outras experiências políticas -, padres, bispos e outros religiosos progressistas contribuíram enormemente no chamamento de pessoas para a participação em CEB’s e pastorais diversas, incentivando-os, ainda, para a formação e disputa de sindicatos. Conseqüentemente, parte dessa militância aderiu ao movimento pró-PT. Esta se tornou a base mais significativa.

Havia também militantes oriundos de grupos e tendências de esquerda, cujo personagem mais representativo foi, sem dúvida, Perly Cipriano. Mas não somente ele. Com base nas fontes documentais foi possível identificar, por exemplo, a existência da Libertária, tendência interna do PT que se articulava no interior de alguns núcleos do PT organizados na cidade de Vitória. Essa tendência possuía, inclusive, um pequeno jornal: o “Jornal do Bairro”. A Libertária identificava-se como tendência ligada às orientações da I Internacional Comunista<sup>56</sup>, e foram seus membros, de um lado, e os políticos oriundos do MDB, principalmente os ligados ao então deputado Nelson Aguiar, de outro, protagonistas de embates que ganharam dimensões externas ao partido. Esses últimos, os políticos que migraram do MDB para o PT, formavam outro seguimento importante dentro do partido. Enfim, setores do movimento estudantil, sobretudo oriundos da UFES, também deram sua parte de contribuição à formação e ao fortalecimento do PT no estado, empenhando energia e vitalidade em campanhas e em tarefas as mais diversas. Esses setores também conseguiam posicionar-se, expressando suas opiniões em jornais e panfletos.

Todos esses seguimentos passaram a ser monitorados pela polícia política do Estado do Espírito Santo. Em alguns casos, informações sobre a movimentação da oposição capixaba eram solicitadas até pela agência central do SNI. Por isso, para entender o papel exercido pelos órgãos de repressão e sua dinâmica de ação no combate e vigilância aos chamados

---

<sup>56</sup> O nome Libertária foi inspirado a partir das ideias defendidas por Bakunin durante a Primeira Internacional Comunista. As internacionais comunistas são organizações que reúnem partidos e movimentos de esquerda de vários países, identificados com as resoluções que ali são definidas. A I Internacional, também conhecida como Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), foi fundada em 1864 sob inspiração de Karl Marx, e tinha como objetivo articular diversos seguimentos da classe trabalhadora no mundo. Em 1889 foi criada a II Internacional, a partir da cisão entre socialistas e anarquistas. A III Internacional, ou Komintem, foi fundada em 1919 sob a liderança de Vladimir Lênin e no impulso da vitória da Revolução Russa. Em 1938, sob a liderança de Leon Trotsky, setores dissidentes do regime stalinista fundaram a IV Internacional. A partir da década de 1950 já haviam inúmeras correntes políticas, todas auto-intituladas herdeiras da tradição marxista-revolucionária.

“subversivos”, faremos um necessário recuo histórico. Então, analisaremos, a seguir, a formação e o funcionamento da polícia política, em âmbito nacional e estadual.

## 1.2 POLÍCIA POLÍTICA

Como foi visto, todos os passos em torno da organização do PT no Espírito Santo foram acompanhados por agentes dos órgãos de repressão. Dessa forma, antes de se prosseguir é importante se apresentar um histórico sobre a estruturação desse aparato, no Brasil e no Estado. A análise a seguir ajudará o leitor a compreender a função da repressão e da vigilância existentes no período abordado nesta pesquisa.

As variações ocorridas no perfil, nas atribuições e na organização da polícia no País acompanharam as mudanças sociais e o crescimento urbano brasileiros<sup>57</sup>. Como em várias partes do mundo, em alguns momentos do século XX o Estado brasileiro sentiu necessidade de organizar e especializar seus setores de segurança, para a garantia da preservação do regime político vigente e para assegurar a integridade da nação contra seus “inimigos”: os adversários de uma noção de Estado, obviamente. Cabe ressaltar que, não obstante a existência de um discurso antigo do “servir à população”, cuja “naturalização” foi reforçada pelo Estado e pela própria instituição policial, na prática, o papel da polícia no âmbito das relações sociais, historicamente, foi determinado pelos grupos ou pelo poder que a instrumentalizou. Ademais, é certo que as normatizações legais, no tocante à organização e funcionamento das polícias, refletem contextos históricos.

Desde o início do século XX e das primeiras experimentações da vida republicana – diga-se, a Primeira República (1889-1930) –, já havia o que se poderia chamar de “função de polícia política”. Principalmente a partir da ampliação das propostas liberais, os estados foram tomando para si o controle social e político, em detrimento de ações particulares, onde civis

---

<sup>57</sup> Sobre a história da Polícia Política no Brasil e no Espírito Santo ver: FAGUNDES, Pedro Ernesto. A Estrutura Organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo DOPS/ES. *Diálogos*, v. 15, n° 2, 2011; FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In.: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). *Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Coleção Rumos da História. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES: GM Editora, 2011, pp. 11-34; KROK, Jan Tadeusz. O vínculo constitucional entre o Exército e as Polícias Militares: reflexos na estrutura organizacional, formações e prática profissional (1934-1988). Vitória: UFES, 2008. 118 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo; REZNICK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

eram contratados (ou convocados) por governos ou por pessoas comissionadas para que desempenhassem funções de natureza fiscalizatória e/ou de arrecadação de tributos.

Já em 1920 a função de policiamento cabia exclusivamente ao Chefe de Polícia do Distrito Federal. Competia à Seção de Ordem e Segurança Pública, subordinada à Inspetoria de Investigação e Segurança Pública do Distrito Federal, dentre outras tarefas: a) zelar pela existência e segurança interna da República; b) atender, por todos os meios preventivos, a manutenção da ordem; c) garantir o livre exercício dos direitos individuais, em especial a liberdade de trabalho; d) desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidade de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos<sup>58</sup>. Os imigrantes europeus, principalmente aqueles que manifestavam ideais anarquistas, ou simplesmente considerados anarquistas, eram vistos como as maiores ameaças à segurança do País.

Esse cenário foi marcado pela descentralização política e a disputa pelo poder dava-se no terreno das oligarquias agrárias, chamadas os “coronéis”. A primeira Constituição Republicana, de 24 de fevereiro de 1891, não faz referência às polícias, mas ela é marcada por uma influência liberal que legitimou a descentralização política e administrativa favoráveis às elites agrárias regionais<sup>59</sup>. Daí a profunda contradição: a importação e implantação de mecanismos jurídicos de inspiração liberal, para servir de instrumento regulador em uma sociedade marcada por relações sociais e políticas aristocráticas.

Esse e outros aspectos, somados à ausência de políticas públicas nos mais diversos setores da sociedade, foram entendidos como os principais fatores quanto ao atraso do País. Desenvolveu-se, assim, um entendimento de que era necessário fortalecer o Estado, centralizando-o política e administrativamente. Essa redefinição do Estado, no sentido de uma maior regulação e intervenção na sociedade, e para suprir a ausência de políticas públicas, marcante no período anterior, começou a tomar forma a partir da chamada “Revolução de 1930” e do Governo de Getúlio Vargas. Foram criadas inúmeras agências estatais para se relacionarem com as diversas esferas da sociedade nos mais diferentes seguimentos como, por exemplo, institutos e comissões responsáveis por controle de estoques, incentivos à produção industrial, regulamentação do trabalho, do sistema educacional, dentre outras ações. O ambiente ficou marcado por intensa movimentação social e política. O debate sobre o modelo

---

<sup>58</sup> Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920, art. 5º: Dá novo regulamento à Inspetoria de Segurança Pública.

<sup>59</sup> KROK, 2008, *Op. cit.*, p. 34 e 35.

de desenvolvimento e democracia mobilizou diversos setores: tenentes, intelectuais, profissionais liberais, estudantes, sindicatos, políticos tradicionais e progressistas e setores da Igreja Católica.

A classe operária buscava espaços de participação, mas encontrava enormes dificuldades. Mesmo quando determinados grupos mais progressistas sinalizavam na direção da classe operária, como os tenentes, ainda o faziam sob uma perspectiva elitista, como forma de tutela, descrendo na capacidade organizativa e de intervenção operária. Não obstante, no cenário internacional alguns países europeus foram tomados por governos fascistas, como a Alemanha e a Itália. Esses modelos foram apresentados como uma saída ao modelo capitalista, em profunda crise após a queda da Bolsa de Nova York (1929). No Brasil, a difusão de tais propostas coube à Ação Integralista Brasileira (AIB). Em outro pólo da disputa política, estavam os comunistas, que desde a Revolução Russa de 1917, causaram furor (e também temor) no Brasil, em setores sociais mais próximos das concepções liberais e capitalistas difundidas pelos EUA<sup>60</sup>. Não é de se estranhar que foram, justamente, os comunistas e os integralistas os principais alvos da polícia política nesse período.

O Espírito Santo acabara de sofrer intervenção federal. O presidente estadual, Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930), contra Vargas, foi apoiador de Júlio Prestes à Presidência da República. Depois que a Aliança Liberal, liderada por Vargas, tomou a presidência, deu-se início à derrubada dos opositores. O Estado foi invadido por tropas saídas do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e, por onde passavam, destituíam prefeitos ligados às lideranças estaduais opositoras.

Para governar o Estado do Espírito Santo, Getúlio Vargas nomeou o militar-interventor João Punaro Bley (1930-1935). Bley não era capixaba e não tinha vínculo com a política local. Buscou, sobretudo, pôr em prática diretrizes federais, arbitrar e manter o controle sobre os atritos entre as elites locais, todavia com certas limitações, evidentemente<sup>61</sup>. Uma de suas primeiras ações foi criar, por meio do Decreto-Lei Estadual nº 129, de 27 de novembro de 1930, o cargo de Delegado de Ordem Social, órgão subordinado à Delegacia

---

<sup>60</sup> Sobre a agitação política do período, principalmente em relação às ações do Partido Comunista Brasileiro e da Aliança Nacional Libertado, ver: VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de 1935. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano. O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro, 2003, v. 2, p. 64-105.

<sup>61</sup> Para uma análise da História do Espírito Santo durante chamada Era Vargas, ver: ACHIAMÉ, Antonio Fernando de Moraes. O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2010.

Geral<sup>62</sup>. Torna-se significativo, neste momento, a promulgação da primeira Lei de Segurança Nacional<sup>63</sup>.

Também foi criada, em âmbito federal, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps). A partir de então consolida-se a autonomia da polícia política em âmbito Federal. Diversos temas fariam parte do universo de preocupações dessa delegacia: a subversão pela violência; greves; fraudes comerciais; posse de armas e explosivos; controle do funcionalismo público, militares, meios de comunicação e de todos os indivíduos, grupos e associações vinculados à possibilidade de subversão da ordem. A maioria das instituições de segurança do território e as instituições parceiras no estrangeiro, também se dedicavam a essas questões. Com a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, consolida-se a competência da União sobre as polícias. As polícias militares ficaram caracterizadas como forças reservas do Exército e com as mesmas prerrogativas deste, no caso da necessidade de uma convocação<sup>64</sup>. Nesse mesmo período, no Espírito Santo, o cargo de Delegado de Ordem Política e Social foi elevado à categoria de Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES).

O Estado brasileiro continuaria levando a cabo o processo de organização da polícia política, mesmo durante o período que se convencionou chamar de “democrático”. As contradições do contexto político da chamada “Guerra Fria” refletiram-se no Brasil. É o que analisaremos a seguir.

### **1.2.1 Polícia Política e Democracia em Tempos de Guerra Fria**

É comum relacionar-se a repressão política e as ações truculentas dos órgãos de segurança aos contextos de ditaduras, como a do Estado Novo (1937-1945) ou da ditadura militar brasileira (1964-1985). Isso demonstra que a concentração de lembranças sobre as práticas repressivas fomentou a construção de uma memória coletiva que, inevitavelmente, relacionou polícia política aos períodos de ditaduras. Essa constatação permite perceber que algumas características são marcantes em certos períodos, enquanto outras são deixadas de lado. A

---

<sup>62</sup> Sobre a História administrativa da DOPS/ES, ver: FAGUNDES, 2011, *Op. cit.*; e a página eletrônica do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, que hospeda a página eletrônica do projeto Memórias Reveladas – Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): [www.memoriasreveladas.gov.br](http://www.memoriasreveladas.gov.br).

<sup>63</sup> Lei Federal nº 38, de 4 de abril de 1935.

<sup>64</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934, Art. 5º, alínea V e Art. 167.

polícia política exerceu suas funções inclusive nos períodos considerados democráticos, ou seja, antes de 1937 e entre 1945 e 1964. Assim sendo, a função de polícia política foi regra na história do Espírito Santo durante o século XX<sup>65</sup>.

O período pós-guerra, o chamado período democrático, é ambíguo. Considerando que em um sistema democrático há uma ampliação da participação, da representação, do debate público, da criação de mecanismos que permitam a pressão de grupos políticos e a canalização de demandas sociais e políticas, é possível afirmar que a Constituição do Brasil de 1946 forneceu várias dessas garantias institucionais<sup>66</sup>. No entanto o mundo ocidental atravessava a chamada “Guerra Fria” (1945-1991), circunstância que imprimia contradições à conjuntura política. No Brasil deu-se a segunda grande onda anticomunista nesse período<sup>67</sup>, dessa forma, a propalada democracia apresentava certos limites. Mas, que limites são esses?

Neste hemisfério, os conceitos de democracia e de comunismo situavam-se em pólos opostos: enquanto o primeiro relacionava-se ao capitalismo e às liberdades, o segundo passou a significar totalitarismo, ausência de liberdade política, atraso. Se, por um lado, algumas liberdades foram garantidas, como, por exemplo, uma relativa liberalização do movimento sindical, por outro, foi um período em que se buscou uma maior organização da polícia política, a fim de minar e combater as ações comunistas, não só no Brasil, mas também em vários outros países. A histeria anticomunista foi intensa durante as décadas de 1940 e 1950. Para comprovar basta, para tanto, lembrar que o registro eleitoral do PCB foi cassado no ano de 1947, no vigor da chamada “constituição democrática”. Para se ter uma noção da conjuntura contraditória, em 1947 foram criadas a Comissão Nacional de Segurança e a Central Intelligence Agency (CIA), nos EUA; em 1948 a Lei de Defesa da Democracia, no Chile; em 1949 o Conselho de Segurança Pública, em Portugal; em 1950, leis anticomunistas na Bolívia, na Austrália, na África do Sul, Canadá, entre outros. Estava em curso um esforço para a estruturação de uma rede de relações internacionais. Agentes estadunidenses estiveram em vários países, inclusive no Brasil, para estreitar laços de cooperação, orientando e planejando ações. Esse processo tem relação não só com a prevenção contra comunistas, mas

<sup>65</sup> FAGUNDES, 2011, *Op. cit.*, p. 14-15.

<sup>66</sup> REZNICK, 2004, *Op. cit.*, p. 1.

<sup>67</sup> Segundo MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 22, *Apud* FAGUNDES, 2011, *Op. cit.*, ao longo do século XX, teriam ocorrido três grandes ondas anticomunistas de maior intensidade no Brasil: a primeira entre os anos de 1935-1937, logo após os levantes armados de 1935; a segunda a partir de 1946; e a terceira entre os anos de 1961-1964. O anticomunismo foi essencial para dar consistência ao ambiente pré-golpe de 1964.

com o próprio debate sobre a profissionalização das polícias. Esses dois fatores estiveram interligados.

O quadro político refletiu, certamente, na organização das polícias políticas. As funções de prevenção e repressão foram ganhando novas formas de ação. Em março de 1944, em âmbito federal, foi criada a Divisão de Polícia Política e Social (DPS), em substituição à antiga Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps). A criação dessa divisão veio justamente a atender ao intuito de uma maior organização da polícia. A DPS buscou rotinizar procedimentos de investigação, estabelecer vínculos com as DOPS e secretarias de segurança estaduais, com agências de alguns países europeus, latino-americanos e com os EUA. Além disso, a importância dada ao tema “segurança”, frente a “ameaça comunista”, criou um ambiente para que a divisão se capacitasse e tivesse força institucional para pleitear mais recursos materiais e simbólicos: pessoal, atribuições, alcance de ação e decisão, mais poder e importância<sup>68</sup>.

Já no Espírito Santo, por meio do Decreto-Lei estadual nº. 16.230 de 14 de setembro de 1946, a Delegacia de Ordem Política e Social, juntamente com a Delegacia de Estrangeiros e 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares, unificaram-se numa única delegacia, a Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES).

Um pouco depois, a partir da Lei Estadual nº 719, de 07 de março de 1953, que tratou da organização da Polícia Civil do Espírito Santo, as delegacias especializadas tiveram alteração em suas nomenclaturas, passando para Delegacia da Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES). Dessa forma, de acordo com o Artigo 5º, as Delegacias Especiais passam a ser compostas pelas seguintes delegacias: a) Delegacia de Ordem Política e Social; b) Delegacias de Costumes; c) Delegacia de Segurança Patrimonial; d) Delegacia de Segurança Pessoal e e) Delegacia de Menores e Trânsito. Cada uma delas contaria, conforme o Artigo 6º, com a seguinte estrutura: a) Gabinete do Delegado; b) Cartório; e c) Pessoal. Para além da mudança de denominação, a Lei estabeleceu a organização da Polícia Política no estado. Por meio dela é possível conhecer o arcabouço legal de organização e funcionamento da instituição. No que se refere especificamente à Delegacia de Ordem Política e Social, suas funções foram definidas no Artigo 21. De acordo com ele, são de competência da DOPS/ES:

---

<sup>68</sup> REZNICK, 2004, *Op. cit.*, p. 130.

- a) a matéria relacionada com a ordem política e social, a economia regular e com crimes e contravenções referentes à organização do trabalho, à paz pública, à fé pública e à Administração pública;
- b) fiscalizar os embarques e desembarques de passageiros por via terrestre e as pessoas em trânsito ou residentes em hotéis e habitações coletivas;
- c) controlar o fabrico, depósito, comércio e uso de explosivos e inflamáveis, armas e munições, substâncias corrosivas, tóxicas e entorpecentes;
- d) o serviço de registro de estrangeiros e o de porte individual de arma;
- e) a execução de todos os serviços secretos da Polícia Civil.

Parágrafo Único – O serviço de Registro de Estrangeiros, Armas, Munições e Explosivos constituirá uma dependência da Delegacia de Ordem Política e Social.

Como pôde ser visto na alínea “a”, a questão política foi legitimada em Lei, como o próprio nome dado à delegacia. A alínea “b” expõe a preocupação com estrangeiros e por motivos óbvios, as pessoas que expunham posições comunistas eram vistas como correspondentes de Moscou. Mas o que chama mais atenção é o conteúdo da alínea “e”: a execução de todos os serviços secretos da Polícia Civil. Esse tópico forneceu o suporte legal necessário às atividades de vigilância e espionagem realizadas pela polícia política. Neste caso, a própria Lei abriu caminho para práticas secretas e, dessa forma, fornecendo possibilidades para ações de carácter clandestino, inclusive.

Verifica-se o quão abrangentes são os poderes atribuídos aos órgãos policiais. Esse aspecto garante-lhes grande poder sobre a sociedade como um todo, principalmente quando se refere à defesa do regime e o combate aos subversivos. A alínea “f”, do Artigo 65, por exemplo, dá poderes ao agente policial para cassar licenças de parques, hospedagens ou casas de diversões, caso seja constatado que ali se prestam a propaganda contra o regime. Na alínea “j” é atribuído ao poder policial exercer as medidas preventivas e coercitivas necessárias para resguardar a salubridade pública e a estabilidade do regime. Mas em relação à organização, hierarquização e ramificação dos órgãos de repressão, como também em relação à ampliação

dos poderes discricionários dos agentes do Estado, nenhum período comparou-se ao do Regime Militar. Esse período marca a fase mais sombria e violenta dos órgãos de repressão.

### **1.2.2 Rede a Serviço da Repressão**

O golpe civil-militar de 1964 marca outra fase na história da polícia política no Brasil. O aparato estatal com função de segurança e informação, em operação desde a Primeira República, ampliado e organizado durante o governo de Getúlio Vargas, foi aperfeiçoado durante o chamado Período Democrático (1945-1964). Após o golpe, ampliado vertiginosamente, integrado e hierarquizado<sup>69</sup>. Novamente, o combate ao que se denominou de “atos subversivos” justificou a formação de um intrincado dispositivo de poder, que vai articular a produção e disseminação, burocratizada e sistematizada, de informações; a vigilância e monitoramento de suspeitos; o acobertamento, em vários casos, da violência e da extrema violência, como torturas e assassinatos. O combate aos subversivos passou a ser uma função não apenas restrita aos órgãos que formavam a rede de repressão. Tal atribuição perpassou o âmbito da sociedade, no momento em que vários seguimentos sociais passaram de observadores a parceiros do regime. A própria Constituição de 1967 haveria refletido essa perspectiva. Em seu Artigo 89, a Lei define que toda pessoa natural ou jurídica deveria ser responsável pela segurança nacional. Ou seja, a defesa da pátria passa a ser função de todos, diferentemente das constituições anteriores, cuja função cabia exclusivamente às polícias e às forças militares.

Isso quer dizer que, embora houvesse um grande movimento em oposição ao regime desde a implantação do golpe, parte da sociedade brasileira não só apoiou, mas fez parte do processo. No início com mais fervor, como é o caso da alta hierarquia da Igreja Católica, o empresariado e setores da chamada classe média, cada qual com seus motivos. Depois, colocando-se como oposição, na medida em que o sistema se tornava mais autoritário e truculento. Mas, sobretudo, quando o regime não mais conseguiu conter a grave crise econômica. Nesse contexto, o jogo de interesse foi imenso. Os operadores do Estado

---

<sup>69</sup> Um estudo detalhado sobre a formação e organização dos órgãos de informação e segurança durante a Ditadura Civil-Militar, pode ser vista em: FICO, Carlos. Como Eles Agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Afiliada, 2001.

brasileiro objetivavam por em prática o mais bem-sucedido plano de desenvolvimento para o Brasil. Na matriz desses objetivos e interesses havia o corpo de operadores, que agiam com forte carga psíquica, na crença de estarem, realmente, fazendo algo novo, inserindo o País no caminho do desenvolvimento e potencializando a vocação nacional de ser uma potência<sup>70</sup>. Era preciso manter esse caminho a qualquer custo.

No imediato pós-golpe já começaram a ser promulgados os Atos Institucionais (AI). Esses atos davam aos militares o instrumento legal para ampliação de seus poderes e para fornecerem as condições necessárias para o endurecimento do regime político. Em seu bojo, os atos versavam sobre os mais diversos temas e ampliavam o leque de intervenções dos militares para, por exemplo, alterarem a Constituição, cassarem mandatos legislativos, suspenderem direitos políticos, intervirem em estados e município, removerem ou afastarem qualquer funcionário público, julgarem crimes políticos em tribunais militares etc. De modo geral, as modificações ocorridas dentro da rede de repressão, criando ou eliminando, ampliando ou unificando órgãos e setores, foi resultado da correlação de forças e da disputa existente no interior do próprio sistema. Mesmo se levando em consideração que os chamados militares legalistas hegemonizavam determinados períodos dessa conjuntura, o que se viu foi a criação de uma estrutura policial-burocrática-totalitária<sup>71</sup> nunca antes implementada no País, imensa em ramificação e em recursos, promovida pelos altos comandos militares. Toda essa estrutura a serviço dos militares foi direcionada para funções de espionagem, informação, realização de operações policiais, concentrada na captura e interrogatório de oponentes do regime, incluindo a tortura sistemática entre seus métodos.

Em 13 de junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI), com a função de coordenar as atividades de informação em todo o território nacional. A intenção foi centralizar e integrar os órgãos de repressão. O chefe desse órgão tinha *status* de Ministro de Estado e assessorava diretamente o Presidente da República.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), forneceu bases teóricas e ideológicas para nortear as futuras ações. A doutrina correspondia a um conjunto de considerações geopolíticas que integravam o Brasil ao contexto internacional da Guerra Fria e que levavam em consideração, para o estabelecimento de estratégias de ação, algumas características do País: a grande população e a extensão

<sup>70</sup> SILVA, Marcília Gama da. O DOPS-PE e a Rede de Informações: olhos e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985. *Diálogos*, maio-ago./2011, v. 15, n. 2, pp. 267-292.

<sup>71</sup> Expressão usada por FICO, 2001, *Op. cit.*

territorial; o importante posicionamento geográfico, que lhe conferia um papel estratégico nas relações internacionais, mas que, no entanto, era vulnerável ao comunismo, em decorrência de uma população despreparada e da existência de políticos corruptíveis. Por isso, de acordo com a doutrina, o Brasil possuía condições para se tornar uma grande potência mundial, mas era preciso combater o comunismo. Os militares, autotransformados como mais disciplinados, bem preparados e nacionalistas por excelência, apresentavam-se como o corpo técnico capaz de fazer que o Brasil alcançasse sua vocação natural ao desenvolvimento<sup>72</sup>.

Com base nas elaborações da doutrina e do que preconizava a Lei de Segurança Nacional, surgiu a definição de “guerra interna”. Isso supunha que em estado de guerra, todas as atitudes no combate ao inimigo devem ser empreendidas: ataques físicos, psicológicos e morais. A repressão ganhou capilaridade e mais complexidade. A cada vez maior necessidade de informação ultrapassou as necessidades de alimentação do sistema - necessárias às tomadas de decisões pela alta hierarquia militar -, passando a permear as relações sociais e a esfera particular da vida dos cidadãos. Era comum aos órgãos de repressão receber cartas de pessoas comuns, acusando outras de serem subversivas, comunistas ou imorais<sup>73</sup>.

Subordinado ao SNI, foi criado o Sistema Nacional de Informações (SISNI), formado, por sua vez, pelos sistemas setoriais: Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cívicos; Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Militares; Subsistema de Informações Estratégicas Militares; e por outros órgãos setoriais. Os centros de informações da Marinha (Cenimar), da Aeronáutica (CISA), do Exército (CIE), a Polícia Federal (PF), as Polícias Militares (PM's) e, principalmente os DOPS estaduais, passariam a desenvolver seu trabalho de forma homogeneizada e sempre sob a coordenação do Exército. Isso quer dizer que até órgãos policiais estaduais e regionais passariam a serem controlados pelas forças armadas.

Os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Cívicos eram constituídos pelos órgãos de informação de seus respectivos ministérios, autarquias, fundações ou empresas estatais. Nestes casos, o órgão principal de informação de um ministério cívico era a Divisão de Segurança e Informação (DSI). Dependendo da importância de determinado setor da Administração Pública, havia uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), subordinada a sua respectiva DSI. Uma Universidade, por exemplo, poderia ter sua própria ASI. No caso das universidades, em particular, a importância que o movimento estudantil representou na

---

<sup>72</sup> FICO, 2001, *Op. cit.*, p. 43-44.

<sup>73</sup> *Idem*, p. 76.

luta contra a ditadura explica a instalação de ASI's específicas em dezenas de universidades. Todos esses órgãos e sistemas formavam o que ficou conhecido como "Comunidade de Informações". Essa expressão foi "um conceito designador de um modo de atuação que supunha a colaboração e lealdade entre os pares, através de forte sentimento corporativo"<sup>74</sup>. O comprometimento com a segurança nacional possibilitava que qualquer pessoa fizesse parte da luta contra o comunismo. Essa força tarefa composta de civis formavam as Comunidades Complementares de Informações (CCI).

Uma das facetas mais temidas do sistema deu-se quando do surgimento do sistema DOI-CODI. Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) eram órgãos de planejamento e coordenação das medidas de defesa interna; e os Destacamentos de Operações de Informações (DOI) eram unidades comandadas, sem composição fixa e concebidas para serem ágeis, em outras palavras, facilmente adaptáveis às diversas realidades locais e, por isso mesmo, incumbidas do "trabalho sujo". Esse sistema transmitiu aos militares a experiência de delegados investigadores da polícia civil, no que se refere a técnicas de captura e interrogatório. Uma autêntica criação brasileira. Vale ressaltar que a formação desse sistema não se deu por legislação específica, mas foi uma elaboração feita pelo Conselho de Segurança Nacional diante das tarefas de combate aos considerados inimigos da nação.

No que se refere à DOPS/ES, entre os anos finais da década de 1960 e finais de 1970, ela possuía papel essencial na manutenção do Regime Militar, no que diz respeito à tentativa de contenção de qualquer movimento contestatório ao poder estabelecido. A rede de informação do Estado do Espírito Santo era formada pelos seguintes órgãos: DOPS/ES, Departamento de Polícia Federal (DPF), Secretaria de Segurança Pública (SSP), Polícia Militar (PM) e 3º Batalhão de Caçadores (3º BC).

Os representantes das Forças Armadas que comandavam o DOI-CODI poderiam requisitar serviços de outros setores, como a PF-ES, PM-ES ou DOPS/ES; poderiam, inclusive, agir como agentes desses mesmos órgãos. O sistema DOI-CODI iniciou as atividades no estado efetivamente em 1971, na investigação e captura dos militantes da Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil (Ala-PCdoB). Também apontam, de acordo com depoimentos de vários ex-militantes da esquerda política, que os militares do Exército

---

<sup>74</sup> Idem, p. 94.

coordenavam interrogatórios e seus terríveis desdobramentos, nas dependências do então 3º Batalhão de Caçadores, atual 38º Batalhão de Infantaria (38º BI) <sup>75</sup>.

As pesquisas realizadas sobre a polícia política do Espírito Santo apontam, com base nos dossiês produzidos pela mesma, quais seriam as instituições e os seguimentos que lhes chamavam a atenção. Eram eles: a) durante a manutenção do sistema bipartidário brasileiro, o MDB; b) depois do fim do bipartidarismo, a partir de 1980, o PT, o PDT, o PMDB; c) o movimento estudantil, devido à sua combatividade, principalmente durante a década de 1960 e sua reorganização no final dos anos 1970; d) o movimento sindical e outras organizações classistas como, por exemplo, o Sindicato dos Jornalistas, Sindicato dos Engenheiros, Sindicato dos Ferroviários, Central Única dos Trabalhadores, Sindicato dos Estivadores, a União dos Professores do Estado do Espírito Santo; e) os movimentos religiosos, principalmente as Comunidades Eclesiais de Base e pastorais sociais, mas até grupos conservadores, como os Testemunhas de Jeová, e ultraconservadores, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição Família e Propriedade (TFP) <sup>76</sup>. É possível encontrar registros até da Arena. Este fato corrobora com os últimos estudos dedicados a esse partido. A Arena não foi tão unificada como sempre se acreditou, tampouco apoiou cegamente todos os atos do governo, o que demonstra ter esse partido uma dinâmica própria. A Arena não seria apenas o “partido do sim senhor” <sup>77</sup>.

As atividades da DOPS/ES atravessaram a década de 1980 e começou a sofrer um esvaziamento com o processo de abertura política do País. A delegacia foi extinta oficialmente ante a Lei Estadual nº 4.573, de 31 de outubro de 1991, votada pela Assembléia Legislativa do Espírito Santo e homologada pelo então governador Albuíno Azeredo.

O enfraquecimento dos órgãos de repressão do estado deu-se em paralelo à crise do regime. Este contexto foi envolto pela grande agitação política e pelo fortalecimento das oposições. Nesse ambiente de reivindicações e lutas dos trabalhadores, estão as origens do PT. É o que estudaremos no próximo capítulo. Antes, porém, propõem-se, para efeito didático e ilustrativo, duas tabelas. A Tabela 01 apresenta um resumo das mudanças político-

<sup>75</sup> FAGUNDES, 2011, *Op. cit.*, p. 25.

<sup>76</sup> *Idem*, p. 26, 27 e 28.

<sup>77</sup> Um estudo que dê conta da complexidade da história da Arena pode ser conferido em: GRIMBERG, Lúcia. Partido Político ou Bode Expiatório: Um estudo sobre a Aliança Renovadora nacional – Arena (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

administrativas ocorridas na DOPS/ES. E a Tabela 02 traz as mudanças ocorridas na estrutura da polícia política em âmbito federal.

**TABELA 02**

**RESUMO DAS MUDANÇAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS OCORRIDAS NA DOPS/ES**

LEI E/OU PERÍODO	ASPECTOS
<b>Decreto Estadual nº 129 de 27/11/1930</b>	Cria o cargo de Delegado de Ordem Social, subordinado à Delegacia Geral.
<b>1935 – 1937</b>	Organizada a Delegacia de Segurança Política e Social, que teve como principal finalidade a vigilância às atividades comunistas.
<b>Decreto-Lei Estadual nº 16.230 de 14/09/1946</b>	A Delegacia de Ordem Política e Social, juntamente com a Delegacia de Estrangeiros e 1ª e 2ª Delegacias Auxiliares foram unificadas numa única Delegacia Especializada: Delegacia Especializada de Ordem Política e Social do Espírito Santo (DEOPS/ES).
<b>Lei Estadual nº 719 de 07/03/1953</b>	Em parte, reproduziu o Decreto-Lei nº 16.230, com algumas modificações quanto sua composição. Uma das modificações refere-se às denominações dadas às Delegacias Especializadas. Assim, a DEOPS, como as demais delegacias especializadas, teve alteração em sua nomenclatura, passando a ser denominada de Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS), com as mesmas funções da anterior.
<b>Lei Estadual nº 3.391 de 03/12/1980</b>	A DOPS aparece como órgão da Polícia Civil subordinado à Superintendência de Investigação Especial, ao lado da Delegacia Especializada de Tóxicos e Entorpecentes.
<b>Lei Estadual nº 4.573 de 31/10/1991</b>	Extingue a Polícia Política no Estado do Espírito Santo e transfere a massa documental produzida para o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Adaptado de: FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In.: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985). Coleção Rumos da História. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES: GM Editora, 2011, pp. 11-34.

**TABELA 03**

**RESUMO DAS MUDANÇAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS DA  
POLÍCIA POLÍTICA EM ÂMBITO FEDERAL**

INSTITUIÇÃO	CONTEXTO
<b>1920</b> Seção de Ordem Social e Segurança Pública Decreto Legislativo n.º 4.003, de 07/01/1920	◦ Constituição Republicana de 1891.
<b>1933</b> Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps).	◦ Revolução de 1930. ◦ Constituição de 1934. ◦ Lei de Segurança Nacional n.º 38, de 04/04/1935. ◦ Lei de Segurança Nacional n.º 136, de 14/12/1935. ◦ Constituição de 1937 (Estado Novo). ◦ Lei de Segurança Nacional n.º 4.766, de 01/10/1942.
<b>1944</b> Divisão de Polícia Política e Social (DPS) Decreto-Lei n.º 6378, de 28/03/1944	◦ Constituição do Brasil de 1946. ◦ Lei de Segurança Nacional n.º 1.802, de 05/01/1953.
<b>1964</b> Serviço Nacional de Informações (SNI) Lei n.º 4.341 em 13/06/1964	◦ Golpe Civil-Militar de 1º de abril de 1964. ◦ Constituição de 1967. ◦ Lei de Segurança Nacional n.º 314, de 13/03/1967. ◦ Lei de Segurança Nacional n.º 898, de 29/09/1969. ◦ Lei de Segurança Nacional n.º 6.620, de 17/12/1978. ◦ Extinção em 15 de março de 1999.

Elaboração própria a partir dos textos estudados.

## CAPÍTULO 2

### CRISE DA DITADURA MILITAR, AGITAÇÃO POLÍTICA E AS RAÍZES DO PT

*Somos criadores de nós mesmos, da nossa vida, do nosso destino e nós queremos saber isto hoje, nas condições de hoje, da vida de hoje e não de uma vida qualquer e de um homem qualquer.*

Antonio Gramsci

Dia 28 de agosto de 1979. O Delegado Regional do Trabalho do Estado do Espírito Santo encaminhou ao Superintendente de Investigações Especiais o Ofício DRT/ES/Of.nº/ASI-234/79<sup>78</sup>. O documento foi datilografado em papel timbrado do Serviço Público Federal e recebeu um carimbo vermelho de “confidencial”. Nele, foi anexa, para conhecimento da superintendência, cópia de um dos folhetos que estavam sendo distribuídos pelos empregados do jornal “A Tribuna” ligados ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Espírito Santo. Os folhetos continham uma pauta de reivindicação para aumento salarial da categoria. Ocorreu que, às 21 horas do dia 22 (quarta-feira), daquele mesmo mês, os sindicalistas reuniram-se com os funcionários do jornal, em assembléia. Eles reivindicavam um aumento de 46% (quarenta e seis por cento) sobre os salários, devendo esse índice incidir também sobre as gratificações fixas, independente do tempo de serviço do funcionário. Ficou definido pela assembléia geral e pelo Clube dos Repórteres, a não-aceitação, em hipótese alguma, de qualquer proposta inferior ao que foi acordado pela categoria. Nem mesmo a proposta feita pela empresa, de um aumento salarial de 46% para os funcionários com mais de um ano de contrato e uma terça parte desse valor para aqueles contratados a menos de um ano. Para os representantes da categoria, essa última proposta era

---

<sup>78</sup> Encaminhamento. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, p. 1.

descabida, visto que a maioria dos empregados do jornal estava contratada a menos de um ano<sup>79</sup>.

Definiram ainda que, caso houvesse rejeição por parte da empresa em acatar as reivindicações, além do acionamento de seu setor jurídico, o sindicato convocaria funcionários de diversas áreas da empresa para lutarem por um índice superior aos 46% indicados na pauta. Eles estavam dispostos a não recuar e a não aceitar qualquer tipo de pressão, mesmo sob ameaça de demissão. Os boatos quanto a demissões surgiram quando chegou ao conhecimento do sindicato a notícia de que o jornal estudava um plano de redução de pessoal, devido a dificuldades financeiras<sup>80</sup>. Tendo em vista que os jornalistas já se articulavam junto aos funcionários dos setores gráficos, buscando a adesão dos mesmos ao movimento, dois dias após a publicação da pauta de reivindicação, o sindicato dos jornalistas já tornaria pública a adesão desse setor. Em assembléia realizada no dia 23 de agosto pelos funcionários de “A Tribuna”, o presidente do sindicato dos gráficos declarou todo apoio ao movimento, além de lamentar que as várias tentativas realizadas para se chegar a um acordo hajam sido em vão. Declarou, ainda, que:

[...] a união de gráficos, jornalistas, fotógrafos, revisores, funcionários da administração e motoristas é muito importante para uma vitória que significa um aumento de 46% para todos os empregados [...]. Há muito tempo estamos esperando uma oportunidade para nos unirmos ao pessoal da redação e de outros setores da empresa, numa luta desse tipo e, agora que ela chegou, vamos até o fim. A vitória também é nosso objetivo.<sup>81</sup>

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, o Clube dos Repórteres e o Sindicato dos Gráficos instituíram uma comissão para representá-los, em reunião a ser agendada junto à diretoria da empresa. Nesse dia toda a categoria deveria ficar de prontidão em frente ao jornal, aguardando o resultado das negociações. Para acompanhar e assessorar as negociações estaria presente um representante do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Era o mesmo representante que, dias antes, havia alertado os funcionários do jornal “A

<sup>79</sup> Boletim Informativo n° 01. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, p. 2.

<sup>80</sup> No final da década de 1970 e início de 80, o jornal *A Tribuna* atravessou uma grave crise que ocasionou diversas greves e o seu fechamento entre os anos de 1984 e 1987.

<sup>81</sup> Boletim Informativo n° 02. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, p. 3.

Tribuna” sobre “a prática de divisionismo, sempre adotada pelos patrões”<sup>82</sup>. A presença de um representante do sindicato do Estado de São Paulo não era por acaso, como veremos mais adiante.

No final da década de 1970 o movimento operário e sindical, experimentou, com o epicentro em São Paulo, um momento marcante em sua história e influenciou várias outras experiências pelo restante do País. Dessa forma, os posicionamentos dos jornalistas e gráficos sindicalizados do Estado do Espírito Santo, seguiram exemplos de outros grupos sindicais mais radicalizados, que se despontaram no cenário nacional.

Menos de um mês após as movimentações reivindicatórias dos funcionários do jornal “A Gazeta”, outro importante periódico da capital do ES, realizaram-se eleições para a nova direção do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo. Naquele ano houve eleição com chapa única e os membros da mesma foram, obviamente, investigados.

Era prática dos delegados regionais do trabalho solicitar aos serviços de investigações e informações todo e qualquer dado que pudesse desabonar as pessoas que concorriam às direções sindicais. Nesse caso não foi diferente, o então Delegado Regional do Trabalho do Estado do Espírito Santo, José Pessoa Cavalcante, enviou ao Superintendente de Investigações Especiais, no dia 30/07/1979, o ofício DRT/ES/Of.nº/ASI-194/79<sup>83</sup>, solicitando informações sobre a existência de “qualquer anotação que desabone os elementos constantes das fichas de qualificação [...]” - que eram as fichas individuais com os dados pessoais de todos os membros da chapa. Em seguida, em 01/08/1979, o SII gera o Pedido de Busca nº 127/79-SII/SPI/ES<sup>84</sup>, solicitando à Assessoria de Segurança e Informações (ASI) o que consta nos arquivos sobre os nominados e outros dados julgados úteis por essa ASI. A resposta retornou ao SII no dia 10/08/1979, em folha timbrada da Escola de Aprendizes Marinheiros do Espírito Santo (EAMES) - provavelmente onde estava instalada aquela assessoria -, relacionando os motivos que desabonariam os candidatos Rogério Sarlo de Medeiros e Rubens Manuel Câmara Gomes. Segundo a resposta:

---

<sup>82</sup> Boletim Informativo nº 03. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, p. 5.

<sup>83</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, p. 12.

<sup>84</sup> Pedido de Busca. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, p. 11.

a) ROGÉRIO SARLO MEDEIROS [...]. I) Por ocasião do falecimento de CHE GUEVARA em 1967, o nominado era Jornalista de “A Tribuna”, tendo classificado o falecido como herói, e conclamado a Igreja a uma tomada de posição no campo social do Estado. II) O nominado esteve entre os convidados de “JÔ AMADO” para um debate que foi realizado no dia 30 de abril de 1978, no Clube de Vitória, sendo focalizado em esquema para o desencadeamento de uma campanha contra os dirigentes do sistema, contrários as aspirações da oposição, para cargos políticos [...]. b) RUBEM MANUEL CÂMARA GOMES [...] I) O nominado é considerado elemento agitador e doutrinador no meio estudantil.<sup>85</sup>

Finalmente, Waldir Xavier, então chefe do SII, responde ao Delegado Regional do Trabalho, através do Ofício Conf. n° 081/79-SII/SPI/ES<sup>86</sup>, datado de 11/09/1979, nada constar contra os candidatos, com exceção de “Rogério Sarlo de Medeiros e Rubem Manuel Câmara Gomes, que possuem antecedentes que os contra-indicam para os fins desejados”.

O trâmite descrito de quarenta e quatro dias, desde a motivação do pedido de informações à resposta final, permite-nos ter a dimensão do grau de burocratização já instituída. Como se vê, as documentações sigilosas que circulavam entre os órgãos de segurança e informações destinavam-se a eles mesmos - como forma de retroalimentação – e a outros órgãos não diretamente integrantes da rede de informações, mas pertencentes à burocracia estatal. Esse tipo de informação revela uma narrativa exagerada e, em certa medida, irônica, mas que, naquele período, provocava grandes efeitos e reforçava discursos. Em primeiro lugar, devido à suposta relação entre os militantes de esquerda e o Movimento Comunista Internacional (MCI); em segundo lugar, pela construção de uma cadeia intertextual, produtora de convicções sobre a existência do “inimigo nacional”. A repetição de um discurso como este fortalecia estereótipos, criava e conservava “verdades”. Ao fim, era o que dava sentido e justificava as ações dos agentes do Estado e gerava efeitos extradiscursivos. Era a “narrativa de uma infâmia ou o poder simbólico do algoz”<sup>87</sup>.

Os episódios descritos inserem-se no marcante cenário político dos últimos anos da década de 1970. Dois aspectos são importantes para compreender a agitação política e seus

<sup>85</sup> Pedido de Busca. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, p. 9 [grifos no original].

<sup>86</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo, p. 8.

<sup>87</sup> FICO, 2001, *Op. cit.*, p. 22.

respectivos desdobramentos naquele contexto. O primeiro refere-se ao que ficou conhecido como a “crise do milagre econômico brasileiro”, que foi a crise do modelo de desenvolvimento econômico adotado e do tipo de Estado a ele associado. A crise combinou estagnação econômica e inflação elevada, afetando o bolso, as condições de vida e a auto-estima da população, gerando descontentamento em grande parte dos apoiadores do golpe entre a elite econômica e em setores médios da sociedade. Cabe ressaltar que, antes da crise, ou seja, no auge do chamado Milagre Econômico, o regime conseguiu conquistar um grau considerável de consenso em amplas camadas dos setores médios da sociedade, quando esses foram inseridos rapidamente na chamada sociedade de consumo. Nesse caso, os operadores do regime conseguiram ser protagonistas no processo de modernização do País, mesmo que tal modernização guardasse importantes elementos de atraso, como a capitalização de elites tradicionais, fossem elas industriais e financeiras, ou latifundiárias<sup>88</sup>.

O segundo diz respeito ao ressurgimento da sociedade civil como força política. De fato, mesmo que haja sido duramente reprimida por organismos repressivos, a sociedade civil conseguiu conservar certo grau de autonomia e, por outro lado, o regime nunca havia conquistado uma hegemonia plena sobre ela<sup>89</sup>. Então, em meio a crise de legitimação do regime político, despontou um grande arco de forças democráticas, formado por sindicatos, associações, comunidades eclesiais de base da Igreja Católica, grupos radicalizados ligados à esquerda política, por movimento estudantil, movimento de mulheres, movimentos contra a carestia, dentre outros. Essas organizações deram à sociedade civil uma nova musculatura e um novo padrão organizacional, com certa disponibilidade militante.

Como vimos anteriormente, entre esses dois aspectos articulava-se a estratégia de abertura e transição política, elaborada no interior do próprio regime militar. O plano não era homogêneo, e seu ritmo foi disputado, por dentro, por grupos militares mais legalistas, outros mais radicalizados e suas nuances; e, por fora, pela sociedade civil. Para que o processo não saísse do controle, um jogo de concessões e de restrições foi usado, alternadamente. Além de perseguições políticas, eram freqüentemente criadas normatizações aos partidos e aos processos eleitorais.

Quanto à crise econômica brasileira, ela esteve relacionada a profundas transformações no capitalismo internacional e afetou fortemente todo o continente. Um

---

<sup>88</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In.: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 111.

<sup>89</sup> Idem, p. 124.

elemento importante da crise foi a crise petrolífera, resultante da especulação econômica quanto ao preço do barril de petróleo. A comoção mundial gerada pela “descoberta” de que o petróleo é um recurso natural não-renovável e que poderia esgotar-se em mais ou menos setenta anos, fez o valor do barril triplicar no final de 1977. O aumento vertiginoso impactou a economia estadunidense e européia, já que o custo para a compra da matéria-prima era onerado enormemente nos países não pertencentes à Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), como é o caso dos Estados Unidos da América.

Os organismos internacionais criados após a Segunda Guerra Mundial, fortemente subordinados às orientações estadunidenses, como o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), passaram a impor aos países devedores, o Brasil incluído, uma receita de “ajuste” interno, baseada em princípios neoliberais: elevada taxa de juros e o controle da inflação mediante o enxugamento da base monetária. A forma encontrada pelo governo para conseguir arcar com a dívida externa foi aumentar as exportações, para poder financiar as importações de petróleo. Eram os sinais de esgotamento do Milagre Econômico brasileiro. Tido como modelo da eficiência do regime, desta vez apresentava-se incapaz de manter um processo de crescimento auto-sustentado em meio ao desemprego crescente. A crise de um modelo que se manteve permanentemente sob o julgo do arrocho salarial e da repressão política, arrastava consigo a credibilidade e as bases sociais de aceitação da ditadura<sup>90</sup>.

Nesse quadro ressurgiu o movimento dos trabalhadores como um importante ator na cena política nacional. Um dos principais canais de articulação da categoria foi o sindicato<sup>91</sup>. Mesmo marcado por tensões internas e portador de grande heterogeneidade, ele apresentou-se naquele contexto como figura de relevo no rol das lutas travadas em nome dos trabalhadores e canalizou pautas já existentes, como a estabilidade no emprego, a autonomia sindical, a instituição de um salário mínimo unificado, contrato coletivo de trabalho e outras.

---

<sup>90</sup> SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Tempo da ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 253 e 254.

<sup>91</sup> Sobre as greves do período e as tendências sindicais, ver: KECK, 19991, *Op. cit.*; SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em Movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Tempo da ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 283-313; BOITO JR, Armando (Org.). O sindicalismo brasileiro nos anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; ABC da Greve. Projeto: Leon Hirszman, 1979, 1:25h. (Documentário); Linha de Montagem. Direção: Renato Tapajós. Tapiri Cinematográfica, 1982, 1:27h. (Documentário); dentre outros.

Um aspecto importante que também contribuiu para o enfraquecimento das ditaduras, não somente no caso brasileiro, foi a mudança que os Estados Unidos da América (EUA) fez em sua proposta de política externa, mais especificamente a partir do governo Jimmy Carter (1977-1981)<sup>92</sup>. Os descaminhos da Guerra do Vietnã geraram enorme desgaste na sociedade estadunidense e na relação dos EUA com a comunidade internacional. Este passou então a buscar uma forma de recuperar seu prestígio internacional e deixar de ser visto como um fornecedor de golpes, como realmente o fazia, de forma direta como nos casos da Guatemala e República Dominicana, ou de forma indireta, como aconteceu nos casos chileno e brasileiro<sup>93</sup>. A política externa dos EUA passou a associar-se a questões relacionadas aos direitos humanos.

Essa tática também era pensada como uma forma de continuar o enfrentamento contra a então União Soviética. A lógica era: se os EUA acusavam e denunciavam internacionalmente a União Soviética por violações dos direitos humanos e pela falta de liberdade de expressão e organização, eles deveriam, então, dar o exemplo, ou seja, deveriam impor limites aos seus aliados latino-americanos, por exercerem sobre seus países poderes terrivelmente violentos. O sinal mais claro de que o longo apoio dos EUA às ditaduras havia chegado ao fim, deu-se quando do episódio em que Washington, diante de denúncias que recebera sobre as constantes violações dos direitos humanos promovidas pelo Estado brasileiro, enviou uma advertência ao presidente Ernesto Geisel<sup>94</sup>. Este episódio motivou o enfrentamento do general brasileiro ao governo estadunidense.

## 2.1 O EPICENTRO

Estava em curso no ano de 1978, uma campanha de reposição das perdas salariais. O movimento grevista começou a ser deflagrado nacionalmente quando o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) descobriu que em 1973 o

<sup>92</sup> Sobre os fatores externos, mais especificamente sobre o papel do governo Jimmy Carter em relação às ditaduras da região Sul do continente americano, ver: SILVA, 2003, *Op. cit.*, p. 245282.

<sup>93</sup> Sobre o apoio dos Estados Unidos da América ao golpe civil-militar brasileiro, ver: O Dia que Durou 21 Anos. Dierção: Camilo Galli Tavares, 2012, 77min. (Documentário).

<sup>94</sup> Sobre denúncias feitas por brasileiros ao governo estadunidense, quanto a violações feitas aos direitos humanos, um trabalho interessante é o longa de Sergio Rezende, Zuzu Angel. Zuzu foi uma estilista que começou a denunciar atos de violação dos direitos humanos no Brasil, motivada pelo assassinato de seu filho Stuart Jones, militante do MR-8, pelos militares.

governo havia manipulado os índices relativos ao aumento do custo de vida. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, solicitou àquela instituição um cálculo de quanto os trabalhadores deveriam haver recebido de aumento real, caso não houvesse sido feita a manipulação dos números. A resposta: 34,1%. Passaram a aderir à campanha os sindicatos metalúrgicos de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Nem o governo nem o Ministério do Trabalho estavam dispostos a fazer concessões aos manifestantes. A campanha não surtiu efeito prático, no que se refere à reposição pleiteada, no entanto ela teve o mérito desmascarar as negociações coletivas, visto que os reajustes eram estabelecidos independentemente da presença de representantes das categorias. A experiência foi importante para as movimentações seguintes, pois estreitou os laços entre os trabalhadores e contribuiu para o pensamento de que o caminho para resolver seus problemas não passaria por tentativas de negociações intermediadas pelo governo, mas por ações diretas movidas pela própria classe.

Em 12 de maio de 1978 os trabalhadores da empresa Saab-Scania entraram em greve. Foi um movimento organizado no interior da fábrica, surpreendendo, inclusive, o sindicato. O movimento durou quatro dias e terminou com um acordo verbal feito pela direção da empresa em conceder aumento de 20%. Pressionados por outros empresários, a direção da Scania não cumpriu o acordo, oferecendo apenas 6,5%. Uma nova mobilização foi tentada, mas foi reprimida.

As mobilizações alastravam-se pelo ABC Paulista. Em 15 de maio os funcionários da Ford pararam as máquinas. No dia 16 foram os operários da Volkswagen. Essa onda mobilizatória chegou a diversas empresas, independentemente de seu tamanho, manifestando-se de formas e com durações diferentes. Outros setores de trabalho, como serviços urbanos, a indústria têxtil, o setor de mineração, os bancos, a construção civil, professores, trabalhadores do meio rural e outros mais foram aderindo.

No ano de 1979 as greves se espalharam pelo País. Estima-se que mais de três milhões de trabalhadores paralisaram as atividades no período, em quinze estados brasileiros, mesmo onde não havia sindicato para organizá-los.

Entre idas e vindas, paralisações e retornos, em março daquele mesmo ano, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo sofre intervenção federal. Exatamente no dia 19, às 6h da manhã, Lula foi preso em sua casa pelo DEOPS/SP, em uma operação

coordenada pelo governo Paulo Maluf, que envolveu a prisão de outros dirigentes sindicais do ABC Paulista. Todos eles foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN). Este fato ocasiona uma certa desarticulação entre as lideranças e os trabalhadores em greve.

Sem o prédio do sindicato, os trabalhadores passam a reunir-se no salão da Igreja Matriz de São Bernardo, para discutir os rumos do movimento e poder dar continuidade à mobilização. Segundo um dos funcionários do sindicato, aquela circunstância representava um “trabalho até mais autêntico [por não haver] toda a burocracia que é exigida pela estrutura sindical [...] onde hoje não é um sindicato, mas uma extensão do posto de atendimento médico, do INPS ou coisa parecida”<sup>95</sup>. Outra pauta tornou-se eminente: a devolução do sindicato aos operários e o retorno da diretoria do mesmo.

A idealização e implementação de um fundo de greve e de ações direcionadas aos trabalhadores nos próprios bairros surgiu nesse momento. Além de precisarem continuar mobilizados, precisavam também, acima de tudo, continuar alimentados. A montagem de bases de referência dos sindicatos nos bairros, além de haver servido como pontos para distribuição de alimentos, era também um conjunto de lugares estratégicos para distribuição de boletins informativos. Nesse período foram organizados jogos de futebol e shows musicais para arrecadação de dinheiro para o fundo de greve. Alguns shows contaram com a presença de importantes artistas, como Dominginhos, Fagner, Gonzaguinha, Beth Carvalho, Elis Regina, João Bosco e atores da TV.

Em meados de maio houve um recuo tanto dos trabalhadores quanto do Governo, no que diz respeito à aplicação da Lei Anti-greve. Sem o sindicato, sem dinheiro e sem estrutura, os sindicalistas acharam que não havia condições para continuar resistindo e resolveram voltar ao trabalho.

No dia 15 de maio é suspensa a intervenção no sindicato e a categoria realiza uma assembléia para reassumi-lo. Foi a primeira vez em que dirigentes cassados retornaram aos seus cargos. Quanto aos prejuízos financeiros dos empresários, devido aos dias parados, foram cobertos pelo Tesouro Nacional. Só a Mercedes Benz e a Volkswagen receberam seis bilhões e setecentos milhões de cruzeiros<sup>96</sup>.

---

<sup>95</sup> Linha de Montagem. Direção: Renato Tapajós. Tapiri Cinematográfica, 1982, 1:27h. (Documentário).

<sup>96</sup> Linha de Montagem. Direção: Renato Tapajós. Tapiri Cinematográfica, 1982, 1:27h. (Documentário).

As paralisações foram “de grande relevância para o movimento dos trabalhadores, em particular, e para a sociedade, em geral, já que demonstrava [*sic*] sua capacidade de organização, mobilização e disposição de luta, ainda que diante do terrível regime militar”<sup>97</sup>. Além do mais, as greves de 1978, 1979 e 1980 não só mostraram aos trabalhadores sua importância como agentes políticos, como também mostraram, na prática, que somente essas ações eram insuficientes. “Já que a resposta do governo [às reivindicações] transformaria automaticamente uma greve industrial em uma greve política, os trabalhadores precisariam de um instrumento político para fazer que sua voz fosse ouvida”<sup>98</sup>. Segundo o próprio Lula, o grande saldo de todo o processo foi a elevação do nível de consciência da classe trabalhadora, em síntese, “a greve é um estado de consciência”<sup>99</sup>. E continua, afirmando que foi fundamental a descoberta da necessidade de organização política da classe trabalhadora, pois se as decisões eram políticas, os trabalhadores deveriam adentrar este espaço, e o caminho era a formação de um partido político. Com ele, o partido, seria possível realizar conquistas que somente por meio de lutas específicas das diversas categorias de trabalhadores não seria possível. Destaca, finalmente, que a criação de um partido político se tornou legítimo a partir do momento em que o movimento dos trabalhadores entendeu que o “sindicalismo [se faz] para tentar melhorar o relacionamento capital e trabalho; e política [...] para transformar a sociedade”<sup>100</sup>.

Alguns sindicalistas, como Lula, dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo; Olívio Dutra, dos bancários do Rio Grande do Sul; e João Paulo Pires Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade/MG, passaram a atuar como uma espécie de grupo de assessoria, viajando pelos estados e ajudando em algumas negociações entre patrões e sindicalistas.

O movimento sindical era heterogêneo e permeado por tensões. Grosso modo, duas tendências sindicais foram protagonistas nesse período. A primeira era formada pelos sindicalistas mais combativos, que se autodenominavam os “autênticos”, eles compunham o que ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”<sup>101</sup>. Os nomes de alguns dos principais

<sup>97</sup> SANTANA, 2003, *Op. cit.*, p. 288.

<sup>98</sup> KECK, 1991, *Op. cit.*, p. 101.

<sup>99</sup> Linha de Montagem. Direção: Renato Tapajós. Tapiri Cinematográfica, 1982, 1:27h. (Documentário).

<sup>100</sup> *Idem*.

<sup>101</sup> Também conhecidos como “autênticos”, o “Novo Sindicalismo” foi o termo usado para designar o processo de reorganização do movimento sindical brasileiro, cujo epicentro foi deflagrado na região do ABC Paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema). Essa nova proposta do movimento sindical acompanhou a luta pela redemocratização do país do final dos anos 1970 e meados de 1980, fator que também contribuiu para lhe dar nova forma. Esses movimentos integraram agendas importantes de reivindicações e tornou-se um canal de acesso a parcelas da sociedade civil. O movimento negava as práticas

representantes dessa vertente já foram citados. A segunda, conhecida como “Unidade Sindical”, era formada por militantes ligados a partidos políticos considerados tradicionais pelos autênticos, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) <sup>102</sup>. Apesar das divergências, esses dois agrupamentos caminharam próximos dentro da estrutura sindical, de início em oposição à direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e em defesa de um sindicato mais militante. Mas, na medida em que o movimento se expandia e se radicalizava, as diferenças entre esses grupos sindicais acentuavam-se. Os autênticos defendiam um embate frontal com o regime, levando, ao fim e a cabo, as demandas dos trabalhadores. A Unidade Sindical defendia que era preciso ganhar apoio em amplos setores da sociedade, enfraquecendo o regime militar e garantindo a continuidade da transição política, mesmo que essa tática pudesse diminuir o ímpeto do movimento reivindicatório. Os autênticos consideravam a estratégia da Unidade Sindical “negocista, conciliadora e reformista. A Unidade Sindical, por sua vez, avaliava a estratégia do outro setor como sendo esquerdista e desestabilizadora”<sup>103</sup>.

Um marco importante no rompimento desses dois grupos e da projeção dos sindicalistas autênticos, foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), realizado no Rio de Janeiro, em julho de 1978. O desdobramento desse processo de tensão revelou-se no início da década de 1980 com a formação de centrais sindicais distintas.

No próximo seguimento desta pesquisa veremos o reflexo provocado pelas grandes greves e pelo fortalecimento do movimento sindical no Espírito Santo. Analisaremos a formação das chamadas oposições sindicais, suas bases constituintes e demais organizações que, juntamente com elas, protagonizaram o ambiente reivindicatório capixaba.

---

sindicais das décadas de 1960 e 1970, criticadas por haverem sido pouco interessadas nas necessidades dos trabalhadores ou até mesmo por se aliarem ao regime, eram os assim chamados “reformistas” ou “pelegos”. O novo movimento optou por um enfrentamento ao governo, por meio de greves e da politização dos operários na sua relação com o trabalho e na vida em sociedade. Dentre suas pautas, podem ser destacadas: autonomia, liberdade e pluralismo sindicais; democratização e utilização mais agressiva da estrutura sindical; aproximação entre os dirigentes e as bases; direito a greve; negociação direta com o patronato, sem intermediação do Estado.

<sup>102</sup> Sobre as tendências políticas no sindicalismo brasileiro nos anos 1980, ver: BOITO JR, 1991, *Op. cit.*

<sup>103</sup> SANTANA, 2003, *Op. cit.*, p. 291.

## 2.2 OPOSIÇÃO SINDICAL NO ESPÍRITO SANTO

Durante a ditadura militar, as representações sindicais estavam submetidas a uma legislação corporativista, copiada da Carta Del Lavoro, de Mussolini. Alguns órgãos estatais, como o Ministério do Trabalho, por exemplo, estavam estruturados para manter os sindicatos tutelados e suas lideranças atreladas. Os presidentes de sindicatos poderiam ser substituídos por interventores nomeados em qualquer tempo, ou cooptados mediante ofertas de emprego em institutos de previdência ou juizados do trabalho.

Esse tipo de sindicalismo recebeu duras críticas. Dentre os aspectos questionáveis e combatidos, relacionados a esse modelo, destacava-se a sua herança cartorial, sua servidão ao Estado, suas lideranças carreiristas e seu corporativismo. O atrelamento do sindicato ao Estado e o carreirismo de alguns dirigentes estavam intimamente relacionados. Essas duas instâncias, Estado e lideranças sindicais, poderiam manter um pesado mecanismo de continuísmo. Para esse tipo de sindicalismo era interessante a manutenção de uma política fechada, avessa à ampliação das bases sindicais. Ou seja, era necessária uma base eleitoral pequena, limitada e, até certo ponto, viciada, para que os dirigentes pudessem manter-se anos a fio.

Alguns líderes sindicais apoiavam abertamente o regime civil-militar e fornecia-lhe informações sobre datas de reuniões ou pautas de discussões. Alguns líderes, inclusive, prestavam-lhe reverência. Uma carta enviada pelo Presidente do Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios do Estado do Espírito Santo, no dia 21 de março de 1978, ao Delegado do Departamento de Ordem Pública e Social, Douglas das Chagas Trindade, é um exemplo. O texto foi produzido em comemoração ao décimo quarto aniversário da “Revolução de 1964”, e revela um conteúdo que combinava lirismo e subserviência:

Uma nuvem branca pairou no céu brasileiro e dava o prenúncio de que era chegada a hora da verdade. Por um ponto final aos distúrbios e agitações, soterrar as pocilgas fétidas e imundas que exalavam um odor insuportável, trazendo conseqüências irreversíveis para as famílias brasileiras. Era a revolução brasileira de 31 de março de 1964. Revolução esta que viria trazer de volta a paz e a tranqüilidade a todos os rincões brasileiros. Os falsos

líderes políticos e sindicalistas fugiram. As aves de rapina eram afugentadas para bem longe. Voltou a tranquilidade ao País. [...]

Os portos brasileiros eram focos de distúrbios e discórdias; um estopim aceso para explodir a qualquer momento, voltavam as suas operações de carga e descarga rotineiras.

Nós trabalhadores vivíamos enganados, sofrendo as conseqüências de desajustados sociais sem escrúpulos, a manipular as sanhas diabólicas, fazendo com que notícias desastrosas fossem levadas a outros países, para levar-nos ao descrédito perante as nações do mundo. Mas para sanar todos esses males, chegou a revolução em 31 de março de 1964 feita pelas forças armadas que via seu povo sofrendo. [...]

Ao Exelentíssimo [*sic*] Presidente da República, General Ernesto Geisel, Comandante Chefe das Forças Armadas, o nosso muito obrigado por ter dado continuidade à revolução brasileira. Ao Exelentíssimo [*sic*] General João Batista de Figueiredo, futuro Presidente da República, continuaremos fiel [*sic*] ao vosso governo e rogamos aos céus para que ilumine a vossa mente e lhe dê inspiração no seguimento das metas e diretrizes revolucionárias, garantindo a paz e a tranquilidade ao trabalhador brasileiro.

Salve 31 de março de 1964.

Viva o Brasil !!!<sup>104</sup>

A mensagem refletia o discurso reproduzido e reforçado pelos militares e pelos setores conservadores que os apoiaram. Isso fica evidente na ênfase em relacionar a agitação política a uma anomalia e ao clamor pela ordem pública; em expressões que relacionam a oposição política à rapina; o discurso em defesa da família e dos bons costumes. Também é possível notar o estabelecimento da dicotomia entre o bem contra o mal, relacionando a oposição ao mal, ao diabólico, e a “Revolução” a uma “nuvem branca”. O texto reproduzia as diversas táticas desqualificadoras do adversário, usadas rotineiramente.

Na contramão dessa posição, grupos de sindicalistas do Espírito Santo, influenciados pelo Novo Sindicalismo, começaram a articular, mais nitidamente durante o ano de 1979, as chamadas “oposições sindicais”<sup>105</sup>. Vitor Buaiz (2008) lembra que vários sindicatos importantes estavam sendo comandados por conservadores e, por isso, desde o início da

<sup>104</sup> Ofício nº 117/78. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 36/Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estiva de Minérios do Espírito Santo, p. 367 a 369.

<sup>105</sup> Sobre a Oposição Sindical no Espírito Santo, ver: RIBEIRO, Luiz Claudio; BARROS, Nicélio (Orgs.). Olhares de Luta: reflexões contemporânea sobre a CUT no Espírito Santo. Vitória: Produz Comunicações, 2008.

formação das oposições, já havia a intenção de não apenas fazer frente à Ditadura Civil-Militar, mas também “reorganizar o movimento sindical para deixar de ser dependente do Ministério do Trabalho”<sup>106</sup>. Ou, nas palavras de Rogério Medeiros (2008), “houve a necessidade de [...] trabalhar as oposições para tirar os pelegos dos sindicatos”<sup>107</sup>.

A oposição sindical da Construção Civil, por exemplo, explicitou de forma contundente tais objetivos em seu jornal “Posição”<sup>108</sup>. Às vésperas da eleição para formação da nova diretoria, sindicalistas ligados às oposições afirmavam que chegara a hora de dar um “basta ao pelego Oswaldo de Souza Barros, uma figura nada escrupulosa, tornada comum nos sindicatos brasileiros, desde sua origem com a CLT”; “uma personalidade também acostumada a enganar os trabalhadores”, mas que “deverá ser afastado nas próximas eleições”. De acordo com a oposição, “como Oswaldo, existem diversos pelegos nas entidades sindicais do Espírito Santo, a começar pelo presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria, José Argemiro de Souza”.

As oposições da construção civil exporiam de forma clara suas concepções enquanto classe. De acordo com elas, a força das lutas dos trabalhadores fez que o regime político vigente se tornasse uma forma anacrônica de dominação burguesa. Essas lutas elevaram o nível de consciência de classe, embora ainda não se tratasse de uma consciência revolucionária, mas que, por outro lado, fez que o ritmo da abertura política operada pelo presidente Figueiredo se tornasse incompatível com as demandas dos trabalhadores. E alertava, finalmente, que no processo de luta, “os trabalhadores alcançarão, integralmente, a consciência revolucionária; aí a luta será travada em outro nível”.

Esses grupos foram ganhando eleições em sindicatos e fortalecendo-se. O Sindicato dos Jornalistas, o Sindicato dos Médicos e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina tiveram um papel preponderante no início da formação dessas oposições, como lembra João Carlos Coser (2012): “[...] já tinha uma evolução no movimento sindical [...], já tinha sinais aqui no Espírito Santo, já tinha o Sindicato dos Médicos, jornalistas, o Vitor [Buaiz], o Rogério [Medeiros], o Moschen [Ângelo] [...]”<sup>109</sup>, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

<sup>106</sup> BUAIZ, Vitor. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 107.

<sup>107</sup> MEDEIROS, Rogério. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 98.

<sup>108</sup> Posição, nº 64, 5 a 11 de agosto de 1979, p. 5. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores.

<sup>109</sup> COSER, João Carlos. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 153.

Colatina. Pouco depois as oposições sindicais foram se expandindo e conquistando sindicatos no setor da construção civil, bancários, assistentes sociais, docentes e comerciários.

No final da década de 1970, Vitor Buaiz teve uma participação destacada no movimento sindical. Quando começou a despontar-se na luta política enquanto liderança combativa, seus passos já eram monitorados pela DOPS/ES. Ao que tudo indica, o episódio que deu origem ao primeiro enquadramento de Vitor Buaiz como subversivo, marcaria profundamente sua trajetória. Sua detenção aconteceu por se haver aproximado de grupos ligados ao PCdoB. De acordo com as informações que abrem sua ficha criminal, o médico e professor do Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Espírito Santo, contribuía em dinheiro para a manutenção do “Partido do Estado”, recebia documentos do PCdoB para leitura e estudos e dizia-se seguidor de uma linha política “humanista e progressista”. Depois de encaminhado ao 38º Batalhão de Infantaria, haveria sido encontrado material subversivo em sua residência<sup>110</sup>. Ele foi preso nas primeiras diligências policiais cujo alvo era o PCdoB.

De acordo com Vitor Buaiz<sup>111</sup>, ele nunca foi filiado ao PCdoB. Ele nunca se havia filiado a outro partido antes do PT. Mas alguns de seus alunos, membros do Diretório Acadêmico (DA) do curso de Medicina da UFES, possuíam ligação orgânica com o PCdoB e davam apoio à Guerrilha do Araguaia. Vitor Buaiz e alguns alunos começaram a realizar serviços de atendimento no Bairro Itangá, em Cariacica, distribuindo remédios a pacientes carentes. Eventualmente alguns remédios que os alunos levavam para o ambulatório, eram separados e desviados para os militantes do PCdoB, por intermédio de um estudante do curso de Direito, que era militante desse partido. O envio de medicamentos foi descoberto pelos agentes da polícia política, e todos os treze envolvidos foram presos em 12 de dezembro de 1972. Os alunos foram enquadrados em vários dispositivos da Lei de Segurança Nacional (LSN), em processo movido pelo Promotor de Justiça Gastão dos Santos Ribeiro.

Depois de solto, Vitor recebeu a visita de Dom João Batista da Mota e Albuquerque e Dom Luiz Gonzaga Fernandes, levados até ele por um padre francês chamado André Lepoutre, que a irmã de Vitor Buaiz havia conhecido na França. Durante a visita, a conversa direcionou-se para questões políticas. A partir de então Vitor Buaiz passou a freqüentar a casa dos Irmãos de Taizé e entrou para a coordenação da Pastoral da Saúde.

---

<sup>110</sup> Todas as informações constantes deste trecho da pesquisa, referentes às investigações feitas pela polícia em relação à Vitor Buaiz, estão em: Ficha nº 01. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: Vitor Buaiz, p. 11 à 13.

<sup>111</sup> Alguns depoimentos sobre a militância de Vitor Buaiz estão em: BUAIZ, Vitor. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*; e BUAIZ, Vitor. Entrevista. In.: OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*

A ficha criminal de Vitor Buaiz destacava, ainda, sua participação nos protestos contra a proposta de implantação de uma usina nuclear no Município de Aracruz. Uma das atividades acompanhadas pela polícia foi um debate ocorrido na Assembléia Legislativa, no dia 19 de novembro de 1979. O debate foi presidido pelo presidente da Associação Capixaba de Meio Ambiente, Fredy Guimarães. Os discursos que mais chamaram a atenção dos agentes foram dos deputados emedebistas Dilton Lyrio Netto e Nelson Alves de Aguiar. O primeiro ressaltou a necessidade de se criar comitês de bairros, para envolver as comunidades no processo. O segundo foi ainda mais longe, passando a discursar em defesa de uma “revolução nos moldes da Nicarágua”. Nesse dia foram aprovados os seguintes encaminhamentos para realização de ações: manifestações de repúdio coletivo, com a participação de toda a população contra a construção de usina ou depósito de lixo nuclear; trabalhar a viabilidade de realização de um plebiscito na região da Grande Vitória e Aracruz e manifestações públicas, inclusive com carreatas, saindo de Vitória em direção à Aracruz, no local onde se pretende construir a usina.

Uma dessas ações foi um ato público, realizado no dia 28 de novembro de 1979, na Praça Oito, em Vitória. Nesse dia foram reunidas cerca de 200 pessoas, em sua maioria estudantes. O evento foi aberto por Fredy Guimarães, que falou sobre os malefícios produzidos por uma usina nuclear ao meio ambiente e à saúde humana. Ronaldo Lirio Borgo, representante da Comissão de Energia da UFES, explicou o funcionamento de uma usina nuclear e a possibilidade do uso da tecnologia para a fabricação de artefatos bélicos nucleares. João Batista Herkenhoff, representante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, fez uma análise do problema do ponto de vista jurídico. Maria Inês Barcelos da Costa, da Associação Profissional das Assistentes Sociais, leu um manifesto sobre os problemas sociais gerados pela implantação de grandes indústrias, fazendo um paralelo entre a usina e a Aracruz Celulose. Vitor Buaiz falou sobre as doenças provocadas pela radiação. Também estavam presentes o deputado Max Mauro (MDB) e Myrtes Bevilaqua Corradi, esta representando a União dos Professores do Espírito Santo (UPES).

Nesse período Vitor Buaiz já estava ocupando a Presidência do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo (SIMES). A entrada de Vitor Buaiz no movimento sindical foi determinante em sua vida política e marcou o SIMES, juntamente com o Sindicato dos Jornalistas e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina, como grandes entidades combativas no período. A opção pela militância sindical também o credenciou para disputar, em nome do PT, vários cargos eletivos.

A disputa pela presidência do SIMES foi conturbada. A eleição estava marcada para o dia 7 de agosto de 1979. Inscreveram-se duas chapas: a primeira era a chapa da situação, representada por Jussimar de Almeida, concorrendo à reeleição; a chapa da oposição era representada por Vitor Buaiz. Durante o processo, Jussimar foi denunciado à Delegacia Regional do Trabalho pela chapa da oposição, sob a acusação de corrupção eleitoral. Segundo Vitor Buaiz, em declaração ao Jornal “A Gazeta”, Jussimar haveria ido antecipadamente ao Norte do estado para recolher, pessoalmente, os votos dos médicos localizados dessa região. De acordo com as normas vigentes na época, os médicos do interior com direito a voto, que eram os sindicalizados a pelo menos seis meses antes da data da realização das eleições, poderiam votar pelo correio, enviando seus votos em envelopes assinados para a junta apuradora.

A chapa de oposição havia apurado, ainda segundo a declaração de Vitor Buaiz, que Jussimar havia entrado em contato com alguns médicos do Norte do estado, justificando que o mesmo estaria de passagem pela região e que poderia levar os votos para Vitória. Assim, os médicos votantes poderiam poupar o trabalho de ir às agências dos correios. Uma demonstração de “desespero, diante da eminente derrota”, como diziam à imprensa os representantes da chapa dois<sup>112</sup>.

Um determinado trecho da ficha policial sobre Vitor Buaiz traz um resumo contendo várias de suas participações em momentos importantes da luta política, durante os anos de 1979 e 1980. O que demonstra o quanto sua atuação chamava a atenção de investigadores policiais. Dentre essas atuações, destacasse a participação em assembléias com a categoria médica e servidores públicos, passeatas e greves dos trabalhadores da construção civil e professores, encontros de estudos, dentre outros.

As oposições sindicais ganharam tal significância que “foram atraindo [os sindicalistas] para uma área de troca de experiência que era a Frente Sindical”<sup>113</sup>, um genuíno movimento nos moldes do Novo Sindicalismo, que aconteceu somente no Estado do Espírito Santo no ano de 1981. A coordenação da frente foi formada pelo Sindicato dos Bancários, da construção civil, dos jornalistas, dos médicos, dos assistentes sociais e pela Federação dos Trabalhadores da Indústria. A sede era no Sindicato dos Jornalistas, mas a coordenação usava o auditório do Sindicato dos Bancários para os encontros e reuniões. Por meio de suas

---

<sup>112</sup> Eleição dos médicos está irregular. A Gazeta de 22/jun./1979. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: Vitor Buaiz, p. 21.

<sup>113</sup> MEDEIROS, Rogério. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 39.

articulações os sindicalistas a ela ligados foram ganhando eleições em vários outros sindicatos, como no setor da construção civil, comerciários, ferroviários, servidores públicos e eletricitários. A existência da Frente Sindical foi fundamental para a formação do movimento Pró-CUT, tanto em âmbito nacional como estadual e, da mesma forma, foi fundamental para a própria criação da CUT Nacional no ano de 1983 e da CUT do Espírito Santo, um ano depois.

A existência das organizações analisadas, no Estado do Espírito Santo e em diversas partes do País, em muito se deveu ao desenvolvimento de uma linha progressista, assumida por leigos e religiosos ligados à Igreja Católica. O movimento denominado “Cristianismo de Libertação” modificou a postura da Igreja Católica na América Latina e seus membros também foram protagonistas na redemocratização do País. É a formação dessa linha progressista e seus reflexos que analisaremos a seguir.

### **2.3 CRISTIANISMO DE LIBERTAÇÃO COMO INSPIRAÇÃO**

Como afirmamos, outro importante seguimento foi composto por militantes do chamado “Cristianismo de Libertação”. Este representou uma das bases fundamentais do PT, despontando no cenário político dentro de um processo que levou à “esquerdização do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista”<sup>114</sup>. As práticas promovidas por seguimentos progressistas ligados à Igreja Católica, estimulando a organização de trabalhadores em comunidades eclesiais de base (CEB’s), em pastorais sociais e em sindicatos, ramificaram-se pelo País afora. Mas deve ficar claro que, no Brasil, de forma geral, e no Espírito Santo, em específico, nem todos os setores da Igreja manifestou posições políticas progressistas.

No Espírito Santo, muitos articuladores de base popular acabavam por militar em sindicatos, influenciados por padres e bispos progressistas. Muitos deles acabaram por fazer parte da fundação do PT e engrossaram a base militante do mesmo. Dessa forma, pode-se falar em um processo de cooperação - às vezes com conflitos - entre o fortalecimento das comunidades eclesiais e a formação de oposições sindicais, característica que definiu fortemente o perfil do PT do Espírito Santo em seus primeiros anos de existência. Ângelo

---

<sup>114</sup> Palavras usadas por BOITO JR, 1991, *Op. cit.*, p. 16-17.

Moschen, por exemplo, relata<sup>115</sup> que, em sua região de atuação (região Centro-Oeste Capixaba), dois padres foram importantes para o início da organização dos trabalhadores, os padres João Fugeray e Lauro Formigonil. Esses padres articulavam encontros em que se discutiam a relação entre fé e política, como também a importância da militância fora da Igreja e no movimento sindical. Então, entre reflexões e ações, os trabalhadores do campo foram percebendo a necessidade de se formar uma pastoral especificamente voltada para o trabalhador rural, a Comissão Pastoral da Terra (CPT). A influência da Igreja Católica foi tamanha, que Moschen relata ainda que ele e outras pessoas começaram a fazer parte do movimento sindical “simplesmente por amor à Igreja, por amor ao evangelho, por amor aos pobres”. Moschen, como os demais trabalhadores, segundo palavras do próprio, não tinham o entendimento do que seria o socialismo e muito menos leituras a esse respeito, mas acreditavam que iriam mudar a sociedade através do “evangelho [...] e da organização das comunidades eclesiais de base”.

Por meio da CPT, que passou a dar formação política aos leigos católicos, explicando o funcionamento da estrutura sindical e fornecendo as primeiras noções sobre a sociedade capitalista, os grupos foram percebendo que a “maioria dos sindicatos dos trabalhadores rurais do Espírito Santo não tinham nenhum compromisso com os trabalhadores rurais”. Assim, optaram por aderir às oposições. Moschen elegeu-se Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina no ano de 1980 e desconfia, ainda, que a escolha de seu nome para concorrer ao cargo foi articulada por aqueles padres progressistas que atuavam na região.

Outro personagem que também participou da formação do PT, influenciado pela militância em CEB's, foi João Carlos Coser. Ele conta sobre aquele grupo de pessoas que, graças aos encontros promovidos pelo Bispo Dom João Batista, começaram a ouvir falar sobre o que é exploração capitalista. Eram reuniões e encontros onde os leigos recebiam orientações sobre como agir no movimento sindical, no movimento popular e também dentro da Igreja. Ressalta ainda que eles não tinham “[...] um deputado para procurar, um senador para procurar, um prefeito para procurar, tudo era assim distante da gente [...]”; o único refúgio era a Igreja<sup>116</sup>. Quando do início da formação do PT no estado, João Coser foi convidado como representante da Igreja para montar um núcleo do PT em Itararé. Então, em seu caso, aproximou-se primeiramente do partido para depois ingressar nas oposições sindicais, por

<sup>115</sup> MOSCHEN, Ângelo. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 129 a 132.

<sup>116</sup> COSER, João Carlos. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 8.

meio do Sindicato dos Comerciários. Foi como sindicalista que se projetou no cenário político.

Mas a relação entre a Igreja e o movimento sindical não era totalmente simbiótica. O próprio Rogério Medeiros comenta<sup>117</sup> sobre certas dificuldades iniciais em aglutinar sindicatos que foram fortalecidos ou formados com a ajuda da Igreja Católica. De acordo com Medeiros, a “Igreja criava suas lideranças mas segurava-as [...], eram o rebanho”. Explica ainda que “o campo da igreja progressista era muito calouro; eles tinham dificuldade de caminhar, eles eram zelosos; só era bom quem era da Igreja”. Como foi o caso de Ângelo Moschen, que segundo Rogério Medeiros, relutou em fazer parte das oposições sindicais “porque a Igreja não deixava”. Então, como toda relação entre grupos e instituições, a relação entre Igreja, sindicato e movimentos populares possui suas complexidades e seus desalinhamentos, embora possam ser analisados em conjunto, dentro de um movimento mais abrangente pela redemocratização do País e pela defesa da classe trabalhadora.

No Espírito Santo, já nos primeiros anos do bispado de Dom João Batista da Mota Albuquerque, depois que assumiu a arquidiocese de Vitória em, 26 de maio de 1958, e nomeou seu bispo auxiliar, Dom Luis Gonzaga Fernandes, tem-se início ao processo de renovação paroquial<sup>118</sup>. De início buscou-se a formação de pequenos grupos de vivência cristã para o estudo da Bíblia. Também teve início a organização da juventude católica, a Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Agrária Católica (JAC).

Em meados dos anos de 1970, os bispos, os padres progressistas e as diversas pastorais sociais, já atuavam buscando a organização dos trabalhadores junto às populações de bairros carentes, formados em sua maioria por operários – muitos desempregados -, vindos do interior e de estados vizinhos, como Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro. Nesse contexto, a proposta de renovação pastoral ganhou um aliado importante no Espírito Santo, os Irmãos de Taizé. Trata-se de uma comunidade ecumênica cristã, de origem calvinista, criada após a Segunda Guerra Mundial na França. Os Irmãos de Taizé tiveram contato com bispos latino-americanos durante a realização do Concílio Vaticano II. A convite de dom Luís Gonzaga,

---

<sup>117</sup> MEDEIROS, Rogério. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 98.

<sup>118</sup> Sobre a formação das Comunidades Eclesiais de Base no Espírito Santo, ver: BARBOSA, Fabiane Machado. Comunidade Eclesiais de Base na História Social da Igreja: Cariacida (1973-1989). Vitória: UFES, 2007. 207 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo; e RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*

vieram para Vitória e fundaram uma comunidade. Eles permaneceram no estado entre os anos de 1972 e 1978 e, nesse período, participaram intensamente do crescimento das Comunidades Eclesiais de Base e de outras experiências religiosas<sup>119</sup>.

Uma contribuição significativa da Igreja à organização dos movimentos populares foi a criação da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (ANAMPOS)<sup>120</sup>. Foi uma iniciativa que partiu de Carlos Alberto Libâneo Christo, o Frei Betto, durante o período em que residiu em Vitória. O propósito da criação dessa instituição, segundo ele, foi “articular os movimentos populares e sindicais e impedir que fossem partidarizados pela fundação do PT, prevista para o mês seguinte”<sup>121</sup>. Frei Betto chegou à Vila Velha após haver passado um período detido pela DOPS do Rio de Janeiro. Recebeu então o convite do bispo auxiliar Dom Luiz Gonzaga, para trocar Vila Velha por Vitória e dedicar-se às comunidades eclesiais de base. Para Vitor Buaiz a ANAMPOS “funcionou como um grupo de apoio não só aos movimentos sociais, aos movimentos comunitários, mais ao próprio movimento sindical [...], a partir dali [...] o movimento comunitário [cresceu] em cada cidade”<sup>122</sup>.

A proposta de criação da ANAMPOS foi exposta em fevereiro de 1980, em encontro realizado no Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, em Minas Gerais. Esse encontro foi determinante, sob o ponto de vista do estreitamento das relações entre ativistas católicos ligados às oposições sindicais e os sindicalistas autênticos. Frei Betto tinha a tarefa de fazer essa aproximação. Nesse encontro foram estabelecidos alguns dos princípios básicos para ações ligadas à democratização da estrutura sindical e onde ocorreu um impulso para a aceitação pelos militantes católicos da proposta de formação do PT. Estiveram presentes naquele momento líderes de pastorais operárias, de comunidades eclesiais de base, de movimentos populares, de oposições sindicais e até sindicalistas ligados aos partidos de esquerda, como o PCB<sup>123</sup>.

Grande parte dos participantes do encontro realizado em João Monlevade acabariam por participar da formação do PT e ocupar posições importantes em suas direções. Segundo

<sup>119</sup> Sobre a atuação dos Irmãos de Taizé no Estado do Espírito Santo, ver: SILVA, Erilane Ribeiro da. Fé e Repressão Política: atuação de militantes cristãos católicos sob o olhar da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo – DOPS/ES (1974-1985). Vitória: UFES, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas das Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>120</sup> Sobre a ANAMPOS, ver: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 34.

<sup>121</sup> CHRISTO, Carlos Alberto Libâneo. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 93.

<sup>122</sup> BUAIZ, Vitor. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 35.

<sup>123</sup> Sobre o Encontro de João Monlevade, ver: BOITO JR, 1991, *Op. cit.*, p. 17-18.

Vitor Buaz, nesse encontro foi a primeira vez em que os sindicalistas do Espírito Santo “ouviram de Lula a ideia de um partido dos trabalhadores”<sup>124</sup>.

Mas, como se deu a formação do Cristianismo de Libertação no Brasil? E como foi construída a relação dessa com a classe trabalhadora? Para entender melhor esse aspecto é necessário um rápido recuo temporal. Tal perfil combativo e politizado começou a ser formado no final da década de 1950 e início de 1960, e levou a um processo de mudança no perfil do catolicismo, tanto internamente como em sua relação com a sociedade<sup>125</sup>.

Se considerarmos que no início do século XX a ignorância religiosa era considerada a causa de todos os males, a preocupação da Igreja centrava-se no campo da ordem moral, no respeito aos valores religiosos e às autoridades. Nessa ótica, a crítica e o repúdio eram contra comunistas, protestantes, espíritas e tantas outras manifestações que não refletiam os padrões tradicionais da visão católica. Era um discurso parecido com o do Estado, que relacionava o analfabetismo como causa principal da crise social, sem, ao menos, uma análise histórica que levasse a entender as causas da realidade e das graves questões sociais. O novo olhar da Igreja começa a despontar ante a necessidade do conhecimento histórico, da realidade, do compromisso social, do universo político, cultural e artístico.

A eleição do papa João XXIII, em 1958, marca profundamente essa mudança, e as encíclicas do mesmo a refletirão. Grosso modo, a encíclica *Mater et magistra*, de 1961, se debruça sobre os problemas sociais dos países periféricos, afirmando a necessidade de o desenvolvimento econômico acompanhar o desenvolvimento social. A encíclica *Pacem in terris*, de 1963, afirma o direito à existência e a um padrão de vida digno, com acesso aos bens culturais existentes.

Assumindo uma posição de diálogo, abertura e articulação com o mundo, o papa João XXIII convoca, em 1959, o Concílio Vaticano II (1962-1965). “A eficácia histórica desse acontecimento estava nos seus objetivos, nas suas orientações, nos documentos, enfim, na

<sup>124</sup> BUAIZ, Vitor. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 110.

<sup>125</sup> Sobre as mudanças ocorridas na Igreja Católica no que consiste em seus posicionamentos políticos e sobre as Comunidades Eclesiais de Base, ver: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Tempo da ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 93-131; e LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). Revolução e democracia (1964...). As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007, p. 303-320.

totalidade de seu dinamismo”<sup>126</sup>. O concílio buscou exprimir uma linguagem histórico-social, abrindo-se a um diálogo com a modernidade e com as ciências. Um aspecto fundamental desse encontro foi a mudança de concepção a respeito do povo, especialmente o pobre: antes visto como um ser digno de caridade, passa tornar-se sujeito histórico. A sociedade civil passa a ser o principal interlocutor para esses setores progressistas da cristandade, não mais o Estado.

Foi a partir do concílio que houve uma proposta de renovação pastoral e litúrgica. No Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), o objetivo traçado pelos bispos brasileiros era o fortalecimento das ações pastorais nas diversas regiões e dioceses espalhadas pelo País, através de realização de cursos, conferências, seminários e publicações, com o objetivo de divulgar a nova mentalidade católica. Estava sendo promovida a aproximação entre religiosos, leigos e o conjunto da sociedade.

Outro evento chave nesse processo foi a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968). Seu tema foi A Igreja na Atual Transformação da América Latina, à Luz do Concílio Ecumênico Vaticano II. Ao contrário da primeira conferência, que priorizou questões internas da Igreja, essa se voltou para os problemas da América Latina. O elemento norteador para a construção do entendimento da sociedade e seus problemas foi a análise da realidade histórica. Buscou-se, ali, a articulação entre situação histórica e a fé cristã, e aprofundou-se a análise de que a situação de pobreza vivida pela periferia latino-americana é consequência de um tipo de colonialismo, em que os países considerados desenvolvidos a submetem, deixando um legado de miséria e injustiça. Essa segunda conferência fortaleceu a presença do leigo como sujeito ativo nos caminhos da Igreja.

Vale destacar que essa conferência aconteceu no mesmo ano em que o regime militar publica o Ato Institucional nº 5 (AI-5), e, com isso, inaugura a sua fase mais brutal. A opção pela defesa dos direitos sociais e humanos posicionou a militância progressista da Igreja Católica e os membros do clero em confronto direto com o Estado, ao contrário do que ocorreu em 1964 quando, motivados pelo forte sentimento anticomunista, a cúpula da Igreja e o bispado apoiaram a instalação do governo golpista.

Certamente que a perseguição, a prisão, tortura e morte de membros da Igreja unificou-a contra o regime e a favor da luta pelos direitos humanos. No entanto, isso não quer

---

<sup>126</sup> DELGADO; PASSOS, 2003, *Op. cit.*, p. 111.

dizer que todo o conjunto que forma a Igreja passou a ser simpático com as mudanças que ocorriam em seu interior.

Uma interessante análise sugere que, no espectro político, o posicionamento à esquerda da militância católica no Brasil pode ser explicada a partir dos seguintes aspectos: a) desde a década de 1950 o papel dos leigos se torna muito importante no País e foram eles os primeiros a se interessarem pelo marxismo e buscarem novas formas de ação na sociedade; b) o catolicismo brasileiro sempre teve mais proximidade com o catolicismo francês, de onde emergiram correntes de esquerda, diferente do ocorrido no restante da América Latina, influenciada pelo catolicismo espanhol, de posições mais conservadoras; e c) a crise política e econômica impulsionava os grupos críticos à tomada de posições<sup>127</sup>.

Esses aspectos influenciaram a Ação Católica, um apostolado laical que foi criado, em princípio, para tentar unificar os movimentos religiosos em sua grande heterogeneidade, dentro de uma doutrina hierarquizada e tradicional cristã. A Ação Católica, durante a década de 1950, começou a mudar seu perfil, principalmente a partir da juventude que a compunha. Os movimentos de juventude, como JOC, a JEC, a JUC e a JAC, principalmente a JUC, passaram a estreitar contatos com militantes de esquerda e com leituras marxistas.

No decorrer da década de 1970, depois de derrotada a esquerda armada, a Igreja progressista tornou-se um dos principais adversários do regime. Frente a perseguição política, membros de grupos políticos organizados, militantes do movimento sindical, do movimento estudantil e familiares de mortos e desaparecidos, encontravam abrigo em meio aos setores progressistas da Igreja Católica. Durante as greves de 1979 eram celebradas missas, junto a operários em greve, para confortá-los e fortalecê-los. Por exemplo, no epicentro da luta sindical em São Paulo, logo após a intervenção federal nos sindicatos metalúrgicos, foi realizada uma grande missa em comemoração a 1º de maio, no Estádio Euclides da Cunha, foi a Missa do Trabalhador<sup>128</sup>. As palavras proferidas pelo celebrante Dom Cláudio Hummes refletiram o vínculo construído entre a Igreja e a classe trabalhadora. Nelas, também é possível perceber a visão anticapitalista da Igreja, como em: “Cristo..., os trabalhadores do ABC foram obrigados a fazer greve para procurar um pequeno aumento em seu salário, enquanto as grandes firmas multinacionais têm lucros enormes; Cristo..., ajude-nos a corrigir as injustiças”. Essas mesmas palavras também afirmavam a opção pelas ações concretas,

---

<sup>127</sup> LOWY, 2007, *Op. cit.* p. 307.

<sup>128</sup> ABC da Greve, *Op. cit.*

como em: “Jesus Cristo libertou todos os homens com o trabalho de seu sacrifício, do mesmo modo toda a classe trabalhadora só será livre oferecendo a Deus o sacrifício de sua luta por melhores condições de vida”; e ainda completa: “para que o trabalhador não fique esperando cair do céu essa libertação, mas que permaneçam unidos para conseguir esse dom de Deus, rezemos ao Senhor [...]”.

A ligação entre esse setor da Igreja Católica com os sindicatos dos trabalhadores era explícita. Nessa celebração, dom Hummes destaca a presença de Lula e o chama ao altar. Em seguida roga a Jesus Cristo para que dê àquele povo a possibilidade de terem suas organizações e pede para que “os três sindicatos dos metalúrgicos [do ABC] voltem aos trabalhadores e [que] tenham de volta os seus legítimos dirigentes”.

Durante a década de 1970 e início de 1980 as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) já estavam espalhadas pelo País. Nesses ambientes eram feitas celebrações eucarísticas e círculos bíblicos, animadas por cânticos e orientadas por cartilhas que propunham unir espiritualidade e crítica social. Essa foi a massa mobilizada que animou e deu corpo a diversas organizações, tais como o PT, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros.

Bispos do Espírito Santo participaram do Concílio Vaticano II com uma delegação formada por Dom João, representando a Arquidiocese de Vitória; Dom Luiz Gonzaga Peluso, representando Cachoeiro do Itapemirim; e Dom José Dalvit, representando São Mateus. No concílio, participaram de oficinas, conheceram outras realidades, fizeram intercâmbio com várias outras correntes do pensamento religioso. Foi nessa ocasião que tiveram contato com o movimento “Igreja dos Pobres”, liderado por um padre operário, Paul Gauthier, e onde também conheceram os Irmãos de Taizé.

Os anos posteriores ao Concílio Vaticano II, foram marcados, no Estado do Espírito Santo, pela aplicação do Plano de Emergência para a Igreja no Brasil. Esse plano foi um documento elaborado durante a 5ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), em resposta a um pedido do Papa. O documento apóia, discute e propõe formas para a reforma paroquial, para a reforma do ministério sacerdotal, dos educandários e propostas para a Pastoral de Conjunto. Pastoral de Conjunto foi um planejamento de ações com vistas a reorganizar o alcance da instituição religiosa na sociedade civil.

A redescoberta sobre o conceito de comunidade foi, sem dúvida, fundamental para a transformação da Igreja. Nas CEBs estava o modelo de uma Igreja engajada nas lutas cotidianas dos fiéis. Essa noção de comunidade, que vem do conceito de “Igreja dos Pobres”, inspirado nas tradições comunitárias populares pré-capitalistas, principalmente das rurais, foi tão profundo que passou a ser vista pelos leigos da Igreja, como um padrão para a organização de toda a sociedade<sup>129</sup>.

Como parte do processo de renovação paroquial, foram postas em prática diversas iniciativas. Uma delas foram os encontros intereclesiais. O primeiro encontro, realizado em 1975, teve como tema as CEB’s: uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus. Nesse encontro, debateu-se o perfil das comunidades e perspectivas para o futuro. Também foi definida a metodologia de trabalho das pastorais, quais sejam: a) ações sempre partindo da análise da realidade; b) abrir espaço para a valorização das expressões autênticas do povo; c) dar condições de aperfeiçoamento a agentes pastorais, preferencialmente dentro da própria comunidade. O segundo encontro, realizado em 1976, adotou como tema “Igreja: povo que caminha”. Nesse outro, a participação foi mais aberta, não havia ali apenas agentes pastorais, mas também pessoas que representavam a base das comunidades. Neste ficou mais claro o perfil das comunidades no Estado<sup>130</sup>.

Outras iniciativas foram a criação do Instituto de Pastoral da Arquidiocese de Vitória (IPAV), entidade focada na formação de leigos em agentes pastorais. E outras, como a Comissão Justiça e Paz (CJP), a Comissão de Saúde e a Comissão de Direito à Moradia. Por meio das comissões aconteciam cursos sobre temas diversos. No desdobramento dessas comissões, originaram-se pastorais que atuavam sobre determinadas problemáticas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral Operária (PO), entre outros. As pastorais foram concebidas para atuar em várias frentes, como na proteção dos direitos humanos, na ocupação urbana, na orientação à saúde da população das comunidades carentes, etc.

As ações e métodos das CEB’s e comissões e pastorais foram dinamizando-se na medida em que, o adensamento demográfico e desordenado das zonas urbanas, tornaram-se uma evidência e as contradições sociais ampliaram-se. Essa realidade impulsionava a militância da Igreja de base popular à tomada de posições em favor do “povo de Deus”. Era

---

<sup>129</sup> LOWY, 2007, *Op. cit.*, p. 315 e 316.

<sup>130</sup> BARBOSA, 2007, *Op. cit.*, p. 86 a 88.

necessário lutar por melhores condições de vida e trabalho. Neste caso analisaremos, a seguir, como eram as condições de vida de grande parte da população capixaba.

## 2.4 CONTEXTO ECONÔMICO DO ESPÍRITO SANTO

As mudanças na orientação econômica do Estado, no sentido de inseri-lo no padrão de desenvolvimento capitalista, não começou com o Regime Militar, mas a partir dele, esse intuito foi potencializado. Desde a década de 1950, com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitscheck, tiveram início os investimentos em pavimentação de rodovias, geração de energia e estabelecimento de redes de comunicação. No entanto, até o final dessa década, cerca de 72% da população do estado ainda residia na zona rural. Isto demonstra uma resistência às novas propostas<sup>131</sup> e, acima de tudo, que havia condições para as famílias se auto-sustentarem no campo.

Em meados da década de 1970, o Espírito Santo começa a abandonar o modelo agrário exportador, baseado hegemonicamente no capital local de pequeno porte, para executar um modelo baseado fortemente – mas não exclusivamente - na industrialização. Neste modelo, o grande capital<sup>132</sup>, nacional e internacional, passou a dominar praticamente todos os setores das atividades econômicas e imprimiu ao estado um ritmo acelerado de crescimento e acumulação capitalista<sup>133</sup>. O Espírito Santo buscou integrar-se de forma definitiva na dinâmica da economia nacional, sob as orientações do Governo Federal. Nessa nova fase de acumulação, o grande capital não somente consegue desenvolver atividades econômicas que não existiam anteriormente na região, mas também vai incorporando e apropriando-se de atividades até então controladas pelo capital local e, que além de tudo, submetia estes a uma concorrência implacável.

---

<sup>131</sup> GOMES, Helder. Aspectos da História Econômica do Espírito Santo. In.: MST Espírito Santo. A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo: 20 anos de lutas, sonhos e conquista de dignidade! Vitória: Secretaria Estadual do Movimento Sem Terra, 2005, p. 22.

<sup>132</sup> Grande Capital, no conceito atribuído por Haroldo Corrêa Rocha, é empregado para designar grandes empreendimentos industriais e empreendimentos em diversos setores de atividades, mesmo os de pequeno porte, desde que controlados por grandes grupos econômicos, nacionais ou internacionais.

<sup>133</sup> Sobre o modelo de desenvolvimento controlado pelo Grande Capital, ver: ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012, capítulo 3.

Para atender as demandas dessa industrialização acelerada, o estado apresentou-se como o principal fomentador, tomando para si a tarefa de indutor do desenvolvimento. Isso foi feito por meio de maiores aportes de receita e investimentos em infra-estrutura para abastecimento, transporte e comunicação. Além de, é claro, incentivos fiscais e financiamentos à longo prazo aos grandes empresários. O Estado vai sendo moldado para atender os interesses desses grupos econômicos representantes do grande capital.

Para conduzir o estado em favor de uma política de beneficiamento desses grupos, o aparelho burocrático passa a ser gerido por elites profissionais associadas a seguimentos empresariais internacionalizados. As relações estabelecidas entre o setor público e o setor privado, sem o devido controle externo, passaram a acontecer no interior da burocracia estatal. Esses profissionais encastelados nos aparatos estatais, preocupados principalmente em atender os interesses dos grupos aos quais eram vinculados, deram à Administração Pública um perfil tecnocrático, fechado e excludente. Vale ainda ressaltar que os representantes desses seguimentos econômicos já vinham organizando-se politicamente em instituições patronais como, por exemplo, a Federação do Comércio e a Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES), a fim de obter maior poder de interferência nos rumos da economia<sup>134</sup>.

As áreas econômicas priorizadas na nova proposta organizativa do estado, abrangiam os setores de transformação para atender às necessidades do parque industrial nacional e dos mercados internacionais, como o minério de ferro, celulose, madeira, alimentos e siderurgia. A orientação a ser seguida era de que as grandes empresas deveriam basear suas áreas de negócio nas potencialidades ou supostas potencialidades regionais.

O campo sofre mudanças radicais, com enormes impactos. Algumas culturas tradicionais foram substituídas por outras que melhor atendessem as demandas da indústria crescente. Dois modelos foram impactantes no processo de acumulação capitalista no campo. O primeiro deu-se com a grande expansão da pecuária, que, embora haja atraído investimentos, tinha um pequeno potencial de geração de empregos e, por outro lado, grande potencial de concentração fundiária.

Outro modelo foi a imensa expansão do chamado reflorestamento. O reflorestamento consistiu na plantação de árvores para a produção industrial, principalmente o eucalipto, para

---

<sup>134</sup> Sobre a moldagem do Estado para atender os interesses de grupos econômicos capitalistas, ver: ZORZAL E SILVA, Marta. Dilemas e Perplexidades do Modelo. In: VASCONCELLO, João Gualberto (Org.). Memória do Desenvolvimento. Vitória: Multiplicidade, 2004, p. 59-83

a fabricação de celulose. Esse modelo já vinha sendo articulado desde 1967, quando foram aprovados benefícios fiscais para o fim citado acima. Nesse modelo as grandes empresas foram incorporando diversos pequenos produtores e contribuiu, sem sombras de dúvida, para a queda da produção de alimentos e para a concentração fundiária. Então, é certo que a transformação das propriedades rurais em grandes empresas acabaram por alterar as relações de trabalho. Como reflexo da expansão do grande capital no campo, entre 1975 e 1980, o trabalho familiar foi drasticamente reduzido e pequenos produtores foram deslocados.

Essa proposta de industrialização crescente e acelerada foi acompanhada de grande empenho ideológico e midiático por parte do governo do Estado, visando canalizar o fluxo migratório para a região da Grande Vitória. Campanhas publicitárias eram veiculadas nos meios de comunicação, com propagandas dizendo que “o Espírito Santo trocou o seu complexo de inferioridade pelo complexo industrial”; ou, “trabalhando com o povo por uma cidade que cresça com o Brasil”; ou ainda, “sem protocolo, sem audiência marcada, o governador quer falar com você, quer falar que o Espírito Santo vai começar sua grande corrida para o futuro. A hora é sua. Participe!”<sup>135</sup>.

O revés desse processo foi sentido, de forma brutal, pela classe trabalhadora. Na região da Grande Vitória, os grandes investimentos industriais atraíram mão-de-obra do interior e de outros estados. Essa grande concentração de migrantes ocasionou uma imensa concentração demográfica, gerando o fenômeno da metropolização naquela região<sup>136</sup>. A Tabela 04 demonstra a diminuição da população rural e o aumento da população urbana no estado.

**TABELA 04**

**EVOLUÇÃO POPULACIONAL NO ESPÍRITO SANTO 1950-1980**

DÉCADA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%
<b>1950</b>	957.238	199.186	20,8	758.052	79,2
<b>1960</b>	1.418.385	403.461	28,4	1.014.923	71,6
<b>1970</b>	1.599.335	721.916	45,1	877.419	54,9
<b>1980</b>	2.063.679	1.324.701	64,2	738.978	35,8

Fonte: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. A Questão Regional e a Dinâmica Econômica do Espírito Santo – 1950/1990.

<sup>135</sup> DOIMO, Ana Maria. Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular. Campinas: UNICAMP, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, p. 37.

<sup>136</sup> Sobre os impactos da metropolização na região da Grande Vitória, ver: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. A Questão Regional e a Dinâmica Econômica do Espírito Santo – 1950/1990. Fênix Revista de História e Estudos Culturais. Vitória: UFES, v. 6, ano VI, out./nov./dez. 2009.

Mal remunerada, essa grande massa de trabalhadores encontra uma cidade que não lhes oferece infra-estrutura adequada ou políticas públicas para suprir suas necessidades básicas, o que os obriga a “inchar” as periferias da região. Os efeitos são: urbanização desordenada e desigual, aumentos das contradições sociais e formação de bolsões de pobreza. Ou seja, em nome do desenvolvimento, o Estado preparou-se para receber as grandes empresas, relegando para segundo plano políticas públicas que garantissem a essa população atraída ou obrigada a servir de mão-de-obra para essas mesmas empresas, o acesso ao espaço urbano, estrutura adequada para moradia, saúde, abastecimento, saneamento básico, transporte e educação. A política adotada pelo Estado revelou as contradições do modelo de industrialização adotado, onde a utilização dos espaços da cidade segue a lógica da acumulação capitalista. O sindicalista José Anézio Dias que, na construção civil, fez parte das oposições no Espírito Santo, foi um exemplo de migrante que viveu essa situação. Ele relata que migrou do Estado da Bahia para o Espírito Santo, atraído pelos empregos gerados durante a implantação da usina de pelletização da empresa Vale do Rio Doce. Ao chegar ao estado, no ano de 1971, deparou-se com a “superexploração da mão de obra”. Naquela época, ele entendeu que as relações entre empregado e empregador eram como “uma laranja que você chupa e que na hora que seca o caldo você joga fora”<sup>137</sup>.

O Estado do Espírito Santo adentra a década de 1980 mergulhado na crise desse modelo de estado desenvolvimentista. Essa crise ficou evidente para os trabalhadores quando as camadas populares emergiram à cena política, pautadas pela cobrança de uma dívida social acumulada, por melhores condições de vida e pela redemocratização do País. Como veremos no próximo capítulo, é nesse contexto que o PT faz suas primeiras articulações no Estado do Espírito Santo.

---

<sup>137</sup> DIAS, José Anézio Dias. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 166.

## CAPÍTULO 3

### PRIMEIROS PASSOS

*Instrui-vos porque teremos necessidade de toda vossa inteligência.*

*Agitai-vos porque teremos necessidade de todo vosso entusiasmo.*

*Organizai-vos porque teremos necessidade de toda vossa força.*

Antonio Gramsci

Para os líderes sindicais de São Paulo e de outros estados onde as greves e manifestações de trabalhadores estavam ocorrendo, era preciso fortalecer e ampliar o movimento grevista e ganhar apoio e legitimidade na sociedade. O esforço para levar informações ao maior número possível de pessoas foi intenso: as pessoas precisavam saber o porquê de todas as reivindicações, dos embates e das lutas; precisavam saber por que os trabalhadores estavam exigindo, de forma radical, melhores salários e condições de trabalho. As movimentações no Estado do Espírito Santo foram significativas e sofreram percalços.

Nas primeiras articulações, a organização do PT dependia, não só, mas em grande parte, das viagens de apoio feitas pelos líderes sindicais paulistas. A presença de Lula, por exemplo, era exigida em vários estados, porque ele era considerado pelos militantes políticos da classe trabalhadora a principal liderança sindical do País. Lula passou a viajar por vários estados do Brasil para fazer reuniões e discursar em comícios, atos públicos e atividades políticas.

Uma dessas viagens do sindicalista foi monitorada, durante sua passagem pelo Espírito Santo. No dia 16 de abril de 1979, um dos agentes da Assessoria de Informações da Capitania dos Portos do Estado do Espírito Santo, órgão ligado à Marinha do Brasil, apreendeu um panfleto que estava sendo distribuído no campus da Universidade Federal do Espírito Santo

(UFES). Já no dia seguinte, esse panfleto foi encaminhado, em grau de sigilo confidencial, ao 38º Batalhão de Infantaria (38º BI), à Polícia Militar (PM/ES), ao Departamento de Polícia Federal (DPF/ES) e à DOPS/ES<sup>138</sup>. O panfleto era um convite do Instituto Pedroso Horta, instituição ligada ao MDB, para um debate no Colégio do Carmo, em Vitória. A intenção era dar espaço às lideranças sindicais para falarem da situação dos trabalhadores, como bem destacou o título do convite: “Venha discutir os problemas dos trabalhadores com os principais líderes sindicais do Brasil”<sup>139</sup>. De acordo com a programação, no dia 19/04 (quinta-feira) haveria a palestra do líder sindical, jornalista e Deputado Estadual por SP, Fernando Moraes e do ex-líder estudantil, professor universitário e Deputado Estadual pelo RJ, Raimundo de Oliveira. No dia 20/04 (sexta-feira), o evento contaria com as presenças do advogado dos presos políticos e Deputado Estadual pelo RJ, Modesto da Silveira (MDB) e do Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, Alberto Goldman (MDB). Por fim, no dia 21/04 (sábado), em destaque no panfleto, a presença de Lula, “destacado líder sindical, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo”<sup>140</sup>.

Como a leitura dos documentos da DOPS/ES indica, até o mês de junho de 1979, os órgãos que integravam a rede de informações da polícia política do Espírito Santo ainda possuíam pouquíssimas informações sobre Luiz Inácio Lula da Silva. O evento realizado no Colégio do Carmo fez os agentes buscarem mais detalhes sobre as atividades de Lula. Desta forma, o Serviço de Investigações e Informações, com intuito de atualizar seus fichários, expediu um pedido de busca aos diversos órgãos estaduais. Os dados conhecidos eram somente: “Luiz Inácio da Silva, vulgo ‘Lula’, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo de Campos/S.P. [sic]”. O documento solicitava os “dados qualitativos do nominado”, “outros dados julgados úteis” e “possível urgência na resposta”<sup>141</sup>.

Dos órgãos que atenderam o pedido de busca, a Assessoria Técnica para Informações e Contra Informações (ATICI), respondeu nada constar<sup>142</sup>. A Escola de Aprendizes de Marinheiros do Espírito Santo (E.A.M.E.S.) e o Departamento de Política Federal limitaram-se a informar que o “nominado: a) estava incluído entre os conferencistas do II Seminário do Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta do MDB, realizado em Vitória nos dias 19 e 22

<sup>138</sup> Encaminhamento. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 1.

<sup>139</sup> Idem, p. 2.

<sup>140</sup> A qualificação dos presentes foi descrita conforme documento original.

<sup>141</sup> Pedido de Busca nº 086/79-SII/SPI/ES. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 4.

<sup>142</sup> Informação. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 14.

de abril passados [...]; b) por motivos desconhecidos deixou de comparecer [...]", mas que, de resto, nada mais constava<sup>143</sup>.

Embora não houvesse comparecido àquele debate, a presença de Lula no estado ocorreria por diversas ocasiões. Se até então os agentes da polícia política tinham pouquíssimas informações sobre ele, muito em breve este fato seria mudado completamente. Pouco tempo depois, no dia 29 de setembro de 1979, Lula já estaria junto a diversas lideranças locais, aceitando o convite do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo para estar presente a um evento com o objetivo de fortalecer o Novo Sindicalismo.

Os passos do sindicalista foram seguidos desde o desembarque. Em uma fotografia produzida pelos agentes do Serviço de Investigação e Informação, é possível observar a chegada do sindicalista junto a uma comissão que o acompanhava. A fotografia captou a comitiva em um ângulo privilegiado e, aparentemente próximo. Na fotografia foi desenhada, usando-se esferográfica com tinta de cor vermelha, uma seta indicativa apontando, por cima da cabeça de Lula, como forma de identificá-lo. Quanto às pessoas que acompanhavam o líder sindical, "não puderam ser identificadas [pela] AI"<sup>144</sup>.

Já no encontro com os demais participantes, outra fotografia produzida pelos agentes da DOPS/ES flagrou a composição da Mesa. Cada um dos integrantes recebeu, na fotografia, um número de ordem, de um a seis, escritos com caneta esferográfica, sobre suas cabeças. A fotografia foi colada em uma folha de papel A4, e, abaixo, foi datilografada uma legenda com nome e qualificação de cada componente, sendo eles: 1) Vitor Buaiz, atual Presidente do Sindicato dos Médicos/ES; 2) Rosilda de Freitas Frizeira, membro da ala jovem do MDB e representante do Movimento Feminino do Estado do Espírito Santo; 3) Luiz Inácio da Silva, vulgo Lula; 4) Mario Martins, jornalista e ex-Senador cassado; 5) Rogério Sarlo Medeiros, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo e 6) Waldemar de Almeida Lyrio, do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil<sup>145</sup>.

Aparentemente dois agentes acompanharam o evento e registraram as atividades do líder sindical durante essa passagem pelo Espírito Santo, cada qual a seu modo. O primeiro registro foi produzido em formato de "Informe" e recebeu o título: "Palestra Proferida pelo

<sup>143</sup> Informação. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 13 e 14.

<sup>144</sup> Foto 1/3. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 10.

<sup>145</sup> Qualificação dos membros da mesa descrita conforme consta no documento original.

Líder Sindical Paulista”<sup>146</sup>. Esse documento foi difundido a vários órgãos do estado e, inclusive, ao SNI, Agência Rio de Janeiro (ARJ/SNI). As atenções nesse dia estavam voltadas, principalmente, para os discursos dos participantes, com destaque ao que Lula tinha a dizer.

De acordo com o relato do integrante da Polícia Política, Lula iniciou seu discurso dizendo aos presentes para o olharem, ele, Lula, não como um agitador, mas como um trabalhador lutando por seus direitos e pelos direitos de seus companheiros de classe. Falou da importância da campanha de solidariedade organizada, em nível nacional, por sindicalistas combativos pertencentes às oposições sindicais e outras entidades, em apoio aos “movimentos trabalhistas”, pela autonomia sindical, pelo direito à greve e contra a repressão. Durante a sua fala, ao afirmar que a classe trabalhadora vinha sofrendo, por 15 anos, as “piores misérias”, fez uma pausa e exclamou: “peço aos policiais presentes para que sejam honestos em seus relatórios e anotem somente aquilo que falo, para não me trazer problemas, como aconteceu em São Paulo”. Continuou, depois de críticas aos órgãos de repressão, alertando os estudantes, os trabalhadores e o clero, a terem muito cuidado quando organizarem algum movimento, tendo em vista que os agentes da repressão “encontravam-se infiltrados em todos os lugares”.

Sobre a estrutura sindical, ainda em seu discurso, Lula afirmou que as lideranças tradicionais estão “amordaçadas pelos políticos e pelos empresários”, por isso não conseguem lutar pelos direitos dos trabalhadores. Segundo ele, outros líderes, quando comparecem às fábricas, “é para dizer que o sindicato possui médicos, dentistas, barbeiros, etc”. Continuou, dizendo que “o elemento, para liderar um sindicato de qualquer classe, tem que possuir um ideal e não sede de poder, ser honesto e não ser covarde e nem medroso”. Encerrou, enfim, afirmando que sua “meta é o socialismo, distribuição de rendas, participação dos empregados nos lucros das empresas, igualdade em todos os aspectos”<sup>147</sup>. Nesse dia, segundo os documentos da DOPS/ES, estiveram presentes, aproximadamente, quatrocentas pessoas, com destaque para os representantes do movimento estudantil ligados à UFES, que compareceram em massa.

---

<sup>146</sup> Informação nº 414/79-PM/2-01. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 18, 19 e 20.

<sup>147</sup> Idem.

Um aspecto que não pôde deixar de ser notado, na análise dos relatórios produzidos sobre aquele encontro, diz respeito à citação dos nomes dos presentes. O fato de que, em um local onde estavam presentes centenas de pessoas, os agentes haverem elaborado uma lista com algumas dezenas, é um forte indício de que a lista dos considerados subversivos no estado era imensa. Outro detalhe importante é o grande número de mulheres consideradas subversivas. Neste evento em questão foram listados: Sandra Mara Silva Intra e seu esposo, Sandra Fagundes Moreira da Silva, Sandra Medeiros Vieira Gomes, Marli Alves dos Santos, Sara Rodrigues Coelho, Maria Marta Baião, Marta Lúcia Chequer Soares (Lucinha), Derminda Maria Cypriano Segal, Kátia Malini Araujo, Maria Dalva Ramalho, Beth Dalcoimo, Marcia Moura Estevão, Marcia Pignaton, Brice Bragato, Fernando João Pignaton, Eduardo Izaias Pignaton, Ildeberto Muniz de Almeida (Paraíba), Paulo Cezar Vinha, Friederick Brum Vieira, Luiz Carlos (Novo Rumo), Carlos Alberto Peixoto Lobo, Paulo Roberto Fabres, José Felipe de São Mamede Amado (Jô Amado), Namyr Chequer, Benedito Tadeu Cezar, Zenóbio Capucho, Soli, Shaolin, Estanislau Kobtka Stein (Stan), Neivaldo Bragato, Paulo Cezar Hartung Gomes, Antonio Carlos Medeiros (Mederix), Eduardo Souza Machado (Dudu), Francisco Carlos Romaldes, Francisco Carlos Grilo, Anselmo Tose, Gutembert Hespanha Brasil, Adilson Vilaça de Freitas, Paulo Roberto Horta Perdigão, Heráclito Amâncio Pereira Junior, Maria Auxiliadora D'Avila, Evandro Alceu Braga, Heber de Souza Felipe (Hebinho), José Arimathéa Campos Gomes<sup>148</sup>.

O segundo agente já se encontrava no local bem antes da hora marcada para o início do evento, quando as portas do prédio ainda estavam fechadas. Ele notou a movimentação de repórteres, estudantes e vários políticos, todos à espera do sindicalista, que só chegou às proximidades do evento pouco antes das 18h, desembarcando de um automóvel da marca Volkswagen, modelo Brasília, de placa nº EI-8777-ES, dirigido por sua proprietária Rosilda de Freitas Frizeira (Rose de Freitas)<sup>149</sup>. Este agente registrou que, enquanto Lula discursava, ele fez questão de afirmar não estar ligado a qualquer partido tradicional - leia-se a Arena e o MDB -, pois segundo o próprio, ambos compõem-se de “políticos safados e incompetentes”. Mas, claro está que o que mais chamou a atenção do agente foram as palavras ali usadas. Uma “falta de cultura ou talvez a vontade de menosprezar os assistentes [?], pois [fez uso] de expressões baixas como porra, cacete, Diabo à quatro, puta que pariu e outras”, enfatizou.

<sup>148</sup> Nomes e codinomes descritos como no original.

<sup>149</sup> Relatório. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 30.

Estava consolidando-se, assim, o movimento de apoio aos grevistas e metalúrgicos do ABC Paulista. Os posicionamentos de alguns personagens importantes e o desenrolar de episódios marcantes desse momento serão analisados a seguir.

### 3.1 APOIO AOS GREVISTAS E AOS SINDICALISTAS PRESOS

O clima era realmente de apoio aos metalúrgicos do ABC Paulista. Apoiá-los significava fortalecer o movimento no Espírito Santo. Havia um sentimento de que suas lutas representavam as lutas de todos os trabalhadores do Brasil. As oposições sindicais do Espírito Santo trouxeram para o estado as pautas nacionais, ou seja, deram sua contribuição para a nacionalização das pautas trabalhistas. Mas aquele abril de 1980 trazia consigo um dado novo: no dia 19, como foi visto, Lula e outros sindicalistas foram presos pela DOPS e enquadrados na Lei de Segurança Nacional (LSN). O ocorrido aqueceu ainda mais os ânimos daquela militância e a exigência da libertação desses presos políticos foi mais um item de pauta, dentre tantas outras, nas reivindicações dos trabalhadores.

A Assembléia Geral em Apoio aos Metalúrgicos do ABC Paulista, realizada no dia 23 de abril de 1980, refletiu este momento. Uma fotografia tirada por agentes da repressão, dá-nos a dimensão do clima que envolveu a campanha de apoio e o ânimo dos militantes. De acordo com a imagem na parede do auditório do Colégio do Carmo, aos fundos de onde foi montada a mesa de lideranças, havia uma grande faixa escrita com letras maiúsculas e garrafais: “A unidade do povo é sua força libertadora - Todo apoio à greve dos metalúrgicos de Stº André, São Bernardo, São Caetano e Diadema”. Abaixo dela, outra faixa escrita com letras ainda maiores, com a famosa frase: “Abaixo à ditadura”. E outra, um pouco menor, com a frase: “Liberdade e luta”. No lado esquerdo do auditório, outra enorme faixa e, nela, a ordem: “Libertem nossos presos”. Esse foi o ambiente encontrado pelos agentes da polícia, cuja imagem foi registrada em fotografia. Essa mesma fotografia também foi usada para identificar os integrantes que compuseram a mesa de debate<sup>150</sup>.

Como se tornou comum na prática da investigação, a fotografia captou a imagem dos seis integrantes da mesa, cada qual com um número de ordem de 1 a 6, escrito à caneta

<sup>150</sup> Fotografia. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 37.

esferográfica com tinta de cor vermelha, apontando para suas cabeças, a fim de identificá-los. A fotografia foi colada em uma folha de papel tamanho A4 e, logo abaixo, foi datilografado os nomes de cada um dos integrantes e as instituições que os mesmos estavam representando. Estavam na mesa: 1) Marisa Inês Barcelos da Costa, Presidente da Associação Profissional das Assistentes Sociais; 2) Lauro Ferreira Pinto, representante do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo; 3) Kleber Perin Frizera, representante do Instituto de Arquitetos do Brasil; 4) Rogério Medeiros, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo; 5) Myrtes Bevilacqua Corradi, Presidente da União dos Professores do Espírito Santo (UPES); e 6) Lins Pio dos Santos, Presidente do Sindicato dos Pescadores do Espírito Santo<sup>151</sup>.

De acordo com relatórios elaborados pelos agentes da Assessoria Técnica para Informações e Contra Informações<sup>152</sup>, o evento teve início às 19h e terminou por volta das 20h, havendo contado com aproximadamente 1.600 pessoas. Foi patrocinado pela Associação de Moradores do Parque Residencial Laranjeiras, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, Comissão de Mobilização Popular do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Comissão Regional Provisória do Partido dos Trabalhadores, Diretório Acadêmico da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia (Emescam), dos D.A., C.A. e D.C.E. da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), além das instituições representadas na mesa de coordenação do evento.

Uma presença destacada foi a do Bispo Auxiliar de Vitória, Dom Luiz Gonzaga Fernandes. Dom Luiz só chegou ao evento após seu início, causando furor e “sendo delirantemente aplaudido”, segundo o documento da DOPS/ES. A presença de Dom Luiz foi destacada também pelo Jornal “A Tribuna”, em reportagem que foi recortada pelos agentes da polícia política e anexada aos outros documentos referentes ao evento. A matéria do jornal fez uma abordagem simpática com o evento, sintetizando alguns discursos no sentido de reforçar que a luta daqueles operários era, na verdade, a luta dos trabalhadores do Brasil, que perderam a “estabilidade nos seus empregos em função da lei que instituiu o Fundo de Garantia por Tempo de Trabalho (FGTS)”<sup>153</sup>. Ao fazer uso da palavra, Myrtes Bevilacqua denunciou prisões de professores por estarem fazendo greve e a intervenção e fechamento de entidades de classes ligadas a professores em várias partes do País. Também discursou sobre a situação

<sup>151</sup> Nomes e instituições descritos como no original.

<sup>152</sup> O ocorrido no evento e as posições defendidas pelos oradores, estão em: Relatório. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 34, 35, 36, 58, 59, 60 e 61.

<sup>153</sup> A Tribuna de 24/04/1980. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 38.

dos professores, com relação aos baixos salários e condições de trabalho, terminando por pedir apoio aos professores, como profissionais e “muito mais como brasileiros”, “darem todo apoio aos metalúrgicos do ABC paulista, que tiveram coragem de enfrentar toda a repressão do governo”. Marisa Barcellos criticou o que chamou de “abusos do governo” e ‘repressão policial”. Pediu aos presentes que fizessem como os metalúrgicos paulistas, entrar na greve também. Segundo ela, a greve seria a única maneira de lutar por melhores salários e melhores condições de vida. Marisa terminou sua intervenção dando vivas aos metalúrgicos e com a usual frase: “abaixo à Ditadura Militar”.

No geral, as demais intervenções seguiram uma linha parecida, com críticas ao sistema político, ao sistema capitalista, à precariedade do trabalho e incentivando à greve, demonstrando um discurso bem afinado com as diversas instituições. Rogério Coelho Velho, representante da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de Vitória, criticou o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que decretou a greve dos metalúrgicos ilegal depois da “pressão do governo”. Lauro Ferreira, do Sindicato dos Médicos, defendeu a revogação da Lei de Segurança Nacional (LSN). Lins Pio afirmou que os trabalhadores estariam prontos para “enfrentar o governo, mas o governo tem medo de enfrentar o povo brasileiro nas urnas”. Roberto Valadão Almokdice, Deputado Estadual pelo PMDB, denunciou o que chamou de “caráter arbitrário” das leis trabalhistas, principalmente quanto à perda da estabilidade no emprego. Nelson Alves de Aguiar, também Deputado Estadual pelo PMDB, insinuou, ironicamente, que o governo deveria intervir nas entidades patronais, onde estavam os “exploradores” e não nos sindicatos dos trabalhadores.

O evento contou, ainda, com a presença de um sindicalista do ABC Paulista, não identificado pelos agentes. Este, sensibilizado pelas manifestações de apoio, “não conseguiu expressar-se por estar muito emocionado”. Em vários momentos o presidente da mesa reafirmava os motivos do encontro e fazia um apelo aos presentes para que, antes de saírem, em prol dos metalúrgicos do ABC, contribuíssem com a campanha. Informava, também, que os deputados Nelson Aguiar e Roberto Valadão eram os responsáveis pelo apoio material aos grevistas. Eles estavam disponibilizando seus gabinetes na Assembléia Legislativa do Espírito Santo como ponto de recebimento das contribuições e seus telefones, para prestação de informações sobre a campanha de apoio aos metalúrgicos. Informava, por fim, que era possível fazer doações em espécie diretamente em uma conta no Banco Bamerindus, aberta especificamente para aquele fim. Perto do final do encontro começaram a chegar vários estudantes. Eles voltavam de uma atividade em apoio aos metalúrgicos em greve, arrecadando

donativos e distribuindo panfletos nas proximidades. Também vendiam camisetas com estampas do PMDB ao preço de CR\$ 120,00; exemplares de um livro de poesias com o título “Poesias Seqüestradas”, no valor de CR\$ 60,00 cada exemplar; cartazes com o título “Precisa-se”, no valor de CR\$ 50,00 cada um; e a última edição do periódico O Diário, no valor de CR\$ 10,00. Finalmente, o presidente da mesa fez um apelo para que todos se empenhassem na mobilização de um evento que já estava sendo organizado para o próximo dia 1º de maio, um ato público que recebeu o nome de “1º de Maio Unificado”. Então, todos os presentes entoaram o Hino da Proclamação da República, cantando, em uníssono, “Liberdade, liberdade, abra as asas sobre nós...”.

O 1º de Maio Unificado contou com ampla divulgação. Dois panfletos estavam sendo distribuídos pela cidade, ambos com o mesmo conteúdo, mas com formatos diferentes. O Delegado Regional do Trabalho do Estado do Espírito Santo, José Pessoa Cavalcante, ao ter acesso aos materiais, encaminhou-os ao Superintendente de Investigações Especiais, Sebastião Gonçalves Pereira, por meio do ofício DRT/ES/Of. nº/ASI-186/80. Segundo José Pessoa, o impresso amarelo, feito em gráfica, estava sendo distribuído em toda a cidade e o datilografado, às portas das igrejas, nos horários das missas. Ainda, segundo o mesmo José Pessoa, a DRT/ES manter-se-ia alerta, pois chegara ao conhecimento desse órgão que um evento paralelo às comemorações oficiais do dia 1º de Maio estava sendo organizado, “com o objetivo de esvaziar as comemorações de 1º de Maio organizadas pelas legítimas lideranças sindicais, com a coordenação [dessa] Delegacia”<sup>154</sup>.

O panfleto apreendido, intitulado “Todo apoio aos metalúrgicos de São Paulo”<sup>155</sup>, foi assinado pelo Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos. Os telefones disponibilizados para informações foram os dos gabinetes dos deputados peemedebistas Roberto Valadão e Nelson Aguiar, na Assembléia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Seu conteúdo cumpriria duas finalidades: seria, ao mesmo tempo, um convite à Assembléia Geral em Apoio aos Metalúrgicos do ABC Paulista e um manifesto de apoio aos próprios. De acordo com o documento, os metalúrgicos do ABC, em greve desde o dia 1º de abril, foram forçados a tal movimento devido “aos baixos salários, pelo escandaloso aumento do custo de vida, pela falta de estabilidade no emprego e pela necessidade de fortalecer as lutas sindicais”. Continua, argumentando que a decretação de ilegalidade da greve deu-se pelo fato do governo haver-se

<sup>154</sup> Ofício DRT/ES/Of. nº/ASI-186/80. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 64.

<sup>155</sup> Panfleto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 39.

sentido derrotado diante da mobilização de milhares de trabalhadores em assembléia. Diante disso, os trabalhadores responderam que “ilegal é a fome, ilegal é o desemprego. A luta é justa”.

No conteúdo do panfleto, argumentava-se, ainda, que em virtude da derrota, o governo, em represália, afastara as diretorias dos sindicatos, prendera alguns de seus dirigentes e pessoas ligadas à Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CJP/SP). Por esse motivo, os trabalhadores, de forma geral, exigiam a libertação daqueles sindicalistas e a volta das diretorias afastadas aos respectivos sindicatos. Afirmava que os trabalhadores lutavam por direitos que só teriam garantidos mediante a luta de todos. Convida, enfim, todos a comparecerem ao ato público em solidariedade aos metalúrgicos e para contribuir financeiramente com a campanha.

O Comitê de Solidariedade aos Metalúrgicos foi coordenado, em grande parte, pela Comissão de Mobilização Popular, instância ligada ao PMDB e seus parlamentares Roberto Valadão e Nelson Aguiar. Através dessa foi canalizada a participação daquele grupo nas mobilizações em apoio aos grevistas. Além disso, a existência daquela comissão nos leva a entender que, naquele momento, tais grupos políticos estavam melhor organizados que os grupos ligados ao PT.

Outro texto produzido pela Comissão de Mobilização Popular, e apreendido pela DOPS/ES, com o título “Mais uma violência contra os trabalhadores”<sup>156</sup>, argumentava que o governo vinha praticando o arrocho salarial desde 1964 e, mais uma vez, tivera a “coragem de considerar ‘ilegal’ o movimento dos metalúrgicos, que estão [*sic*] simplesmente defendendo seus legítimos e mais elementares direitos”. O decreto, segundo afirmou a Comissão, foi uma tática para obrigar os trabalhadores a voltarem às fábricas; este, no entanto, acabou por surtir efeito contrário, aumentando a adesão ao movimento. Assim, “os empresários e o governo foram ao desespero”, cometendo a “mais grave violência contra a classe trabalhadora”, quando destituíram alguns presidentes de sindicato, prenderam Lula e membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo.

Ainda, segundo a comissão de mobilização, esses ocorridos demonstram a necessidade de os sindicatos conquistarem a autonomia em relação ao Ministério de Trabalho, como condição indispensável à defesa da classe trabalhadora. Demonstraram, da mesma forma, que

---

<sup>156</sup> Mais uma violência contra os trabalhadores. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 69.

o povo precisa conquistar a liberdade democrática, para poder se organizar e manifestar-se livremente; que a permanência da ditadura só interessa às elites políticas e aos grandes proprietários. Termina, finalmente, clamando ao povo que tome consciência de que “cada passo em apoio aos metalúrgicos será um novo passo em direção à conquista de uma democracia social, política e econômica”.

A Comissão Regional Provisória do PT do Espírito Santo também manifestou-se publicamente. A militância do PT que aderiu à comissão, distribuiu uma carta com o título “À População Capixaba”<sup>157</sup>. O documento tinha um formato simples, datilografada em papel branco. Na parte inferior foi acrescida a frase “Liberdade para os Sindicalistas Presos”, escrita de forma improvisada, com pincel atômico, a fim de completar o que estaria faltando no texto.

Apesar de sua forma simples, o conteúdo desse último texto possuiu um perfil manifestadamente classista. Para aquela comissão regional provisória, se não fosse pelas lutas dos trabalhadores, a insaciável e sem limites exploração capitalista não teria fim. As greves que estavam acontecendo em São Paulo, protagonizadas pelos operários do ABC, era o símbolo da luta e da resistência dos trabalhadores naquele momento. Argumentava que existia uma simbiose entre empregadores e governo, pois, se de um lado os empregadores negavam as reivindicações, ameaçavam e demitiam os trabalhadores quando estes se organizavam em movimentos reivindicatórios, de outro, o governo, que a mando dos empregadores e usando o poder de polícia, dissolvia piquetes, prendia e espancava operários.

O caso da intervenção feita pelo Ministério do Trabalho no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, segundo a comissão, foi o exemplo mais nítido da ação brutal do governo em detrimento dos trabalhadores. Nesse caso, concluem o raciocínio, “[tiraram] das mãos dos trabalhadores seus órgãos de classe, para colocar na direção [do sindicato] os representantes dos patrões”. O texto conclamava, enfim, que todos os simpatizantes das lutas dos trabalhadores, como os sindicatos, as oposições sindicais, as associações de moradores, as comunidades de base e partidos políticos, manifestassem-se por meio de “palavras e ações”.

Como foi visto em outros momentos, os estudantes deram significativa contribuição no apoio aos trabalhadores em greve. Para além de algumas tarefas como distribuição de panfletos, recolhimento de doativos, venda de camisetas e outros objetos, com o objetivo de angariar dinheiro para o fundo de greve, eles também posicionavam-se politicamente. Para os

---

<sup>157</sup> À População Capixaba. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 42.

estudantes organizados, a luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho e as lutas de parte da sociedade civil organizada contra a Ditadura Militar, eram indissociáveis. Em outras palavras, entendiam que as lutas dos metalúrgicos eram “parte integrante da [...] luta contra a Ditadura Militar e seus planos de miséria e opressão”<sup>158</sup>. Governo e patrões eram entendidos como parceiros de primeira ordem. Sendo assim, como único caminho para se chegar a uma vitória política contra ambos, os estudantes defendiam a unidade e solidariedade de todos os jovens e trabalhadores “contra os patrões e contra a ditadura”. Os estudantes da UFES, então, também colocaram-se como coordenadores do comitê de apoio à greve dos metalúrgicos.

Na opinião dos estudantes, conforme publicado no Jornal do DCE da UFES do dia 04 de abril de 1980, que estava em poder da DOPS/ES, algumas concessões feitas pelo governo aos trabalhadores eram apenas um recuo tático. Essa opinião baseia-se no entendimento dos mesmos sobre algumas medidas liberalizantes adotadas pelo governo, como a anistia, que para eles era “capenga”; como a reforma partidária de 1979, para eles discriminatória; a política salarial que não atendia às reais necessidades dos trabalhadores e a manutenção dos órgãos repressivos e da Lei de Segurança Nacional (LSN), que mantém, no fundamental, a dominação sobre os setores explorados, o enquadramento arbitrário de militantes políticos e a intervenção em órgãos de classe dos trabalhadores e de representação estudantil.

Ou seja, mesmo mostrando uma face mais sutil, completam os estudantes ao referirem-se aos militares, mas com a mesma intenção de coagir e reprimir, o governo demonstra querer diminuir a repressão ao mesmo tempo em que passa a investir mais recursos nos órgãos de informações. Por conseguinte, a cada ato popular organizado pelos estudantes, sobre as quais os órgãos de informações tomam conhecimento, estes enviam agentes armados com câmeras e gravadores. Como foi o caso do VII SESAC – Semana de Saúde Comunitária, realizado em Vitória, ocasião em que o Secretário Estadual de Segurança Pública enviou agentes infiltrados. Nesse encontro a direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) reuniu-se para discutir a invasão de sua sede no Rio de Janeiro e para traçar demais ações.

Em algumas ocasiões, os estudantes participaram diretamente de ações promovidas pelas oposições sindicais. O DCE da UFES fez-se presente durante a greve dos trabalhadores da construção civil e contribuiu com eles na tarefa de arrecadar dinheiro para o fundo de

---

<sup>158</sup> Sobre a opinião dos estudantes acerca da greve dos trabalhadores e abertura política, ver: Jornal do DCE da UFES nº 4 de abril/1980, p. 4. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 47.

greve. O jornal do DCE denunciava que o Sindicato da Construção Civil estava sob intervenção decretada pela Delegacia Regional do Trabalho<sup>159</sup>. Este ato foi visto pelos estudantes como uma medida preventiva do governo, já que a Chapa 2, formada por integrantes das oposições, teria chances reais de vencer as eleições já marcadas. Nesse movimento de greve da construção civil, os estudantes fizeram questão de destacar o apoio de alguns partidos políticos, em especial o PT e de algumas lideranças como Perly Cipriano e Nelson Aguiar, que “desde o 1º dia de greve [estiveram] lá puxando o fundo de greve e indo aos piquetes junto com os trabalhadores”.

Essa greve foi o desfecho de um trabalho de organização da categoria e de preparação de lideranças que já vinha sendo feito há mais de dois anos, sob a orientação da Pastoral Operária (PO) e da Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE). O movimento grevista foi deflagrado quando a empresa Christiani Nielsen, que era a locadora de mão de obra para a construção das siderúrgicas do Porto de Tubarão, retirou o transporte gratuito dos operários, que era realizado em caminhões pela BR-101. Grupos de trabalhadores procuraram a empresa, não obtiveram resposta; em seguida o sindicato da categoria, que encaminhou a questão. As reivindicações evoluíram da questão do transporte para questões salariais. O movimento ampliou-se e ganhou apoio de partidos e outros movimentos. Estimase que mais de 30.000 trabalhadores aderiram à greve<sup>160</sup>.

O saldo desse movimento foi: haver sido reconhecida a comissão de negociações; a estabilidade para os membros da comissão por 60 dias, sem perdas salariais pelos dias parados e a não demissão dos grevistas. Mais do que isso, o movimento grevista da construção civil rompeu com um longo período de desmobilização que vinha se arrastando desde o ano de 1934. Além de tudo, fortaleceu os vínculos entre os operários da construção civil e o comitê de apoio aos metalúrgicos do ABC Paulista, parceria fundamental que resultou na realização do 1º de Maio Unificado. E, como veremos, esse evento foi de grande representatividade e repercussão, mesmo diante das tentativas de esvaziamento promovidas pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que centrou esforços, usando os tradicionais sorteios de prêmios e conhecidos “comes e bebes”, para a realização das atividades oficiais em comemoração ao dia 1º de Maio.

---

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> Sobre a articulação e o desenrolar da greve da construção civil, ver: DOIMO, 1983, *Op. cit.*, p. 45 e 46.

Chegou, enfim, o dia das comemorações do 1º de Maio de 1980. O chamado 1º de Maio Unificado foi realizado pelos setores da sociedade civil organizada, paralelamente às comemorações oficiais, promovidas com o apoio da Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

### 3.2 O 1º DE MAIO UNIFICADO DE 1980

Já se tornara comum nas festividades do 1º de Maio, o envolvimento conjunto de Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), padres e bispos dos seguimentos progressistas da Igreja Católica com movimentos populares organizados. Fotografias do acervo pessoal de Rogério Medeiros, um registro da celebração do 1º de Maio de 1979, realizado no Clube Saldanha da Gama, em Vitória, são exemplos desse envolvimento. Uma das imagens reproduz o momento em que o arcebispo de Vitória, Dom João Batista da Motta e Albuquerque, discursava para os presentes. Outra mostra faixas enormes, assinadas pela Frente Sindical, pela Comissão Pró-CUT, pelo Grupo de Mulheres da Comunidade de São Pedro em Carapina e movimentos populares em geral<sup>161</sup>.

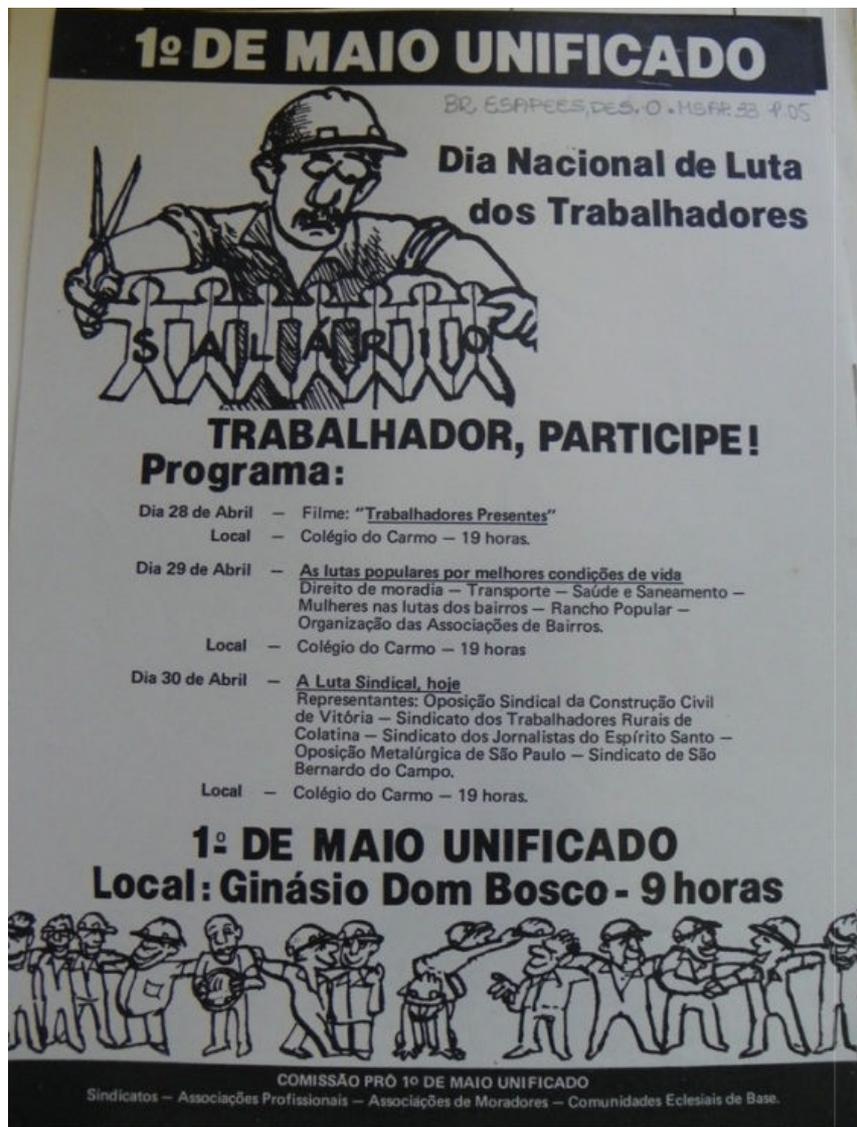
Os dias que antecederam aos atos públicos do 1º de Maio Unificado, de 1980, foram bem movimentados. Não só atividades com grande programação e repercussão foram articuladas. Foram também organizados pequenos eventos em comunidades da Grande Vitória, como foi o caso do bairro Carapina, da cidade de Serra. Na ocasião as oposições sindicais das proximidades prepararam, no dia 26 de abril, “um teatrinho e palestras sobre a vida do trabalhador”, no centro comunitário de Carapina. O pequeno evento foi divulgado por meio de convites simples, datilografados em meia folha de papel tamanho A4, e chamava a comunidade para festejar a semana do trabalhador<sup>162</sup>. O pequeno convite também foi apreendido pelos agentes da DOPS/ES, o que demonstra que, por menor que fosse a atividade, ela poderia representar perigo ao sistema, por isso deveria ser objeto de vigilância.

A programação começou a circular pelas ruas. Um panfleto em preto e branco, ornado com desenhos de trabalhadores, foi confeccionado. Na parte inferior do panfleto foram colocadas figuras de operários, tendo estes capacetes em suas cabeças cumprimentando-se

<sup>161</sup> RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 30 e 31.

<sup>162</sup> Convite. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 67.

alegremente; outras figuras de operários representavam um deles sendo consolado porque estava cabisbaixo, segurando o capacete entre as mãos, o que simbolizava, provavelmente, a situação de desemprego desse trabalhador; outras figuras foram dispostas como se estivessem apoiando-se, mutuamente, para recolocar o capacete em um outro operário, que estava sem o mesmo, em um sinal de que a união dos trabalhadores poderia reverter o quadro de desemprego. Na parte superior havia o desenho de um operário que acabara de abrir uma folha de papel recortada em forma bonecos de mãos dadas. Ao abrir o recorte, esse operário revelara a palavra “salário”, sendo que cada letra da palavra estava disposta na frente da cada um dos sete bonecos. Ainda, na parte superior do panfleto, havia a frase “Dia Nacional de Lutas dos Trabalhadores”. Uma cópia do panfleto foi apreendida e passou a fazer parte dos arquivos da DOPS/ES.



Panfleto elaborado para o 1º de Maio Unificado de 1980. Fonte: Panfleto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 05.

O evento foi marcado para acontecer no Ginásio Dom Bosco, a partir das 9h. Foi organizado pela Comissão Pró-1º de Maio Unificado, composta por sindicatos, associações profissionais, associações de moradores e comunidades eclesiais de base. A programação do evento foi a seguinte: dia 28 de abril seria reproduzido o filme *Trabalhadores Presentes*; no dia 29 aconteceria um debate com o tema “As lutas populares por melhores condições de vida: direito de moradia, transporte, saúde e saneamento, mulheres nas lutas dos bairros, Rancho Popular, organização das associações de bairros”; no dia 30 o debate intitulado “A luta sindical, hoje”, com a presença de representantes da Oposição Sindical da Construção Civil de Vitória, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina, do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo, da oposição metalúrgica de São Paulo e do Sindicato de São Bernardo do Campo/SP.

No dia 28 de abril um agente da polícia acompanhou a exibição do filme *Trabalhadores Presentes* e logo após elaborou um relatório<sup>163</sup>. De acordo com o relato, estiveram presentes no local da exibição aproximadamente 500 pessoas, em sua maioria estudantes. O agente destacou a presença Dilton Lírio Neto, Deputado Estadual pelo PMDB; Myrtes Bevilacqua Corradi, Presidente da União dos Professores do Estado do Espírito Santo (UPES); Marisa Inês Barcelos da Costa, Presidente da Associação Profissional dos Assistentes Sociais; Kleber Perim Frizera, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil e outros representantes de classe que não conseguiu identificar. O agente ainda identificou a presença de sindicalistas do ABC Paulista. A agente policial afirmou em seu relatório que os sindicalistas paulistas ficariam na cidade para o evento do dia seguinte e aproveitariam para recolher assinaturas em apoio aos metalúrgicos em greve em São Paulo. Ao relatar o conteúdo do filme, o agente frisou que em todo o seu transcurso foi abordado os seguintes temas: “fatos relacionados com a greve de 1979, assim como violência policial, depoimentos de operários metalúrgicos, a saída e a volta de Lula etc. [sic]”. Finaliza completando que o atraso da projeção do filme se deveu às dificuldades em sua liberação, por parte do setor de Censura e Diversões Públicas do Departamento da Polícia Federal.

Após a exibição do filme foi combinado entre os participantes que haveria, no dia seguinte, a realização de uma passeata. A concentração foi marcada para acontecer na Praça Costa Pereira, às 16h. Os manifestantes seguiriam em direção à Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), em seguida para o Palácio Anchieta. O objetivo da manifestação era

---

<sup>163</sup> Relatório. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 72.

pressionar a concessionária para que atendesse aos diversos abaixo-assinados à ela encaminhados por diversas associações de moradores de Vitória e municípios vizinhos.

O relatório elaborado nas dependências do Serviço de Informações e Investigações, contendo as informações acima, foi encaminhado pelo Chefe do SII, Carlos Eduardo Marques Magnado, ao Superintendente de Investigações Especiais, o Capitão Sebastião Gonçalves Pereira. Sebastião Gonçalves o encaminhou ao Secretário de Estado de Segurança Pública, o General José Parente Frota que, por sua vez, o encaminhou, finalmente, a Eurico Rezende, então Governador do Estado do Espírito Santo (1979-1982).

Ao mesmo tempo em que se articulavam em reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho e contra o Regime Militar, os petistas também corriam contra o tempo e lutavam contra dificuldades legais, financeiras e estruturais, para regularizar a agremiação. Durante a campanha para o registro definitivo do PT, os petistas capixabas não abriram mão da presença de Lula, ou seja, dependeram da presença de uma liderança forte e carismática. É o que veremos a seguir.

### **3.3 CAMPANHA PARA O REGISTRO DEFINITIVO DO PT**

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1979 estabelecia um prazo de doze meses para que os partidos políticos se organizassem. Esse prazo era contado a partir da comunicação formal encaminhada pelos partidos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informando sobre a formação de suas comissões provisórias. A Lei também exigia que os partidos realizassem convenções em pelos menos nove estados da Federação e, em cada um deles, convenções em pelo menos 1/5 dos municípios.

Em 20 de maio de 1980 Lula teve sua prisão preventiva revogada, para que pudesse responder ao processo em liberdade. Embora ele tenha sido julgado e condenado, posteriormente, pela Justiça Militar, em novembro de 1981, a pagar uma pena de três anos e seis meses de prisão, o referido processo foi arquivado pelo Superior Tribunal Militar (STM). Assim Lula poderia viajar o País durante a campanha do registro oficial do PT. A passagem do mesmo pelo Espírito Santo foi importante para fortalecer a campanha realizada pelos militantes capixabas.

Os petistas do Estado do Espírito Santo organizaram uma agenda de comícios para acontecerem nos dias 09 e 10 de maio de 1981. A presença de Lula estava confirmada. Como em outras nas ocasiões, o simples anúncio da presença do sindicalista serviu para despertar a atenção dos agentes da DOPS/ES. A delegacia começou o acompanhamento das articulações dos petistas pelos jornais locais, com o objetivo de obterem mais informações, como demonstram alguns recortes dos jornais “A Tribuna” e “A Gazeta”, arquivados pelos agentes policiais.

O Jornal “A Tribuna”, por exemplo, atribuiu a presença do sindicalista paulista no Espírito Santo a dois motivos principais: primeiro, para encontra-se com dirigentes sindicais do Estado e, segundo, como tática para fortalecer o PT na região, com vistas às convenções partidárias previstas para o mês seguinte. O jornal também informou que Lula aproveitaria o momento para tentar uma reaproximação com o Deputado Nelson Aguiar, pois este havia migrado para o PT durante a formalização do partido, mas, devido a divergências com alguns grupos internos, retornou ao PMDB. Lula também havia manifestado interesse, ainda segundo o jornal, em ter contato com comunidades situadas em áreas que apresentavam problemas de regularização fundiária<sup>164</sup>.

Sobre essas divergências envolvendo Nelson Aguiar e o grupo ligado ao mesmo, Agenor Carneiro da Silva, Presidente da Comissão Estadual Provisória do PT/ES, já havia explicitado-as quase dois meses antes da visita de Lula, em entrevista ao jornal “A Tribuna”<sup>165</sup>. Agenor Carneiro, que até aquele momento mantinha silêncio, segundo suas próprias palavras, por não ser de seu feitio “extrapolando as divergências internas para os jornais”, passou a acusar publicamente Nelson Aguiar de querer dividir o partido. Agenor afirmara que, desde o início de seu mandato, sua Presidência estava sendo contestada pelo grupo ligado a Nelson Aguiar, talvez pelo fato de ele, Agenor, ser “preto, pobre e operário”. Ainda, segundo o Presidente, o IV Encontro Estadual que o elegeu, em dezembro de 1980, não representou os anseios do grupo de Aguiar, por isso este passara a agir de forma a boicotar a organização do PT no estado, usando, para isso, o seu gabinete parlamentar como instância paralela. Para Agenor, sua chegada à presidência do PT representava “uma era que se abria, a do primeiro trabalhador na presidência de um partido no Espírito Santo [*sic*]”.

---

<sup>164</sup> A Tribuna de 06/mai./1981. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 101.

<sup>165</sup> PT acusa Nelson Aguiar de dividir o partido. A Gazeta de 26/mar./1981. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 105.

Nelson Aguiar, por sua vez, rebateu, via imprensa, as acusações de Agenor. Aguiar questionou a competência de Agenor enquanto Gestor, atribuindo a ele os seguintes problemas organizativos: diminuição de comissões provisórias municipais no estado; fichas de filiação não encaminhadas aos cartórios e falta de comunicação entre a comissão provisória estadual com as do interior. Aguiar disse ainda que a grande desavença entre ambos devia-se pelo fato de ele, Aguiar, não ter nomeado, em seu gabinete, uma indicação do grupo de Agenor.

Os episódios acima descritos, envolvendo o Deputado Nelson Aguiar e o Presidente da Comissão Provisória Estadual do PT, é exemplo de uma situação não rara ocorrida durante a formação do partido em vários outros estados e municípios. Qual seja: mesmo considerando que, de uma forma geral, o número de políticos oriundos do então MDB aderentes ao PT, tenha sido relativamente pequeno, a presença desses políticos forneceu ao partido estruturas importantes durante o período de sua formação. No entanto, mesmo assim, esses mesmos políticos eram constantemente acusados de instrumentalizarem o PT aos seus gabinetes e mandatos.

Nelson Aguiar, ainda por conta dessas desavenças, criticava o comportamento do que chamou de “facções que se abrigam [...] nas fileiras do PT”. Em sua visão, esses grupos usavam a sigla para promoverem seus grupos em detrimento do partido<sup>166</sup>. Segundo ele, o problema do PT é de concepção política, pois alguns militantes querem que o PT seja um partido de vanguarda e revolucionário, como uma frente de esquerda, enquanto ele entende que o partido deve ser aberto, de massas<sup>167</sup>.

O que Nelson Aguiar chamava de facções tratava-se, na verdade, das tendências internas do PT. A Libertária, tendência organizada a partir de núcleos do PT situados nos bairros de Goiabeiras e Jardim da Penha, no Município de Vitória, já havia publicado em seu jornal, o *Jornal do Bairro*, um mapeamento dos grupos existentes no PT estadual e suas divergências. De acordo com essa tendência, o IV Encontro Estadual do PT, realizado naquele mês de maio, havia revelado uma crise interna, onde se movimentavam quatro grupos principais, alguns expressando interesses inconciliáveis com os demais.

---

<sup>166</sup> Nelson diz que Agenor mente e rebate críticas. *A Tribuna* de 28/mar./1981. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 106.

<sup>167</sup> Líderes do PT discutem crise no partido no ES. *A Gazeta* de 01/abr/1981. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 107.

Dois desses grupos, devido a suas demonstrações de oportunismo e falta de democracia, a Libertária considerava como os principais problemas do PT. O primeiro deles, de origem pequeno-burguesa, considera o PT um partido apenas tático e o usava para fortalecer seus próprios interesses de grupo. O segundo, chamado pela Libertária de “grupo parlamentar”, era reacionário e usava o partido para conseguir votos e galgar postos dentro do parlamento, aceitando, para tanto, todo o tipo de aliança. O terceiro grupo seria formado por sindicalistas bem intencionados, que viam com desconfiança a penetração do pensamento pequeno-burguês no interior do PT, mas que, todavia, por falta de experiência política, acabavam sendo influenciados pelos dois primeiros. O quarto grupo - onde a Libertária incluía-se - seria formado por militantes possuidores de uma visão mais clara das correntes verdadeiramente revolucionárias do movimento operário; esse grupo veria o PT como o instrumento pelo qual a Ditadura Militar poderia ser derrubada e em seu lutar implantado um governo dos trabalhadores capaz de romper com as atuais estruturas de poder<sup>168</sup>.

Nessa mesma edição do Jornal do Bairro, a Libertária afirmou operar de forma independente dentro do PT, mas no limite do estatuto e programa petista. O objetivo de sua formação, completa, é imprimir uma direção genuína ao PT, “liquidando os demagogos, ditadores e oportunistas”. Como frisou claramente a tendência, ela estaria abrindo uma guerra contra o “grupelho pequeno-burguês no Espírito Santo que, certamente, não reflete os princípios e objetivos da organização [do PT] no resto do País”<sup>169</sup>.

A exposição pública dessas divergências internas do partido provocou a visita de uma comitiva de representantes da Direção Nacional do PT, formada por José Ibrahim, Jacó Bittar e Joaquim Arnaldo, para averiguar a situação. Indagado pelo Jornal “A Gazeta” sobre aquela crise no PT do Espírito Santo, José Ibrahim afirmou que a posição do partido é abrir espaço para os trabalhadores no conjunto da sociedade; que as tendências devem existir, mas que todas devem ter compromisso com a construção do partido. Ibrahim afirmou ainda, que o PT não era uma frente de grupos ou de esquerdas, mas um instrumento político da classe trabalhadora. A missão da Comissão, em suma, foi negociar com os grupos existentes<sup>170</sup>.

---

<sup>168</sup> Burguesia avança no PT e marginaliza Zona Norte. Jornal do Bairro de dez./1980. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 104.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Líderes do PT discutem crise no partido no ES. A Gazeta de 01/abr/1981. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 107.

Voltando à agenda de Lula no Estado, o jornal “A Gazeta” baseou sua reportagem em informações dadas por Perly Cipriano e outras fontes ligadas ao PT. Segundo o jornal, a visita do líder sindical era parte integrante de atividades planejadas para “conhecer e incrementar a implantação do PT capixaba”<sup>171</sup>. Lula chegaria na manhã do dia 09 de maio e encontraria-se com lideranças petistas de Vitória; na parte da tarde daria entrevistas à imprensa e, a partir das 18 horas, comandaria um debate no Colégio do Carmo. Lula aproveitaria o momento para lançar seu livro “Entrevistas e Discursos”, possivelmente na Assembléia Legislativa do Espírito Santo. E, no dia 10 de maio (domingo), participaria de comícios em vários bairros: às 8:30h na praça de Campo Grande; às 9:30h na Praça de Cobilância, em Vila Velha e às 10:40h na praça do Colégio Maria Ortiz, em Goiabeiras, Vitória.

Perly Cipriano aproveitou a entrevista que concedeu ao jornal “A Gazeta” para desmentir boatos de que estaria por sair do PT. Tachou-os de “ridículos”. Perly afirmou que faria esforço, juntamente com Lula, para que o partido pudesse alcançar as filiações necessárias ao registro definitivo. Informou ainda que já havia “bases fortalecidas” do partido nos municípios de São Gabriel da Palha, Conceição do Castelo, São José do Calçado, Serra, Vila Velha e Vitória. E que estavam sendo formadas comissões provisórias em Barra de São Francisco, Ecoporanga e Piúma.

Com base nas informações recolhidas, João Manoel Rodrigues Lima, Chefe do Serviço de Investigações e Informações, elaborou um plano de serviço para acompanhar os passos de Lula nessa agenda de comícios. João Manoel dividiu duas equipes para a missão: a primeira, escalada para o dia 09 (sábado), foi composta pelos policiais Demerval Silva (chefe), Lucas Miranda e Telmo Luiz Rodrigues (motorista); a segunda, escalada para o dia 10 (domingo), foi composta por Silas Jacinto Pacheco (chefe), Alcilucia Pereira Penha e Ernauro Vianna (motorista). A primeira equipe cobria as atividades previstas para o Bairro São Pedro, às 17h; Assembléia Legislativa, às 18:30h e Colégio do Carmo, às 19:30h. A segunda equipe cobriria as atividades previstas para o Bairro Campo Grande, às 8:30h; Bairro Cobilândia, às 9:30h e Bairro Maria Ortiza, às 10:20h. As ordens do chefe do SII eram claras: “fazer o acompanhamento dos locais citados, que serão visitados pelo líder sindical paulista

---

<sup>171</sup> A Gazeta de 08/mai./1981. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 102.

Luis [sic] Inácio da Silva ‘Lula’”. Os chefes de cada equipe deveriam elaborar relatórios logo após a finalização dos trabalhos<sup>172</sup>.

O comício do Bairro São Pedro foi realizado em cima da carroceria de um caminhão Mercedes Benz de cor azul e de placa nº AC-3284-ES<sup>173</sup>. Os agentes identificaram a presença de Vitor Buaiz; Vasco Alves de Oliveira Junior, representante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória; Rogério Medeiros; e um representante do Sindicato da Construção Civil, não identificado pelos agentes. Repararam que o lugar estava ornado com grandes faixas, cujos dizeres eram: “Lula Vem Discutir Hoje às 5h no Coreto”; “Núcleo do PT de Itabará pelas Liberdades Políticas e Sindicais”; “Viva Lula”; “Viva o PT” e “PT do Espírito Santo Saúda Lula”. O caminhão usado no discurso ficou conhecido como o “caminhão dos Covre”, sobrenome pertencente a uma família em que vários membros participaram da formação do PT no estado. Ao fundo da fotografia, atrás de Lula, é possível ver Perly Cipriano.



Fonte: Fotografia pertencente ao arquivo pessoal de Graça Andreatta e publicada no livro: ANDREATTA, 2010, *Op. cit.*, p. 149.

O debate realizado no Colégio do Carmo contou com um público de aproximadamente 1.000 pessoas, de acordo com o relatório policial. No local os agentes observaram além de uma grande faixa escrita “PT Núcleo de Paúl”, outras que já haviam sido hasteadas no comício anterior. Isso demonstra que muitos militantes formaram uma comitiva e acompanharam o sindicalista em vários pontos da agenda. Demonstra também que, por

<sup>172</sup> Plano Operacional. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 105.

<sup>173</sup> Relatório. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 88 e 89.

motivos financeiros, os militantes utilizavam, em diversas ocasiões, o mesmo material de propaganda, como as faixas e panfletos.

Nesse mesmo evento foram apreendidos duas edições do Jornal “Em Tempo”, duas edições do “Jornal Companheiro”<sup>174</sup> e uma cópia de panfleto intitulado “Vamos Construir o Partido dos Trabalhadores”, posteriormente encaminhados para o Serviço de Investigações e Informações.

Embora o panfleto intitulado “Vamos Construir o Partido dos Trabalhadores”<sup>175</sup>, tenha sido produzido especificamente para a campanha de registro do Partido dos Trabalhadores no Estado do Rio de Janeiro, ele estava sendo distribuído durante os comícios de Lula, nessa visita ao estado. A arte reproduzida no panfleto foi pensada para sugerir a ideia de um partido que estava sendo construído por trabalhadores. Na parte superior, o título em letras grandes, ao centro, em destaque, a sigla “PT”, desenhada de forma a aparentar uma parede de tijolos já com a metade em estado de reboco e a outra metade com os tijolos aparentes. Ao redor e acima dessa “parede”, o desenho de trabalhadores da construção civil realizando a “obra”. Esses operários estavam trabalhando acima de andaimes, realizando o reboco e ao redor, carregando materiais para a mistura da massa de cimento. Na parte inferior do panfleto estavam grafadas as palavras: “Filie-se ao PT – Abril/Maio de 1981 – Campanha pelo Registro Definitivo”. Um pequeno texto na lateral do panfleto informava que o PT já contava com 1000.000 filiações e conseguira o registro provisório, mas que o Rio de Janeiro deveria contribuir com uma cota de 20.000 filiados, para que o partido assim pudesse fazê-lo. No lado esquerdo do panfleto havia alguns parágrafos curtos, com frases de efeito pedindo adesão ao partido.

Na agenda do dia 10 de maio de 1980, foram realizados os pequenos comícios programados<sup>176</sup>. De acordo com os apontamentos da polícia, de modo geral, esses comícios contaram com baixa presença da militância mais orgânica - ou, pelo menos, dos militantes que os agentes já estavam acostumados a acompanhar -, com exceção do comício do Bairro

---

<sup>174</sup> O Jornal Em Tempo foi uma publicação da Democracia Socialista, tendência interna do PT de abrangência nacional e de orientação trotskista, fundada em dezembro de 1979, ver: ANGELO, Vitor Amorim de. A Trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT. São Carlos: Ufscar, 2007. 131 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos.; o Jornal Companheiro foi uma publicação do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), organização clandestina de orientação marxista que atuou no Brasil entre 1970 e 1980.

<sup>175</sup> Panfleto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 82.

<sup>176</sup> As informações da agenda do dia 10/05/1981 estão em: Relatório. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 93 a 98.

Maria Ortiz, que contou com a presença de Vitor Buaiz e de Rogério Medeiros. Talvez por esse motivo os organizadores deram oportunidade para que várias outras pessoas pudessem fazer uso da palavra, inclusive pessoas aparentemente sem uma presença mais ativa no cenário político.

A baixa presença, nesses comícios, daquele representativo grupo militante que já vinha se articulando desde 1978, nas oposições sindicais e em comunidades eclesiais de base, levantam algumas questões importantes, quais sejam: o ímpeto em defesa dos trabalhadores e de suas instituições de classe, manifestada anteriormente, não se refletiu, na mesma proporção, quando as mobilizações estavam direcionadas especificamente em favor da oficialização do PT? A proposta de construção do PT poderia não ter sido, totalmente, consensual?

Na ausência de vários sindicalistas combativos, outros personagens assumiram a responsabilidade dos discursos inflamados. De acordo com os relatórios dos agentes da repressão, o Presidente da Comissão Provisória Estadual do PT, Agenor Carneiro, que acompanhou toda a agenda, em uma de suas falas haveria afirmado que “não se [curvaria] diante dos golberis e figueiredos [sic]”; que “se [dizia] favorável a invasões e greves, argumentando que invasão é uma simples ocupação de terras”; que “a ditadura [dos] generais é ‘porca’, ‘nojenta’ e que [seria] derrubada pelo PT [...]”. Outras pessoas que fizeram uso da palavra, não receberam por parte dos agentes a mesma atenção, o que pode indicar um treinamento policial que reforça uma concepção elitista de mundo. Essas “outras pessoas”, não tiveram, ao menos, seus nomes completos registrados. Eram mencionadas como a senhora “Elza de Tal, lavadeira e moradora do Bairro Campo Grande”; “Luiz de Tal, presidente do núcleo do Bairro Vale Encantado”; “Lourival de Tal, representante do Bairro Ataíde”; “Luiz de Tal, presidente da Comissão Regional do Bairro Santa Rita”; “Rui de Tal [Ruy Coelho], representante do Bairro São Pedro” e assim por diante. No geral essas pessoas discursavam em defesa da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e pedindo melhorias estruturais para seus bairros.

Nesses comícios, os agentes policiais perceberam ainda, jovens em pequenas barracas, vendendo rifas, comidas e bebidas, com o objetivo, segundo os agentes, de angariar fundos para contribuir com a organização da legenda petista. Para dar ênfase ao clima de reivindicação e protesto, grandes faixas ornavam os locais com os seguintes dizeres: “Os Trabalhadores de Campo Grande Saúdam Lula”; “Abaixo à Ditadura PT na Prefeitura”;

“Contra o Enquadramento de Lula na Lei de Segurança Nacional e de Todos os Sindicalistas do A.B.C.”; “Trabalhador Unido Jamais Será Vencido”; “Abaixo Figueiredo”; “Abaixo a Lei de Segurança Nacional”; “Filie-se ao PT”. Em Cobilândia, entre um discurso e outro, os presentes gritavam em uníssono: “O povo não erra, queremos nossas terras”.

Tendo em vista que Lula e outros sindicalistas ainda respondiam processo criminal com base na Lei de Segurança Nacional, a tática usada pelo próprio, durante seus discursos, foi a de desconstruir a imagem de subversivo atribuída às oposições políticas radicalizadas e, ao mesmo tempo, inverter o julgamento de valor sobre os mesmos, ou seja, reforçar nas pessoas a ideia de que aqueles que estavam lutando contra a Ditadura Militar que eram as verdadeiras vítimas e que os subversivos eram os militares e o Governo. Na região de Cobilândia, por exemplo, onde havia problemas de ocupação de terras envolvendo famílias pobres da região, Lula dizia ser injustiça mandar prender trabalhadores que invadem 10 metros quadrados de terra de mangue; que aqueles que deveriam estar presos eram os “filhas da puta [*sic*]” que roubam o País. Disse, ainda, que enquanto pudesse gritar aos governantes, estes teriam de engoli-lo “como um sapo seco”, porque não iria abandonar a luta por conta de ameaças.

No Bairro Maria Ortiz, Lula comentou que só pelo fato de estar discursando naquele tom e com aquelas palavras, poderia ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN), como subversivo. Obviamente Lula sabia que estava sendo monitorado por agentes, tanto que, sabidamente, dirigiu-se a eles dizendo ter pena de seus familiares, pois enquanto estavam ali, cumprindo ordens, suas famílias poderiam estar passando por privações econômicas. Concluiu, então, falando especificamente sobre a subversão, indagando:

O que é subversão? Os senhores conhecem subversão? [...] Será que lutar por melhores salários, por melhores condições de vida é subversão? [...] Que enquanto os chefões do Governo ganham um milhão os trabalhadores ganham um tostão. [...] Que subversão é a atual inflação do País, o alto índice de desemprego, os policiais batendo nos trabalhadores que lutam por um pedaço de terra. [...] Já que não somos ricos e nem temos herança nenhuma para deixar para nossos filhos, devemos lutar para deixarmos ao menos a dignidade [...].

Alguns materiais de campanha para o registro definitivo do PT refletiram o entusiasmo da militância. Um panfleto que estava sendo distribuído pelos petistas e que foi apreendido pela DOPS/ES é interessante para reforçar uma análise nesse sentido. O panfleto em questão possibilita a abordagem de dois aspectos. O primeiro é que ele nos fornece dicas de como o Partido dos Trabalhadores se apresentou, em determinado momento, aos setores trabalhadores. E o segundo é que, por meio dele, podemos problematizar aspectos que dizem respeito ao modo como alguns setores da classe trabalhadora se viam dentro do processo de formação do partido. A intenção dos petistas era reforçar a ideia de o PT seria diferente dos demais partidos. No panfleto em questão, o que chama a atenção são algumas passagens, tais como: o PT “[...] é o único partido em que todo mundo é importante”; ou, que seria um partido “sem ladrão, sem demagogo, sem figurão” e onde “todos participam”; ou, ainda, que o PT “está sendo formado por pessoas como você, que não estão por dentro das politicagens, mas sabem quais são os interesses do povo”.

**O PT É DIFERENTE DOS OUTROS PARTIDOS**

feito pelo trabalhador,  
só pode ser o melhor para o trabalhador.  
É a nossa vez e a nossa voz  
na política nacional. É o único partido  
em que todo mundo é importante.



**SEM LADRÃO, SEM DEMAGOGO, SEM FIGURÃO**  
**TODOS PARTICIPAM**

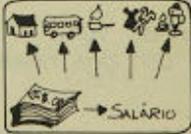
É o partido que surgiu das lutas  
dos metalúrgicos do ABC paulista,  
com o Lula na liderança. Está sendo  
formado por pessoas como você,  
que não estão por dentro de politicagens,  
mas sabem quais são os interesses do povo.

*BRESANEZ, DES O INV, DPES. 111*

**O PT QUER:**

- ★ Condições de vida mais dignas. Urbanização dos bairros populares e favelas. Posse da terra para os que nela moram ou trabalham. Transporte público e barato. Medicina gratuita. Controle dos preços. Creches nos locais de trabalho e moradia.
- ★ Melhoria imediata do nível salarial da população. Reajuste trimestral.
- ★ Independência nacional.
- ★ Reforma agrária ampla e dirigida pelos trabalhadores do campo.
- ★ Garantia do direito dos negros, das mulheres e dos índios.
- ★ Fim da repressão política. Chega de violência contra o povo.
- ★ Liberdade de organização partidária e sindical.




Panfleto elaborado para a campanha de registro definitivo do Partido dos Trabalhadores. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 111/Lula, p. 81.

Textos como esses insinua a possibilidade de existência de uma instituição imune às variadas formas de deturpação política. Deturpações que influenciam o cotidiano social e a relação da sociedade com as instituições. A redação do texto pode, ainda, querer levar a crer na possibilidade de existência de setores sociais inteiramente munidos dos valores éticos mais caros - e que deles faz sempre uso -, pelo fato de pertencerem à classe trabalhadora. Em outras palavras, tais colocações desprezam, consciente ou inconscientemente, as contradições existentes no interior de qualquer classe social e na relação das mesmas com suas organizações representativas.

Em alguns aspectos, as posições políticas expressas por petistas e por militantes da Igreja Católica de base popular se assemelhavam. Essa característica pode ser constatada por meio da análise dos textos produzidos pela militância política desses dois seguimentos. O tópico a seguir pretende estudar como se caracterizava essa aproximação argumentativa e qual a explicação para tal característica.

### **3.4 CRISTÃOS E PETISTAS: DISCURSO E AÇÃO**

Certamente não houve, por parte da Igreja Católica, mesmo influenciada pelo Concílio Vaticano II, orientação no sentido de optar pela formação de um partido político. Mas a ênfase dada pelas encíclicas originárias desse concílio, de que caberia ao homem a participação na vida política, levariam alguns religiosos a apoiarem a formação de um partido composto por trabalhadores e leigos a participarem diretamente de sua construção.

Então, tanto no Espírito Santo como em todo o Brasil, a Igreja Católica não tinha como base de sua ação social a política partidária e não fundamentou seu discurso na formação do PT<sup>177</sup>, mas os discursos e as ações dos militantes, tanto da Igreja Católica de base popular quando do PT, se aproximavam e, às vezes, até se confundiam. E por uma razão não tão complexa: muitos desses militantes atuavam em várias frentes ao mesmo tempo, como na Igreja, no sindicato, nos movimentos sociais e, enfim, no PT. Como é possível presumir, não era uma tarefa simples para o militante de base conseguir separar os papéis que desempenhavam em cada um desses seguimentos.

---

<sup>177</sup> SILVA, 2013, *Op. cit.*, p. 144 e 146.

Ao que tudo indica, em algumas ocasiões, até mesmo os agentes policiais tinham dificuldade em distinguir o que era ação dos militantes envolvidos com a construção do PT e o que era uma movimentação de militantes católicos. Uma determinada investigação realizada pela DOPS/ES leva a essa conclusão. Trata-se de uma reunião ocorrida no Centro de Encontro Santa Helena, localizado na praia de mesmo nome. As informações referentes ao encontro não ficaram registradas em um relatório policial ou informe, mas em um pequeno texto, escrito de forma aparentemente improvisada em impressos timbrados do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), fornecidos àquela delegacia pelo Departamento Estadual de Trânsito (Detran)<sup>178</sup>. Nos documentos não constam a data da reunião, mas os impressos foram fornecidos em 12 de novembro de 1980, o que indica que o encontro ocorreu poucos dias antes.

Na ocasião os agentes puderam apurar, segundo eles, com certa dificuldade, tratar-se de uma reunião de “elementos ligados ao Partido dos Trabalhadores”. Os agentes relataram terem ouvido críticas ao governo, mas que pouco puderam ouvir a mais, pois “parecia que o local estava sob severa vigilância”. A forma usada para identificar os participantes, foi por meio de consulta aos dados dos proprietários dos veículos estacionados no local. Os formulários impressos pelo Detran local foram gerados em um sistema operacional denominado Projeto On-Line de Veículos, o Projeto Polvo, ligado ao Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO). Vale ressaltar que a Serpro é uma empresa pública criada em 1º de dezembro de 1964, como proposta dos militares para modernização da administração pública e desenvolvimento do País.

Desconsiderando a justificativa dos agentes de que o local estava severamente vigiado - o que nos parece ser descabido -, a análise desses documentos revela um aspecto interessante. Segundo os impressos, os proprietários dos veículos eram Acacio Valentim de Moraes, da Sociedade Educadora Beneficente Providência Azul; José Ayrola Barcellos, das Obras Passionistas São Paulo da Cruz, Casa Missionária das Servas do Espírito Santo e Anthonius Lote<sup>179</sup>. As pessoas jurídicas relacionadas no relatório são instituições confessionais, o que reforça o fato de que muitos militantes representantes de instituições religiosas estavam ligados ao Partido dos Trabalhadores. No entanto, certamente a reunião

---

<sup>178</sup> Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 15 à 20.

<sup>179</sup> Descrição conforme documento original.

pode não sido do PT/ES, mas sim de leigos da Igreja, hipoteticamente empenhados na construção do partido.

A ligação entre o PT e a Igreja Católica gerava polêmica. Tanto que no jornal “Ferramenta”, a Pastoral Operária da Arquidiocese de Vitória, se posicionou quanto ao assunto. A Pastoral chegou a afirmar que as pessoas poderiam até dizer que a mesma tem partido ou que faz campanha para o PT; outras poderiam dizer que a PO deveria apoiar mais esse partido. Mas a realidade é que a maioria dos membros da pastoral em Vitória, trabalha com o PT. Mas essas mesmas pessoas afirmam que pastoral é pastoral e que partido é partido, ou seja, a pastoral é independente do partido. Acontece que, conclui, as propostas do PT agradam aos trabalhadores que atuam na Pastoral Operária, pois são propostas comprometidas com suas lutas. Dessa forma, a Pastoral Operária não se confunde com o Partido dos Trabalhadores, mas apóia as propostas de mudança<sup>180</sup>.

A Comissão Regional Provisória do PT do Espírito Santo e os militantes da Igreja Católica realizaram diversas ações em parceria. Foi o caso de um comício contra a Lei de Segurança Nacional (LSN), realizado na Praça de Aribiri, no dia 12 de abril de 1981. A iniciativa partiu dos núcleos do PT de Paúl e Ataíde/Aribiri. O convite para o evento argumentava que “política não se [fazia] só nas vésperas de eleições e o trabalhador precisa participar [...], porque enquanto ele não participa, os patrões e seus representantes no governo, são quem fazem a política segundo seus interesses”<sup>181</sup>. Estiveram presentes o Presidente Estadual do PT, representantes de alguns núcleos de bairros do PT e representante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória.

Outro exemplo que reforça essa análise foi um texto datado de 09 de janeiro de 1981, apreendido pela DOPS/ES. Nele, foi feita uma denúncia de que naquela mesma semana, grileiros protegidos por policiais fortemente armados, derrubaram 83 barracos de zinco de moradores de uma região de mangue pertencente à Marinha do Brasil, no Bairro São Pedro, contorno da Ilha de Vitória. Os petistas argumentavam que aqueles trabalhadores tiveram como única opção construir seus barracos naquela área, pois seus baixos salários não davam condições de arcarem com os altos preços dos aluguéis. E que os grileiros que investiram contra os moradores eram ricos donos de terra que moravam próximos ao mangue e viram naquele momento uma oportunidade de aumentar seus patrimônios. Segundo os petistas, os

---

<sup>180</sup> Pesquisa realizada por SILVA, 2013, *Op. cit.*, p. 146.

<sup>181</sup> Convite. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 45.

trabalhadores despejados, em sua maioria operários da construção civil e biscateiros, nada puderam fazer contra o poder da polícia. Por meio desse texto, o Partido dos Trabalhadores se dirigiu à população para

[...] repudiar a ação arbitrária da polícia que, em vez de garantir a posse da terra àqueles que dela necessitam garante a grilagem de grandes proprietários de terra. [...] O Partido dos Trabalhadores, nesta oportunidade, louva o trabalho realizado pela Comissão de Justiça e Paz de Vitória na defesa dos humildes trabalhadores e aproveita para conclamar os posseiros a se organizarem em comissões para defender seus legítimos direitos.<sup>182</sup>

Esse tipo de ocupação repetiu-se em várias ocasiões. Naqueles anos, aproximadamente 70 mil pessoas fizeram parte de cerca de 20 invasões em terrenos alagados e outros locais de propriedade da Marinha do Brasil, de prefeituras e, em alguns poucos casos, de particulares. Foram os casos de Andorinhas, Tabuazeiro e até de uma área de terreno do cemitério de Caratoíra, na cidade de Vitória; ou em Flexal, Rio Marinho, Itapuã e Rosa da Penha, nos municípios de Vila Velha e Cariacica. “Na falta extrema de acesso à habitação, os movimentos de invasão surgiram como a única resposta possível viável”<sup>183</sup>. Essas ações de ocupação eram acompanhadas, por um lado, pela violência policial e, no campo oposto, pelas ações de instituições de proteção à pessoas, ligadas aos direitos humanos, como a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória.

Sendo assim, aqueles militantes, identificando-se como petistas ou identificando-se como membros da Igreja Católica, desencadeavam ações que fazia com que os mesmos fossem vistos em conjunto, em certas circunstâncias. No campo do discurso esse aspecto também podia ser verificado. Exemplo disso foi um boletim que estava sendo distribuído pelo centro de Vitória, em agosto de 1982. O texto foi apreendido pela Assessoria Técnica para Informações e Contra Informações e em seguida difundido para diversos órgãos da rede de informações do estado.

O texto não foi assinado. Havia, porém, apenas a abreviatura “AC”, antes da data. Mas o fato de o mesmo ter sido arquivado junto ao dossiê policial com documentos referentes ao

---

<sup>182</sup> Denúncia Pública. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 28.

<sup>183</sup> Sobre as ocupações de terras na região da Grande Vitória, ver: DOIMO, 1983, *Op. cit.*, p. 41 e 47 à 49.

PT, leva a entender que os agentes policiais atribuíram a autoria do documento aos petistas. Entendemos, no entanto, que é mais provável que sua autoria seja de uma ala mais radicalizada de militantes leigos da Igreja Católica, ligados ao Partido dos Trabalhadores. O que sustenta essa hipótese é o conteúdo do boletim. Esse conteúdo revela uma forte semelhança, quanto ao estilo da escrita, com outros documentos lançados no período. Em tom agressivo, o texto sugere:

Temos que dar uma resposta a estes radicais travestidos de FALSO CIVISMO, exhibi-los como trogloditas exploradores do homem pelo homem, em jaulas, que o povo colocará nas praças públicas, para que os jovens conheçam quem são e passem a caçá-los e aos seus iguais que devem ser punidos. [...]

Os LACAIOS do Capitalismo cego e irracional, abutres do lucro, investem contra o direito do trabalhador ter a sua bandeira política e o agridem com ofensa e ao Partido dos Trabalhadores, às autoridades eclesiais, os integrantes da oposição e todos os que lutam pela causa popular. [...]

Salve os povos de El Salvador e Nicarágua. Todo apoio ao partido de oposição e ao chefe da Igreja Dom João Baptista da Mota e Albuquerque. Tudo pelo Socialismo Cristão, pois Jesus foi o primeiro revolucionário contra a tirania e contra os tiranos.<sup>184</sup>

Como se vê, não é difícil supor o quanto tais discursos chamavam a atenção dos agentes da polícia política. Não obstante as duras críticas ao governo e as palavras agressivas dirigidas aos militares, o texto ainda trazia um discurso de apoio irrestrito aos processos políticos de inspiração marxista que estavam ocorrendo em El Salvador e Nicarágua, comandadas pela Frente Farabundo Martí de Libertação nacional (FMLN) e pela Frente Sandinista, respectivamente.

Além dos espaços proporcionados pelas comunidades eclesiais de base, os movimentos de bairros, como as associações de moradores, foi outro espaço importante de atuação petista. Na proposta do PT de inserir-se na vida das comunidades, em algumas regiões um instrumento foi muito útil: os núcleos de base. É o que analisaremos a seguir.

---

<sup>184</sup> Boletim Número Um/82. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 72. [Grifos no original].

### 3.5 O PT E OS MOVIMENTOS DE BAIRROS

Membro da primeira Comissão Executiva Municipal do Partido dos Trabalhadores de Vitória, João Carlos Coser relembra que foi convidado “como participante da Igreja para construir um núcleo do PT”. Segundo o mesmo “[...] a partir daí [criaram] um núcleo no Itararé, um núcleo muito forte [...]”<sup>185</sup>. De fato, em alguns locais, os chamados Núcleos de Base eram canais - não exclusivos, mas importantes -, de relação dos petistas com os movimentos de bairros. Mas a formação de núcleos do PT sempre foi uma questão mal resolvida internamente. Tanto que uma resolução específica a esse respeito só foi tornada pública no V Encontro Nacional, no ano de 1987. Ainda assim, a proposta de organização do Partido dos Trabalhadores pela base, por meio da nucleação, não teve uma vida longa. Na verdade e de fato, nunca se efetivou de forma geral. Mas alguns deles funcionaram por algum tempo, mesmo que de forma precária.

Para o PT, os núcleos deveriam ser a forma fundamental de organização do partido. Caberia aos núcleos a organização dos militantes com vistas à construção partidária, filiando e preparando os trabalhadores para a militância e procurando desenvolver-lhes a capacidade de direção e mobilização nos setores em que atuavam, como no local de moradia, no local de trabalho, ou em áreas temáticas específicas em movimentos sociais<sup>186</sup>. Conceitualmente, eles seriam uma unidade de democracia interna e ação. No plano interno viabilizaria a participação do filiado, qualitativamente, dando-lhe acesso a informação, a possibilidade de discutir os assuntos em pauta e de decidir sobre os mesmos. No plano externo os núcleos seriam meios para que o PT pudesse inserir-se e influenciar nos movimentos e na vida social. Em outras palavras, seria um instrumento de articulação e intervenção.

A proposta de nucleação, como forma de exercício da democracia interna ao partido, coexistiu com outras formas de participação, como plenárias e reuniões ampliadas do corpo dirigente. As plenárias ampliadas e as reuniões de direção sobressaíram-se em definitivo na rotina petista. Se na proposta de nucleação a garantia de influenciar nas decisões internas do PT dependia da participação militante e qualificada, no caso das plenárias e diretórios, ser

---

<sup>185</sup> COSER, João Carlos. Entrevista. In.: RIBEIRO; BARROS, 2008, *Op. cit.*, p. 153.

<sup>186</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções Políticas. Documentos do V Encontro Nacional (1987). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

filiado já era critério suficiente de participação, o que desqualificava as intervenções da massa de filiados nas decisões do partido<sup>187</sup>.

Durante o seu V Encontro Nacional, realizado em 1987, o PT admitiria que os núcleos de base eram poucos e, na maioria das vezes, precários. Admitiria também que os mesmos enfrentavam dificuldades para se generalizarem e se constituírem em organismos de massa, sendo esta situação um reflexo da crise organizativa vivida pelo próprio partido. No V Encontro concluiu-se que aquela realidade enfrentada pelos núcleos deveu-se às seguintes razões: a pouca experiência política da maioria dos militantes petistas; ausência de organizadores; a falta de infra-estrutura para o funcionamento dos núcleos; a falta de maior formação política; os entraves que vêm da legislação partidária herdada da Ditadura Militar, que se refletem no próprio regimento do partido e que, por conseguinte, acabam por priorizar os diretórios em detrimento dos núcleos. Outro grande problema verificado foi a diluição dos núcleos em comitês eleitorais, durante a campanha de 1982, o que acabou por afetar as estruturas orgânicas do PT. Embora a realidade dos núcleos de base fosse muito diferente do modelo ideal que fora pensado anteriormente, ainda assim, durante o V Encontro, definiu-se como umas das tarefas para a militância petista a reconstrução dos núcleos, como a principal base e característica do PT<sup>188</sup>. O que não ocorreu.

Mesmo com as dificuldades analisadas acima, alguns núcleos do PT foram importantes no Estado do Espírito Santo. É o caso do núcleo de Itararé, lembrado por João Coser e os núcleos de Paúl e Ataíde/Aribiri. O Núcleo do PT de Paúl possuía, inclusive, um pequeno jornal, confeccionado de maneira muito simples, com gravuras pouco elaboradas e cujos exemplares eram reproduzidos, aparentemente, por meio da utilização de mimeógrafo. Nesse periódico havia um espaço denominado “Voz do Bairro”, onde a população fazia suas reclamações quanto ao alto preço da passagem de ônibus e da insuficiência de linhas disponíveis; quanto à falta de estrutura do bairro e da precária prestação de serviço público; ou, ainda, para anúncios de moradores e eventos em geral de interesse da comunidade.

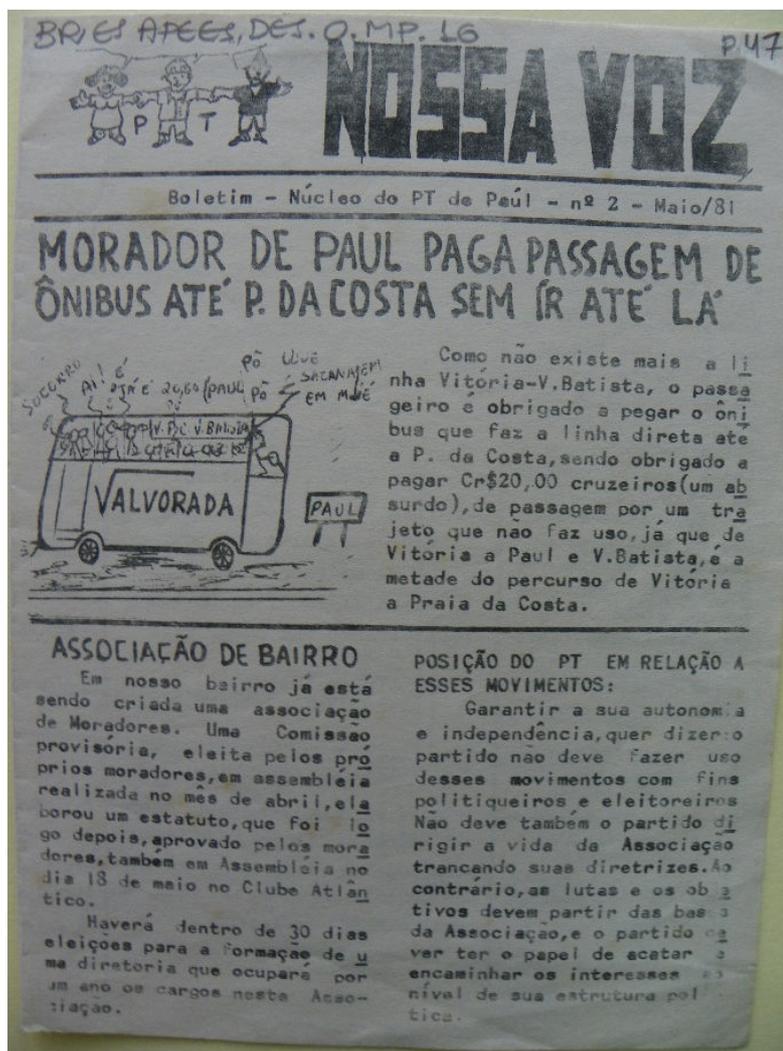
Nesse jornal, o núcleo do PT inseria algumas posições em relação ao movimento social, como foi o caso do Boletim nº 2, de maio de 1981. Nessa edição foi noticiada a

---

<sup>187</sup> Comentário de GURGEL, Claudio. Estrelas e Borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989, p. 99 à 106.

<sup>188</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções Políticas. Documentos do V Encontro Nacional (1987). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

criação da associação de moradores de Paúl. O PT, por meio do núcleo de Paúl, pôde expressar seu apoio à formação da associação, ao mesmo tempo em que reconhecia a independência da mesma em relação ao partido. De acordo com o jornal, o partido não deveria “fazer uso desses movimentos com fins politiqueros e eleitoreiros. Não [deveria] também o partido dirigir a vida da associação trancando suas diretrizes [sic]”<sup>189</sup>.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 47.

A integração dos petistas na vida e nos dilemas das comunidades era intensa. As dificuldades enfrentadas pelas populações pobres acabavam por aproximar as pessoas na busca pela resolução dos problemas cotidianos. De fato, a vida urbana da grande massa assalariada, aglomerada na região da Grande Vitória, era penosa<sup>190</sup>. Reclamações quanto à eficiência do transporte coletivo nas áreas periféricas era constante. A capital do Estado

<sup>189</sup> Boletim Nossa Voz. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 45.

<sup>190</sup> Sobre os problemas urbanos e movimentos populares surgidos na região da Grande Vitória, ver: DOIMO, 1983, *Op. cit.*, capítulo II.

acabou por se tornar um centro fornecedor de serviços. A cidade de Serra passou a comportar áreas industriais; Cariacica e Vila Velha foram se tornando cidades-dormitórios. Vitória passava por sérios problemas com relação à mobilidade do grande contingente de trabalhadores que precisavam se deslocar de suas casas ao local de trabalho.

Se a situação dos bairros periféricos de Vitória era difícil, a situação era ainda pior para os trabalhadores que precisavam se deslocar de Vila Velha ou Cariacica, em direção à Vitória ou Serra. A cidade de Vila Velha, por exemplo, absorveu a maior parte do contingente migratório de trabalhadores da grande indústria. Chegando em Vila Velha, essa massa de trabalhadores passou a conviver com precário serviço de abastecimento de água e esgoto, vivendo em lugares cuja topografia era propícia a inundações periódicas em períodos de ocorrência de chuvas torrenciais.

Vários movimentos foram surgindo em resposta àquela realidade, como o Movimento Pró-Saneamento de Vitória, surgido em São Pedro, bairro que nasceu a partir de uma ocupação de região de mangue, apoiado pela Arquidiocese de Vitória. No município de Serra destacaram-se as associações de moradores surgidas dentro do Banco Nacional de Habitação, que conseguiram autonomia e independência de seus estatutos e serviram de exemplo para demais experiências. Em Vila Velha merece um destaque especial o Movimento de Transporte Coletivo, que se desenvolveu paralelamente aos movimentos comunitários. Essa efervescência de movimentos e organizações compôs o ambiente político onde o PT enfrentaria grandes desafios e lutaria por espaço e hegemonia nas ruas e nas urnas.

## CAPÍTULO 4

### NAS RUAS E NAS URNAS

*Quando vi todo mundo na rua de blusa amarela.*

*Eu achei que era ela puxando o cordão [...]*

*Quando ouvi a cidade de noite batendo as panelas*

*Eu pensei que era ela voltando pra [...]*

Francisco Buarque de Holanda

Em 23 de setembro de 1981, a agência central do SNI expediu um pedido de busca<sup>191</sup>, de caráter confidencial, destinada a diversos órgãos da Rede de Informações do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo, solicitando investigações. O assunto era: o “envolvimento de organizações subversivas na realização de bingos em diversas partes do País”.

O fato que gerou esse pedido foi a informação que chegara ao SNI, de que estariam ocorrendo, em várias partes do País, “uma forma de loteria, não autorizada, denominada bingo”. De acordo com a agência, esses eventos estariam sendo apoiados por políticos e grupos pertencentes a organizações clandestinas, tais como o PCB, PCdoB e MR-8, com o objetivo de financiar campanhas políticas e “atividades subversivas”, embora os organizadores justificassem que os fundos recolhidos seriam destinados a clubes esportivos, associações de bairros e entidades filantrópicas.

O pedido solicitava aos agentes policiais desses dois estados que realizassem as seguintes tarefas: a) verificar a existência desta forma de sorteio; b) confirmar se esses bingos estavam contando com o patrocínio e/ou apoio das citadas organizações subversivas ou de outras não mencionadas; c) em caso positivo, fazer o levantamento das pessoas envolvidas e a

---

<sup>191</sup> Pedido de Busca nº 040/116/ARJ/81. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 16/Partido dos Trabalhadores, p. 59.

destinação dos recursos, por organização e d) outros dados que os agentes julgassem úteis. Após chegar ao Departamento de Polícia Federal do Espírito Santo, o pedido foi encaminhado ao Serviço de Investigações e Informações, que o cumpriu.

Os resultados das investigações, constantes de um informe produzido pelos agentes<sup>192</sup>, confirmaram a existência da prática desses bingos. Um deles, por exemplo, foi realizado no Conjunto Helio Ferraz, no Município de Serra/ES, entre o horário de 7h30min e 20h30min, do dia 03 de outubro de 1981. Averiguou-se que havia sido organizado pelo PT. Os principais envolvidos, segundo o órgão, eram Salatiel Quiquita de Oliveira, da Federação dos Moradores da Serra/ES que, como vimos, se tornou membro da primeira direção estadual; “Glicênio de Tal”, também militante do PT; e pela Presidente do centro comunitário local, cujo nome não conseguiram identificar<sup>193</sup>.

Estavam aproximando-se as eleições. Novas tarefas apresentavam-se aos militantes. Atividades como organização de bingos, rifas e outras formas de arrecadar dinheiro eram comuns. Mas a questão financeira não seria o único problema a se enfrentar. Havia uma questão política de fundo que acompanharia os debates (e os embates) no interior do PT, não só naquele momento, mas dali em diante: como estar inserido, ao mesmo, nas lutas sociais e nas disputas eleitorais; como lidar com a base social e com mandatos. Em sua trajetória o partido iria demonstrar uma “especial dificuldade em combinar luta social e luta institucional”<sup>194</sup>.

#### **4.1 UMA IDEIA NA CABEÇA E UM PANFLETO NA MÃO: A CAMPANHA DE 1982**

Logo após ter superado os obstáculos impostos para o registro partidário, o PT já enfrentaria outro grande desafio: as eleições de 1982. Esse processo não seria marcante apenas para o partido, mas para toda sociedade brasileira, afinal, após 18 anos, a população voltaria às urnas para escolher muitos de seus representantes. Nesse caso, em particular, seriam escolhidos prefeitos - com exceção das capitais e dos municípios considerados de segurança nacional,

---

<sup>192</sup> Informe nº 003/82-SII/SPI/ES. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 16/Partido dos Trabalhadores, p. 48.

<sup>193</sup> A seqüência dos documentos pesquisados para a montagem do trecho em questão, pode ser conferida nos anexos.

<sup>194</sup> Comentário de SECCO, 2011, *Op. cit.*, p. 53.

como as instâncias hidrominerais -, deputados estaduais e federais, parte do senado e governadores.

Já no ano de 1981 os petistas começaram os primeiros debates com vistas a organizar sua participação no pleito<sup>195</sup>. A escolha dos nomes para concorrerem aos diversos cargos deveria ser precedida pela construção coletiva de programas de governo para os diversos níveis e pela elaboração de uma tática eleitoral. Ou seja, a escolha de nomes deveria estar submetida a um amplo debate, de onde emergiriam os subsídios necessários aos programas e às táticas a serem elaboradas.

O I Encontro Nacional do PT, realizado entre os dias 8 e 9 de agosto de 1981, na Assembléia Legislativa de São Paulo, propôs, em caráter indicativo, os seguintes eixos de abordagem para a tática eleitoral: a democratização da administração pública; o fim da repressão e o desmantelamento dos órgãos repressivos; a posse da terra para quem nela mora e trabalha. No entanto, a discussão mais aprofundada sobre o processo eleitoral ainda iria passar por encontros distritais, municipais, estaduais e, por fim, nacional, a iniciar-se em janeiro do próximo ano.

Desde os primeiros encontros os petistas já denunciavam o que chamavam de regras criadas pelo governo para desvirtuar o “caráter democrático do voto”, como o voto vinculado, a proposta do voto distrital, a sublegenda, as limitações à propaganda eleitoral e a proibição de coligações. Repudiavam, ainda, o enquadramento de lideranças políticas da oposição na Lei de Segurança Nacional (LSN) com a intenção de torná-las inelegíveis, como diziam. Em resposta a essas medidas casuísticas, os petistas defendiam uma ampla mobilização dos trabalhadores por eleições livres e diretas e contra os “acordos de cúpula”.

Os debates para fechar questão sobre as eleições ocorreram durante o II Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado entre os dias 27 e 28 de março de 1982, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Nesse encontro ficou consensado o entendimento do partido sobre a conjuntura e foram definidas as táticas eleitorais e a organização da campanha política<sup>196</sup>. Grosso modo, as posições defendidas internamente no partido por seus

---

<sup>195</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Eleições. Documentos do I Encontro Nacional (1981). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

<sup>196</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Documentos do II Encontro Nacional (1982). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

grupos constituintes e tendências, podem ser agrupadas em dois blocos: os que defendiam que a participação nas eleições deveria ter como objetivo a consolidação do partido nacionalmente; e os que defendiam que a participação no pleito deveria servir para contribuir na organização da classe trabalhadora<sup>197</sup>. De certa forma, ambas as posições foram contempladas nas resoluções do II Encontro Nacional.

Para o PT, o processo eleitoral de 1982 inseria-se em uma conjuntura de ampliação da consciência da classe trabalhadora enquanto força política independente. Uma consciência forjada no acúmulo das experiências oriundas das lutas contra os empregadores, contra o Estado, contra a Justiça Militar e trabalhista, impulsionada pela acentuada crise econômica. Crise esta marcada pela recessão, pelo desemprego e pelo aumento acelerado dos preços.

Diante desse quadro, entendiam os petistas que os partidos e forças políticas envolvidas em disputa pelo rumo da abertura política possuíam interesses diversos, até antagônicos. Os interesses do governo e de sua base eleitoral era o de promover mudanças superficiais nos mecanismos de participação e representação; enfraquecer a oposição popular, recuperando a hegemonia política enfraquecida durante os processos eleitorais iniciados em 1974 e durante as manifestações e greves iniciadas em 1978; manter o parlamento como espaço privilegiado de negociação e de concessões mínimas, em detrimento da participação popular. Os interesses da oposição liberal – leia-se, principalmente, o PMDB - era obter correlação de forças favoráveis à sua participação nas tomadas de decisões. Para as classes populares o momento representava a possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política, em uma conjuntura favorável, principalmente devido a dois fatores: o desgaste dos setores da situação e o fim da limitação em se escolher entre dois partidos somente, um da base do governo (a Arena) e outro de oposição consentida (o PMDB).

Existia, por parte dos petistas, uma descrença quando à capacidade dessas eleições alterarem a estrutura do poder político vigente. Poderia as eleições, quando muito, renovar alguns postos em setores da estrutura dos governos e nos parlamentos, em seus vários níveis, mas sem abalar, contudo, os centros decisórios, que eram a “burocracia, as Forças Armadas e o capital”. Por isso a participação no pleito não poderia levar os petistas a confundirem “a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder”.

---

<sup>197</sup> Não é objetivo deste texto analisar os debates e as movimentações de grupos e tendências internas ao PT. O comentário está em: ANGELO, 2007, *Op. cit.*, p. 84.

Ficou definido durante o II Encontro Nacional do PT, que o partido deveria inserir-se no processo eleitoral com o objetivo de levar o programa partidário ao maior número possível de trabalhadores, consolidando, dessa forma, a proposta de construção da agremiação. Para o PT, tão importante quanto organizar o partido, era fazer com que os cargos conquistados servissem como um instrumento de organização e mobilização popular, dessa forma seria possível contribuir para com o aumento da consciência política dos trabalhadores. A entrada do PT na disputa eleitoral serviria como uma alternativa à “oposição liberal burguesa”, colocando as questões de tomada de poder sob o ponto de vista dos próprios trabalhadores. Outro objetivo era impor uma derrota à Ditadura Militar e sua base de sustentação.

O II Encontro também definiu como tática, dar aos trabalhadores a possibilidade de concorrerem por meio de suas próprias representações e com independência política. Por essa razão, decidiu-se pelo lançamento de candidaturas próprias em todos os níveis, sem a realização de coligações. Então, como fica claro, a opção pela não realização de coligações se dá por questões táticas e não por princípios. Fazer ou não coligação depende do momento político, da possibilidade de acordo sobre o programa político e dos interesses dos partidos envolvidos, como afirmavam os petistas<sup>198</sup>.

Quanto a escolha de nomes para as chapas, não teria lugar no PT para “candidaturas biônicas forjadas em gabinetes, impostas de fora para dentro no movimento popular e no Partido, ou de cima para baixo”. Os nomes escolhidos deveriam ser aqueles emergidos das lutas populares e com base de sustentação social e que tivessem contribuído efetivamente no processo de construção do partido. Seria então lançado o maior número possível de candidatos, tantos quanto fosse permitido pela legislação. E as chapas constituídas para as disputas majoritárias e proporcionais deveriam atuar de forma unitária, em torno do programa e de uma plataforma, acatando as decisões que, por ventura, viessem a ser tomadas pelo partido durante o pleito. Assim, “não [haveria] candidatos no Partido, mas sim do Partido. Nem [haveria] campanha desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido”.

---

<sup>198</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Documentos do II Encontro Nacional (1982). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

#### 4.1.1 Casuísmos e Arranjo Político

No Espírito Santo os grupos políticos se movimentavam<sup>199</sup>. À direita do espectro político, o então governador Eurico Rezende (PDS) foi o principal articulador de seu partido para a apresentação do nome de seu sucessor. Não obstante o peso e a centralidade dos movimentos de Rezende, o processo de escolha foi marcado por conflitos internos entre seu grupo e o grupo do ex-Governador Élcio Álvares (1975-1979). Essas divergências se arrastavam desde a época em que ambos os agrupamentos estavam abrigados na legenda antecessora do PDS, a Arena.

Eurico Rezende buscava um sucessor que pudesse dar continuidade à sua linha política. Figuravam dentre as possibilidades por ele visualizadas (e articuladas), os nomes de Theodorico de Assis Ferraço, Deputado Federal; Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen, o Carlito, Prefeito de Vitória; José Maria Feu Rosa, Prefeito de Serra e Chrisógono Cruz, empresário. Como se percebe, Élcio Álvares foi deliberadamente excluído da lista, o que frustrou as intenções deste em lançar candidatura e aumentou ainda mais as divergências entre rezendistas e elcistas, já divididos em PDS 01 e PDS 02, respectivamente. Do resultado das movimentações internas firmaram-se os candidatos Carlos Lindemberg, como candidato ao cargo de Governador, e José Maria Feu Rosa, para vice-Governador. O PDS entra dividido na disputa eleitoral

No centro do espectro político estavam o PTB, o PDT e o PMDB. O PTB não conseguiu se organizar a tempo de lançar candidato ao governo do Estado e o PDT lançou a candidatura de Oswaldo Mármore. Os principais nomes para disputar o governo do estado pelo PMDB eram de Gerson Camata, Max Mauro e Dirceu Cardoso. Os candidatos do PMDB unificaram seus discursos em nome da unidade partidária, uma tática para manter este partido como a principal força política de oposição.

Mas essa unidade política foi construída pelo PMDB sob muita negociação e concessão. O Senador Dirceu Cardoso, por exemplo, aparentemente não disposto a manter seu nome à qualquer custo, decidiu não lançar-se. Camata e Max eram de origens diferentes. O primeiro migrou da ARENA em 1980, rompendo com o Regime Militar e buscando caracterizar-se como moderado, levantando então a bandeira da redemocratização. Max Mauro já era um representante histórico do então MDB e pertencia a uma ala considerada

---

<sup>199</sup> Sobre o arranjo político para as eleições de 1982 no Estado do Espírito Santo, ver: OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*, Capítulo II.

progressista dentro PMDB. Embora ambos tivessem disputado internamente a vaga de “cabeça de chapa”, um acordo entre eles, realizado durante a convenção do PMD, fez com que Max Mauro decidisse apoiar Camata nas eleições de 1982. Nas eleições seguintes, previstas para o ano de 1986, ocorreria o inverso. O motivo de tal acordo baseou-se na percepção dos peemedebistas de que Max Mauro possuía baixa densidade eleitoral fora da região da Grande Vitória, ao contrário de Camata<sup>200</sup>.

A escolha do vice de Camata também foi envolta em acordos. Tanto o PMDB quanto o próprio candidato estavam temerosos em apontar um nome e correr o risco de dividir o partido. Dentre os nomes possíveis, figuravam os do ex-Presidente do partido, Mário Moreira, o próprio Dirceu Cardoso e José Moraes, empresário e político considerado extremamente conservador. José Moraes e seu grupo foram incorporados ao PMDB, quando seu partido, o Partido Popular (PP), extinguiu-se, por não conseguir regularizar-se em tempo hábil. A entrada desse grupo ao PMDB se deu sob a condição de que o PP indicaria o vice.

O problema foi resolvido, embora não tenha agradado completamente os grupos políticos envolvidos. O grupo de Max Mauro, por exemplo, temia que uma chapa muito à direita, formada por ex-arenistas, pudesse contribuir com o crescimento do PT e converter o mesmo no principal partido de oposição. Mas esse foi o arranjo político construído dentro dos limites da unidade para aquele processo eleitoral.

À esquerda no espectro político encontrava-se o PT. Para a formação da chapa estadual este partido não atravessou, pelo menos publicamente, alguns dos problemas enfrentados pelo PDS e PMDB, como, por exemplo, a disputa entre personalidades políticas e seus respectivos grupos pela hegemonia do processo eleitoral. Por ser um partido novo, com uma militância em sua maioria iniciante na vida partidária e pelo fato de as resoluções do II Encontro Nacional do PT ter aprovado critérios rígidos para a escolha dos nomes que comporiam chapas, os militantes que se destacaram durante o período anterior à construção do partido foram naturalmente indicados. Houve, inclusive, grande esforço de convencimento para que alguns militantes contribuíssem com seus nomes para a formação da chapa estadual.

Aparentemente com o objetivo de acompanhar o processo de montagem das chapas petistas, a DOPS/ES fez uso de algumas reportagens do Jornal “A Gazeta”. Em uma das

---

<sup>200</sup> Essas afirmações estão em: OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*, Capítulo II.

matérias separadas pelos agentes policiais<sup>201</sup>, Perly Cipriano fala sobre o encontro estadual realizado no dia 24 de janeiro (domingo) de 1982. Nesse encontro, de acordo com Perly, compareceram 170 delegados escolhidos em encontros municipais. Durante o evento foi debatido o programa do partido para a administração estadual e abertas as discussões sobre as práticas eleitorais e o planejamento das campanhas. Foram ratificadas as definições do encontro nacional quanto ao perfil dos candidatos, mas, por falta de tempo, os candidatos estaduais seriam escolhidos somente no próximo encontro. Por fim, foi debatido os valores que os candidatos pelo PT deveriam repassar ao mesmo, caso fossem eleitos. Embora não tivessem fechado questão, a maioria dos militantes se posicionaram na defesa de um repasse correspondente a 50% da remuneração dos eleitos.

Em outra matéria do jornal “A Gazeta”, arquivada pela DOPS/ES<sup>202</sup>, Perly Cipriano declarou que no encontro previsto para acontecer no dia 14 de fevereiro, seriam discutidos os “programas alternativos” para os governos municipais, tendo em vista que sobre o programa petista para o Governo Estadual o assunto já havia sido vencido. Também seriam definidos os últimos nomes para a composição das chapas municipais e estadual. Debateu-se, também, a formação de um fundo comum de campanha e como seriam as formas de angariar os recursos necessários às campanhas.

No dia 16 de março o Jornal “A Gazeta” noticiava<sup>203</sup>, com base em informações fornecidas por GleciNEY de Oliveira Brito, Secretário Estadual do PT, que já havia sido constituído o Comitê Eleitoral Central Unificado Estadual e comitês municipais. Esses comitês visavam centralizar, coordenar e administrar as finanças de campanha de todos os candidatos. Os comitês estariam subordinados politicamente às comissões executivas municipais e estadual. Os próximos passos seriam o planejamento de passeatas e a difusão do Programa de Governo, necessariamente elaborado com uma “linguagem simples e acessível”.

O PT conseguiu montar chapas em todos os estados, com exceção de Alagoas. No Espírito Santo a chapa ficou completa. Também foram lançados candidatos a Prefeito e a vereadores em diversos municípios do Espírito Santo. Vários nomes já conhecidos da polícia política, e que já foram citados nesta pesquisa, a compuseram. Se o perfil dos grupos

---

<sup>201</sup> PT escolhe dia 15 seus candidatos e define a campanha. A Gazeta de 26/jan./1982. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê: PT, p. 116.

<sup>202</sup> PT divulga dia 14 seus candidatos no Estado. A Gazeta de 05/fev./1982. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê: PT, p. 117.

<sup>203</sup> PT cria comitês para unificar campanha eleitoral. A Gazeta de 16/mar./1982. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê: PT, p. 117.

formadores do PT do Espírito Santo não se limitou ao chamado “tripé”, como afirmado anteriormente, é possível, no entanto, afirmar que os principais nomes que compuseram a chapa estadual sim. Senão vejamos: Perly Cipriano, candidato a Governador, é oriundo de grupos de esquerda; Rogério Medeiros, candidato a Senador, das oposições sindicais; Vitor Buaiz, candidato a Deputado Federal, das oposições sindicais estimulado pela Igreja de base popular; Zézé Machado, candidata a Vice-Governadora, iniciou sua militância dentro da Igreja Católica, quando ingressou na Congregação das Irmãs Oblatas do Espírito Santo, foi missionária e atuou em diversas pastorais sociais. Então, a chapa estadual ficou assim composta:

TABELA 05

## NOMINATA DOS CANDIDATOS DO PT PARA A CAMPANHA ELEITORAL DE 1982

CARGO	CANDIDATO(A)
<b>Governador</b>	Perly Cipriano
<b>Vice-Governadora</b>	Maria José Machado (Zezé Machado)
<b>Senador</b>	Rogério Sarlo de Medeiros
<b>Primeiro Suplente de Senador</b>	Pedro Braz Cruz
<b>Segundo Suplente de Senador</b>	Anoderval Santos Luiz
	Vitor Buaiz
	Reinaldo Centoducatte
<b>Deputados Federais</b>	Florianio Vieira da Silva
	Paulo César Vinha
	Djalma José Vazzoler
	Jader Nogueira Ferreira
	Glecinei de Oliveira Brito
	Pedro Benvenuto Júnior
	Carlos Alberto Peixoto Lobo
	José Emerson Pombo de Barros
	Adelmo Marcos Rossi
	Aldemindo Gonçalves da Fonseca
	José Anésio Dias do Vale
	Martinho José Zucolotto
<b>Deputados Estaduais</b>	Osmar José de Queiroz
	Elizeu Leal dos Santos
	Lino Dalbon
	Eugênio José Cozzer
	Maria das Graças Andreatta e Silva
	José Aguilar Dalvi
	Vanilton Alves da Silva
	Saulo Tavares Severo
	Euclides Picolli
	Carlos Alberto Feitosa Perim
	Helio Renato Carvalho Fischer

Fonte: ANDREATA, Graça. A Revolução da Estrela. Guarapari: Criativa, 2010, p. 157 à 159.

Alguns fatores deram peso às dificuldades encontradas pelos militantes petistas naquele pleito e refletiram sobremaneira nos resultados eleitorais. Dentre eles: as dificuldades organizativas e financeiras do partido; os ataques por parte da imprensa e da oposição, no

sentido de desqualificar os candidatos do PT; o perfil aguerrido (e agressivo) dado à campanha eleitoral por parte da militância petista e seus reflexos no conjunto da sociedade e, como não haveria de faltar naquele contexto, as táticas do Regime Militar quanto à instituição das medidas legais implementadas para controlar a abertura política e enfraquecer a oposição.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1979 foi, como já afirmado, uma dessas táticas do regime. Sobre essa Lei, acrescentamos ainda, que ela definiu, como critério para a sobrevivência dos partidos, que os mesmos alcançassem 5% dos votos, nas eleições previstas para 1982, em pelo menos nove estados, sendo que, em cada um deles, pelo menos 3% desses votos deveriam ser destinados a Câmara Federal. Além disso, ainda estava em vigor a Lei nº 6.339/1976, a chamada “Lei Falcão”, que enrijeceu as regras para a veiculação das campanhas partidárias no rádio e na TV. De acordo com as exigências da Lei Falcão, durante a veiculação da propaganda política, os candidatos deveriam se limitar a mencionar a legenda, um breve currículo e o número de registro feito junto à Justiça Eleitoral, bem como divulgar suas imagens pela televisão apenas por meio de fotografia.

No final do ano de 1981, durante uma licença médica de sessenta dias do Presidente João Figueiredo, a oposição parlamentar havia derrubado parte de um pacote sem muita expressão proposto pelo Executivo. Esse episódio, somado ao resultado de uma pesquisa feita pelo SNI, que apontava uma queda crescente da aceitação do PDS nos estados, fez com que o Governo sentisse necessidade urgente em alterar, novamente, as regras do jogo político. Assim, em novembro, logo após o retorno do Presidente, foi enviado ao Congresso Nacional uma série de medidas, aprovadas em janeiro de 1982, que ficaram conhecidas como o “Pacote de Novembro”<sup>204</sup>.

Dentre as modificações importantes destacou-se o chamado “voto vinculado”. Isso significou que o eleitor deveria votar em candidatos de um mesmo partido para todos os cargos, caso contrário o voto seria anulado. A intenção era a de que os candidatos ao cargo de Governador “puxassem” votos para os candidatos aos demais cargos, favorecendo, dessa forma, os candidatos do PDS. Também foi exigido que os partidos lançassem chapas completas, com candidatos a todos os cargos e proibiu-se coligações. Para os partidos menores ou recém criados, era extremamente prejudicial, posto que anulava as possibilidades de cooperação entre os partidos de oposição.

---

<sup>204</sup> Sobre as medidas casuísticas do período, ver: FLEISCHER, David. As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral *Versus* Sistema Partidário. In: FLEISCHER, David (Org.). Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982. Brasília: UnB, 1988, p. 79 e 80.

Em maio de 1982 outras seis mudanças legais foram implementadas. Uma delas, tendo em vista a intenção do Governo em ampliar apoios em alguns estados, aproximando-se até de alguns grupos do PTB, consistiu na ampliação do prazo limite de aceite de novas filiações, para que dez deputados do PP, interessados em ingressar no PDS, pudessem assim fazê-lo, e, da mesma forma, beneficiar outros dez deputados do PMDB com intenção de migrarem para o PTB. A segunda mudança foi o cumprimento do acordo feito com os partidos pequenos em prorrogar a data limite para regularização dos novos partidos, o que beneficiou o PT. A terceira diz respeito a ampliação do número de deputados e a ampliação das prerrogativas parlamentares, o que fortaleceria o PDS por se tratar de força majoritária no Congresso Nacional. A quarta mudança ampliou o mandato dos novos prefeitos para seis anos, na intenção de defasar as eleições municipais em relação às estaduais e federais. A quinta mudança diz respeito à mudança na composição do Colégio Eleitoral, visando as eleições para presidente. A sexta estabeleceu um sistema eleitoral distrital e proporcional para as eleições de 1986.

Como se não fosse o suficiente, dois meses após aquelas modificações, o Executivo impôs um novo modelo de cédula eleitoral, atropelando as prerrogativas dos poderes Legislativo e Judiciário, que já vinham estudando uma proposta de modelo padrão que diferenciaria os partidos por critério de cores. Além disso, de acordo com medida aprovada pelo Congresso em agosto, o eleitor passou a ser obrigado a escrever o nome e/ou o número de seus candidatos a todos os cargos em disputa, sem apelidos, o que, acreditava-se, dificultaria o voto da população menos escolarizada e um grande número de cédulas seriam, inevitavelmente, anuladas. Por fim, proibiu-se o voto em legenda, no intuito de evitar que o PMDB se beneficiasse com esse tipo de voto. Sobre este aspecto, basta observar que após a reforma partidária de 1979, a antiga Arena trocou de nome, por motivo de desgaste político, o MDP, ao contrário, manteve seu nome, acrescentando apenas a palavra “partido”, como determinou a Lei.

#### **4.1.2 Campanha Classista, Desafios e Derrota Eleitoral**

A aposta de que uma campanha até então diferente das convencionais, extremamente crítica, militante e aguerrida, pudesse atingir uma grande parcela do eleitorado, gerou uma grande

expectativa nas fileiras petistas. Os desafios daquele pleito haveriam de ser consideravelmente difíceis para o Partido dos Trabalhadores.

O PT decidiu por dar ênfase a um currículo nada convencional para seus candidatos. Descreveu-os como ex-presos políticos, ex-cassados, ex-exilados, sindicalistas cujos sindicatos sofreram intervenção e trabalhadores demitidos por atuação sindical e política. A crença era de que os eleitores se identificariam com a luta desses candidatos, assim, ficaria claro que o partido era formado por gente do povo, gente lutadora ou, na visão do PT, "gente como a gente". Acreditou-se que, dessa forma, a votação seria expressiva<sup>205</sup>. Buscou-se usar a legislação contra o próprio Governo que a criara. Não funcionou.

Um exemplo dessa tática do PT foi o uso da biografia de Perly Cipriano, candidato ao cargo de Governador. Perly iniciou sua militância política na década de 1960<sup>206</sup>, atuando no PCB e no movimento estudantil. Quando foi deflagrado o golpe civil-militar, ele já participava de uma dissidência dentro do PCB, na mesma época em que precisou exilar-se na então União Soviética (URSS). Voltou clandestinamente ao Brasil e, logo em seguida, começou a fazer parte do grupo de guerrilha urbana Ação Libertadora Nacional (ALN), liderado por Carlos Mariguella<sup>207</sup>, atuando na região Nordeste do País.

No Nordeste participou de ações clandestinas, foi preso e indiciado em Inquérito Policial Militar (IPM) com base nos processos 34/70, 38/70, 39/70, 41/70, 59/70 e 91/70, da auditoria da 7ª Região Militar (RM). Dentre as operações citadas nos autos, destacam-se assaltos ao Banco Financial, em Jaboatão/PE; à Farmácia Jayme da Fonte e a um posto de combustíveis, em Recife<sup>208</sup>. Foi condenado, com base na Lei de Segurança Nacional (LSN), a 94 anos e oito meses de prisão. Na prisão também sofreu torturas.

Depois de pedir transferência para a Penitenciária Frei Caneca, no Rio de Janeiro, Perly começou a acompanhar as articulações para a formação do PT. Ele, juntamente com outros dois detentos, Gilney Viana e Nelson Rodrigues Filho, passaram a articular um grupo petista de dentro mesmo da prisão. Nessa época recebeu a visita de Lula e de Jacob Bittar. Foi

<sup>205</sup> A primeira experiência eleitoral. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/terra-trabalho-e-liberdade>. Acesso em: 02/out./2013.

<sup>206</sup> Depoimentos sobre a História de Perly Cipriano estão em: CIPRIANO, Perly. Entrevista. In.: OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*, p. 295-297.

<sup>207</sup> Sobre a ALN e Carlos Mariguella, ver: BETTO, Frei. Batismo de Sangue: A luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês de Carlos Mariguella e Frei Tito. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

<sup>208</sup> As informações sobre os processos e as condenações impetradas contra Perly, estão em: Informe nº 687/16/ARE/83. Serviço Nacional de Informações Agência Recife. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

quando teve a informação de que havia três sindicalistas articulando a formação do PT no Estado do Espírito Santo. Eram eles: Rogério Medeiros, Vitor Buaiz e Myrtes Bevilacqua. Myrtes, no entanto, não chegou a ingressar no PT.

O retorno de Perly ao estado foi notícia em alguns jornais locais. Em um deles, familiares do militante comentaram a sensação que Perly sentiu, ao perceber a reação de muitas pessoas, algumas inclusive bem próximas, ao estigmatizarem a experiência pela qual passou, em razão de suas posições políticas. De acordo com os familiares de Perly, a reação das pessoas fazia com que ele sentisse “uma insatisfação mais intensa do que a pressentida no isolamento do cárcere”<sup>209</sup>. Para Perly, sua aparência, com barba e cabelos longos, fazia com que as pessoas o temessem. Até uma bolsa que sempre levava consigo era motivo de medo, pois, segundo suas próprias palavras, “poderia ser uma bomba escondida”. Para agravar, ainda ficou sem trabalho e sem dinheiro. Muitas vezes comia na casa de amigos como Rogério Medeiros.

Em outro jornal, Perly declarou que voltaria a militar na política. Ele condenou o que chamou de anistia restrita, patrocinada pela ditadura; elogiou a atuação do arcebispo Dom João Batista e o bispo auxiliar Dom Luiz Gonzaga. Informou ainda, que à noite participaria de uma reunião pró-Partido dos Trabalhadores que, segundo ele, é “uma das mobilizações políticas mais importantes atualmente no estado”<sup>210</sup>. O fato de os agentes da DOPS/ES terem recortado e arquivado as matérias dos jornais, demonstra que o retorno de Perly ao estado foi monitorado pelos agentes da polícia política.

O curioso é que, nas palavras do próprio Perly, suas posições políticas nunca foram radicais em termos de articulação política, tanto que grupos estudantis o acusavam de ser social-democrata<sup>211</sup>. Isso demonstra a força dos estereótipos existentes na mentalidade coletiva. De certa forma, conforme relata Andreatta (2010), no PT “quase todos eram ‘ex-alguma-coisa’: ex-prisioneiro, ex-torturado, ex-exilado, ex-guerrilheiro, ex-subversivo e, quem ‘pagou o pato’, foi Perly Cipriano, que também era barbudo e caracterizava todos esses ‘ex’ [...]”<sup>212</sup>. Esse aspecto indica que, para a polícia política, não bastava ao militante ser

<sup>209</sup> Ex-presos políticos visitam cidade natal. A Gazeta de 15 de dez./1979. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 101.

<sup>210</sup> Preso 9 anos, Perly chega e vai militar na política. O Diário, 14 de dez./1979. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 100.

<sup>211</sup> CIPRIANO, Perly. Entrevista. In.: OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*, p. 306.

<sup>212</sup> ANDREATTA, 2010, *Op. cit.*, p. 150.

considerado um subversivo, acima de tudo ele deveria parecer um. Dessa forma, a construção e a manutenção de estereótipos foi uma das artimanhas dos aparelhos de repressão.

A candidatura petista ao governo do Estado se posicionava como um paradoxo das outras campanhas postas ao afirmar não ser a quantidade de votos o objetivo principal a ser alcançado, mas a organização da classe trabalhadora, a decência e a honestidade e ao se propor a denunciar a compra de votos e as promessas demagógicas.<sup>213</sup>

Diante da grave crise econômica e dos agudos problemas sociais daquele início de década, os candidatos do PDS e do PMDB ao cargo de Governador do Estado, defendiam reformas visando a autonomia da gestão pública estadual e a recuperação da arrecadação. Ambos criticavam o fato de o Governo Federal centralizar as decisões políticas e ambos entendiam que o modelo de industrialização adotado no Estado foi realizado à base de grandes incentivos fiscais, aspecto que, combinado à recessão, deixava o Espírito Santo sem capacidade de arrecadação e em crise financeira. Perly Cipriano reconhecia que os recursos eram escassos, no entanto argumentava que o ponto central era a má distribuição dos mesmos. Este também argumentava que a carga tributária recaía pesadamente sobre a classe trabalhadora, enquanto os grupos empresariais recebiam generosas isenções fiscais.

A campanha petista estava nas ruas. As recomendações das resoluções partidárias quanto ao cuidado para não se repetir os “vícios [...] que tanto marcam os outros partidos [...], como o personalismo, o clientelismo eleitoral, o desrespeito às normas e orientações do partido”<sup>214</sup>, revela o forte conteúdo ético e moral e uma pré-disposição a se diferenciar das campanhas. Não obstante, a forma como a campanha se manifestou em meio à militância petista expressou um emaranhado de sentimentos, uma mistura de paixão, disposição e voluntarismo, como demonstram as palavras de Andreatta (2010) em seu livro de memórias. Segundo ela, os militantes “[iam] de casa em casa, de comunidade em comunidade, de picada em picada, procurando, nos mais remotos locais, levar a consciência do que acontecia”. E completa, expondo em parte a concepção política de uma parcela considerável daquela base social, quando diz que “[...] Deus via que era bom e talvez até sorrisse de nossa ousadia”<sup>215</sup>.

---

<sup>213</sup> OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*, p. 79, 80 e 84.

<sup>214</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Documentos do II Encontro Nacional (1982). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

<sup>215</sup> ANDREATTA, 2010, *Op. cit.*, p. 153.

Palavras de ordem como “3!... 3!... 3!... o resto é burguês!”; “1,2,3,4,5 mil, ou vem democracia ou paramos o Brasil”; “partido, partido é dos trabalhadores”; revelavam, sem dúvida, grande voluntarismo e o sentimento dos petistas em se apresentarem como legítimos representantes da classe trabalhadora. Mas é presumível que tais frases, ditas de forma inflamada, geravam certo sentimento de pertencimento junto àqueles que as entoavam. Como relata Andreatta (2010): “[...] para muitos era apenas para rimar, para outros era para implantar o ódio de classes, para os que tinham princípios cristãos era como rezar o ‘Credo’ [...]”<sup>216</sup>.

Ao fim, não haveria mais dúvida de que a intensidade daquela experiência serviu para inserir tais setores sociais, alijados da disputa política, a um novo padrão de consciência, como nos revela, novamente, Andreatta (2010), ao lembrar que “[...] alguns sequer tinham lido Marx, ou Trotski e mal sabiam que Cuba era uma ilha, mas esses, os que sequer tiveram o direito de colocar no papel uma redação nas escolas durante mais de 20 anos [...] perderam muito violentamente a inocência política”<sup>217</sup>.

Em agosto de 1982 circulou pelas ruas um texto escrito com intenção de influenciar nas eleições. Depois de afirmar que o governo impedia os trabalhadores de terem sua bandeira política, de investir contra o PT e contra as autoridades eclesiásticas, o texto fez uso de pesadas expressões contra os militares, chamando-os de “lacaio do capitalismo cego e irracional”, dentre outras expressões. Com um tom dramático, o texto afirmava que:

É preciso lutar agora para não ser esmagado amanhã. A burguesia entrou em falência ideológica e moral. Salve-se enquanto é tempo. Não CONTRIBUA para a campanha eleitoral dos reacionários e se o fizer pagará algum dia as terríveis conseqüências.<sup>218</sup>

Outra carta produzida pelos militantes petistas durante a campanha foi um texto intitulado “Conversa com o Eleitor”. O documento foi apreendido pela Assessoria Técnica para Informações e Contra Informações e, em seguida, difundido para diversos órgãos do Estado. Tratou-se de um pedido de voto direcionado à sociedade, em especial aos trabalhadores e aos jovens. O texto é um flagrante do perfil impresso pelos militantes petistas

<sup>216</sup> Idem, p. 157.

<sup>217</sup> Idem, p. 154.

<sup>218</sup> Boletim Número Um/82. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores, p. 72. [Grifos no original].

àquela campanha. Entre críticas as mais diversas ao Governo e palavras ofensivas dirigidas aos militares, como “monstros fardados”, “sem caráter”, “lacaio da ditadura”, “sangue sugas”, o PT vai clamando adesão aos seus representantes:

Você que é eleitor, trabalhador, operário ou liberal, estudante, não pode ficar a favor dos lacaios da ditadura, dos generais que HÁ DEZOITO ANOS exploram a Nação e empobrecem o trabalhador, tornando os ricos cada vez mais ricos e poderosos.

Eles tramam contra a eleição, contra os pequenos partidos e insistem em permanecer no poder. Temos que dizer não a estes generais torturadores e responsáveis pela corrupção e pela traição feita ao Regime Democrático, que enviam pacotes casuísticos ao Congresso, que burlam as Leis e impõem cédulas para tumultuar a eleição e tentar vencer ou anular o pleito.<sup>219</sup>

Além do alerta quanto ao que os petistas chamaram de “medidas casuísticas” impostas pelo Pacote de Novembro, o texto apresenta elementos flagrantemente restritos em termos de argumentos, com trechos que adentram, inclusive, no campo do preconceito. Como quando afirma que os petistas não podem ser confundidos com “estes malandros que vivem fazendo sambinhas em caixas de fósforo”. O texto ainda apresenta uma visão idílica do trabalhador, quando afirma que o mesmo não “vive embriagado curtindo uma de falso esquerdista para servir aos reacionários [...], não vive de Carnaval, mas do duro do dia a dia [...]”. E encerra-se com a frase de efeito: “nossa luta é a do tostão contra o milhão”. Mas esse aspecto, embora um clichê, não deixou de ser verdade.

Na prática concreta, os jargões entoados por petistas durante a campanha eleitoral de 1982, não encontraram ressonância na sociedade. Muito pelo contrário, existiu uma relação inversamente proporcional entre a importância que a militância petista atribuiu às palavras de ordem e expressões mais agressivas e a influência destas na sociedade<sup>220</sup>. Sobretudo quanto aos resultados nas urnas.

A campanha do voto útil encabeçada pelo PMDB com o apoio do PCB, PCdoB e do MR-8, foi mais uma dificuldade encontrada pelo PT. Certamente se tratou de uma tática do PMDB para não perder espaço político como representante maior das oposições. O discurso

<sup>219</sup> Conversa com o Eleitor. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: Partido dos Trabalhadores, p. 75. [Grifo no original].

<sup>220</sup> Comentário de SECCO, 2011, *Op. cit.*, p. 47.

peemedebista sugeria que votar nos candidatos do PT seria perder o voto, visto que os mesmos não teriam condições de se elegerem. Então os votos deveriam ser direcionados a candidatos com chances reais de eleição. Essa tática do PMDB alimentava ainda mais a indignação de petistas em todo o Brasil e as tensões entre PT e PMDB. O primeiro acusava o PMDB de leviandades e de não representar uma oposição autêntica, ao mesmo tempo em reivindicava para si mesmo ser o único e verdadeiro partido representante da classe trabalhadora. O PMDB, por outro lado, acusava o PT de fazer o jogo do PDS ao dividir as oposições. Nos meios comunistas, por sinal, era corrente a ideia de que o PT teria sido criado por Geisel e Golbery para dividir as esquerdas e impedir que o PCB se tornasse uma alternativa de representação da classe operária.

Um panfleto distribuído pelo PT, provavelmente em resposta à campanha do voto útil, foi apreendido pela DOPS. Nele, um apelo: “Não anule seu voto; de Governador a Vereador vote nos candidatos do PT”. Em destaque os nomes de Perly Cipriano para Governador, com o nº 3 e de Rogério Medeiros, para Senador, com o nº 30. O material reproduziu alguns clichês e algumas colocações voluntaristas, como quando afirmara que é no PT onde a classe trabalhadora encontraria sua representatividade e a fonte de energia para suas lutas. Mas, sem dúvida, o material buscava disseminar um importante debate de conteúdo classista. Dizia:

Nós não queremos apenas lutar por melhores condições de vida para os trabalhadores deste País. [...] Nós queremos mudar a relação entre capital e trabalho [...]. Nós queremos que os trabalhadores sejam os donos dos meios de produção e dos frutos do seu trabalho.<sup>221</sup>

Claro está que a campanha realizada pelo PT, no Brasil e no Estado do Espírito Santo foi flagrantemente classista, como bem orientou a Plataforma Eleitoral Nacional, produzida durante do II Encontro Nacional do PT. Afirmou-se, ali, que a campanha deveria se comprometer com todas as lutas dos trabalhadores. Definiu-se, como lema da campanha Terra, Trabalho e Liberdade<sup>222</sup>. E o *slogan* foi: “Vote 3, o resto é burguês”. 3 foi o número usado pelo partido antes do seu registro definitivo, a partir de então passou a ser 13.

---

<sup>221</sup> Panfleto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: Partido dos Trabalhadores, p. 97

<sup>222</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plataforma Eleitoral Nacional. Documentos do II Encontro Nacional (1982). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

**TRABALHADOR**  
**VOTE EM**  
**VOCÊ**  
**GOVERNADOR**  
**PERLY**

**VICE**  
**ZEZÉ**

**SENADOR**  
**ROGÉRIO**  
**Nº 30**

**PT**

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**



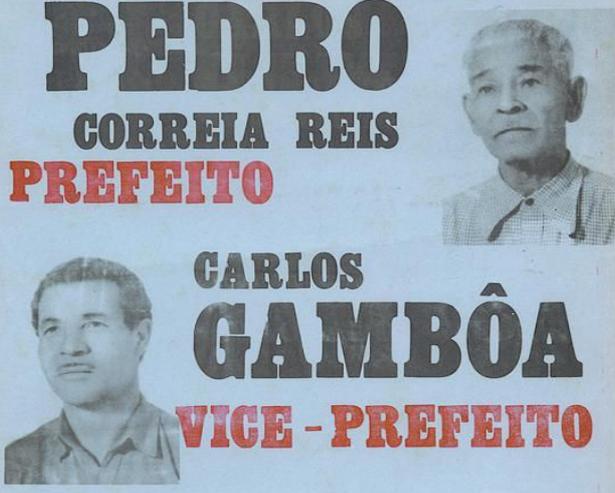
Panfleto elaborado pelo PT/ES para a campanha eleitoral unificada de 1982. Fonte: Arquivo de Perly Cipriano, disponível em: [http://www.dhnet.org.br/perly/historia\\_pt/pedro\\_reis.htm](http://www.dhnet.org.br/perly/historia_pt/pedro_reis.htm)

**TRABALHADOR VOTA**  
**É NO PARTIDO DOS**  
**TRABALHADORES**  
**PEDRO**  
**CORREIA REIS**  
**PREFEITO**

**CARLOS**  
**GAMBÔA**  
**VICE - PREFEITO**

Para Governador **PERLY** Vice-Governador **ZEZÉ** (Maria José) Senador **ROGÉRIO**  
**CIPRIANO** **MACHADO** **MEDEIROS**

**TRABALHO, TERRA E LIBERDADE**

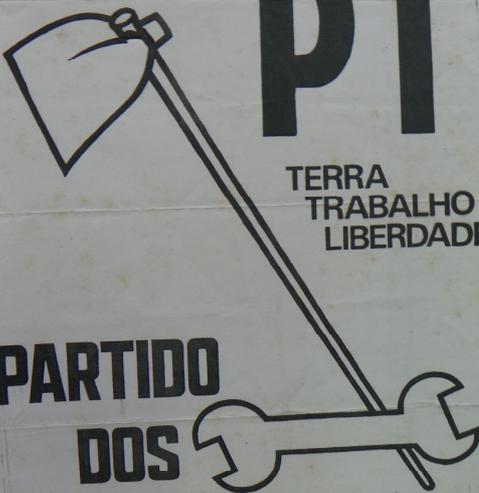


Panfleto elaborado pelo PT de Cachoeiro do Itapemirim/ES para a campanha eleitoral de 1982. Fonte: Arquivo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro do Itapemirim.

**TRABALHADOR**  
**VOTA É NO**  
**PT**

**TERRA**  
**TRABALHO**  
**LIBERDADE**

**PARTIDO**  
**DOS**  
**TRABALHADORES.82**



Panfleto elaborado pelo PT Nacional para a Campanha Eleitoral Unificada de 1982. Fonte: Panfleto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: Partido dos Trabalhadores, p.77.

Como também tratou-se de uma campanha unificada, o padrão para a escolha de nomes foi seguido em outros níveis. Um exemplo foi a campanha do PT em Cachoeiro do Itapemirim. Nessa cidade o PT lançou, como candidatos a Prefeito e a vice-Prefeito, dois militantes que fizeram parte da construção do partido: Pedro Correia Reis, da Construção Civil e Carlos Gamboa, do setor ferroviário.

A mesma disciplina se verificou na produção dos materiais de propaganda. Em geral esses materiais davam peso ao nome “Partido dos Trabalhadores” e reproduziam expressões que relacionava-o ao mundo do trabalho. Determinados materiais ilustravam elementos que reportavam-se ao mundo do trabalhador operário e camponês, como a chave de boca e a enxada. Também era corrente o uso de mensagens curtas e de forte simbolismo.

Quanto aos resultados eleitorais, mesmo diante do esforço dos militantes petistas, o desempenho eleitoral do PT foi fraco, frustrando as expectativas surgidas durante a campanha. Para a Câmara Federal, foram eleitos oito deputados, sendo seis por São Paulo, um pelo Rio de Janeiro e um por Minas Gerais. Para as assembleias legislativas, foram eleitos nove deputados em São Paulo, dois no Rio de Janeiro e um em Minas Gerais. Com relação às câmaras municipais, foram eleitos 118 vereadores em todo o País, dos quais, 78 eram paulistas. O PT conquistou apenas duas prefeituras, as de Diadema, em São Paulo e de Santa Quitéria, no Maranhão. Em estados como o Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, a votação petista foi menor, inclusive, do que o número de filiados<sup>223</sup>.

O voto vinculado foi de grande valência para o PDS. No território nacional foi o partido que mais elegeu prefeituras, provavelmente a reboque dos votos para Governador. No Espírito Santo, porém, o grande vitorioso foi o PMDB, que elegeu o Governador Gerson Camata com 448.164 votos (54,30%), mais 31 prefeituras. A segunda força coube ao PDS, com Carlito Von Schilgem conquistando 282.189 votos (34,19%), mais 25 prefeituras. O PT ficou em terceira colocação, com Perly Cipriano conquistando 10.482 votos (1,27%). E Oswaldo Mármore, do PDT, foi o último colocado com 1.239 votos (0,15%)<sup>224</sup>.

Em seus primeiros anos, então, o PT apresentou um perfil que pode ser considerado como “algo mais que uma frente de militantes e organizações de esquerda e algo menos do

---

<sup>223</sup> Dados retirados do site da Fundação Perseu Abramo, no link: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/terra-trabalho-e-liberdade>. Acessado em: 28/Nov./2013.

<sup>224</sup> Números obtidos em: OLIVEIRA, 2008, *Op. cit.*, p. 87, 88 e 89.

que um partido de massas”<sup>225</sup>. Mais exatamente, um perfil de partido de massas nos centros operários do Estado de São Paulo e um partido de vanguarda na maioria das cidades do País. O estilo das campanhas e os resultados eleitorais corroboram com tais colocações.

Não é nossa intenção adentrar ao debate teórico sobre partidos de massa e partidos de quadros e a aproximação do PT com esses modelos. O que nos cabe no momento é analisar como o PT buscou inserir-se no período imediatamente posterior à campanha eleitoral de 1982 e como o partido pensou sua ação para a organização da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que enfrentava alguns problemas advindos dessa campanha, dentre os quais o desânimo dos militantes, que esperavam um desempenho melhor nas urnas<sup>226</sup>. Dessa forma, o debate sobre a consolidação de um partido de massas tornou-se de extrema importância no interior do partido e determinante para sua atuação nos anos seguintes. O ano de 1983 marcou o empenho do PT em reafirmar-se nas lutas dos trabalhadores e nas ruas.

#### **4.2 PT E COMISSÃO PRÓ-CUT NAS MANIFESTAÇÕES DE 1983**

No final do ano anterior o Governo havia acabado de recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI). A formalização do acordo só foi fechada em novembro, já que não seria prudente deixar que a questão se transformasse em debate político, o que poderia fortalecer ainda mais as oposições. Para atender as exigências do fundo, a estrutura econômica do País foi adequada de forma a garantir o gradativo pagamento da dívida. O cruzeiro, por exemplo, foi sendo desvalorizado gradativamente e mensalmente, em taxas superiores à inflação, por meio da desindexação dos salários. A recessão e a inflação que chegou a alcançar índices de 100%, geraram um processo de estagnação da economia.

Já nos primeiros meses de 1983 o Governo deixou de lado a política de desvalorização gradual e promoveu a maxidesvalorização cambial. Com essa política, os produtos agrícolas aumentam vertiginosamente, já que os insumos eram importados e encareciam a logística e o comércio dos produtos. Esses fatores geraram uma inflação na ordem de 211% no final de

---

<sup>225</sup> Comentário de POMAR, 2005, *Op. cit.*, p. 75.

<sup>226</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Teses Para a Atuação do PT. Documentos do III Encontro Nacional (1984). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação PerIseu Abramo, 2005. CD-ROM.

1983 e 224% no início de 1984. O poder de compra dos salários caiu em 15% e o PIB em 2%. Os setores de produção de bens de capital foram ferozmente atingidos com a queda na produção e o crescente desemprego, que atingiu diretamente os trabalhadores da indústria<sup>227</sup>.

Para o PT a crise econômica estava sendo gerenciada para favorecer o grande capital nacional e multinacional e o sistema financeiro. Os efeitos dessa crise não atingiriam indistintamente todos os setores da sociedade, embora recaíssem de forma diferenciada sobre as classes médias, os pequenos proprietários, parcelas da burguesia industrial, comercial e agrária, ela atingia com maior intensidade a classe trabalhadora. Por isso o partido defendia o rompimento imediato dos acordos com o FMI e a suspensão dos pagamentos da dívida externa com instalação de auditoria sobre a mesma.

#### **4.2.1 A Greve Geral de 21 de Julho**

Para pressionar o governo nesse sentido, seria necessário fortalecer a capacidade de atuação política dos trabalhadores, por isso, além da organização partidária, necessário se fazia fortalecer o movimento sindical e popular. O PT definiu como prioridade o uso de todos os meios que pudessem contribuir com a consolidação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A CUT seria a expressão dos setores mais combativos e dinâmicos do movimento sindical. Dessa forma, caberia “ao PT contribuir para que a CUT se consolidasse e ampliasse suas bases o mais rapidamente possível, tomando iniciativas com vistas à realização da mais ampla unidade do movimento dos trabalhadores”<sup>228</sup>.

As greves, arrefecidas no início da década, foram retomadas. Nos primeiros dias de julho de 1983 foi desencadeado, principalmente pelos operários e petroleiros do ABC Paulista, um grande movimento grevista. Seus sindicatos sofreram intervenção. Então, diante desses acontecimentos em São Paulo, a Comissão Pró-CUT do Espírito Santo declarou à imprensa local que realizara uma discussão de emergência, onde se decidiu por convocar uma reunião geral para o dia seguinte, 11 de julho, com os sindicalistas e militantes do movimento popular do estado, para avaliar o que foi deliberado pela Comissão Nacional Pró-CUT e a

---

<sup>227</sup> Os números referentes à crise econômica do período então em: OLIVEIRA, Sanderson C. A Crise Financeira dos Anos 80. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/308819.shtml>. Acesso em: 18/nov./2013.

<sup>228</sup> Posições do PT em: PARTIDO DOS TRABALHADORES. Teses Para a Atuação do PT. Documentos do III Encontro Nacional (1984). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação PerIseu Abramo, 2005. CD-ROM.

possibilidade de os trabalhadores do Estado contribuírem na deflagração de uma greve geral. Uma greve geral estava na pauta nacional de discussões desde o dia 21 de julho, tendo em vista a deflagração da greve dos metalúrgicos e petroleiros paulistas. A comissão estadual informou, assim, que os trabalhadores estavam em estado de alerta.

Em uma matéria do jornal “A Tribuna”, de 10 de julho de 1983, alguns sindicalistas se posicionaram a respeito dos acontecimentos. O representante da Comissão Estadual Pró-CUT, Rafael Scárdua, aproveitou para dizer que uma circular estava sendo distribuída entre os movimentos populares e Igrejas, com o intuito de firmar apoio aos grevistas de São Paulo e para instigar os trabalhadores a reproduzirem o movimento no Estado. Edvaldo dos Anjos, Presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo, declarou que a pressão popular é a forma mais adequada para fazer com que o governo recue em suas medidas, que fazem agravar a situação econômica do País. Nilton Gomes, Presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo, defendeu a unidade no movimento sindical e a adesão ao movimento nacional. Waldemar de Almeida Lyrio, do Sindicato da Construção Civil, mostrou-se um pouco cético, argumentando que o movimento sindical combativo ainda não conta com inúmeras categorias de peso político, o que pode dificultar a adesão dos trabalhadores do estado ao movimento. Oswaldo Huller, Presidente do Sindicato dos Comerciantes, viajou no dia anterior à São Paulo, para levar solidariedade aos metalúrgicos e petroleiros paulistas<sup>229</sup>.

No dia 11 de julho pelo menos duas reuniões foram acompanhadas por agentes da polícia política. Em uma delas, de acordo com o relatório policial, compareceram aproximadamente 220 pessoas, representando suas categorias profissionais e comunidades. Segundo o relato, por falta de coordenação e verba para impressão de panfletos, os trabalhos foram encerrados e outro encontro foi agendado para o dia 15 de julho<sup>230</sup>. A segunda reunião aconteceu na Arquidiocese de Vitória. Nessa reunião, a coordenação dos trabalhos coube a Stand Silva, Presidente da Comissão Estadual Pró-CUT; João Carlos Coser, Vice-Presidente da Comissão e Paulo Cesar Vinhas, Secretário<sup>231</sup>. O encaminhamento final foi de adesão à greve geral.

---

<sup>229</sup> CUT decide amanhã se apóia a greve nacional. A Tribuna de 10/jul./1983. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 67.

<sup>230</sup> Informe nº 049/83/ATICI/SESP/ES. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 37.

<sup>231</sup> Informe nº 360/83-PM/2. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 38.

O clima que antecedeu a paralisação foi de movimentações e expectativas. O Sindicato dos Médicos anunciara, pelo jornal “A Tribuna” de 14 de julho de 1983, que os médicos e paramédicos haviam decidido, em assembléia, apoiar o movimento. Eles também anunciaram a possibilidade de uma greve específica daquela categoria, logo após a paralisação, caso não houvesse reposição dos seus salários atrasados<sup>232</sup>. Luiz dos Santos, o Luizão, do Sindicato da Construção Civil, anunciara que, não obstante a baixa mobilização da categoria naquele momento - cerca de 50 trabalhadores em um total de aproximadamente 2.000 associados compareceram à última assembléia geral -, a construção civil iria aderir ao movimento<sup>233</sup>. O Sindicato dos Comerciantes lançou uma carta aberta informando que em “assembléia geral superlotada”, os trabalhadores do comércio resolveram aderir à greve. A carta argumentava que o movimento não era contra os patrões, mas contra o acordo entre o Governo Federal e o FMI; contra os pacotes econômicos impostos como forma de pagar a dívida externa, penalizando o trabalhador; contra o desemprego e, enfim, contra as intervenções em sindicatos<sup>234</sup>.

Programação elaborada e materiais na rua. A concentração para o Dia Nacional de Greve começaria à 10h, na Praça do Trabalho, onde haveria um ato público; às 16h a passeata seguiria para a Praça Oito, encerrando com os discursos de praxe. Assinaram a programação o Comando Estadual de Greve, composta pela Comissão Estadual Pró-CUT, Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Sindicato dos Médicos<sup>235</sup>. Pequenos panfletos e cartazes eram distribuídos pelas ruas. Um deles dizia que no dia 21 de julho os trabalhadores parariam bancos, indústrias, transportes, comércio, o campo, as repartições públicas etc. Dizia ainda:

FMI, desemprego, salário de fome, carestia e repressão. Não agüentamos mais! Vamos parar o Brasil e ganhar as ruas para mostrar nossa força e disposição de luta. É hora de GREVE NACIONAL. Os petroleiros e metalúrgicos do ABC deram o exemplo. É hora de fortalecer a solidariedade

---

<sup>232</sup> Ameaça de greve no serviço de saúde da Serra. A Tribuna de 14/jul./1983. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 68.

<sup>233</sup> A Tribuna. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 64.

<sup>234</sup> Comerciantes também vão parar. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 49.

<sup>235</sup> Programação. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 43.

entre os trabalhadores da cidade e do campo, na luta contra o arrocho salarial, o desemprego e o regime militar.<sup>236</sup>

Um cartaz mostra, em segundo plano, uma multidão de trabalhadores que saíram das fábricas e tomaram as ruas. Em primeiro plano, um trabalhador com o braço erguido, em sinal de força e liderança: a liderança sindical, personagem que faz parte da massa trabalhadora, mas que, naquela circunstância, assumia um papel de enfrentamento direto.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 57.

No dia anterior à greve nacional foi realizada, nas dependências da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, a última reunião para tratar de alguns pontos relevantes. Nesse dia estavam presentes aproximadamente 300 pessoas e a pauta do debate foi a paralisação do comércio e do transporte coletivo. Um agente policial que acompanhou a reunião, registrou

<sup>236</sup> Panfleto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 58. [Grifo no original].

em seu relatório que o representante da Prefeitura de Vitória, Fernando Pignaton, anunciou aos presentes que o Prefeito Municipal disponibilizara um palanque para ser montado na Praça Oito; que um representante do Sindicato dos Comerciários disponibilizou o automóvel da instituição para que no dia da greve fosse usado para o deslocamento dos grevistas pelos pontos estratégicos da cidade e que o telefone e o advogado do mesmo sindicato foram postos à disposição dos grevistas, caso estes precisassem esclarecer dúvidas. Deliberou-se, nesse dia, a necessidade de formar grupos de 10 grevistas no início de cada uma das quatro pontes da cidade de Vitória, para interromper o fluxo do transporte coletivo<sup>237</sup>.

Enfim chegara o dia 21 de julho de 1983. Dia da Greve Geral. De acordo com o agente da DOPS/ES que monitorou o desenrolar dos acontecimentos, às 6h30min começaram os piquetes para impedir a passagem dos ônibus. Os piquetes foram logo dissolvidos pela polícia e, naquele embate entre manifestantes e policiais, foram detidos Josmar Pereira, Deputado Estadual pelo PMDB, Perly Cipriano (PT) e Waldemar Lyrio, do Sindicato da Construção Civil. Os mesmos foram liberados na tarde do mesmo dia. A partir das 16h, aproximadamente oito mil pessoas realizaram uma passeada em direção à Praça Oito, algumas portando diversas faixas com os dizeres: “Partido dos Trabalhadores Contra a Ditadura”; “Tribuna Operária, PT – Preparam Greve Geral”; “Só o Socialismo Resolverá de vez Nossos Problemas”; “FMI: Fome, Miséria e Injustiça”; “A Greve Geral Derruba General”. Às 17h tem iniciou-se o ato político. Perly Cipriano, já solto pela polícia e Standard Silva, assim que anunciados, foram ovacionados pelas pessoas que gritavam: “CUT, CUT, CUT, o povo unido jamais será vencido”. O mesmo não aconteceu à Max Mauro, que foi bastante vaiado pelas pessoas que chamavam-no de “demagogo” e “puxa-saco dos patrões”, além de tentarem impedi-lo de discursar<sup>238</sup>. As vaias ao representante peemedebista indicam que parte hegemônica da base popular presente nesses movimentos era formada, ou pelo menos se relacionava, com petistas. Indicam também o reflexo de desavenças pretéritas entre petistas e peemedebistas. Nesse ato discursaram Standard Silva, Presidente da Comissão Pró-CUT; Waldemar Lyrio, representante da Construção Civil; Padre Duque, representante das CEB’s; Padre Penedo, representante da Comissão Justiça e Paz (CJP); Milton, representante do Sindicato dos Médicos; Perly Cipriano (PT) e Nelson Aguiar, Secretário de Bem Estar Social<sup>239</sup>. A

<sup>237</sup> Informe 006/83-SII/SPI/ES. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 46 à 48.

<sup>238</sup> Relatório. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 43, 54 e 55.

<sup>239</sup> Nomes e qualificações conforme documento original.

Comissão Pró-CUT acabara de protagonizar, então, neste dia, a primeira greve geral de trabalhadores da história do Brasil.

#### **4.2.2 Paneladas de 25 de outubro**

Não havia espaço para trégua. No dia 11 de setembro de 1983 a coordenação nacional da CUT enviara ao presidente João Figueiredo um documento com as principais resoluções do 1º Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), realizado nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, em São Paulo. O documento versava sobre temas relacionados aos problemas econômicos e sociais que o País atravessava, como o alto custo de vida e os problemas com relação à habitação e quitação da casa própria; a invasão de terras brasileiras por multinacionais entre outros.

O texto elencava treze pontos de reivindicação a serem atendidos pelo presidente, dentre os quais a anulação dos decretos-lei que atingiam diretamente os salários dos trabalhadores; limite de 20% nas prestações da casa própria pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); rompimento com o FMI e o não pagamento da dívida externa; liberdade sindical, reconhecimento da CUT e fim das intervenções em sindicatos; reforma agrária sob o controle dos trabalhadores rurais; revogação da Lei de Segurança Nacional; estabilidade e salário-desemprego e eleições diretas em todos os níveis. O documento estipulava o dia 14 de outubro como o prazo limite para uma resposta às reivindicações expostas<sup>240</sup>. Caso não houvesse resposta, outra greve nacional seria deflagrada no dia 25 de outubro.

Um informativo confeccionado pela Comissão Estadual Pró-CUT começou a circular. Foi uma convocação aos trabalhadores a participarem de uma assembléia inter-categorias, dia 15 de outubro, no Colégio do Carmo. Na ocasião seria discutida a política econômica e salarial do governo e a participação das diversas categorias em outra greve geral, a de 25 de outubro. Na opinião dos articuladores do movimento, não bastava apenas que o Governo concordasse com a realização de uma greve geral, era necessário fazer com que o governo entendesse que já era hora de dar um basta à exploração e aos acordos verticais. Segundo os

---

<sup>240</sup> Informativo Pró-CUT. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 81.

organizadores da greve, “o governo baixa decretos, retira decretos, os partidos negociam novos decretos” e os trabalhadores nunca são ouvidos<sup>241</sup>.

No dia 15 de outubro, às 16h30min, no Colégio do Carmo em Vitória, tem início a referida assembléia com a seguinte pauta: greve geral do dia 25 de outubro. Um policial infiltrado na reunião registrou em seu relatório que a Mesa foi composta por Benedito Tadeu Cesar, Ângelo Moschen, Waldemar Lyrio, Oswaldo Rigo, José Aguiar Dalvi, Valdomiro Breg. Outros presentes notados pelo agente policial foram Nelson Aguiar, Myrtes Bevilacqua e Delma Gomes Moreira. Aquela assembléia, em especial, começou a revelar certas dificuldades de mobilização em alguns setores de representação dos trabalhadores.

De acordo com os relatórios do agente da DOPS/ES, depois de ter lido para os presentes o já citado documento que a CUT Nacional enviara ao presidente João Figueiredo, contendo os treze pontos de reivindicação e de ter solicitado um minuto de silêncio pelo Dia do Professor, certamente na intenção de dar um sentido fúnebre ao dia, José Aguiar Dalvi (UPES) passou a palavra aos demais membros da Comissão Estadual Pró-CUT e apoiadores, para que dissessem como estavam as mobilizações para o dia 25 de outubro. Na sequência falou Laurindo Munhão, de São Gabriel da Palha, informando que seria feita uma passeada em sua localidade, a partir das 10h. Em seguida, Valdomiro Breg disse que, em Linhares, os trabalhadores sairiam em passeata para fechar as lojas a partir das 15h. Ângelo Moschen apresentou um calendário de atividades abrangendo os municípios de Ecoporanga, Castelo, Conceição de Castelo e alguns outros lugares, mas ainda sem um formato definitivo. Benedito Tadeu Cesar (UFES) disse que na Universidade as articulações estavam indo bem. Waldemar Lyrio achou pequeno o comparecimento dos trabalhadores da construção civil. Vitor Buaiz se comprometeu em tentar mobilizar os servidores do setor médico, mas deixou transparecer que seria difícil a adesão à greve. Tinoco dos Anjos, representando o Sindicato dos Jornalistas, também falou de dificuldades na mobilização da categoria e que a mesma não teria condições de aderir à greve, no entanto iria contribuir com a divulgação. Tarcisio, da construção civil, mostrou-se preocupado com seus companheiros dos “canteiros de obras” e cobrou mais empenho das comunidades e associações de bairros. Mirtes Bevilacqua e Nelson Aguiar, ambos do PMDB, apoiaram o movimento e se dispuseram a participar<sup>242</sup>.

---

<sup>241</sup> Informativo Pró-CUT. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 93 e 94.

<sup>242</sup> Relatório. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 90, 91 e 92.

A greve geral acabou por ser substituída por uma mobilização de protesto. Dias depois daquela assembléia realizada no Colégio do Carmo, o PT lançou um comunicado em forma de panfleto, justificando que a greve do dia 25 de outubro “foi adiada, mas não cancelada”. De acordo com o partido, a organização da greve iria continuar, mas não só contra determinado decreto governamental apenas, mas “contra toda a política econômica do governo dos patrões”. O PT chamava todos para atender a convocação da CUT, para uma manifestação de protesto, dia 25 de outubro, a partir das 17h, na Praça Oito, em Vitória. Nesse dia, completam, todos deveriam protestar “batendo as panelas vazias”<sup>243</sup>.

De acordo com a CUT Nacional, os movimentos realizados pelos trabalhadores, desde o mês de julho daquele ano, quando os metalúrgicos e petroleiros de São Paulo entraram em greve, foram fundamentais para que os decretos propostos pelo Governo Federal fossem rejeitados. Importante da mesma forma foi a atuação da oposição parlamentar. Assim sendo, justificara a CUT, com a rejeição dos primeiros decretos no Congresso Federal e o com o anúncio do governo de se comprometer em consultar os setores políticos sobre novas propostas, muitos trabalhadores ficaram em dúvida sobre a necessidade de uma greve geral. Outro aspecto que impediu a realização da greve foi a falta de comprometimento de alguns sindicatos e as tentativas de boicote de outros, argumenta. Diante desses fatos, a CUT propôs que no dia 25 de outubro fossem realizadas manifestações e protestos diversos, tais como: manifestações nos bairros; concentrações em praças; passeatas de panelas vazias e apagar as luzes das casas e apartamentos entre as 20h e 20h15min, batendo panelas nesse espaço de tempo<sup>244</sup>.

Chagara o dia 25 de outubro<sup>245</sup>. Cerca de quinhentas pessoas, entre operários, donas de casa, estudantes, engenheiros, funcionários públicos e desempregados começaram a chegar à Praça João Clímaco, próximo ao Palácio Anchieta, sede do Governo Estadual. Os manifestantes vinham de bairros adjacentes, como São Pedro, Aribiri, Santa Rita, Maria Ortiz, Santa Tereza, Flechal II, Porto de Santana e Santos Dumont. Alguns portando faixas, cartazes e, claro, panelas vazias.

---

<sup>243</sup> Protesto Contra a Fome e o Governo Militar. Panfleto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 114.

<sup>244</sup> Informativo Pró-CUT de 20/out./1983. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 115.

<sup>245</sup> As informações sobre a manifestação de 25/out./1983 foram retiradas de um relatório policial e duas reportagens de jornais locais recortadas pelos agentes da DOPS/ES. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 111 à 119.

Aglomerados em frente à sede do governo estadual, uma comissão formada por moradores de comunidades e por representantes do movimento Pró-CUT conseguiram ser recebidos pelo Governador Gerson Camata (1982-1987), do PMDB e entregaram-lhe um documento contendo reivindicações. Dentre as reivindicações, cestas básicas para famílias de desempregados, planos de obras públicas para geração de emprego e passe livre no transporte coletivo para trabalhadores de baixa renda. O Governador recebeu o documento e comprometeu-se em estudar as propostas e dar uma resposta em audiência agendada para o mês seguinte.

Enquanto isso, na porta lateral do Palácio Anchieta, outro grupo de manifestantes tentava adentrar ao prédio. O grupo foi impedido pelo Secretário de Comunicação Social, José Américo Mignone, ajudado por vários policiais militares. Mignone, sem saber que o Governador já estava recebendo o primeiro grupo de manifestantes, disse ao segundo grupo que ele, o Governador, não encontrava-se no Palácio. O Secretário de Comunicação Social argumentava junto aos manifestantes, que o estado não teria condições de atender as reivindicações, tendo em vista a crise financeira que o Espírito Santo e o País atravessavam. No entanto o Secretário se comprometeu, caso os manifestantes assim o quisessem, em conseguir dez ônibus com o empresário Camilo Cola, para levá-los à Brasília. Lá, poderiam protestar contra o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, que, segundo Mignone, seria o culpado pela crise. Obviamente os manifestantes acharam a proposta um absurdo.

Após o episódio ocorrido na sede do governo, os manifestantes seguiram em direção à Praça Oito. Ao alcançar a Avenida Getúlio Vargas, o movimento foi recebendo mais pessoas, totalizando mil manifestantes aproximadamente. Assim foram pelas ruas, batendo nas painéis vazias com pedaços de madeira ou exibindo faixas, como: “PT na Luta Contra a Ditadura Militar”; “Greve Geral Derruba General”; “Nada de Trégua, os Patões que Paguem pela Crise (PT)”; “PT na Luta”; ou “Não Podemos Encher Nossas Painéis, Então Vamos Pô-las nas Ruas”. Alguns entoavam palavras de ordem, como o grupo de mulheres lideradas por Ângela Moschen e Maria Clara da Silva, que gritavam: “mais arroz e mais feijão na panela do povão” e “FMI e Figueiredo, miséria fome e desemprego”. Em entrevista a um repórter durante a passeata, Waldemar Lyrio comentou sobre a baixa participação da sociedade. Segundo ele, o divisionismo existente no movimento sindical foi responsável pela baixa mobilização.



Imagem retirada de uma matéria de jornal não identificado e arquivada pelos agentes da DOPS/ES. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 117.

Na Praça Oito um caminhão serviu de planque para os oradores. Pelo PMDB, o Deputado Estadual Salvador Bonomo falou em seu nome e em nome de Max Mauro, prestando solidariedade ao movimento. Também discursaram José Aguilar Dalvi, um representante do Sindicato dos Engenheiros Civis, Ângela Mosquen, Maria Clara da Silva, um representante do Movimento Negro de nome Luis Carlos, um representante do Sindicato dos Jornalistas, um representante da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória, Moacir Malacarne e, por fim, Perly Cipriano (PT). Perly pautou sua intervenção falando sobre a situação política internacional, nacional e estadual; fez severas críticas ao imperialismo representado pelos EUA; argumentou que o Brasil é governado por imperialistas e ditadores, cuja opressão sobre a população é parecida com a opressão que os EUA imprimem sobre o Líbano; defendeu a reforma agrária e a expulsão dos militares do governo.

Embora aquele final de ano tenha demonstrado certo desgaste ou cansaço, por parte de alguns setores da classe trabalhadora, o próximo período revelaria surpresas. Já no início do ano de 1984 começariam as articulações e as mobilizações para o que ficou conhecido como o maior movimento político da história republicana do País, a campanha das Diretas Já. Essa campanha marcou a consolidação da presença do PT nas ruas.

### 4.3 O GRITO COLETIVO DAS DIRETAS JÁ

Brasília. Dia 25 de abril de 1984. Tem início a sessão da Câmara dos Deputados cuja pauta foi a votação da Emenda Dante de Oliveira, que propunha eleições diretas para presidente e vice-presidente da República<sup>246</sup>. Do lado de fora do Congresso Nacional estavam centenas de secundaristas, universitários, representantes dos sindicatos dos médicos e professores. Eles tentaram, mas não conseguiram senhas para acompanhar a sessão de dentro das galerias. Entoavam palavras de ordem contra as medidas de emergência baixadas pelo governo e a favor da aprovação da emenda.

Aquele foi um longo e tenso dia de embate, acabando por adentrar a madrugada do dia 26, encerrando-se às duas horas da manhã. O *quorum* qualificado para aprovação da emenda exigia pelo menos dois terços de votos favoráveis. Ocorreu que foram 298 votos a favor de sua aprovação, 65 votos contrários e 3 abstenções. Mas, naquele dia, 113 deputados ausentaram-se da votação. O resultado foi que, mesmo com uma significativa vantagem de votos favoráveis, a tática do esvaziamento da sessão deu resultado, o *quorum* foi quebrado por uma diferença de 22 votos. A emenda foi rejeitada.

Entre inúmeros pedidos de silêncio, o presidente da Mesa-Diretora da Câmara dos Deputados anunciara, com base no regimento interno, que já extrapolara o tempo-limite e declarou encerrada a sessão. Então, levantando-se apressadamente da cadeira, retirou-se do recinto, em meio a pedidos de “questão ordem” vindos do plenário, feitos, em uníssono, por outros deputados e coros: “1... 2... 3.. 4... 5... mil, queremos eleger o presidente do Brasil”. Em seguida os deputados entoaram o Hino Nacional, de mãos dadas, em um gesto simbólico. A escolha do próximo presidente da República seria feita, mais uma vez, de forma indireta, por meio do Colégio Eleitoral.

Foi uma surpresa. A crença, sincera, de que a emenda apresentada pelo então deputado, Dante de Oliveira (PMDB-MG), seria aprovada, foi de tal forma intensa que a rejeição da mesma gerou um clima, quase inversamente proporcional, de decepção, em parte significativa da sociedade. As pessoas que tentavam acompanhar a votação, das formas mais

---

<sup>246</sup> Sobre os episódios que envolveram a votação da Emenda Dante de Oliveira, ver: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Diretas Já: vozes das cidades*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964...)*. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007, p. 417 à 420; e Tancredo Neves: *O Príncipe da Liberdade*. Direção: Fernando Barbosa Lima. Lumen Produções, 55:27min. (Documentário).

diversas, via boletins, em vigílias cívicas, ou lotando os corredores do Congresso Nacional, eram mostradas pela TV, chorando, silenciadas, frustradas e indignadas. As imagens correram o País.

Mas, embora o desfecho daquele que foi considerado o maior movimento político da história republicana do País até então (a campanha Diretas Já), tenha sido frustrante, isso não significou que, todo o acúmulo político das gigantescas mobilizações realizadas nas principais capitais do País, teriam sido em vão. A luta pela redemocratização continuou na pauta dos partidos, sindicatos e movimentos sociais organizados. A pauta da redemocratização do Brasil continuou nas ruas.

A campanha acabou por se tornar um fio condutor que canalizou a insatisfação da sociedade quanto à condução política e econômica do País. A possibilidade de se escolher o presidente por meio do voto direto, retornando, assim, à normalidade democrática, passou a ser vista como o passo necessário para a solução dos problemas brasileiros.

#### **4.3.1 Diversos Interesses do Jogo Político**

A intenção da campanha pelas eleições diretas era contrapor-se ao projeto de abertura “lenta, gradual e segura”. O processo de sucessão do presidente João Figueiredo seria vitorioso para o Governo Federal, se o comando político do País, nas eleições previstas para aquele ano, fosse assumido por um civil, de forma negociada e indireta, como de fato ocorreu. Dessa vez, os articuladores do regime sabiam que a sucessão não se restringiria a uma decisão interna ao governo, posteriormente homologada em convenção do PDS, por isso era necessário ampliar o leque de apoio. O quadro político havia mudado e exigia negociação.

No final de 1983, quando a Emenda Dante de Oliveira foi apresentada, o movimento ainda era acanhado, principalmente considerando tratar-se de uma ação política originada dentro do congresso, e não a partir de um movimento de massa. Com a adesão de partidos da oposição, movimentos organizados da sociedade civil, intelectuais e artistas, a campanha fortalece-se e expande-se.

Não existe consenso sobre qual partido lançou a campanha no Brasil. Alguns trabalhos apontam o PT, em evento realizado na Praça Charles Miller, em São Paulo. Outros o PMDB, em evento realizado em Goiânia, no dia 15 de junho de 1983. De acordo com esta hipótese, as

primeiras movimentações remontam ao mês de abril, com ações promovidas pelo PCdoB, que havia eleito três deputados federais sob a legenda peemedebista. Já o PCB não havia aderido à campanha neste primeiro momento. Para este partido, as eleições deveriam ser antecedidas por uma Assembléia Constituinte<sup>247</sup>.

No início de 1984 gigantescos comícios eram realizados nas principais capitais, reunindo milhares de pessoas que iam surgindo em grupos, de diversas partes, em direção aos pontos marcados para as concentrações. Naquela “festa cívica” reuniam-se a massa trabalhadora, estudantes, desportistas, jornalistas, artistas, intelectuais, representantes religiosos, famílias. Quem não estava nas ruas, apoiava a campanha jogando papéis picados pelas janelas de seus apartamentos ou simplesmente torcendo e se emocionando com a tomada das ruas pelo povo.

Nos palanques animados por Osmar Santos, o locutor oficial da campanha, estavam juntos políticos experientes, como Ulisses Guimarães, o “Senhor Diretas”, Leonel Brizola, Franco Montoro, Miguel Arraes e políticos que começaram a despontar no final da década de 1970, como Luiz Inácio Lula da Silva, Jacób Bittar e Fernando Henrique Cardoso. Artistas como Fafá de Belém, Cristhiane Torloni, Chico Buarque, Jô Soares e Milton Nascimento. Estavam também os partidos de oposição e várias instituições da sociedade civil organizada, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Comunidades Eclesiais de Base, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat), associações de moradores, para citar apenas alguns<sup>248</sup>.

Diferente do ímpeto que a campanha demonstrou nas ruas, no âmbito da política institucional havia diferentes posicionamentos quanto à sucessão presidencial<sup>249</sup>. Neste espaço, as posições refletiam interesses diversos, basicamente a partir de três lógicas distintas: a lógica da ruptura com o modelo vigente, cuja proposta era a realização de eleições diretas naquele mesmo ano; a lógica da negociação, onde o indicado à sucessão presidencial seria um nome civil de consenso entre o PDS e parte da oposição, mas ainda sob o mecanismo do Colégio Eleitoral; a lógica do continuísmo, com a escolha de um político do PDS, sem

---

<sup>247</sup> Posição defendida por SECCO, Lincoln. História do PT. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011, p. 113.

<sup>248</sup> Sobre a composição dos palanques da campanha Diretas Já!, ver: DELGADO, 2007, *Op. cit.*, p. 417 à 420.

<sup>249</sup> Sobre os diferentes posicionamentos acerca da sucessão presidencial, ver: RODRIGUES, Alberto Tosi. Diretas Já: O grito preso na garganta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro), p. 20 a 22.

negociação com as oposições e independentemente da participação de Figueiredo no processo. Esses eram os desfechos possíveis do quadro político nacional. As versões da campanha, reproduzidas em diversos estados, também se pautavam por essas hipóteses.

Diversos grupos operavam dentro dessas lógicas. Do lado do regime, três eram as representações: a) Um grupo de militares da chamada “Linha Dura”, representados pelo chefe do SNI, general Octávio Medeiros; pelo Ministro do Exército, general Walter Pires e por aliados civis, como o Ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel. Para eles, tudo indicava que o próximo presidente seria um civil, mas o nome deveria sair de dentro do regime, sem negociações, legitimando-se, em seguida, dentro do Colégio Eleitoral. Nesse grupo havia apoiadores tanto de Paulo Maluf como de Mário Andreazza; b) Outra vertente era representada pelo Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu e por líderes do PDS, na Câmara e no Senado. Eles visualizavam a perspectiva de um nome apoiado tanto pelo governo quanto por setores da oposição, mas o mesmo deveria continuar a ser referendado pelo Colégio Eleitoral. O principal nome era o do vice-presidente da República, Aureliano Chaves; c) E um grupo de políticos do PDS autodenominado “Participação”, liderados pelo senador José Sarney, que possuíam certa autonomia em relação ao governo.

No campo das oposições o intuito era conseguir eleger o próximo presidente ainda naquele ano, de 1984. Mas, grosso modo, duas posições podiam ser identificadas: a) Uma vertente representada por Tancredo Neves e formada, majoritariamente, por moderados do PMDB e por ex-PP. Eles entendiam que a melhor estratégia para a sucessão seria por meio da negociação, buscando um nome de consenso entre eles, o PDS e o governo. Essa solução faria, por um lado, com que esses grupos se qualificassem como interlocutores da oposição junto ao grupo do governo disposto a negociar e, por outro, evitar o que mais temiam: a possibilidade de um retrocesso no processo de abertura política e a perda das posições institucionais alcançadas; b) E os que defendiam a ruptura imediata com o modelo em vigor e eleições livres e diretas para presidente. Nesse grupo estavam as mais variadas representações da sociedade civil, organizada ou não. Estava também a ala mais progressista do PMDB, representados por Ulisses Guimarães, e outros partidos, como o PT, o PDT, PTB, PCB e PCdoB<sup>250</sup>.

---

<sup>250</sup> Sobre os diferentes posicionamentos acerca da sucessão presidencial, ver: RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: O grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro), p. 20 a 22.

### 4.3.2 Campanha nas Ruas

Até ocorrer a gigantesca manifestação no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, no dia 16 de abril, quando mais de um milhão e quinhentas mil pessoas tomaram as ruas, realizaram-se sucessivas manifestações populares de todas as ordens, em diversas partes do Brasil.

O comportamento inicial da grande imprensa nacional e estadual em relação à campanha foi de boicote. A cobertura jornalística da mesma passou a ser feita quando as massas tomaram as ruas e o movimento converteu-se em uma festa cívica. Por isso, as poucas reportagens realizadas pelo jornal “A Gazeta”, foram utilizadas nesta pesquisa para analisar alguns comícios e discursos proferidos por diversos personagens envolvidos na campanha. Os órgãos de repressão, por sua vez, monitoravam constantemente os grupos políticos e suas ações.

Para se ter uma ideia, em um documento de caráter sigiloso denominado “Apreciação nº 003/15/AC/84”<sup>251</sup>, produzido pela Agência Central do SNI, consta o resultado de monitoramentos sobre ações em apoio a campanha, realizados por agentes policiais durante a primeira quinzena de 1984, em várias capitais. Dentre as quais, no Espírito Santo, foram averiguadas: a) Um plebiscito realizado no centro de Vitória para medir a adesão da população à campanha. A apuração dos votos estava sendo feita pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo; b) Em 06 de janeiro, o Sindicato dos Médicos do Espírito Santo realizou um evento pelas eleições diretas e, na ocasião, foram colocadas a venda camisetas com propaganda da campanha e lido um manifesto com críticas à política econômica e ao Colégio Eleitoral; c) Em 08 de janeiro, outro plebiscito popular com duração de vários dias foi realizado no Bairro de Santa Rita, Vila Velha.

Uma importante investigação, também realizada pelo SNI, objetivou acompanhar as ações políticas e identificar os membros de duas organizações muito atuantes nesse contexto: o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas e o Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas. O resultado dos trabalhos policiais constam em um documento de caráter confidencial denominado “Informação nº 023/16/ARJ/84”<sup>252</sup>.

---

<sup>251</sup> As ações realizadas durante a primeira quinzena de 1984 estão em: Apreciação nº 003/15/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 153.

<sup>252</sup> As informações sobre a composição desses comitês, das ações a eles atribuídas e dos discursos de seus representantes, estão em: Informação nº 023/16/ARJ/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e

Essa investigação apontou que o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas era coordenado pelo deputado Salvador Bonomo, secretário do PMDB/ES, que assumiu a coordenação da entidade após Carlos Alberto Cunha, presidente do PMDB/ES, alegar não ter mais condições de tocar os trabalhos, em decorrência do excesso de compromissos. Também fazia parte desse comitê Gilson Carone, Nelson Alves de Aguiar, Gildo Ribeiro da Silva, Luiz Aparecido da Silva, Dionari Sarmiento da Silva, Dilton Lyrio Neto, Vasco Alves de Oliveira, Idelberto Muniz de Almeida, Humberto Martins, Namy Chequer Bou-Habib Filho e João Aparecido da Silva.

Já o Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas, haveria sido lançado pela Tendência Popular do PMDB, em um encontro realizado no dia 20 de dezembro de 1983. Na ocasião foram distribuídos, amplamente, distintivos de lapela com a inscrição do PCdoB. O comitê estava sendo presidido por Ítalo Regis e contava com a adesão, dentre outros, de Gildo Ribeiro da Silva e Adelina Bracco, membros do comitê regional do PCdoB do Espírito Santo.

O relatório policial, quando qualifica os membros daqueles comitês, menciona-os como sendo maioria de integrantes do PMDB, mas simpatizantes ou militantes do PCdoB e PCB, com exceção dos prefeitos. Esse fato nos fornece dois indícios, o primeiro é revelar militantes comunistas em proximidade com o PMDB, desde a época em que esse era MDB, durante a vigência do bipartidarismo. O segundo era a importância da corporação policial trabalhar identificando militantes comunistas e simpatizantes destes.

No dia 10 de janeiro de 1984 o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas organizou um pequeno comício no Bairro Santa Rita. Compareceram aproximadamente 280 pessoas, entre as quais vários representantes de partidos políticos, inclusive do PCdoB e comunidades de bairros. Estavam presentes os prefeitos dos municípios de Vila Velha, Vasco Alves de Oliveira e de Serra, João Batista da Motta, ambos do PMDB. Os também parlamentares *Medebistas* estavam presentes os deputados federais Nelson Alves de Aguiar e Myrthes Bevilacqua; os deputados estaduais Josmar Pereira, Paulo Cesar Hartung Gomes e Salvador Bonomo. Os vereadores Felício Correia da Costa Neto, Ângelo Agostinho Paveli e Dionary Sarmiento da Silva e representantes do PCdoB/ES, como Namy Chequer.

De acordo com o documento, nesse dia, Dionary Sarmiento da Silva, além de discursar em prol das eleições diretas e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte,

defendeu também a legalização do PCB. Segundo relatoria dos agentes da repressão, em sua fala fez um apelo para que as pessoas testemunhassem “que os comunistas não são um bicho papão, que os comunistas não comem crianças, que os comunistas somos nós, os oprimidos; e que os comunistas têm um programa, tem objetivos claros e definidos”. O relatório prossegue registrando a intervenção de Namy Chequer, que declarou-se membro da Comissão de Legalização do PCdoB e disse, de forma provocativa, que quem deve ter medo dos comunistas e do povo e viverem escondidos, são Delfim Neto e o General Figueiredo, porque eles sabem que se abrirem o País para as eleições diretas, o povo irá “ajustar contas”.

No geral, ainda aponta o relatório policial, a tônica dos discursos do comício do dia 10 de janeiro, foi de ataque ao regime, ao presidente, militares, ao próprio SNI, aos presidenciáveis e ao Colégio Eleitoral. Nesse dia foram distribuídos distintivos de lapela com o símbolo do PCdoB, além de panfletos em prol das eleições diretas, assinados pela Comissão Pró-Legalidade do PCdoB e outros panfletos com o título “Mensagem dos Comunistas Capixabas”.

O Comitê Teotônio Vilela Pró-Eleições Diretas realizara uma reunião na Assembléia Legislativa, no dia 09 de janeiro. Na ocasião foi aprovada a realização de um comício na praia de Camburi, em Vitória, para o dia 21 de janeiro. Na reunião estiveram presentes aproximadamente setenta pessoas, dentre elas os prefeitos de Vitória, Ferdinand Berredo de Menezes, e do município de Serra, Vasco Alves de Oliveira. Na interpretação do encontro, feita pelos agentes da repressão, como ficou expressa no relatório do agente que acompanhou a reunião, a tônica dos posicionamentos radicalizados contra os militares, juntamente com o empenho na legalização do PCdoB, reafirma a tese de que a campanha pelas eleições diretas “encobre o revanchismo e o avanço do Partido Comunista para sua legalização”.

Como a leitura dos documentos do SNI permitem contatar, nesses encontros os agentes da repressão deram atenção especial a discursos que defendiam a legalização do PCdoB e do PCB. Além disso, ao qualificar os políticos-membros dos comitês pró-diretas, faziam questão de identificar suas ligações com essas duas legendas. Essa conduta por parte dos agentes não é por acaso. Para o SNI, no Espírito Santo, o PCdoB e o PCB estavam empenhados na campanha pelas eleições diretas para acobertar o objetivo real, que era:

[...] o reconhecimento legal da existência dessas organizações subversivas de ideologia comunista e na derrubada do regime. [E] neste afã, se destacava o PCdoB, ao realizar uma campanha mais incisiva e considerando que esta se constitui, no momento, o caminho prático para exercer pressão, visando provocar mudanças profundas no País, e mesmo preparar as bases para a condução das massas mobilizadas para a luta revolucionária.<sup>253</sup>

O comício do dia 21 de janeiro reuniu cerca de dez mil pessoas na praia de Camburi, em Vitória<sup>254</sup>. Os organizadores contavam com um público maior, o que não foi possível. Segundo eles, devido à instabilidade do tempo, que apresentava chuvas freqüentes. Às 17h começaram os shows musicais no palanque e nas redondezas, onde aconteciam rodas de samba. Chegaram caravanas de municípios do interior, principalmente de Cachoeiro do Itapemirim e Colatina, para dar mais peso ao evento. Os discursos começaram aproximadamente, às 18h, só terminando de madrugada. O evento contou, ainda, com a participação de artistas globais, como Walmor Chagas, Ruth Escobar e Maria Isabel de Lizandra.

Ao que tudo indica, o PT não se fez presente, pelo menos no palanque e nas organizações desse dia. O PMDB, por sua vez, organizou as caravanas, trouxe lideranças de renome nacional, como Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, além, é claro, dos políticos estaduais. Outros grupos que buscavam polarizar com o PMDB naquele comício, eram os militantes ligados ao PCB e PCdoB. Eles, os grupos formados por peemedebistas e por comunistas, protagonizaram o principal desentendimento da noite.

Antes do evento, militantes ligados aos partidos comunistas haviam afixado faixas em locais estratégicos, em favor da legalização desses mesmos partidos, além de haverem chegado ao local do evento empunhando cartazes e distribuindo adesivos, para tal propósito. Carlos Alberto Cunha e Gerson Camata deram ordem para que as faixas fossem retiradas, o que gerou revolta entre os militantes comunistas e em alguns políticos do próprio PMDB, favoráveis a legalização dessas siglas. Discursos inflamados em repúdio àquele ato estenderam-se por aproximadamente quarenta minutos. Max Mauro, Nelson Aguiar e Myrtes

---

<sup>253</sup> Informação nº 023/16/ARJ/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 4/4.

<sup>254</sup> Essas informações foram pesquisadas em: Comício pró-diretas leva 10 mil pessoas a Camburi. A Gazeta. Vitória, 22 de jan./1984, p. 3.

Bevilacqua, por exemplo, reforçaram em seus discursos que, em uma democracia, todos os partidos e correntes têm o direito de se manifestar. Eles foram ovacionados.

A justificativa de Carlos Alberto Cunha foi de que nenhum outro partido do Comitê Pró-Diretas fixara faixas de seus partidos, somente em apoio às eleições diretas. Além disso, a ordem era para que os partidos ilegais não fossem citados no palanque. Mas isto, segundo os comunistas, contrariava a decisão do comitê, tomada na noite anterior.

Em Colatina, o Comitê Suprapartidário Pró-Diretas era coordenado pelo vereador Iiso Luchi (PMDB) e faziam parte dele também o PT e associações de bairros. O comitê decidira realizar no dia 31 de março o chamado “Forró das Diretas”, no pátio da antiga estação ferroviária. E no dia 13 de abril seria o grande comício. Luchi declarara à imprensa pretender mobilizar todo o interior do município e que aquele evento seria animado por escolas de samba. O prefeito municipal, Tadeu Giubert (PMDB), segundo suas próprias declarações, estava dando total apoio ao movimento e, por isso, acreditava que seu peso político faria do evento um grande sucesso<sup>255</sup>.

Em Linhares o comitê era coordenado pelo PT e contava com o apoio de alguns vereadores do PMDB. Nessa cidade os apoiados da campanha organizaram o evento no dia 03 de março, às 18h, em frente ao Mercado Municipal Salustiano de Souza, no centro da cidade<sup>256</sup>.

Em Cachoeiro do Itapemirim, cerca de duas mil pessoas participaram de um comício no dia 14 de abril. O jornal “A Gazeta” deu destaque aos grandes nomes do PMDB, como Roberto Valadão, José Inácio Ferreira, Hélio Carlos Manhães e os PDS que se posicionaram a favor das diretas, como o deputado federal Theodorico de Assis Ferraço. Também participaram artistas da cidade, como Arnaldo Silva, Joelma e Sérgio Sampaio. Mesmo não havendo sido um evento de grande porte, Roberto Valadão classificou-o como uma “manifestação robusta”<sup>257</sup>.

O grande comício realizado no Espírito Santo, aconteceu em 18 de abril, na Praça Oito, em Vitória. Há fontes que indicam um público de 60 mil pessoas, outras trabalham com

---

<sup>255</sup> Essas informações foram pesquisadas em: A Gazeta. Vitória, 25 de fev./1984.

<sup>256</sup> Essas informações foram pesquisadas em: A Gazeta. Vitória, 27 de fev./1984.

<sup>257</sup> Essas informações foram pesquisadas em: A Gazeta. Vitória, 16 de abr./1984.

um número de 80 mil<sup>258</sup>. Segundo o jornal “A Gazeta”, o PT e o PCdoB foram os grandes destaques do evento, em virtude das bandeiras e faixas que a militância levou consigo. Foram eles que exigiram, a todo momento, que a palavra fosse dada a Lula. A então primeira dama do estado na época - Rita Camata - precisou, inclusive, interromper seu discurso por duas vezes, devido à exaltação da militância. A atriz Ruth Escobar saiu em socorro à Rita Camata, pedindo calma aos manifestantes. O locutor também interveio, esclarecendo que Lula falaria em momento oportuno.

O ator Jecé Valadão foi bastante aplaudido quando afirmou que o povo brasileiro não recuaria da luta e que seguiria em frente, “até mesmo na marra”. A deputada federal Myrtes Bevilacqua (PMDB) chegou a chorar durante o discurso que proferiu, no momento em que afirmava nunca haver visto “uma manifestação tão bonita”. João Miguel Feu Rosa, deputado pelo PDS, também emocionou-se e disse que aquele dia jamais seria esquecido. Lula, porém, foi quem mais empolgou os participantes. Usando palavras simples e de efeito, disse que a escravidão não acabara, pois o trabalhador brasileiro estava escravizado com o cartão de ponto, enquanto “os filhos de andreazzas, paulos maluf e figueiredos estudavam nos melhores colégios da Europa.”

Dentre os governadores que se fizeram presentes, Gerson Camata foi o único que discursou. Também discursaram muitos representantes do PMDB e alguns representantes do PDS, como o ex-governador Élcio Álvares e o deputado federal Theodorico Ferraço que, nesse dia, foi apresentado pelo locutor do comício como líder do “Grupo Participação” e dissidente do PDS. Além do representante do Sindicato dos Jornalistas e Perly Cipriano, membro da direção estadual do PT. Foram, ao todo, cerca de oito horas de falas diversas, divididas entre os setenta e nove (79) oradores.

Como vimos, em nível nacional, com a aproximação do dia da votação da Emenda Dante de Oliveira, o Governo Federal temia que as manifestações populares chegassem até Brasília, como chegou a ser cogitado pelos movimentos pró-diretas: uma “marcha a Brasília”. Diante disso, o II Exército alertou os governadores envolvidos na campanha de que não seriam toleradas manifestações no Distrito Federal, e que seriam tomadas medidas de emergência nesse sentido. O Governo Federal também proibiu as emissoras de rádio e TV de

---

<sup>258</sup> RODRIGUES, 2003, *Op. cit.*, p. 107, chegou ao nº de 80 mil pessoas. O jornal A Gazeta traz o nº de 60 mil. As informações desse comício foram pesquisadas em: Sessenta mil participam do comício por diretas já. A Gazeta. Vitória, 19 de abr./1984, p. 9.

transmitirem, ao vivo, a votação. Diante das dificuldades, o movimento pró-diretas chegaram a um acordo: realizar o que chamaram de “vigília cívica”<sup>259</sup>.

As investigações feitas pelo SNI foram importantes fontes de informações para basear as decisões tomadas pelo Governo Federal. Essa agência central já tinha conhecimento de que no dia 19 de fevereiro de 1984, em São Paulo, durante a reunião de sua diretoria, a “ilegal Central Única dos Trabalhadores (CUT), sem desprezar assuntos sociais ou econômicos, resolveu dar prioridade a questões políticas”, particularmente no que diz respeito às eleições diretas para Presidente da República. A CUT propôs a “deflagração de uma greve geral de trabalhadores no País, coincidindo com a votação da Emenda Dante de Oliveira”<sup>260</sup>. Segundo ainda o Informe nº 161/19/1984, no dia 04 de abril, em Brasília, em reunião do Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas, a proposta de greve geral foi descartada. Ela foi substituída pela proposta do Dia Nacional de Vigília Cívica e Mobilização, com a participação dos vários seguimentos da sociedade. A proposta foi referendada, então, no dia 17 de abril, na reunião realizada em São Paulo com a participação de representantes da CUT, da UNE e da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). Nesse dia, “após acirrada discussão”, a CUT acatou a proposta de se realizar as vigílias cívicas defendidas pela UNE e a ANDES.

No dia da votação da Emenda Dante de Oliveira ocorreram, de acordo com o levantamento feito pelo SNI, foram realizados eventos em diversos pontos do País, “sob a liderança de elementos [...] na maioria comprometidos com organizações subversivas”<sup>261</sup>, como era de sua praxe afirmar. Em Vitória, apontaram que houve uma greve parcial dos estudantes da UFES e uma vigília na Praça Oito, a partir da 10h. Os agentes da repressão destacaram entre os presentes, os seguintes nomes: Perly Cipriano, Vitor Buaiz e Carlos Eduardo Zanata. E registraram faixas com os dizeres: “Pró-Diretas (na “Vigília Cívica)””; e bandeiras do PT e do PCdoB, escrito “Vigília Cívica”.

---

<sup>259</sup> DELGADO, 2007, *Op. cit.*, p. 420.

<sup>260</sup> Informe nº 161/19/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 201.

<sup>261</sup> Informe nº 161/19/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 202.

### 4.3.3 1º de Maio de 1984: A Redemocratização Ainda na Pauta

Aproximavam-se as comemorações do 1º de Maio de 1984. A redemocratização do País ainda pautava as manifestações da sociedade civil e a reivindicação da mesma misturava-se com as demandas específicas da classe trabalhadora, como melhores salários, condições de trabalho e a crítica à política econômica adotada pelo Governo Federal. Diversas organizações confeccionaram cartas abertas, mensagens e panfletos, com o objetivo de divulgar o evento e manifestar suas próprias posições.

A Pastoral Operária do Espírito Santo, por exemplo, reproduziu e fez circular a “Carta aos irmãos de fé sobre o 1º de Maio”. Nesse documento a pastoral afirmara que a classe trabalhadora se encontrava no limite de sua angústia e resistência. Homens, mulheres e jovens, quando empregados, defendiam o “pão de cada dia” com seus subempregos, trabalhando até altas horas da noite. Denunciava que o movimento dos trabalhadores e os sindicatos estavam sendo perseguidos pelo próprio Ministério do Trabalho, que cassam as autênticas diretorias e enquadram os dirigentes na Lei de Segurança Nacional (LSN).

Diante do quadro exposto, a pastoral defendia as seguintes bandeiras: 1) luta contra o desemprego, contra os “fabricantes do desemprego” e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; 2) defesa da Central Única dos Trabalhadores como instância que encoraje as lutas dos trabalhadores, assim como sindicatos autônomos, autênticos e livres; 3) apoio à reforma agrária e às lutas dos bóias-frias, dos índios e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; 4) defesa da liberdade de organização, expressão, participação e reunião. Para a PO, as eleições diretas era o caminho para o retorno aos “valores nacionais” da política econômica, “entregue ao FMI”. Concluía afirmando que o 1º de Maio é um dia de lutas e da celebração dessas lutas e conclamava a todos para contribuir, com gestos e ações concretas, para a construção do reino de Deus nessa pátria, de acordo com o Evangelho e como fez o próprio Jesus Cristo<sup>262</sup>.

A comissão estadual da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade muito ligada, principalmente, aos membros do PCdoB, também se apresentava naquele 1º de Maio inserindo-se nas lutas dos trabalhadores. Esta entidade, que foi fechada durante os primeiros anos do golpe civil-militar, buscava espaço com um discurso focado na unidade de todos os trabalhadores brasileiros e como uma alternativa à CUT. Propunha-se em ser uma entidade

---

<sup>262</sup> Carta aos irmãos de fé sobre o 1º de Maio. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 24, 25 e 26.

“aberta e combativa, pluralista e unitária, ampla e democrática, que agregue e receba toda e qualquer entidade sindical [...], sem exclusivismos e sem discriminações”. A CGT defendia a estabilidade no emprego, a reforma agrária, uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e a suspensão da dívida externa brasileira<sup>263</sup>.

Segundo os documentos produzidos pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo (DOPS/ES), em Vitória, as comemorações do 1º de Maio de 1984 foram realizadas no Clube de Regatas Saldanha da Gama. Estiveram presentes diversos parlamentares do PMDB, lideranças ligadas ao PT e a sindicatos de trabalhadores, dentre muitas outras. Segundo os relatórios produzidos pelos integrantes da polícia política que acompanharam o ato, o discurso do deputado federal Max Mauro (PMDB) mereceu maior destaque.

Max Mauro foi inicialmente vaiado, como acontecera em outras ocasiões, na sequência de sua fala defendeu as eleições diretas para presidente da República e a reforma agrária. Declarou ainda que o verdadeiro 1º de Maio era aquele que estava sendo organizado pelas centrais sindicais e não o que estava acontecendo no ginásio do SESI, onde era realizada a programação oficial organizada pela Delegacia Regional do Trabalho do Espírito Santo. Segundo Max Mauro a comemoração patrocinada pelo governo servia “apenas para enganar os trabalhadores que ainda vão pelos patrões”.

O dirigente do PT, Perly Cipriano, discursou clamando pelas eleições diretas e elogiou aqueles que defendiam a legalização do PCdoB<sup>264</sup>. Uma peça teatral foi encenada nesse dia. Ainda segundo o relatório dos agentes do DOPS/ES, o enredo da peça contava a história de um trabalhador braçal, demasiadamente esgotado em virtude do excesso de trabalho. No lado oposto das relações de trabalho, era mostrado o patrão desse trabalhador, desfrutando de um absoluto conforto. Ao desafiar o patrão, o trabalhador é agredido por policiais. Um dos atores que estava vestido com uniformes do Exército Brasileiro, o outro com uniforme de instrução. Em síntese, a peça teatral buscou relacionar o governo e os aparelhos de repressão, agindo em benefício dos patões.

---

<sup>263</sup> Central Geral dos Trabalhadores – ES. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 31.

<sup>264</sup> Informe 155-S2/84. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 9 e 10.

Nesse dia estavam sendo vendidos adesivos e cartazes para angariar fundos para o Comitê de Solidariedade ao Povo da Nicarágua e sendo distribuídos vários panfletos e convites para outros eventos programados para os próximos dias, como uma noite de viola para o dia 02 de maio e um show musical com artistas capixabas em solidariedade ao povo da Nicarágua. Foram distribuídos alguns textos que representavam alguns seguimentos da classe trabalhadora e suas posições diante da conjuntura, entre eles: a “Carta aos irmãos na fé sobre o 1º de Maio”; a “Carta Reivindicativa dos Jovens Trabalhadores”; uma carta aberta, do Sindicato dos Comerciários do Estado do Espírito Santo; e uma charge assinada pelo Sindicato dos Professores do Estado do Espírito Santo, em apoio às eleições diretas.



Charge elaborada pelo Sindicato dos Professores do Espírito Santo: Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 16.

O relatório do DOPS/ES sobre as atividades do 1º de Maio de 1984 registraram que o ato foi animado por apresentações musicais dos militantes ligados à Igreja Católica. Eles embalavam o evento com cantos parodiados de diversas músicas conhecidas e, assim, ambientavam o evento. Algumas paródias referiam-se às demandas do movimento sindical, outras às greves, às intervenções nos sindicatos, às comissões de fábrica e a formação de centrais sindicais. Foi o caso da paródia da música Bandeira do Divino:

Viva o povo operário/ da cidade e do sertão/ para o 1º de Maio/ ser luta e união, oiá. Pelo direito de greve/ contra as leis do capital/ que intervém no sindicato/ prender líder sindical, oiá. Por um sindicato livre/ de governo e de patrão/ que liberte a classe obreira/ do arrocho e da inflação, oiá. [...] Operário paga imposto/ faz riqueza e produção/ quer ser livre e ter seu posto/ no comando da nação, oiá [...].<sup>265</sup>

Outras músicas associavam miséria com o regime político, como uma paródia da marcha de carnaval, “Você Pensa que Cachaça é Água”:

Você pensa que miséria é sina/ miséria não é sina não/ miséria vem desse regime/ que oprime todo esse povão. Querem nos roubar tudo na vida/ a terra e a produção/ querem nos deixar à margem/ isso eu não consinto não [...].

Outras retratavam a situação de grande parte dos trabalhadores assalariados, com baixos salários e suas dificuldades de vida em geral. Como é o caso da paródia feita sobre a melodia da cantiga infantil “Como Pode um Peixe Vivo”, que se transformou em “Como Pode um Povo Vivo”:

Como pode um povo vivo viver nesta carestia (bis)/ como poderei viver – dia e noite, noite e dia – com a barriga vazia. Como pode um lavrador/ trabalhar sem ter valor? Como pode um operário/ viver com este salário? Como pode uma criança/ estudar sem comer nada? Como a classe oprimida/ vai barrar o custo de vida? [...].

A paródia da marchinha de carnaval “Mamãe eu Quero”, foi escrita especificamente para a campanha das Diretas Já. Sua letra dizia:

Mamãe eu quero (Bis)/ mamãe eu quero votar/ prá presidente (Bis)/ prá presidente sem regime militar. Vota filhinho do meu coração/ para um

---

<sup>265</sup> As letras das músicas usadas na celebração foram pesquisadas em: Cantos para o 1º de Maio de 1984. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores – CUT, p. 13 e 14.

presidente diferente do João/ a situação tem que melhorar/ com um presidente sem regime militar.

De acordo com o Informe nº 200/19/AC/84, da Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça (DSI/MJ), quase um mês após a derrota da Emenda Dante de Oliveira no Congresso Nacional, as mobilizações continuavam pelo País. O Comitê Nacional Suprapartidário Pró-Eleições Diretas havia marcado para o dia 25 de maio manifestações em repúdio ao ato de a emenda haver sido rejeitada, em várias capitais, como em Maceió, Salvador, Fortaleza, Goiânia, Belo Horizonte, Belém e Vitória. A agência central acompanhou os eventos e montou um relatório sobre as principais atividades, os pronunciamentos e as faixas e cartazes.

Nesse dia, em Vitória, segundo o Informe da DSI/MJ, foi realizada uma passeata pelas ruas centrais a partir das 18h, seguida de concentração na Praça 8, com presença aproximada de 200 pessoas, em sua maioria políticos e representantes de “organizações esquerdistas”. Foi registrada a venda de exemplares do jornal “Tribuna da Luta Operária”, periódico ligado ao PCdoB.

O principal orador desse ato político, segundo o relatório policial, foi Perly Cipriano, presidente do PT/ES. Mesmo registrando discursos de outras lideranças políticas presentes, as atividades de Perly Cipriano, um ex-presos político, sempre despertava maior atenção dos órgãos de informações. O documento dos agentes da repressão destacaram ainda algumas faixas montadas no local, entre elas: “Negociação e traição” e “Não ao colégio Eleitoral. Diretas Já”<sup>266</sup>.

Para o PT, o saldo mais significativo da campanha foi a ampla mobilização de setores populares e dos trabalhadores, que assumiu um caráter de massa, acabando por se tornar um fator de politização dos mesmos, de desagregação do PDS e de aprofundamento da crise do regime militar. Argumenta o partido, que o movimento sindical e o movimento popular poderiam haver tornado a campanha vitoriosa, por meio de paralisações e jornadas de protesto, mas, no entanto, não conseguiram intervir no movimento de maneira independente e organizada, acabando por se diluírem nos comícios e manifestações. Muito embora houvessem ocorrido propostas de greves mais radicalizadas, os setores liberais e

---

<sup>266</sup> Informe nº 200/19/AC/84. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça, p. 1 à 4.

conservadores do Comitê Nacional Pró-Diretas conseguiram impor à campanha controles e limites que conduziram o movimento à conciliação.

Em seu V Encontro Nacional, o PT afirmou que poderia haver sido ele próprio, a força política capaz de pôr em prática uma política independente, por meio da criação de um pólo alternativo que atraísse as demais forças políticas dispostas a levar a campanha até as últimas conseqüências. No entanto setores progressistas do PMDB, somados ao PCB, PCdoB e MR-8, se recusaram a aliar-se a ele nessa tarefa. Esse fato legitimou a transição conservadora. Além disso, encera o PT, cometera um erro ao dar demasiado peso ao caráter unitário da campanha, sem perceber que o PMDB já vinha se apresentando junto ao Colégio Eleitoral com a tese da candidatura única das oposições, ou seja, apresentando o seu candidato como sendo o candidato das oposições<sup>267</sup>.

Em suma, durante a campanha pelas eleições diretas para presidente, os petistas foram força hegemônica nas ruas, mas o PMDB destacou-se como a principal força política. No estado do Espírito Santo essa conjuntura também se repetiu durante as mobilizações da Campanha das Diretas Já! Por outro lado, esse protagonismo peemedebista, mesmo deixando o PT na defensiva, serviu para que este pudesse dedicar-se à organização e ao debate estratégico.

O PT vinha buscando espaços políticos próprios, mesmo que isso continuasse a significar um isolamento em relação a outros partidos. Nessa época ainda existia, entre as lideranças petistas, certa aversão a amplas alianças. De certa forma, essa característica fez crescer o número de simpatizantes do partido em meio aos movimentos e grupos de oposição. E, mais de que isso, o protagonismo exercido pelo Partido dos Trabalhadores nas ruas começara a sinalizar resultados positivos também na arena eleitoral.

#### **4.4 ELEIÇÕES DE 1985**

O debate que envolveu o PT logo após a campanha das Diretas Já, baseou-se na definição de sua posição em relação ao Colégio Eleitoral. Uma consulta promovida pelo partido às suas bases foi realizada. Três posições foram colocadas para a escolha da militância: a primeira,

---

<sup>267</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Contra o Continuismo*. Documentos do V Encontro Nacional Extraordinário (1985). In: *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

defendida pelo Deputado por São Paulo, Airton Soares, propunha votar em Tancredo Neves para fazer frente à candidatura de Paulo Maluf; a segunda, proposta por Paul Singer, defendia a possibilidade de apoiar um candidato indicado pela Aliança Democrática, mas só após selado um acordo programático que contemplasse as principais reivindicações dos trabalhadores; a terceira, defendida pela maioria do Diretório Nacional, propunha a não participação dos parlamentares petistas na votação<sup>268</sup>.

Prevaleceu, nas bases no PT, a proposta para que o partido não participasse do Colégio Eleitoral. A decisão gerou grande polêmica e críticas vindas tanto de setores mais conservadores, quando de partidos do campo da esquerda, como os partidos de orientação comunista. Mas, certos ou não, tal posição era coerente com os posicionamentos assumidos pelo PT durante a campanha das Diretas Já. Os petistas classificaram o desfecho da campanha, com a indicação consensuada em torno do nome de Tancredo Neves (PMDB, ex-PP) para a sucessão presidencial, como uma transição conservadora. Dessa forma o PT passou a criticar duramente os setores de oposição que aderiram ao acordo em torno do colégio e posicionou-se contra o novo Governo. Nas resoluções do Encontro Nacional Extraordinário do PT, realizado entre os dias 12 e 13 de janeiro de 1985, em Diadema/SP, o partido afirmou sua intenção em buscar a construção de uma alternativa democrática e popular para o País<sup>269</sup>.

Tancredo Neves assume a Presidência da República eleito pelo Colégio Eleitoral. Mas às vésperas da posse, o mesmo é internado às pressas. Faleceu no dia 21 de abril de 1985. A Presidência foi assumida pelo vice José Sarney. Interessante notar que, mesmo com a derrota da proposta de eleições diretas, a posse de Tancredo passa imediatamente a representar os anseios e esperanças da sociedade, tanto que sua morte provocou uma comoção nacional.

Em meio ao episódio conhecido como boicote ao Colégio Eleitoral, o PT atravessaria uma grave crise interna. Acontece que os deputados José Eudes, do Rio de Janeiro, Beth Mendes e o próprio Airton Soares, de São Paulo, não concordaram com as orientações do partido e participaram da votação. Os três acabaram por sair do PT, por renúncia e expulsão. Outras grandes cisões marcariam a história do PT.

---

<sup>268</sup> POMAR, 2005, *Op. cit.*, p. 77 e 78.

<sup>269</sup> PARTIDO DOS TRABALHADORES. Contra o Continuismo. Documentos do Encontro Nacional Extraordinário (1985). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

Nesse ano de 1985 estavam previstas eleições nos municípios considerados de segurança nacional, como as capitais. Era hora de elaborar táticas. Em âmbito nacional, as duras críticas feitas à posse de José Sarney, um presidente civil que carregava o peso de ter sido ex-Presidente do PDS, foi importante para neutralizar parte das críticas sofridas pelo PT, em razão do boicote ao Colégio Eleitoral. No campo eleitoral o partido em campanhas menos doutrinárias no conteúdo e mais arejadas. O objetivo de tal tática foi ganhar apoio em setores mais amplos da classe trabalhadora e nos setores médios<sup>270</sup>.

Ainda rondava na lembrança dos petistas a experiência eleitoral de 1982, quando os candidatos eram apresentados, sem as devidas contextualizações, como ex-presos políticos ou ex-condenados pela Lei de Segurança Nacional (LSN), o que com que muitos fossem vistos como bandidos e não vítimas da repressão e quando a agitação de slogans foi, em alguns casos, mais forte do que o debate qualificado sobre questões reais, do dia a dia da classe trabalhadora. Por isso, logo após essa experiência, o partido faria um esforço em reaproximar-se mais organicamente de sua base junto à classe trabalhadora, como ocorreu durante as greves de 1983 e durante a campanha da Diretas Já.

No Espírito Santo destacaram-se as campanhas para os governos das cidades de Vitória e Vila Velha, onde o PT lançou os candidatos Vitor Buaiz e Magno Pires, respectivamente. Eles disputaram um mandato de apenas três anos.

Com o *gingle* “15 de novembro, é o povo escolhendo, Vitor Buaiz do PT, para vencer [...]”, O PT apresentou seu candidato ao Governo Municipal de Vitória. Um dos panfletos de campanha apreendido pela DOPS/ES, apresentava Vitor Buaiz como sendo o candidato mais jovem, com as melhores ideias, mais bem acompanhado e com melhor bagagem. O conteúdo da campanha buscou combinar um discurso classista, ao mesmo tempo em que propunha políticas públicas voltadas para a população desassistida. Os demais candidatos eram Hermes Laranja (PMDB), Chrisógono Cruz (PDS) e Jairo Régis (PCB).

Em um de seus materiais Vitor Buaiz condenou o “rolo compressor do capitalismo selvagem” que, por meio da especulação imobiliária e do desrespeito ao meio ambiente, desfigurara a cidade de Vitória<sup>271</sup>. Vitor propunha nova relação entre o governo e a população, baseada na criação de conselhos populares nos bairros para discutir prioridades e

---

<sup>270</sup> POMAR, 2005, *Op. cit.*, p. 78 e 79.

<sup>271</sup> Panfleto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: Partido dos Trabalhadores, p. 24.

obras e também outra relação entre o Governo e a Câmara Municipal, baseada em “acordo de cavalheiros”, visando restabelecer as reais prerrogativas das funções do vereador. Vitor também advertia que os candidatos do PDS e PMDB estavam comprometidos com o poder econômico que financiou suas campanhas eleitorais, por isso havia uma contradição entre o discurso desses candidatos e aquilo que realmente poderiam realizar em benefício da maioria da população<sup>272</sup>.

O candidato a vice-Prefeito do PT, o arquiteto Kleber Frizzera, inseriu-se no debate sobre a organização e regulamentação dos espaços urbanos, principalmente sobre os problemas do crescimento urbano desordenado. Para Frizzera, a criação de um Plano Municipal de Habitação Popular, com a finalidade de implantar “vilas habitacionais em pequena escala” – diferente do modelo gerido pelo BNH que, segundo o mesmo, era “irresponsável” -, contribuiria para a melhoria da qualidade de vida de grande parte da população que vive em condições subumanas. E o planejamento do uso do solo urbano controlaria a especulação imobiliária e protegeria o meio ambiente, o patrimônio natural e cultural<sup>273</sup>. O candidato petista ficou em segundo lugar, perdendo para Hermes Laranja.

Mas foi na cidade de Vila Velha que o PT elegeu seu primeiro candidato ao cargo de Prefeito. O desfecho daquela eleição foi, no mínimo, peculiar<sup>274</sup>. Aconteceu que o segundo colocado nas urnas, o petista Magno Pires, obteve 20,9% dos votos. Mas 23,5% do total de votos foram nulos ou anulados, pois parte dos mesmos destinaram-se ao mosquito transmissor da Dengue. A cidade atravessava um surto da doença e, em reação, a população manifestou sua revolta nas cédulas eleitorais. Magno Pires foi declarado Prefeito, o primeiro Prefeito eleito pelo PT em um Município do Espírito Santo.

---

<sup>272</sup> Folheto. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo: DOPS/ES. Dossiê: Partido dos Trabalhadores, p. 26.

<sup>273</sup> Idem.

<sup>274</sup> ROCHA JUNIOR, 2006, *Op. cit.*, p. 47 e 48.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um País.*

Antonio Gramsci

Do ano de 1978 a 1985 o Brasil atravessou um período de intensa pressão pela redemocratização. Nesse contexto diversas forças e grupos se interagiram e se chocaram. De forma especial, em nossa proposta de pesquisa, analisou-se a relação entre polícia política e o PT. Outras forças e grupos perpassaram a pesquisa na medida em que também iam construindo com os petistas, relações. Afinal, os diversos personagens aqui apresentados, formavam conjuntos.

No que se refere à interferência política da polícia na sociedade, esse aspecto não teve início com o golpe civil-militar. A função de polícia política foi uma regra na História brasileira. A institucionalização e organização dos aparatos estatais com função de segurança, repressão e informação, tiveram um impulso com a proposta de centralização administrativa, a partir do governo de Getúlio Vargas. Esses órgãos foram aperfeiçoados durante o chamado Período Democrático (1945-1964) e, após o golpe de Estado, ampliados, integrados e hierarquizados. Durante a chamada “abertura política”, os principais operadores do regime buscaram permitir maiores espaços para as oposições, como também algumas garantias de retorno à democracia, embora limitadas e sob controle.

Os órgãos de repressão e informação e seus agentes operavam sob um forte sentimento corporativo. Motivavam-se, alimentados pelo sentimento anticomunista e no combate ao que chamavam de “subversivos”. Os subversivos eram todos aqueles que praticavam ações as mais diversas contra a concepção de Estado vigente, buscando o retorno democrático.

No final da década de 1970 a polícia política depara-se com militantes dispostos a construir um novo partido, o Partido dos Trabalhadores. O PT foi fundado oficialmente no dia 10 de fevereiro de 1980, durante um ato realizado no auditório do Colégio Sion, em São Paulo. Mas o partido nasce, realmente, em 1978, quando despontou em várias partes do país um grande movimento reivindicatório protagonizado por trabalhadores: as grandes greves. Esses trabalhadores exigiam melhores salários e condições de trabalho; exigiam participação, como protagonistas, na vida política nacional e, além de tudo, lutavam pela redemocratização do País. O PT nasceu, acima de tudo, marcado pelos descaminhos da abertura política; pelas lonjuras fatigantes e dificuldades de comunicação e, enfim, pela violência.

Com base nas fontes documentais usadas nesta pesquisa foi possível concluir que, no Espírito Santo, a formação do Partido dos Trabalhadores foi diversificada, não se limitando ao assim chamado tripé: sindicalistas autênticos, militantes ligados à Igreja de base popular e progressista e grupos de esquerda.

Dentre as especificidades da formação petista no estado, pode-se dizer que a base mais significativa foi formada por militantes da Igreja de base popular. Esses grupos, atraídos por padres e bispos progressistas, começaram a participar da formação de pastorais sociais e comunidades eclesiais de base. Paralelamente, eles foram sendo estimulados a participarem de sindicatos e, conseqüentemente, aderirem às oposições sindicais. Outros militantes aderiram às oposições sindicais a partir de outras experiências políticas não ligadas a Igreja.

Também fizeram parte da formação do PT grupos e tendências de esquerda e políticos que migraram do antigo MDB. Foram, inclusive, esses dois seguimentos, protagonistas de sérias crises internas ao partido, logo após sua formação. E, enfim, setores do movimento estudantil também deram sua parte de contribuição à formação e ao fortalecimento do PT no Estado, empenhando energia e vitalidade em campanhas, em tarefas as mais diversas e se posicionando politicamente, por meio de jornais e informativos.

A crise do final da década de 1970 e início de 1980, combinou estagnação econômica e inflação elevada, afetando o bolso, as condições de vida e a auto-estima da população, gerando descontentamento em grande parte dos apoiadores do Regime Militar entre a elite econômica e setores médios da sociedade. Nesse momento ressurgiu a sociedade civil, que fora duramente reprimida, mas que guardava certo grau de autonomia.

No impulso das grandes greves operárias ocorridas em São Paulo, a partir do ano de 1978, as oposições sindicais e diversos seguimentos da classe trabalhadora começaram a reproduzir tais reivindicações no estado do Espírito Santo. O estado também sofria com o processo de industrialização e urbanização aceleradas, onde o uso dos espaços urbanos seguiu a lógica da acumulação capitalista.

A partir de então, os seguimentos que aderiram ao movimento de construção do Partido dos Trabalhadores, foram se inserindo em diversos momentos importantes de tomada de posições políticas no Espírito Santo. Eles conseguiram reproduzir no Estado grandes greves e movimentos de apoio aos sindicalistas do ABC Paulista. Participaram da organização de eventos marcantes, como aqueles em comemoração ao Dia do Trabalhador, mas sempre de forma paralela, desafiando as comemorações oficiais, dirigidas por órgãos do Estado. Participaram intensamente da vida das comunidades, em associações ou em núcleos petistas.

Durante a primeira metade da década de 1980, os petistas acumularam vitórias e derrotas - e aprenderam com elas. Nas campanhas realizadas em 1982, o PT decepcionou-se com os resultados, mas acumulou o aprendizado de disputar parte do poder do estado em um jogo onde a grande maioria de seus militantes não tinham experiência e representavam o lado mais frágil das forças políticas em disputa. No ano de 1983 o PT volta a inserir-se em contextos de protestos e manifestações contra a situação econômica do País e contra a situação vivida por grande parte dos trabalhadores brasileiros. Nesse momento já estão mais organizados e já haviam conquistado importantes aparelhos de luta política, como diversos sindicatos. Os petistas caminhavam, assim, para a constituição de uma das mais significativas instituições classistas com função de unificar a classe trabalhadora do País, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Nesse impulso os petistas lançaram-se na campanha das Diretas Já, o maior movimento político da história republicana do País. Os petistas desempenharam um papel significativo nas ruas, o que não refletiu-se em hegemonia política. Mas a experiência de protagonizar os embates nas ruas, no final da primeira metade da década de 1980, inaugurou o período seguinte, o início do crescimento eleitoral do Partido dos Trabalhadores.

## REFERÊNCIAS E FONTES

### FUNDOS DOCUMENTAIS.

---

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiê: 16/Partido dos Trabalhadores.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiê: 33/Central Única dos Trabalhadores - CUT.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiê: 30/Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Espírito Santo.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiê: 36/Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios do Espírito Santo.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiê: 111/Lula.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo. Dossiê: 158/Vitor Buaiz.

Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça.

Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional.

### RESOLUÇÕES DE ENCONTROS DO PT.

---

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Tese de Santo André-Lins (1979). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Eleições. Documentos do I Encontro Nacional (1981). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores. Documentos do II Encontro Nacional (1982). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Plataforma Eleitoral Nacional. Documentos do II Encontro Nacional (1982). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação PerIseu Abramo, 2005. CD-ROM.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Teses Para a Atuação do PT. Documentos do III Encontro Nacional (1984). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação PerIseu Abramo, 2005. CD-ROM.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Contra o Continuismo. Documentos do Encontro Nacional Extraordinário (1985). In: Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. CD-ROM.

#### **BIBLIOGRAFIA.**

---

ACHIAMÉ, Antonio Fernando de Moraes. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937): elites políticas e reformismo autoritário.** Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 2010.

ANDREATTA, Graça. **A Revolução da Estrela.** Guarapari: Graça Andreatta, 2010.

ANGELO, Vitor Amorim de. **A Trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT.** São Carlos: Ufscar, 2007. 131 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos.

BARBOSA, Fabiane Machado. **Comunidades Eclesiais de Base na História Social da Igreja: Cariacida (1973-1989).** Vitória: UFES, 2007. 207 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente – Arquivos de regimes repressivos. In.: PINSK, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (Orgs). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Editora contexto, 2011, p. 173-193.

BOITO JR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma História Política da Transição Brasileira: da Ditadura Militar à Democracia.** Revista de Sociologia e Política, nov./2005, nº 25, p. 83-106

COSTA, Letícia Vianna. **Parâmetros políticos das prioridades na educação pública municipal, no governo da cidade de Vitória (1989-1992).** Vitória: UFES, 2006. 247 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In.: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs.). **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Int. e Org.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas Já: vozes das cidades. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). *Revolução e democracia (1964...)*. **As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 417 à 420.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Tempo da ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 4, 2003, p. 93-131.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento Social Urbano, Igreja e Participação Popular**. Campinas: UNICAMP, 1983. 193 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A Estrutura Organizacional da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo DOPS/ES**. Diálogos, v. 15, nº 2, 2011.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Foi sempre assim: Modus Operandi da Polícia Política do Estado do Espírito Santo (1930 a 1985). In.: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Coleção Rumos da História. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES: GM Editora, 2011, p. 11-34.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Memórias Silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo – DOPS/ES (1930-1985)**. Vitória: GM Editora/APEES, 2012.

FICO, Carlos. **A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”**. Revista Anistia Política e Justiça de Transição. Brasília: Ministério da Justiça, jul./dez. 2010, n.4, p. 318-333.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como Eles Agiam - os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Afiliada, 2001.

FICO, Carlos. Brasil: transição inconclusa. In: FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs.). **Violência na história: memória, trauma e reparação**. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2012, pp. 25-37.

FLEISCHER, David. As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral Versus Sistema Partidário. In: FLEISCHER, David (Org.). **Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982**. Brasília: UnB, 1988, p. 61-88.

GADOTTI, Moacir e PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Helder. Aspectos da História Econômica do Espírito Santo. In.: MST Espírito Santo. **A Reforma Agrária e o MST no Espírito Santo**: 20 anos de lutas, sonhos e conquistas de dignidade! Vitória: Secretaria Estadual do Movimento Sem Terra, 2005.

GRIMBERG, Lúcia. **Partido Político ou Bode Expiatório**: Um estudo sobre a Aliança Renovadora nacional (1965-1979) – Arena. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

GURGEL, Cláudio. **Estrelas e Borboletas**: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Editora Papagaio, 1989.

KECK, Margaret E. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KINZO, Maria Dalva Gil. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec, 2001, vol. 15, nº 4, p. 3-12.

KROK, Jan Tadeusz. **O vínculo constitucional entre o Exército e as Polícias Militares**: reflexos na estrutura organizacional, formações e prática profissional (1934-1988). Vitória: UFES, 2008. 118 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Rio de Janeiro: Edições 70, 2000.

LOWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. As Esquerdas no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007, p. 303-320.

MARTINEZ, Paulo Henrique. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980 – 2005). In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Org.). **História do Marxismo no Brasil**: partidos e organizações após os 1960. Campinas: Editora Unicamp, v. 6, 2007, p. 239-287.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Ruptura sem precedentes, pluralismo irrestrito e democratismo**: as três faces ideológicas da identidade petista. Lutas & Resistências, Londrina, n.3, v.2, p. 22-35, 2º sem. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/revista3aedicao/lr3-2-danilo.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2011.

MELO, Douglas Cristian Ferrari de. **Entre a proposição e a crítica**: o Partido dos Trabalhadores e as políticas em educação em Vila Velha (1989/1996), Vitória e Cariacica (1993/1996). Vitória: UFES, 2007. 285 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

MENEGUELLO, Raquel. **PT – A formação de um partido (1979-1982)**. São Paulo: Paz & Terra, 1989.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC-SP, 1993. Projeto História, n. 10, dez./1993, pp. 7-28.

OLIVEIRA, Isabel Ribeiro. **Trabalho e política**: as origens do Partido dos Trabalhadores. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA, Sanderson C. **A Crise Financeira dos Anos 80**. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/02/308819.shtml>. Acesso em: 18/nov./2013.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Desenho Político-Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, no Espírito Santo, nas Eleições de 1982 a 2002**. Vitória: UFES, 2008. 326 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

PEREIRA, Valter Pires; OLIVEIRA, Ueber José de (Orgs). **O PT na Constitucionalidade Democrática**. Coleção Rumos da História. Vitória: GM Editora, 2011.

PINTO, Carolina Julia. **Partido dos Trabalhadores 20 anos**: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana. Vitória: UFES, 2001. 152 p. Monografia (Graduação em História). Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo.

POMAR, Valter. **A Metamorfose** - Análise econômica, programa e estratégia política do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005. São Paulo: USP, 2005. 347 p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **Revolução e democracia (1964...)**. **As Esquerdas no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2007. p. 505-540.

RÉMOND, Réne. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRH, 2003.

REZNICK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional**: a Polícia Política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

RIBEIRO, Luiz Claudio; BARROS, Nicélio (Orgs.). **Olhares de Luta**: reflexões contemporânea sobre a CUT no Espírito Santo. Vitória: Produz Comunicações, 2008.

ROCHA, Haroldo Corrêa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985**. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

ROCHA JUNIOR, José Carlos. **Partido dos Trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim**: Um Relato Histórico (1981-2002). Cachoeiro de Itapemirim: Centro Universitário São Camilo Espírito Santo, 2006. 91f. Monografia (Pós-Graduação em História Moderna e Contemporânea).

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas Já**: O grito preso na garganta. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SANTANA, Marco Aurélio. **Trabalhadores em Movimento**: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Tempo da ditadura** – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 283-313.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2011.

SCHERER, Canício. **Entre a utopia e a Realidade: tensões e conflitos entre PT e Vitor Buaiz (1995-1998)**, 2005. 159 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

SILVA, Eriane Ribeiro da. **Fé e Repressão Política: atuação de militantes cristãos católicos sob o olhar da Delegacia de Ordem Política e Social do Espírito Santo – DOPS/ES (1974-1985)**. UFES, 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. p. 243-282. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Tempo da ditadura – Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX**. O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 4, p. 245-282.

SILVA, Marcília Gama da. **O DOPS-PE e a Rede de Informações: olhos e ouvidos a serviço da repressão no período de 1964-1985**. Diálogos, maio-ago./2011, v. 15, n. 2, p. 267-292.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **A Questão Regional e a Dinâmica Econômica do Espírito Santo – 1950/1990**. Fênix Revista de História e Estudos Culturais. Vitória: UFES, v. 6, ano VI, out./nov./dez. 2009.

SIMONATO, J. S.; VASCONCELLO, V. V.; GOMES, J. L. Arquivo e História da Ditadura Militar no Espírito Santo: o fazer arquivístico no Fundo DOPS/ES. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto (Org.). **Arquivos da Repressão Política no Estado do Espírito Santo (1930-1985)**. Coleção Rumos da História. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES: GM Editora, 2011, 107-116.

SINGER, André. **O PT**. Série Folha Explica. São Paulo: Publifolha, 2001, p. 5.

VIANNA, Marly de Almeida. O PCB, a ANL e as insurreições de 1935. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano. **O tempo do nacional-estadismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro, 2003, v. 2, p. 64-105.

ZORZAL E SILVA, Marta. Dilemas e Perplexidades do Modelo. In: VASCONCELLO, João Gualberto (Org.). **Memória do Desenvolvimento**. Vitória: Multiplicidade, 2004, p. 59-83.

## DOCUMENTÁRIOS.

---

ABC da Greve. Projeto: Leon Hirszman, 1979, 1:25h. (Documentário).

Linha de Montagem. Direção: Renato Tapajós. Tapiri Cinematográfica, 1982, 1:27h. (Documentário).

O Dia Que Durou 21 Anos. Direção: Camilo Galli Tavares, 2012, 77 min. (Documentário).

Valeu à Pena. Arquivo Nacional: Rio de Janeiro, 2009. (Documentário).

#### **JORNAIS E PERIÓDICOS.**

---

A Gazeta. Vitória, 22 de jan./1984, p. 3.

A Gazeta. Vitória, 25 de fev./1984.

A Gazeta. Vitória, 27 de fev./1984.

A Gazeta. Vitória, 16 de abr./1984.

#### **MEIOS ELETRÔNICOS.**

---

A primeira experiência eleitoral. Fundação Perseu Abramo. Disponível em:  
<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/terra-trabalho-e-liberdade>. Acesso em: 02/out./2013.

Entrevista com Cláudio Antonio Guerra. Observatório da Imprensa. Disponível em:  
<http://www.youtube.com/watch?v=ZTWbMUzA7Es>. Acesso em: 03 de fev./2013.

Forças armadas destruindo documentos. Disponível em: Disponível em:  
<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/12/297621.shtml>. Acesso em: 23 de jun./2012;

Materiais de campanha. Disponível em:  
[http://www.dhnet.org.br/perly/historia\\_pt/pedro\\_reis.htm](http://www.dhnet.org.br/perly/historia_pt/pedro_reis.htm). Acesso em: 13 de dez./2013.

Novo laudo diz que documentos da ditadura foram queimados em Salvador. Disponível em:  
<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u73751.shtml>. Acesso em: 24 de jun./2012;

Partido dos Trabalhadores do Espírito Santo. História. [www.ptes.org.br](http://www.ptes.org.br)

Perícia contestada. Disponível em:  
<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/FANT/0,,MUL69131015605,00>. Data do acesso: 23 de jan./2012.

## **ANEXOS**

### **SEQÜENCIA DE UM PROCESSO INVESTIGATIVO DA POLÍCIA POLÍTICA**

**ANEXO I** Pedido de Busca originado na agência central do SNI, no Rio de Janeiro, para a Superintendência Regional do Estado do Espírito Santo.

**ANEXO II** Repasse do conteúdo do Pedido de Busca da SRES para o Serviço de Investigações e Informações.

**ANEXO III** Informe da investigação produzido pelo SII.

**ANEXO IV** Fotografia resultante da investigação.

**ANEXO V** Fotografia resultante da investigação.

## ANEXO I

A informação de que estariam ocorrendo bingos para financiar atividades “subversivas” motivou o pedido de busca do SNI e a difusão do mesmo entre os estados que seriam alvo das investigações.

DR. ES APEG, DES. O. MR. 16

P. 59

**CONFIDENCIAL**

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES  
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO  
PEDIDO DE BUSCA Nº 040 / 116 IARJ/SI



DATA : 23 de setembro.  
ASSUNTO : ENVOLVIMENTO DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS NA REALIZAÇÃO DE BINGOS EM DIVERSOS PONTOS DO PAÍS.  
ORIGEM :  
ÁREA :  
PAÍS :  
DIFUSÃO ANT. :  
DIFUSÃO : I EX/2ª SEC - I DN/2ª SEC - III COMAR/2ª SEC - SI/SR/DPF/RJ -  
ANEXO : SSP/RJ/DGIE - SI/SR/DPF/ES - ATICI/SSP/ES.

**DADOS CONHECIDOS**

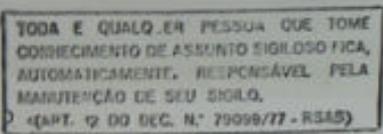
a) Estaria ocorrendo, em vários pontos do país, uma forma de loteria, não autorizada, denominada Bingo.

b) Seus promotores apresentam como destinação angariar fundos para as mais diversas finalidades, tais como a melhoria da situação financeira de clubes esportivos, entidades filantrópicas, associações de bairros, escolas, paróquias etc.

c) Além da finalidade aparente (a de angariar fundos), esses bingos estariam contando com o patrocínio e o apoio de políticos em geral e de grupos pertencentes a organizações clandestinas - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B) e MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8) - que estariam destinando boa parte da renda para financiamento de campanhas políticas e de atividades subversivas.

**DADOS SOLICITADOS**

- 1) Verificar a ocorrência desta forma de sorteio nos Est. RJ e ES.
- 2) Confirmar se esses bingos vêm contando com o patrocínio e/ou apoio das citadas organizações subversivas ou de outras não mencionadas nos dados conhecidos.
- 3) Em caso positivo, levantamento das pessoas envolvidas e destinação dos recursos, por organização.
- 4) Outros dados julgados úteis.



**CONFIDENCIAL**

## ANEXO II

A Superintendência Regional do Estado do Espírito Santo recebeu o pedido e o encaminhou para o Serviço de Investigações e Informações, para que os trabalhos fossem iniciados.

BR, ES APRES, DES. O.M.P. 16

R56

**CONFIDENCIAL**




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA Nº 111/81-SI/SR/DIP/ES

DATA : 11.11.81

ASSUNTO : ENVOLVIMENTO DE ORGANIZAÇÕES SUBVERSIVAS NA REALIZAÇÃO DE BINGOS EM DIVERSOS PONTOS DO PAÍS.

REFERÊNCIA : -

ORIGEM : SI/SR/DIP/ES

ÁREA : -

DIFUSÃO ANTERIOR: -

DIFUSÃO : JB\*BI - CPIS - PMS - ATICI/SES/P/ES - SI/SR/DIP/ES

ANEXOS : -

---

DADOS CONHECIDOS:

a. Estaria ocorrendo, em vários pontos do País, uma forma de loteria, não autorizada, denominada Bingo.

b. Seus promotores apresentam como destinação, angariar fundos para as mais diversas finalidades, tais como: a melhoria da situação financeira de clubes esportivos, entidades filantrópicas, associações de bairros, escolas, paróquias etc.

c. Além da finalidade aparente (a de angariar fundos), esses bingos estariam contando com o patrocínio e o apoio de políticos em geral e de grupos pertencentes a organizações clandestinas - PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB), PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B) e MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO 8 DE OUTUBRO (MR-8) - que estariam destinando boa parte da renda para financiamento de campanhas políticas e de atividades subversivas.

DADOS SOLICITADOS:

1. Verificar a ocorrência desta forma de sorteio no ESPÍRITO SANTO.
2. Confirmar se esses bingos vêm contando com o patrocínio e/ou apoio das citadas organizações subversivas ou de outras não mencionadas.
3. Em caso positivo, levantamento das pessoas envolvidas e destinação dos recursos, por organização.
4. Outros dados julgados pertinentes.

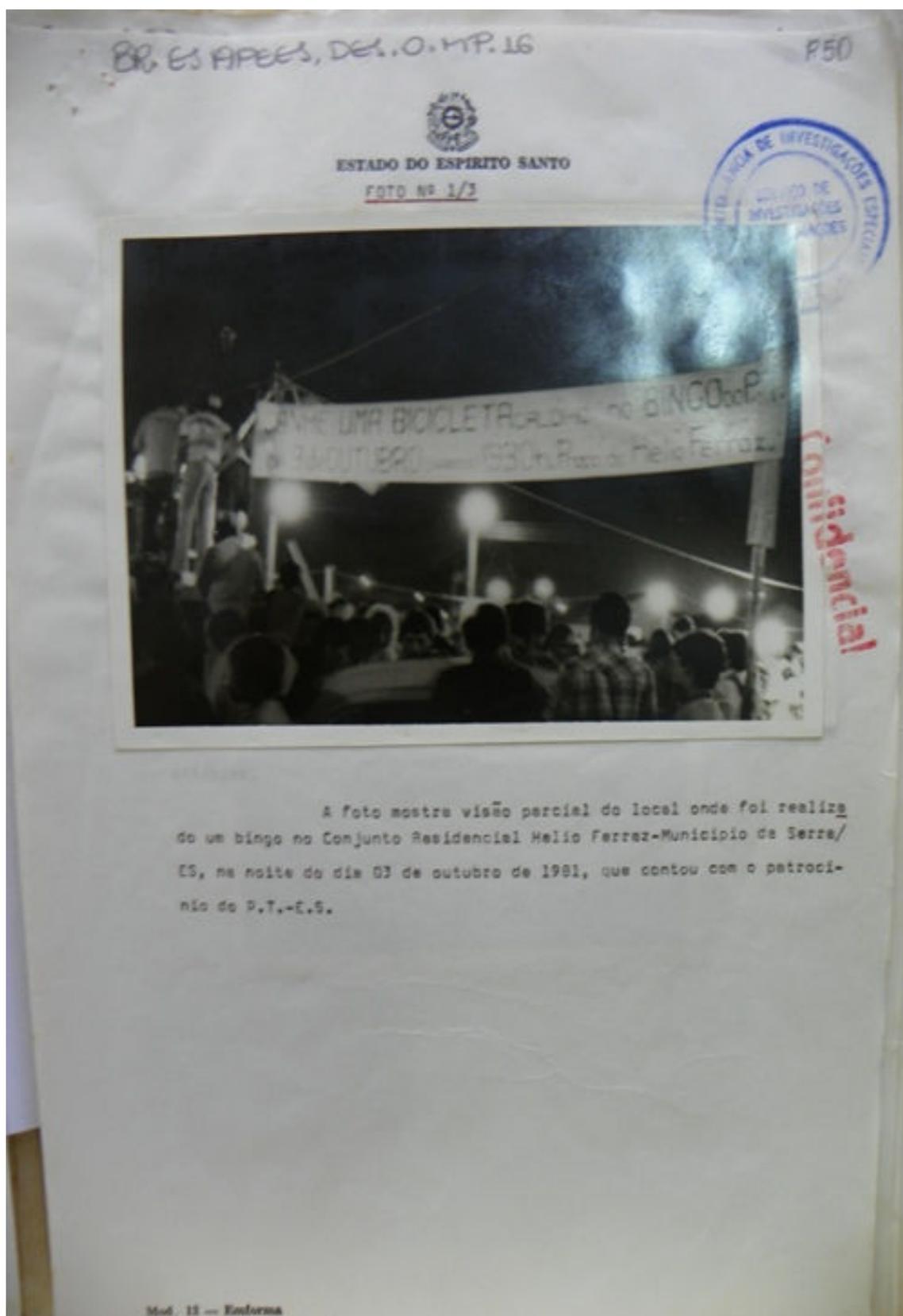
**CONFIDENCIAL**

DIP-1128



## ANEXO IV

Fotografia para comprovação material dos fatos apurados.



ANEXO V

Fotografia em outro ângulo e com uma seta indicando um dos possíveis organizadores dos bingos.

